Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Osíris Luís da Cunha Fernandes

Articulações Discursivas do *E-government*: Um Estudo no Campo da Inovação no Setor Público em Cabo Verde

Recife, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a teses do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

"Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
"Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
"Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, ser confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

A classificação desta tese se encontra, abaixo, definida por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Tese: Articulações Discursivas do *E-government*: Um Estudo no Campo da Inovação no Setor Público em Cabo Verde

Nome do Autor: Osíris Luís da Cunha Fernandes

Data da aprovação:

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1 ☒

Grau 2 ☐

Grau 3 ☐

Recife, 6 de Fevereiro de 2015.

Assinatura do autor

Osíris Luís da Cunha Fernandes

Articulações Discursivas do *E-government*: Um Estudo no Campo da Inovação no Setor Público em Cabo Verde

Orientador: Fernando Gomes de Paiva Júnior, Doutor

Tese apresentada como requisito complementar para a obtenção do grau de Doutor em Administração, na área de concentração Gestão Organizacional, do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2015.

Catalogação na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

F3 Fernandes, Osíris Luís da Cunha
63a

Articulações discursivas do E-government: um estudo no campo da inovação no setor público em Cabo Verde / Osíris Luís da Cunha Fernandes. - Recife: O Autor, 2015.
196 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gomes de Paiva Júnior.
Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2015.
Inclui referências e apêndices.

Análise do discurso. 2. Administração pública. 3. Sociedade brasileira Pró-Inovação tecnológica. I. Paiva Júnior, Fernando Gomes de (Orientador). II. Título.

658 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2015 – 038)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Articulações Discursivas do *E-government*: Um Estudo no Campo da Inovação no Setor Público em Cabo Verde

Osíris Luís da Cunha Fernandes

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 06 de Fevereiro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Fernando Gomes de Paiva Júnior, Doutor, UFPE (Orientador)

Prof. Sérgio Carvalho Benício de Mello, Ph.D., UFPE (Examinador Interno)

Prof[a]. Helena Lúcia Augusto Chaves, Doutora, UFPE (Examinadora Interna)

Prof. José Antonio Gomes de Pinho, Doutor, UFBA (Examinador Externo)

Prof[a]. Ângela Cristina Rocha de Souza, Doutora, UFRPE (Examinadora Externa)

Dedicado aos meus grandes amores,
Kelliany, minha esposa,
Clementina e Pascoal, meus pais,
Ísis, Ozias e Esmael, meus irmãos.

Agradecimentos

Pelo dom da vida, pela sabedoria para lidar com as dificuldades e por renovar minhas forças, sobretudo nos momentos críticos, durante a realização desta tese, serei eternamente devedor e grato a DEUS!

Menção honrosa a Kelliany (minha esposa), Clementina e Pascoal (meus pais), Isis, Ozias e Esmael (meus irmãos) pelo amor, paciência e compreensão pelas minhas ausências. Agradeço-vos profundamente!

Ao Prof. Fernando Gomes de Paiva Júnior, meu orientador, agradeço a acolhida e os questionamentos e orientações que foram decisivos para a realização do doutorado e da tese. Aos professores do PROPAD, agradeço pelos ensinamentos e pelo ambiente acadêmico saudável.

Agradeço, também, aos colegas da Turma 11 do doutorado do PROPAD e do *Lócus* de Investigação em Economia Criativa pelos momentos de partilha de saberes. Em especial, agradeço ao meu amigo e irmão de pátria Nelson Fernandes, por ter possibilitado os 'nossos debates filosóficos', pela cumplicidade e competência de seus conselhos.

Finalmente, agradeço à Capes pela bolsa de pesquisa, cuja concessão viabilizou financeiramente meus estudos de doutorado na Universidade Federal de Pernambuco. E, por último, mas não menos importante, agradeço, também, a Ernesto Laclau (*in memoriam)* e Chantal Mouffe pela inspiração com sua Teoria do Discurso.

“As fronteiras da minha linguagem são as fronteiras do meu universo.”

Ludwig Wittgenstein

Resumo

O presente estudo tem como objetivo aprofundar as reflexões a respeito do *E-government (E-gov)* sob a lente da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Assim, exploramos o campo discursivo da inovação no setor público em Cabo Verde a fim de desvelarmos as lógicas social, política e fantasmática da articulação discursiva do *E-gov*. O método da retrodução proposto por Glynos e Howarth, foi utilizado para a análise das lógicas da articulação discursiva do E-gov, a partir dos discursos dos sujeitos que o constituíram. Como estratégia de pesquisa adotamos o estudo de caso instrumental. Os resultados mostram que, embora, o *E-gov* seja uma entidade incompleta, vulnerável e contingente, 'informação eletrônica' e 'governação eletrônica' são os significados mais vinculados a essa prática social pelos agentes sociais nas articulações discursivas. A identidade desses agentes depende da sua capacidade de reiterar os discursos de 'aposta na sociedade da informação', '*E-government* como uma opção estratégica para o desenvolvimento' e da 'reforma do Estado e modernização administrativa' ao longo do tempo. Em torno do *E-gov*, têm sido articuladas demandas relacionadas aos aspectos tecnológicos intrínsecos a essa prática, em detrimento de demandas sociais que podem contribuir mais diretamente para a configuração de novos modelos de organização político-administrativa do Estado. Por isso, o *E-gov* revela-se um sistema discursivo impregnado de demandas relacionadas a um tecnicismo ocasional e à crença implícita dos seus agentes de que o uso das TIC pelas instituições públicas gera avanços estruturadores na modernização administrativa e transformação social.

Palavras-Chave: *E-government*. Inovação na Gestão Pública. Teoria do Discurso. Análise do discurso.

Abstract

This study aims to deepen the thoughts on E-government under the lens of the discourse theory of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. Thus, we explore the discursive field of innovation in public sector in Cape Verde to unveil the social, political and fantasmatic logics of the discursive articulation of E-gov. The method of retroduction proposed by Glynos and Howarth was used to analyze the logics of the discursive articulation of E-gov, from the discourses of the subjects that constituted it. As research strategy we adopted the instrumental case study. The results show that, although E-gov is an incomplete, vulnerable, and contingent entity, 'electronic information' and 'electronic governance' are the meanings most linked to this social practice by social agents in their discursive articulations. The identity of these agents depends on their ability to reiterate the discourses of 'bet in the information society', 'E-government as a strategic option for development', and 'state reform and administrative modernization' over time. Around E-gov, demands related to technological aspects intrinsic of this practice have been articulated, at the expense of social demands that can contribute more directly to the configuration of new models of political and administrative organization of the State. Therefore, E-gov proves to be a discursive system imbued of demands related to an occasional technicality and the implicit belief of its agents that the use of ICT by public institutions generates structuring advances in administrative modernization and social change.

Keywords**:** E-government; Innovation in Public Management; Discourse Theory; Discourse Analysis.

Lista de figuras

Figura 1 - Argumentos centrais e as lógicas-chave da Teoria do Discurso 47
Figura 2 - Lógica da explicação retrodutiva 61
Figura 3 - Mapa da localização geográfica de Cabo Verde 68
Figura 4 - Organograma do NOSI 72
Figura 5 - Cadeia equivalencial de apoio ao *E-gov* em Cabo Verde 114
Figura 6 - Termos mais usados no espaço institucional para significar o *E-gov* 119
Figura 7 - Relação de proximidade entre termos mais usados no espaço institucional para significar o *E-gov* 120
Figura 8 - Termos mais usados pelo NOSI no espaço institucional para significar o *E-gov* 121
Figura 9 - Relação de proximidade entre termos usados pelo NOSI no espaço institucional para significar o *E-gov* 122
Figura 10 - Termos mais usados no espaço midiático para significar o *E-gov* 124
Figura 11 - Relação de proximidade entre termos mais usados no espaço midiático para significar o *E-gov* 125
Figura 12 - Termos mais usados pelo NOSI no espaço midiático para significar o E-gov 126
Figura 13 - Relação de proximidade entre termos utilizados pelo NOSI no espaço midiático para significar o E-gov 127
Figura 14 - Terminologia adotada pelo governo de Cabo Verde para significar o *E-gov* 128
Figura 15 - Demandas articuladas pelos agentes relevantes no campo discursivo do E-gov em Cabo Verde 142
Figura 16 - Lógica da equivalência (Demandas convergentes) 147
Figura 17 - Lógica da diferença (Demandas antagônicas) 152
Figura 18 - Lógica fantasmática do *E-gov* em Cabo Verde 154

Lista de quadros

Quadro 1 - Síntese das características-chave de um projeto de *E-gov* 37
Quadro 2 - Dimensões estratégicas de projetos de *E-gov* 38
Quadro 3 - Lista de entrevistados 75
Quadro 4 - Documentos oficiais utilizados na constituição do corpus *de pesquisa* 77
Quadro 5 - Legislações utilizadas na constituição do corpus *de pesquisa* 77
Quadro 6 - Relatórios utilizados na constituição do corpus da pesquisa 79
Quadro 7- Notícias sobre o *E-gov* em Cabo Verde utilizadas na constituição do corpus 80
Quadro 8 - Material audiovisual utilizado na constituição do *corpus* de pesquisa 85
Quadro 9 - Termos mais usados no espaço institucional para significar o *E-gov* 119
Quadro 10 - Termos mais usados pelo NOSI no espaço institucional para significar o E-gov 121
Quadro 11 - Termos mais usados no espaço midiático para significar o *E-gov* 124
Quadro 12 - Termos usados pelo NOSI no espaço midiático para significar o E-gov 126
Quadro 13 - Agentes relevantes na cadeia articulatória do E-gov em Cabo Verde 133

Lista de siglas e abreviaturas

AD	Análise de Discurso
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
APG	Administração Pública Gerencial
BCV	Banco de Cabo Verde
BM	Banco Mundial
E-gov	*E-government*
FMI	Fundo Monetário Internacional
GE	Governo Empreendedor
GP	Governança Pública
MPD	Movimento para a Democracia
NGP	Nova Gestão Pública
NOSI	Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OECD	Organization for Economic Co-operation and Development
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
SAAD	Sociedade Americana de Administração Pública
TD	Teoria do Discurso
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação

Sumário

1 Introdução 17
1.1 A Problemática 21
1.2 Questão norteadora do estudo 28
1.2.1 Questões Secundárias 29
1.3 Justificativas e contribuições do estudo 29
1.4 Organização do estudo 31
2 Fundamentação teórica 33
2.1 O movimento da Nova Gestão Pública e a emergência do *E-government* 33
2.1.1 *E-government* e o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Governo 36
2.1.2 Iniciativas do *E-government* provenientes da Nova Gestão Pública 39
2.1.3 *E-government* como ação inovadora na gestão pública 40
2.1.3.1 Os limites do controle das atividades de inovação no setor público 41
2.2 A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe 43
2.3 Os argumentos centrais da Teoria do Discurso 43
2.3.1 Discurso 48
2.3.2 Articulações Hegemônicas 49
2.3.3 Antagonismo Social 51
2.3.4 Deslocamento 53
2.3.5 Sujeitos divididos 53
2.4 As lógicas chave da teoria do discurso: equivalência, diferença e fantasia 54
3 Trilha Metodológica 57
3.1 Pressupostos Ontológicos e Epistemológicos 57
3.2 Quadro Analítico: o Método da Articulação 59
3.2.1 A Problematização 61
3.2.2 A Retrodução 62
3.2.2.1 As Lógicas Sociais 63
3.2.2.2 As Lógicas Políticas 63
3.2.2.3 A Lógica Fantasmática 65
3.2.3 A Análise Crítica 65
3.3 O Desenho da Pesquisa 66
3.3.1 A Abordagem Qualitativa 66
3.3.2 Estratégia de Pesquisa: Estudo de Caso Instrumental 66
3.3.3 República de Cabo Verde: Breve Caracterização 67
3.3.3.1 Visão Geral do País 67
3.3.3.2 Contexto Político 69
3.3.3.3 Panorama Econômico 70
3.3.4 O Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação (NOSI): Breve Genealogia 71
3.3.5 A Constituição do *Corpus* de Pesquisa 73
3.3.5.1 Observação Qualitativa 74
3.3.5.2 Entrevistas Qualitativas 74
3.3.5.3 Documentos 77
3.3.5.4 Material Audiovisual 84
3.3.6 Organização do *Corpus* 85
3.3.7 Os Espaços das Articulações Discursivas 86
3.4 Procedimentos Analíticos 87
3.5 Estratégias de Validação e Confiabilidade dos Resultados 91
4 Explorando o Campo Discursivo da Inovação no Setor Público em Cabo Verde 92

4.1 Da Primeira à Segunda República: Discursos de Inovação no Setor Publico Cabo-Verdiano 92
4.2 Década de 2000: a Gênese da Articulação Discursiva do *E-Government* 104
5 Desvelando as lógicas da articulação discursiva do *E-government* em Cabo Verde 109
5.1 A lógica social do *E-government* 109
5.1.1 Os significados dominantes do *E-government* 110
5.1.1.1 Os significados dominantes do *E-government* nas articulações discursivas no espaço institucional 118
5.1.1.2 Significados dominantes do *E-government* nas articulações discursivas no espaço midiático 123
5.2 A Lógica política do *E-government* 131
5.2.1 Principais demandas articuladas pelos agentes relevantes do E-gov 134
5.2.1.1 Equivalências e diferenças em torno do E-gov 143
5.3 A lógica fantasmática do *E-gov* 153
6 Considerações finais 161
Referências 172
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com atores do NOSI 193
APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com atores do poder executivo Cabo-verdiano 194
APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com cidadãos Cabo-verdianos 195
APÊNDICE D - Roteiro de entrevista com funcionários públicos 196

1 Introdução

As transformações do mundo contemporâneo e a compreensão da arena social têm sido traduzidas por conceitos como sociedade da informação, sociedade pós-industrial, pós-fordismo, modernidade e pós-modernidade, construídos na tentativa de designar a condição resultante de tais transformações que, embora tenham sido introduzidos no contexto das sociedades industriais ocidentais, vêm se expandindo pelas diversas regiões do globo (GIDDENS, 1990; KUMAR, 2005; BIALSKI, 2012).

Nos últimos anos, as constantes mudanças sociais, econômicas e políticas provocadas pela globalização têm conduzido os Estados-nação a novas fronteiras e novos constrangimentos na soberania e nos desafios de concorrência, visando o alcance de maiores níveis de eficiência e atratividade de seus investimentos no âmbito mundial. Essas mudanças têm acirrado as disputas entre tais Estados-nação (HARDT; NEGRI, 2001; KUMAR, 2005).

A presença da tecnologia na organização de quase todas as práticas sociais constitui uma das características mais marcantes das sociedades contemporâneas, a ponto de os regimes de saber e fazer praticamente se confundirem entre si, sob o reinado dessa tecnologia (BORGMANN, 1987; LOW; NAKAYAMA; YOSHIOKA, 1999; D'AMARAL, 2009; KALANTZIS-COPE; GHERAB MARTÍN, 2011). No âmbito de tais sociedades, as tecnologias estão sendo produzidas, difundidas e apropriadas a partir dos valores capitalistas que favorecem a criação de novas formas de inclusão e exclusão dos cidadãos (MATTOS, 2008).

A explosão da conectividade digital alavancada pelos significativos avanços no campo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e pela competição global vêm revolucionando a maneira como os negócios estão sendo realizados e a forma como essa competição ocorre no âmbito das organizações, mormente as públicas (NDOU, 2004; CLEGG; KORNBERGER; PITSIS, 2011). Essas transformações provocam a emergência de uma nova e complexa ordem socioeconômica caracterizada pela inovação disruptiva, descontinuidades e mudanças abruptas (CHRISTENSEN; HORN; JOHNSON, 2011; WESTEREN, 2012; DYER; GREGERSEN; CHRISTENSEN, 2013).

Nesse contexto, o conhecimento constitui tanto em fator chave de entrada (*input*), como também de saída (*output*) de inovação na gestão pública. Esse conhecimento tem sido visto como recurso primordial na dinamização institucional de diversos processos de inovação,

os quais tornam imperativa a sua transformação em novos conhecimentos (SCHIENSTOCK, 2012).

No cenário de uma globalização marcada pela internacionalização da mão-de-obra e pela desterritorialização, as empresas e os Estados-nação enfrentam desafios estruturais para se inserirem no mercado global e se manterem competitivos (CAPELLO; FRATESI; RESMINI, 2011). Esses desafios associados aos problemas das sociedades contemporâneas exigem respostas e soluções rápidas dos governos, de quem se espera a capacidade de exploração das oportunidades relacionadas às transformações dessa era em benefício dos cidadãos. Isso demanda a emergência de novos modelos de gestão pública e formas complexas de ação institucional inovadoras por parte dos governos, além da adoção de novos instrumentos e procedimentos que auxiliem os gestores públicos na resposta às transformações e exigências dessas sociedades (CHITTOO; RAMPHUL; NOWBUTSING, 2009). Em suma, os problemas das sociedades contemporâneas exigem, inexoravelmente, a adoção de novas tecnologias de gestão, com uso de ferramentas vigentes no universo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (MATTOS, 2008; REZENDE; FREY; BETINI, 2011).

A complexidade do ambiente atual demanda adaptações rápidas e constantes dos governos a esse cenário globalizado, de modo a se alinharem aos novos sistemas tecnológicos e às concomitantes transformações sociais e políticas que tais ajustes acarretam (YILDIZ, 2007). Diante disso, esses governos têm procurado formas alternativas de intervenção, por meio da formulação de políticas públicas para inovação e aceleração dos processos de criação e difusão de tais processos inovadores presentes no setor público (MUSMANN; KENNEDY, 1989; LASTRES; ALBAGLI, 1999; ROGERS, 2003; TIDD, 2010; VISHWANATH; BARNETT, 2011).

Várias têm sido as iniciativas dos governos no sentido de dinamizarem seus organismos e serviços e de criarem as condições de possibilidade de implementação de projetos de *E-government* (*E-gov*) orientados pela simplificação e democratização do acesso dos cidadãos e das empresas aos serviços públicos (HEEKS, 1999a; WEERAKKODY; REDDICK, 2013). Neste estudo, sob a inspiração da concepção proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a Sociedade Americana de Administração Pública (SAAP), o *E-gov* se refere ao "[...] uso da *World Wide Web* no provimento de informações e serviços do governo aos cidadãos" (ONU; SAAP, 2002, p. 1).

Atualmente, o *E-gov* se encontra no centro das atenções de formuladores de políticas de inovação no setor público, e vem sendo incluído nas agendas de governo de diversos países

da Europa, da África, das Américas, do Médio Oriente e da Ásia, a exemplo de Inglaterra, Dinamarca, França, Portugal, Cabo Verde, Brasil, Estados Unidos, Paquistão, Irão, Arábia Saudita, China e Singapura (HEEKS, 2004; JACKSON; CURTHOYS, 2001; JAEGER; THOMPSON, 2003; OCHARA, 2010; TOHIDI, 2011; ZHAO, 2011; MAHMOOD, 2013).

Em Portugal, por exemplo, o aumento da utilização da internet pelos cidadãos sustenta a linha de orientação do Governo que, no âmbito da Estratégia de Lisboa[1], "[…] definiu o Governo Electrónico (*E-gov*) como um vector estratégico de intervenção do Estado, dinamizador da relação entre os cidadãos e a Administração Pública […]" (CAMPOS; MARQUES, 2006, p. 2).

No caso da República de Cabo Verde, no ano de 2003, o Governo deu início à implementação de um conjunto de políticas direcionadas à modernização administrativa do Estado, no sentido de prover respostas às demandas dessa nova era. Dentre elas, destacam-se: a Resolução nº. 15 de 7 de julho de 2003 que define "[...] o enquadramento institucional da actividade do Governo no domínio da sociedade de informação e do governo electrónico" e cria "[...] uma estrutura de coordenação junto do Gabinete do Primeiro-Ministro, com um núcleo operacional para executar as medidas de política nas áreas da inovação, da sociedade de informação e do Governo electrónico" (CABO VERDE, 2003, p.262-263); e a Lei n.º 39/VI de 2 de fevereiro de 2004, a qual estabelece "medidas de modernização administrativa, designadamente sobre acolhimento e atendimento dos cidadãos em geral e dos agentes económicos em particular, comunicação administrativa, simplificação de procedimentos, audição dos utentes e sistemas de informação para a gestão." (CABO VERDE, 2004, p.2).

Estudos de Heeks (1995; 1999a; 2003) e Coelho (2014) demonstram que o *E-gov* constitui uma ferramenta que pode gerar oportunidades para os governos impulsionarem a inovação nos serviços públicos, uma vez que esta requer a reorganização de todo o *back-office* que sustenta o conjunto de serviços oferecidos pelo setor público e a definição de um novo *front-office* com a introdução de novos serviços e adaptação de antigos, disponibilizando aos cidadãos novas formas de acesso ao setor público, "potencializando o surgimento de novos

[1] A história da chamada Estratégia de Lisboa lançada pela Comissão Europeia em Lisboa remonta a Março de 2000. Essa estratégia tem três componentes principais: em primeiro lugar, estabeleceu o objetivo de promover o crescimento e o emprego por meio da manutenção de uma economia europeia altamente competitiva; em segundo lugar, possibilitou a proposta de inovação acompanhada da preservação da coesão social como um compromisso entre a liberalização do mercado e uma abordagem social-democrata, sob a égide de uma visão schumpeteriana da inovação; e em terceiro lugar, é um método, ou seja, o chamado método aberto de coordenação (MAC), que foi concebido para ultrapassar a repartição de competências à época entre os Estados-Membros e Bruxelas, e promover as reformas estruturais necessárias para o cumprimentos dos objetivos de Lisboa no nível nacional (RODRIGUES, 2009, p. 149).

paradigmas de funcionamento e organização de instituições" (CAMPOS; MARQUES, 2006, p.3).

Apesar dos avanços registrados com estudos no campo do *E-gov*, ainda não existe consenso quanto ao êxito de projetos neste domínio em muitas latitudes, sobretudo, no contexto dos países em desenvolvimento (HEEKS, 1995; 1999a; 2003), a exemplo do processo de reforma do Estado e modernização administrativa levado a cabo atualmente em Cabo Verde. Isso sucede porque alguns governos desses países têm negligenciado que o sucesso da reorganização do *back-office* e do *front-office* depende da promoção da reestruturação da orgânica dos governos e da disponibilização *online* de serviços públicos - mediante políticas, estratégias e ações -, além do incentivo à maior participação dos cidadãos e *accountability*, daí o fracasso de muitos projetos de *E-gov* (CAMPOS; MARQUES, 2006; HEEKS, 2003; 2003a; AL-RAJEHI, 2007; AL-SOWOYEGH, 2012).

Griffiths e Zammuto (2005) argumentam que as controvérsias a respeito dos reais benefícios de ações e projetos efetivados no âmbito do *E-gov* em regimes de economia de mercado resultam de ações que podem levar ao controle das atividades de inovação no setor público.

Segundo Conde e Araújo-Jorge (2003), nas últimas três décadas surgiu uma diversidade de abordagens e modelos de inovação que têm merecido atenção dos formuladores de políticas públicas, grande parte deles apresenta áreas de superposição e opera com concepções de inovação que apresentam determinado grau de consenso e homogeneidade com relação às concepções presentes nos modelos lineares predominantes na última metade do século XX. Na visão desses autores, as concepções de inovação mais contemporâneas destacam as noções de processo e de interatividade, além de abarcarem novos atores que não apenas aqueles tradicionalmente envolvidos com as atividades de pesquisa e desenvolvimento predominantes, por exemplo, no chamado modelo linear de inovação.

Esta posição mostra que houve um deslocamento da ênfase da filosofia do simples ato de inovação tecnológica para o processo social subjacente à novidade técnica, economicamente orientada (OECD, 1992). Como consequência desse deslocamento, o termo inovação adotado pelo modelo linear foi substituído por atividades de inovação que adotamos neste estudo (CONDE; ARAÚJO-JORGE, 2003).

Ainda não existe uma definição de inovação consensualmente aceita entre os estudiosos, embora alguns tipos de inovação já tenham se consolidado conceitualmente e constituam marcos basilares de estudos, pesquisas e políticas de ciência e tecnologia. Igualmente, contribuem para tais controvérsias as dificuldades quanto ao "mapeamento

mental" do campo da inovação, mesmo quando se especifica um subcampo mais restrito, como, por exemplo, a inovação no âmbito da organização (MOREIRA; QUEIROZ, 2007).

Em seu estudo sobre "Modelos e concepções de inovação", Conde e Araújo-Jorge (2003) argumentam a cerca da perda de eficiência e a superação dos modelos centralizados e lineares de inovação que se apoiam demasiadamente na pesquisa científica como fonte de novas tecnologias operando sob o controle de uma única agência do governo. Além disso, tais modelos demandam uma abordagem sequencial e tecnocrática do processo de inovação e uma visão da inovação tecnológica em termos de construção de artefatos e desenvolvimento de conhecimentos específicos relacionados a produtos e processos.

No presente estudo, o termo centralização refere-se à existência de um único agente na posição de decisor, uma única agência governamental, uma empresa de monopólio, ou de um cartel em determinado setor de atividade. Com a centralização, a esse agente são delegados poderes para determinar que ações inovadoras devem ser apoiadas. Por isso, a centralização tem sido associada a práticas não democráticas de decisão, à ausência de transparência nas ações institucionais, à impossibilidade de controle da atuação dos governos e à ineficácia das políticas públicas (ARRETCHE, 1996).

Em contraposição, Kline e Rosenberg (1986) e Taylor (2007) indicam a necessidade de governos, modelos ou sistemas de inovação descentralizados, abertos e baseados na noção de redes, que refletem melhor as dinâmicas interativas que ocorrem entre as diversas e contínuas conexões, interações e intercâmbios entre os diferentes atores ou esferas.

De qualquer forma, há ainda um longo percurso a ser feito, até que os discursos da inevitabilidade do uso de aplicações das TIC no âmbito do *E-gov* sejam transformados pelos agentes relevantes do E-gov, nas suas práticas articulatórias, em ações inovadoras e contribuam, efetivamente, para o aumento das receitas dos governos, assim como para a criação de igualdade de oportunidades e harmonização de determinado Estado-nação com o mundo contemporâneo, por meio dessas aplicações tecnológicas (YILDIZ; KURBAN, 2011).

1.1 A problemática

Em nosso tempo, muitos Estados-nação ainda não conseguem implementar projetos de *E-gov* que respondam, adequadamente, a determinadas demandas sociais próprias desta era (HEEKS, 2003). Em parte, isso se deve a fatores como a maior complexidade da agenda pública e dos problemas sociais, das restrições financeiras, da dependência de decisões de instâncias governamentais superiores internacionais ou de organizações privadas, para além

de práticas clientelistas na gestão do setor público, do controle das atividades de inovação por uma agência do governo e da centralização da gestão dos sistemas de inovação (DREZNER, 2001; MATTOS, 2008). Nesse caso, o titular "monopolista" dessas atividades de inovação pode usar sua posição de poder para reduzir a capacidade de potenciais candidatos inovadores introduzirem soluções criativas de forma lucrativa, pelo que estarão contribuindo para a inibição de ações inovadoras e atividades empreendedoras (DREZNER, 2001; TAYLOR, 2007). Isso fica claro no trabalho de Taylor (2007), em que revela que as sociedades com governos descentralizados são consideradas ágeis, competitivas e bem estruturadas para se adaptarem ao vendaval de destruição criativa da inovação. Por outro lado, esse autor assinala que, nesse contexto, a descentralização da gestão dos sistemas de inovação e das atividades de inovação representa a necessária base institucional para o incentivo da inovação tecnológica a longo prazo.

De acordo com Taylor (2007, p.231), "quando observada no longo prazo, a capacidade dos Estados descentralizados manterem os seus lugares na fronteira tecnológica é uma tendência". Nesse sentido, um Estado que se pretende ágil nas decisões, além de competitivo e estruturado, de maneira a se adaptar ao vendaval de destruição criativa da inovação, deveria abrir mão do controle das atividades de inovação e da centralização da gestão dos sistemas de inovação.

O período Pós Segunda Guerra Mundial foi marcado pela institucionalização da ciência e pela utilização de modelos para a análise da ciência e tecnologia. Nesse sentido, um novo paradigma de política científica e tecnológica foi estabelecido com a publicação do relatório *Science, the Endless Frontier* elaborado por Vannevar Bush em 1945 para o governo dos Estados Unidos da América. Ao final da década de 1950 esse paradigma tinha sido adotado pela maioria dos países industrializados, trazendo uma concepção da dinâmica da inovação que ficou conhecida como 'modelo linear de inovação', tendo dominado o pensamento sobre a ciência e tecnologia até recentemente (BUSH, 1945).

No modelo linear de inovação, a mudança técnica é reconhecida como uma sequência de estágios por meio dos quais novos conhecimentos advindos da pesquisa científica levam a processos de invenção, os quais são seguidos por atividades de pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico que, ao final da cadeia, resultam em introdução de produtos e processos comercializáveis.

Nas décadas de 1950 e 1960, as políticas públicas para ciência e tecnologia eram baseadas no investimento maciço na pesquisa científica e na expectativa de resultados correspondentes aos investimentos ao final da cadeia. As abordagens ativadas pela ciência

(*Science push)*, apoiavam-se nessa concepção. Igualmente, as políticas emergentes nas décadas de 1970 e 1980, chamadas abordagens puxadas pela demanda (*demand pull*), também foram influenciadas pelo modelo linear de inovação.

As abordagens lineares da inovação se inspiraram em duas áreas de teorização sobre crescimento e desenvolvimento: as teorias clássicas, que tratam a inovação de maneira mecanicista, a partir de variáveis endógenas às empresas e como fruto de seus processos internos; e as teorias neoclássicas que procuram incorporar as forças externas e imputar a mudança técnica aos fatores externos. Nos dois casos, os investimentos em capital físico e humano são fatores centrais do desenvolvimento tecnológico e a inovação deriva de uma série sucessiva de etapas em um *continuum* linear. Até hoje, essas abordagens ainda são predominantes na pesquisa acadêmica e na formulação de políticas públicas, mesmo quando novas terminologias são incorporadas (JACKSON, 1999; EBNER, 2000; CONDE; ARAÚJO-JORGE, 2003).

A partir da década de 1980, o modelo linear de inovação passou a ser considerado superado, especialmente após a publicação do estudo *An overview of innovation* por Kline e Rosenberg (1986), os quais introduziram um modelo interativo do processo de inovação que combina interações no interior das empresas e entre as empresas individuais e o sistema de ciência e tecnologia mais abrangente no qual operam, chamado modelo vinculado à cadeia (*chain-linked model).*

Ao considerar a inovação como um ato de produção em vez de um processo social ininterrupto, que envolve atividades de gestão, coordenação, aprendizado, negociação, investigação de necessidades de usuários, aquisição de competência, gestão do desenvolvimento de novo produto, gestão financeira, o modelo linear negligencia as atividades externas à pesquisa e desenvolvimento (SIRILLI, 1998).

Isso mostra que, mesmo quando democráticos, os Estados-nação que não consideram a inovação como um processo social que envolve interações entre diversos agentes sociais e adotam políticas de controle das atividades de inovação têm se mostrado incapazes de introduzir determinadas inovações ou, ainda, de manterem a liderança tecnológica, quando alcançada. Nessa ordem de ideias, organizações ou governos que controlam as atividades de inovação, são vistas como sendo rígidas e, logo, até certo ponto contrárias à assunção de riscos e custos, revelando-se pouco propensas às mudanças relacionadas às novas tecnologias, ou predispostas a se apegarem, excessivamente, a projetos tecnológicos desatualizados (TAYLOR, 2007).

O avanço da ideologia neoliberal e a valorização incondicional do princípio da competitividade, juntamente com o aumento das desigualdades sociais e econômicas, no mundo globalizado, colocam em questão os fundamentos dos modelos lineares de inovação no campo dos estudos organizacionais (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2005). Essa situação se agrava num contexto de controle das atividades de inovação no setor público por uma única agência do governo, podendo ocasionar três desvios significativos (DREZNER, 2001; RODRIGUEZ; DINIZ; FERRER, 2007).

Em primeiro lugar, o governo pode passar a alocar recursos para atividades de inovação em setores específicos por meio de políticas, cujo objetivo resida em recompensar organizações ou indivíduos específicos, visando a obtenção de dividendos mais amplos para os decisores políticos (DREZNER, 2001).

Em segundo lugar, os governos podem relutar em descartar programas de pesquisa, políticas ou estratégias inúteis. Embora, as falhas dos governos nesse âmbito persistam por mais tempo, uma vez que eles se tornam mais vulneráveis a pressões políticas de determinados grupos de interesse, no sentido de manterem programas ineficazes. Por outro lado, como esses governos também têm a prerrogativa de cobrar tributos visando a sustentação de políticas ineficientes, isso pode levar determinadas organizações governamentais a desenvolverem formas de dependência institucional que aumentam o custo de mudança de determinadas políticas. Nesse contexto, ainda que as políticas já implementadas sejam marginalmente bem sucedidas, burocratas individuais interessados na manutenção do *status quo* em termos de políticas existentes, estarão sempre predispostos a se contraporem a qualquer mudança, especialmente se o fato de admitirem o fracasso de determinada política for afetar suas perspectivas de progressão.

Em terceiro lugar, os governos podem prover menor volume de incentivos a investimentos em tecnologias inovadoras. Isso ocorre porque o controle das atividades de inovação possibilita a formação de grupos de interesse, cuja preocupação reside no aumento de sua participação relativa nos benefícios existentes (OLSON, 1982). Ou seja, o controle dessas atividades está relacionado e depende, em certa medida, de práticas discursivas que visam a hegemonia de determinado agente ou discurso (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Além disso, em um contexto de centralização da gestão dos sistemas de inovação e/ou de controle das atividades de inovação, os gestores públicos podem ter dificuldades em promoverem a transição de uma cultura institucional, com traços de patrimonialismo e burocratismo, para outra, efetivamente democrática e eficiente, que inclua padrões claros de *accountability*. Esses padrões, por sua vez, podem contribuir para a eficiência governativa,

alcançada, apenas quando as instituições funcionam orientadas por princípios éticos e estão sujeitas ao controle social e a mecanismos de inspeção, equilíbrio e separação dos poderes - *checks and balances* (FENWIC; MCMILLAN, 2010; BAKVI; JARVIS, 2012; HARPER, 2013).

Portanto, maior eficiência governativa é incompatível com uma administração pública fundamentada em esquemas e expedientes que servem para beneficiar uma minoria, prejudicam a generalidade dos cidadãos e levam o país a uma situação de baixa produtividade e competitividade, podendo levar à inibição de ações inovadoras no setor público. Mas, em alguns países prevalecem, ainda, outros fatores impeditivos da inovação no setor público: a partidarização, a predominância de estruturas e práticas de cooptação e a perda de noção de que devem existir regras no acesso aos bens e serviços públicos disponibilizados para os cidadãos (GONÇALVES, 2010; PINA, 2010).

Diante da tendência centralizadora das atividades de inovação, antidemocrática, e antipluralista da gestão pública e dos sistemas de inovação que se verificam em alguns países, a exemplo do modelo de gestão das atividades de inovação no setor público vigente na República de Cabo Verde, os discursos de aumento de competitividade e efetividade governativa de determinados agentes políticos e governos se revelam contraditórios (ALBURY, 2005; HARTLEY, 2005; CABO VERDE, 2006). Todos esses problemas nos levam a argumentar a favor da hipótese de que o controle das atividades de inovação no setor público centralizado numa agência do governo constitui uma prática que gera condições de possibilidade para a inibição de ações inovadoras e atividades empreendedoras nesse setor.

Reforçando essa hipótese, temos como exemplo as políticas e estratégias anti-empreendedorismo adotadas na Alemanha Oriental, antes da queda do Regime Socialista em 1989/90, as quais incluem a socialização de empresas privadas e a massiva eliminação de qualquer atividade do setor privado (BREZINSKI, 1987; PICKEL, 1992; FRITSCH, KRITIKOS; SORGNER, 2013). De acordo com Kawka (2007) e Fritsch, Kritikos e Sorgner (2013), essa tentativa do Regime Socialista de erradicar empresas privadas quase elimina o autoemprego, que durante a vigência desse regime atinge o nível mínimo de empregabilidade existente, situado na ordem de 1.8%. Dessa forma, as firmas estatais centralizadas e inflexíveis sufocaram as poucas empresas privadas existentes, cujas atividades ficaram restritas apenas à operacionalização de pequenos negócios.

No seu estudo *Toward a theory of local entrepreneurship*, Johannisson (1987) demonstra que comunidades mais rurais, onde existe apenas uma empresa, adotam posturas institucionais anti-empreendedorismo. Por seu lado, com o estudo *The displaced,*

uncomfortable entrepreneur, Shapero (1975) chega a conclusões semelhantes no concernente às comunidades em que os colaboradores e as redes interorganizacionais são agrupados em torno de um único setor, uma única indústria ou uma única empresa.

A partir disso, podemos afirmar que a inovação tanto impõe desafios, como possibilita a emergência de oportunidades para o setor público (BESSANT; TIDD, 2007) e é nesse contexto que também entendemos que o *E-gov* pode constituir uma ação inovadora. No entanto, até hoje, tanto em termos intelectuais como práticos, o *E-gov* tem suscitado questões relativas à informação, tecnologia e política que nenhum de seus principais campos referentes, sistemas de informação e administração pública, conseguem contemplar, individualmente (HEEKS; BAILUR, 2007).

Desde o início do século XXI, diversas organizações internacionais, empresas de consultoria e acadêmicos têm proposto uma série de modelos analíticos para o *E-gov*, baseados nos estágios do seu desenvolvimento, que passaram a ser usados como diretrizes na formulação de políticas para a inovação na gestão pública (ONU, 2001; 2003; 2005; 2008; BANCO MUNDIAL, 2005; DELOITTE RESEARCH, 2000; ACCENTURE, 2003; LAYNE; LEE, 2001; HILLER; BELANGER, 2001; WESCOTT, 2001; NETCHAEVA, 2002; WEST, 2004; SIAU; LONG, 2005; ANDERSEN; HENRIKSEN, 2006).

Esses modelos analíticos têm prevalecido nas pesquisas e estudos sobre o *E-gov* embora não tragam para o debate os processos micro políticos e a necessidade de articulação das instâncias macro e micro, que envolvem o desenvolvimento e a implementação dos projetos de *E-gov*. Por outro lado, nenhum desses modelos analíticos vigentes consegue ser abrangente o suficiente a ponto de constituir um quadro teórico-analítico de referência para o avanço dos estudos sobre o tema. Além disso, o *E-gov* envolve questões relacionadas à tecnologia, às organizações e à gestão, sendo que esses elementos são apresentados de forma fragmentada em meio aos diferentes modelos. Além disso, nesses modelos a questão da política é tratada como uma dimensão de segunda ordem, focalizando os aspectos tecnológicos, como as ferramentas de votação *online* ou de pesquisas de opinião, fornecidos pelos governos em seus *websites*, quando seus projetos de *E-gov* atingirem um determinado estágio de desenvolvimento (SIAU; LONG, 2005; HEEKS; BAILUR, 2007; NOUR; ABDELRAHMAN; FADLALLA, 2008; LEE, 2010).

Tais incongruências impõem vários desafios, tanto para a condução de estudos futuros, como no planejamento de ações futuras relacionadas à formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e a implementação de projetos de *E-gov e* para a gestão dos sistemas de inovação, bem como para a inovação no setor público (HEEKS; BAILUR, 2007).

Diante disso, propomo-nos a realizar uma discussão a respeito do *E-gov*, privilegiando o entendimento das práticas discursivas geradoras das condições de possibilidade para a implementação e manutenção de projetos no âmbito do *E-gov*. Para tanto, renunciamos, *a priori*, à ideia de percepção do fenômeno *E-gov* como uma totalidade fundante de seus processos parciais e o concebemos como sendo fruto de uma construção discursiva. Daí que nos dispomos a compreendê-lo nas suas diversas formas e não simplesmente desvendá-los. Nesse sentido, a Teoria do Discurso (TD) revela-se útil não só na investigação das articulações discursivas que geram as condições de possibilidade para o *E-gov*, como na busca dos mecanismos pelos quais os sentidos do *E-gov* são produzidos e da forma como esses mesmos mecanismos orientam as práticas sociais no setor público, visando uma hegemonia.

Na sua condição de prática social, o *E-gov* assume uma diversidade de formas, fato que revela serem os modelos de estágios de desenvolvimento limitados para o seu entendimento de modo mais amplo como sendo fruto de articulações discursivas, pois, parecem se sustentar em fundamentos que "tratam apenas de transições lógicas, e concebem as relações entre objetos, como seguindo uma relação entre conceitos" (LACLAU; MOUFFE, 1985, p.161).

A TD privilegia o dinamismo que as sociedades e os diferentes grupos sociais apresentam, construindo-se e desconstruindo-se em múltiplos arranjos produtores de significados instáveis, cambiáveis e, por vezes, hegemônicos (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Nessa ordem de ideias, concebemos as políticas de inovação no setor público ou de modernização administrativa do Estado como sendo formuladas no seio de um sistema discursivo, no qual interesses e crenças diversos estão presentes e em disputas por significação. Essa disputa é de tal forma que tais políticas se apresentam como [res]significações de si mesmas elaboradas por sujeitos que lhes atribuem resultados particulares em meio a processos articulatórios.

Portanto, sob essa visão, o *E-gov* constitui uma prática discursiva que não é independente de história, de poderes e de interesses vigentes. A sua significação ocorre no seio de um sistema discursivo, cuja configuração é composta de linguagem oral e escrita e de ações, nas quais a linguagem se imbrica e se constitui (WITTGENSTEIN, 2005). Desse modo, a significação do *E-gov* ocorre por meio de jogos de linguagem que, como diria Wittgenstein (2005), acontecem no interior de sua cadeia discursiva e não *a priori*, pressupondo a existência de uma rede de semelhanças que se sobrepõem e se entrecruzam em movimentos de condensação ou deslocamento (DE ALBA, 2007). No entanto, como seus sentidos estão intrinsecamente vinculados à complexidade do social, eles são modificados

constantemente pela migração de textos, pelas representações e práticas de um contexto a outro (TORFING, 2005).

Dessa forma, o *E-gov* deve ser entendido como parte de um processo político que exige uma combinação de elementos discursivos capazes de gerar as condições que viabilizem a sua implementação e hegemonização. Porém, existem histórias, experiências, valores, propósitos e relações de poder não fixas, capazes de desterritorializar os sentidos do *E-gov* que se pretendiam fixos, ressignificando-os em novos discursos (LOPES; MACEDO, 2011). Ou seja, a implementação de um projeto de *E-gov* envolve o embate de ideias, posicionamentos e negociações, nos quais entidades, a exemplo do Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação (NOSI) de Cabo Verde, procuram defender suas demandas particulares (LACLAU; MOUFFE, 1985), que contempla a continuidade de sua hegemonia como única agência responsável pelas atividades de inovação no setor público Cabo-verdiano.

Ainda, a TD nos auxiliou no entendimento das demandas particulares de natureza diferencial (LACLAU; MOUFFE, 1985) dos agentes relevantes do E-gov que negociaram (e continuam negociando) entre si de tal forma que possibilitaram a implementação e manutenção dessa prática na gestão do setor público em Cabo Verde.

Portanto, ao assumirmos a TD como lente teórica, estamos, igualmente, a admitir que todas as práticas sociais estão sujeitas a significação e que todos os significados são contingentes, relacionais, históricos e integrantes de um determinado contexto (LACLAU; MOUFFE, 1985). Sob essa ótica, entendemos o *E-gov* como um discurso, um sistema de significados estabelecido e, ainda, como um elemento presente no interior desse sistema de significados.

Logo, a abordagem da TD nos permitiu também, por um lado, compreender que as identidades de diversos sujeitos dependem dos discursos *E-gov* e, por outro lado, entender como esses sujeitos desenvolvem suas articulações políticas tendo em vista a fixação de sentidos do E-gov (JEFFARES, 2007).

1.2 Questão norteadora do estudo

A investigação das articulações discursivas do NOSI no âmbito do *E-gov*, visando a ação inovadora na gestão pública em Cabo Verde, requer uma epistemologia baseada na lógica discursiva. Nesse sentido, nossos esforços investigativos em torno das articulações discursivas no âmbito do *E-gov* em Cabo Verde serão norteados pela seguinte questão central:

- Quais os significados atribuídos ao E-gov nas articulações discursivas que ocorrem em Cabo Verde entre agentes com distintas demandas, e quais as condições de possibilidade de essa prática contribuir para a inovação no setor público?

1.2.1 Questões secundárias

Das negociações que ocorrem no campo das diferenças, das equivalências e das fantasias em torno do *E-gov*, emergem algumas outras questões secundárias, cujas respostas podem nos auxiliar no esclarecimento do problema desta pesquisa.

- Quais são os agentes relevantes do *E-gov* em Cabo Verde?
- Quais são as demandas dos agentes relevantes em relação ao *E-gov* em Cabo Verde?
- Quais são as lógicas (social, política e fantasmática) subjacentes à articulação do *E-gov* em Cabo Verde*?*
- Quais são as equivalências, as diferenças e as fantasias articuladas pelos agentes relevantes nas disputas pela fixação de sentidos do *E-gov*?

Responder a esses questionamentos constitui o objetivo central do presente estudo, e entendemos que será alcançado por meio dos recursos metodológicos da análise de discurso (de matriz francesa) e orientado por conceitos da TD de Laclau e Mouffe (1985), visando a explanação dos sentidos do *E-gov* socialmente produzidos (HOWARTH, 2005).

Dessa forma, a TD nos auxiliou na elaboração de novas interpretações de eventos relacionados ao *E-gov* na República de Cabo Verde e na elucidação de práticas políticas geradoras das condições de possibilidade para a sua implementação ou não, nesse país. Por um lado, essa teoria nos possibilita desvelar os significados atribuídos ao *E-gov* por meio da análise dos discursos do NOSI bem como de outros agentes sociais produtores de significados dessa prática e, por outro lado, nos permite trazer à tona fenômenos ou práticas antes não articuladas no âmbito do *E-gov*, e a articulação de interpretações alternativas sobre essa prática social (HOWARTH, 2005).

1.3 Justificativas e contribuições do estudo

As mudanças propiciadas pelos avanços das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), e os debates sobre a relevância do uso dessas tecnologias na gestão do

setor público Cabo-verdiano[2] instigaram-nos a realizar este estudo no âmbito do doutorado em Administração, no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Em primeiro lugar, o estudo justifica-se por tratar de um assunto, cujos resultados têm repercussão na vida cotidiana dos Cabo-verdianos por período de tempo não estimado.

Em segundo lugar, a maioria dos estudos sobre o *E-gov* já existentes foi realizada por pesquisadores das áreas de sistemas de informação, engenharia informática e/ou de computação. Entretanto, é notável a ausência de estudos sobre o *E-gov* na área de estudos organizacionais, gestão organizacional ou na de gestão de inovação sob uma perspectiva discursiva.

Em terceiro lugar, este estudo contribui para uma melhor compreensão das lógicas social, política e fantasmática da articulação discursiva do *E-gov*, permitindo desvelar os agentes relevantes da cadeia articulatória dessa prática social, os significados dominantes nos espaços institucional e as demandas dos agentes no contexto da comunidade Cabo-verdiana.

Igualmente, na realização deste estudo constatamos a necessidade de busca por caminhos de investigação alternativos que contribuam, ao mesmo tempo, para o avanço das condições de vida da sociedade e que nos auxilie na transposição dos limites da lógica da departamentalização do saber susceptíveis de interpretações reificadas e de contribuir para a redução das lacunas entre a teoria, a prática e o contexto social.

Em função disso, adotamos a TD de Laclau e Mouffe (1985) como lente teórica com o intuito de analisarmos o *E-gov* numa perspectiva diferente daquela que tem sido comumente utilizada em áreas como, Sistemas de Informação, Informática e Economia, nas quais a maioria dos estudos (HEEKS; BAILUR, 2007; LEE, 2010) baseia-se em modelos que priorizam a análise dos estágios de desenvolvimento do *E-gov*.

Na investigação sobre o *E-gov*, a análise do discurso (AD) revelou-se uma metodologia adequada e útil tanto para o entendimento das lógicas da articulação discursiva dessa prática social quanto da forma como os significados são construídos e atribuídos a ela, bem como para a compreensão da forma como os agentes sociais objetivam alcançar a hegemonia de tais significados.

[2] Embora muitos utilizem a grafia ‘Caboverdiano’ ou ‘Caboverdeano’, para os naturais de Cabo Verde o correto é escrever Cabo-verdiano (pl. Cabo-verdianos), com hífen e com i. Leva hífen, porque essa é a regra para os gentílicos dos compostos onomásticos (belo-horizontino, de Belo Horizonte, vila-realense, de Vila Real); iano, e não "eano", porque esse é o sufixo nominativo latino que exprime o sentido de "natural de". Cabo Verde + iano = Cabo-verdiano.

Assim, metodologicamente, a partir da ótica emprestada pela AD de matriz francesa e com o suporte da TD proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a primeira contribuição deste estudo consiste na tradução de conceitos da TD em um quadro método-analítico que permite analisar as lógicas (social, política e fantasmática) da articulação discursiva do *E-gov*. Com isso, demonstramos que os argumentos centrais da TD (discurso, antagonismo social, hegemonia, deslocamento e sujeitos divididos) constituem um quadro teórico e analítico adequado para aplicação ao estudo do E-gov e de processos de gestão de inovação no setor público.

Assumimos o *E-gov* como uma prática social resultante de dinâmicas articulatórias. Mas, se por um lado, já existem estudos que tratam desse fenômeno utilizando-se de modelos focados em seus estágios de desenvolvimento tecnológico, existe uma lacuna de teorias de inovação, sobretudo no campo dos estudos organizacionais, capazes de dar conta do entendimento das articulações políticas geradoras das condições de possibilidade para inovação no setor público por meio do *E-gov*. Esse aspecto reforça a necessidade de novos olhares sobre esse fenômeno, o que nos permite vislumbrar uma contribuição teórica deste estudo.

Neste estudo, argumentamos a favor da hipótese da existência de uma dimensão política do *E-gov*. Nesse sentido, este estudo constitui também uma contribuição para a literatura que valoriza o papel da política na análise do *E-gov*. Outrossim, constituem uma contribuição para a literatura que prima pela compreensão das lógicas discursivas que impulsionam e engajam os agentes sociais nos projetos de inovação no setor público e/ou de reforma do Estado e modernização administrativa.

Por fim, esperamos que o quadro método-analítico que desenvolvemos, a partir da aplicação empírica da TD, auxilie outros pesquisadores a analisarem a forma como os agentes sociais ou as diferentes identidades atribuem significados a práticas inovadoras de gestão no setor público e, ainda assim, evitarem a fragmentação do pensamento provocada pelo paradigma da ciência moderna, ainda dominante na área de estudos organizacionais.

1.4 Organização do estudo

A fim de lançarmos um novo olhar sobre o *E-gov* organizamos o presente estudo da seguinte forma:

Neste **capítulo 1** apresentamos a introdução e a contextualização seguidas da problemática do estudo, das questões de pesquisa (principal e secundárias), das justificativas e dos argumentos a respeito da relevância do estudo.

No **capítulo 2,** apresentamos a fundamentação teórica do estudo. O capítulo é dividido em duas seções, sendo que, na primeira, debatemos sobre os principais conceitos teóricos da área de nova gestão pública e de inovação no setor público articulados com conceitos-chave do *E-gov*. Na segunda seção, discutimos os argumentos centrais e as lógicas-chave da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, ao mesmo tempo que mostramos a relevância de sua aplicabilidade neste estudo.

No **capítulo 3,** apresentamos a trilha metodológica seguida na realização deste estudo, e explicamos a forma como exploramos as lógicas da articulação discursiva do E-gov, a partir da análise de discurso de matriz francesa e com suporte de conceitos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Explicamos, também, como desenvolvemos o estudo de caso instrumental e como construímos o *corpus* analítico a partir de entrevistas, documentos oficiais, material audiovisual e notas de observação.

No **capítulo 4,** apresentamos a problematização acerca da historicização dos discursos, das instituições e das práticas no campo da inovação no setor público em Cabo Verde, com o objetivo de destacarmos as dimensões relevantes e suas implicações para a articulação discursiva do E-gov, a ponto de reestruturar as ações inovadoras na gestão do setor público Cabo-verdiano.

No **capítulo 5,** exploramos as lógicas - social, política e fantasmática - da articulação discursiva do E-gov com o objetivo de apresentarmos uma explanação crítica dessa prática social. Esse capítulo está subdividido em 3 seções. Na primeira abordamos a lógica social do E-gov, incluindo os seus significados dominantes nas articulações nos espaços institucional e midiático, bem como as normas, políticas, regras e auto-representações que o constituem. Na segunda seção, tratamos da lógica política do E-gov e abordamos as práticas discursivas geradoras da cadeia de equivalências na sua significação, centrando, fundamentalmente, nos conflitos e nas contestações inerentes a essa prática. Na terceira e última seção, exploramos a lógica fantasmática do E-gov, discutindo as ideologias presentes nas articulações discursivas dessa prática social.

O **capítulo 6** fecha este estudo com as considerações finais e a demonstração da satisfação dos argumentos apresentados, retornando as questões norteadoras da pesquisa (principal e secundárias). Também, discutimos as principais implicações advenientes dos resultados deste estudo e apresentamos algumas sugestões para estudos futuros.

2 Fundamentação teórica

No presente capítulo apresentamos a discussão teórica e epistemológica que embasa a composição deste estudo, dividido em duas seções. Na primeira, 3.1, apresentamos uma discussão sobre a nova gestão pública vinculada a conceitos centrais do *E-gov* e de inovação no setor público. Na segunda seção, 3.2, discutimos os argumentos centrais e as lógicas-chave da teoria do discurso, mostrando a relevância de sua aplicabilidade neste estudo.

2.1 O movimento da Nova Gestão Pública e a emergência do *E-government*

Nas primeiras décadas do século XX, alguns estudiosos contribuíram para o surgimento de uma ciência da administração pública. Dentre eles, destacamos Max Weber, que pode ter sido a figura de destaque pela sua formulação da teoria da agência como principal mecanismo institucional na estruturação organizacional no setor público. Weber elaborou, também, um conceito de burocracia, fundamentado em elementos jurídicos do século 19, concebidos por teóricos do direito, para indicar funções da administração pública, norteadas por normas, atribuições específicas, esferas de competência bem delimitadas e critérios de seleção de funcionários (MACLAUGHLIN; OSBORNE; FERLIE, 2002; VIGODA-GADOT, 2002).

Neste estudo, usamos o conceito de burocracia no sentido proposto por Weber, como sendo um aparato técnico-administrativo, constituído por profissionais especializados, selecionados mediante critérios racionais e que se encarregavam de diferentes tarefas importantes dentro do sistema (SWEDBERG; AGEVALL, 2005).

Max Weber conquistou uma posição de destaque na Escola Clássica da chamada Administração Pública, em parte, devido à evolução do direito administrativo e, também, pelo fato de a maior parte do direito público seguir suas ideias sobre a governança pública. No entanto, entre 1940 e 1960 ocorre uma espécie de mudança paradigmática no sentido kuhniano, que faz com que as abordagens de gestão e da política substituam a abordagem clássica (LANE, 2002; MOREIRA; ALVES, 2009).

A partir da década de 1970, a gestão pública começa a ser questionada por conta de sua ineficiência e impossibilidade de medir o desempenho e responsabilizar os gestores públicos pelos seus atos. Com isso, a burocracia passa a ser vista como elemento estático, disfuncional e incapaz de se adaptar à evolução das circunstâncias organizacionais daquela época, levando ao agravamento de algumas das chamadas disfunções da burocracia no setor

público, a exemplo de: 1) a adoção de regras rígidas e a falta de discrição gerencial, impedindo uma ação efetiva e inovadora; 2) a impossibilidade de demitir funcionários incompetentes e premiar os competentes; 3) o estabelecimento de um sistema de incentivo perverso com a recompensa a ser canalizada para a expansão dos orçamentos e das equipes de trabalho, independentemente do benefício para os usuários de serviços públicos, e 4) a efetivação de processos de decisão irracionais não associados a qualquer custo/benefício comparável àqueles típicos de empresas orientadas para o mercado (ANDRISANI; HAKIM; SAVAS, 2002; LANE, 2002; VIGODA-GADOT, 2002; BAKVIS; JARVIS, 2012).

Uma das questões do modelo burocrático que recebe críticas de Merton (1949) diz respeito à arrogância funcional em relação ao público destinatário dos serviços, fato que ocorre especialmente no setor público. Outra crítica desse estudioso refere-se ao fato de, em muitos casos, o funcionalismo público gozar de situação de monopólio na prestação de serviços. Essas disfunções podem ser ainda mais prejudiciais em organizações que dependem da criatividade e da inovação.

Na sequência dessas formulações de Merton (1949), surgiram outras críticas ao modelo burocrático e, segundo Secchi (2009, p. 7), "elas podem ser notadas implicitamente nas características dos chamados modelos pós-burocráticos de organização", sendo que, na administração pública, destacam-se os modelos chamados gerenciais e os de governança. Com essas críticas, o modelo burocrático weberiano passa a ser considerado inadequado para aplicação no contexto institucional contemporâneo, a considerar sua presumida ineficiência, morosidade, o seu estilo auto-referencial e de descolamento das necessidades dos cidadãos (BARZELAY, 2001; OSBORNE; GAEBLER, 1992; HOOD, 1995; POLLITT; BOUCKAERT, 2002).

Como alternativa ao modelo burocrático, foram apresentados dois modelos organizacionais - o da Administração Pública Gerencial (APG) e o do Governo Empreendedor (GE) - e um paradigma relacional - Governança Pública (GP) - como alternativas ao modelo burocrático. Os modelos organizacionais propostos incorporam prescrições que visam melhorar a efetividade da gestão das organizações públicas e se alinham ao movimento da GP que "se traduz em um modelo relacional, porque oferece uma abordagem diferenciada de conexão entre o sistema governamental e o ambiente que circunda o governo." (SECCHI, 2009, p. 349).

Esses dois modelos estão na base do surgimento da Nova Gestão Pública (NGP) e vêm influenciando o quadro global de inovações na Administração Pública nas últimas décadas e se sustentam nos valores de produtividade, orientação para o serviço, eficiência na prestação

de serviços, mercantilização, *accountability* e descentralização (HEEKS, 1998; 1999; KETTL, 2005; SECCHI, 2009). Além disso, a Nova Economia Institucional e o Gerencialismo também influenciam o surgimento da NGP, pelo fato de preconizarem a existência de reformas no setor público, por meio da criação de estruturas de incentivos apropriadas e do aumento de opções para os usuários dos serviços públicos, por meio da contestabilidade, como solução para resolução dos problemas da 'velha' gestão pública.

Nova Gestão Pública tornou-se um termo amplamente usado no campo dos estudos organizacionais e descreve uma tendência global de um determinado tipo de reforma administrativa(HOOD, 1991). No entanto, cedo ficou evidente que a NGP assume diferentes significados em contextos administrativos distintos, como ensinam Ormond e Löffler (1998). Para efeitos deste estudo, NGP se refere ao:

> [...] movimento uniforme e global de reformas no governo. A principal característica de reformas da NGP é a mudança de orientação de *input* para *output* (SCHEDLER; SCARF, 2001, p.776).

O E-gov se baseia nas mudanças que foram iniciadas com o advento do movimento da NGP, por meio de uma orientação consistente das instituições públicas em direção aos destinatários dos serviços públicos, isto é, com o objetivo central de melhorar o desempenho interno e externo do setor público. Por isso, as ideias subjacentes à NGP têm influenciado muitos programas de reforma do Estado (BARTON, 1979; FLYNN; STREHL, 1996; HODGE, 1996; CHRISTENSEN; LAGREID; WISE, 2002; KETTL, 2005).

Com base nessa análise, Osborne e Gaebler (1992), no livro '*Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público'*, inauguram o termo 'Governo Empreendedor', como sendo um estilo pragmático de gestão pública e demonstrando os benefícios das reformas na gestão pública, por meio da combinação da inovação com a utilização de ferramentas das TIC. Esses estudiosos enfatizam a necessidade de desenvolvimento de uma governança e de arranjos organizacionais mais eficazes, que facilitem o aumento da capacidade de oferta de serviços prestados pelo Estado. Mais do que a simples introdução de versões eletrônicas dos serviços já existentes, essas ações demandam a configuração de arquiteturas de informação com possibilidades de serem exploradas por intermédio e no interior de novos canais de serviços.

A noção de governança que adotamos no presente estudo deriva das áreas de Ciência Política e Administração Pública, uma vez que consiste num mecanismo contemporâneo de gestão expresso como modelo horizontal de relação entre atores públicos e privados, que

atuam no processo de elaboração de políticas públicas (KOOIMAN, 1993; RICHARDS; SMITH, 2002).

Governança, portanto, requer pluralismo no sentido de que diferentes atores têm, ou deveriam ter, o direito de participar da elaboração de políticas públicas. Tal definição traduz a mudança do papel do Estado como agente que vai se tornando menos hierárquico e monopolista na dinâmica de resolução de problemas públicos. Por outro lado, "a governança pública significa ainda um resgate da política dentro da administração pública, diminuindo a importância de critérios técnicos nos processos de decisão e um reforço de mecanismos participativos de deliberação na esfera pública"(SECCHI, 2009, p. 359).

É nesse contexto que surge o *E-gov* como uma tradução e inscrição de tais ideias, consubstanciado na noção de inovação ininterrupta na prestação de serviços, na participação cidadã e na governança por meio da mudança das relações internas e externas pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), especialmente a Internet (ROY, 2007). Isso exige uma transformação estrutural na lógica subjacente aos processos e procedimentos administrativos do Estado e uma redefinição das fronteiras entre esse Estado, o cidadão e outros atores da sociedade civil, a exemplo dos agentes paraestatais e as Organizações Não Governamentais (ONGs) (NAVARRA; CORNFORD, 2005).

2.1.1 *E-government* e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Governo

O conceito de *E-gov* é abrangente e permanece em construção em decorrência da sua interdisciplinaridade e lateralidade conceitual. Na área de Gestão Pública, o E-gov tem sido entendido como a base para novas formas de comunicação e de organização das instituições públicas e seus *stakeholders* como nos ensinam Schedler e Scharf (2002).

> Governo eletrônico é uma forma de organização que integra as interações e as inter-relações entre o governo e os cidadãos, as empresas, os clientes e as instituições públicas, através da aplicação de modernas tecnologias de informação e comunicação (SCHEDLER; SCHARF, 2002, p.776).

A definição acima apresentada situa o *E-gov* em uma nova "era digital de governança" (SCHEDLER; SCHARF, 2002, p.776), representando uma soma de novas possibilidades de comunicação eletrônica para as instituições públicas. Tais possibilidades, mudaram radicalmente a forma como os governos funcionam ao ocasionarem a emergência de novas

formas de tomada de decisões, de transações de negócios e de comunicação que podem ser feitas por meio de redes electrónicas (SCHEDLER e SCHARF, 2002).

Ao contrário da Nova Gestão Pública, o *stress* fiscal ou administrativo, a crise política, ou insatisfação entre os gestores públicos não estão entre as primeiras motivações do *E-gov*. Ele é um movimento de reforma orientado pela tecnologia, em que a estratégia de reforma segue o potencial criado por modernas TIC. Ou seja, a centralidade do conceito de *E-gov* reside no "uso das TIC em todas as arenas onde seja possível reconstruir a estrutura de governo, redesenhar processos, informatizar atividades operacionais e prover serviços melhores para a sociedade" (OLIVEIRA, 2009, p. 9).

Assim, o uso dos meios eletrônicos presentes nas relações entre os governos, seus clientes e os seus fornecedores, constitui, ou deveria constituir, a característica central de qualquer projeto de *E-gov* (MEANS; SCHNEIDER, 2000). No entanto, a tarefa de provimento de informações e serviços do setor público pode incluir o uso de outras tecnologias além da internet, como por exemplo, banco de dados, redes, suportes de discussão, multimídia, automação, detecção e acompanhamento, e as tecnologias de identificação pessoal (JAEGER; THOMPSON, 2003). O quadro 1, a seguir, apresenta uma síntese das características-chaves de um projeto de *E-gov*.

Quadro 1 - Síntese das características-chave de um projeto de *E-gov*

O uso de tecnologias da Internet para oferecer serviços *online* e para racionalizar, reestruturar e melhorar, significativamente, processos administrativos públicos;	A reorganização das instituições públicas, a fim de reduzir custos e melhorar a qualidade e eficiência dos serviços oferecidos aos cidadãos, empresas e outros parceiros governamentais;	O desenvolvimento de novos espaços democráticos, em que as relações entre as instituições públicas, cidadãos e empresas são redefinidos de acordo com uma perspectiva participativa.

Fonte: Adaptado de Assar, Boughzala e Boydens (2011).

O objetivo primordial do *E-gov* consiste em alavancar o uso de ferramentas vigentes no universo das TIC para a criação de novas gerações de serviços públicos, que sejam mais eficientes, transparentes e interativos, em comparação com os modelos clássicos de gestão pública (GRÖNLUND; HORAN, 2004; NAVARRA, CORNFORD, 2005). Nessa perspectiva, segundo Kaczorowski (2004), as estratégias ou políticas nacionais para projetos de *E-gov* devem ser orientadas por seis elementos fundamentais para um governo conectado: 1) foco nos cidadãos; 2) infraestrutura padronizada; 3) reorganização do *Back-office*; 4) governança; 5) novo modelo organizacional; 6) inclusão social.

Quadro 2 - Dimensões estratégicas de projetos de *E-gov*

Dimensão	Descrição
Foco nos cidadãos	A atenção e as ações devem ser trabalhadas, preparadas, realizadas e direcionadas com o intuito de beneficiar, ao máximo, a sociedade;
Infraestrutura padronizada	Os órgãos públicos devem compartilhar da mesma infraestrutura tecnológica no desenvolvimento de suas atividades. Tal padronização visa a reorganização e adequação dos serviços do governo para que o uso das TIC possa se estender a todas as instituições públicas, com vistas à intercomunicação entre diferentes plataformas tecnológicas, sistemas de informação, softwares, processos e redes de comunicação;
Novo modelo organizacional	O modelo busca a introdução de novas práticas com a análise, o redesenho e a desmaterialização de processos, com o objetivo de melhorar o atendimento à sociedade por meio de inovações na gestão.
Reorganização do *Back-office*	Essa reorganização pode trazer benefícios substanciais, principalmente na redução de custos, otimização de recursos, informatização e automação de processos dos órgãos públicos;
Governança	A implementação do E-gov não pode ser apenas uma atitude isolada de determinado órgão ou instituição pública, mas deve ocorrer com a participação de instâncias superiores do governo que refletem as necessidades oriundas da legislação, padronização e do cumprimento das determinações, conferindo a legitimidade necessária para se alavancar os projetos;
Inclusão social	A relação do Governo com a sociedade deve ser marcada pela confiança e responsabilidade na gestão dos recursos públicos. A estratégia do E-gov pressupõe a disponibilização de serviços e informações para os cidadãos por meio dos recursos das TIC. Entretanto, o acesso à tecnologia fica prejudicado para aqueles atores socialmente excluídos. Nesse caso, o Governo deve prover mecanismos que permitam o acesso dessas comunidades aos serviços públicos.

Fonte: Adaptado de Kaczorowski (2004)

Nesse contexto de novas gerações de serviços públicos sustentados pelas TIC, o atendimento ao cidadão, a gestão interna e o desenvolvimento e fortalecimento da democracia constituem três grandes frentes de atuação dos governos no âmbito do *E-gov* (HOOD, 1995; GRÖNLUND, 2002; JONES; SCHEDLER; MUSSARI, 2004; HOOD; MARGETTS, 2007).

O atendimento ao cidadão consiste no desenvolvimento de novas formas de relacionamento entre esse ente e o Estado, em que este oferece serviços eficazes e eficientes, independentemente das dimensões de tempo e espaço. Algumas ações no âmbito do *E-gov* que vão ao encontro desse princípio consistem em: usos progressivos, inter-relacionados e ininterruptos das TIC em instituições públicas, com a finalidade de promover, incentivar e estimular o acesso dos cidadãos aos serviços e às informações do governo; e orientação para

que o atendimento aconteça em um único ponto de acesso (OLIVEIRA, 2009; CANELA; NASCIMENTO, 2009).

2.1.2 Iniciativas do *E-government* provenientes da Nova Gestão Pública

A ideia chave que sustenta a adoção de iniciativas de *E-gov* proveniente da NGP está relacionada à suposição de que os modelos de gestão do setor privado podem ser transferidos com benefícios para a governança de organizações do setor público. Nessa lógica, as TIC são fundamentais nesse processo, tendo em vista que possibilitam a coleta de dados e estruturação dos fluxos de trabalho, além da incorporação de novas estruturas no âmbito de processos de trabalho (NAVARRA; CORNFORD, 2005).

Navarra e Cornford (2005, p. 5) argumentam que "as organizações do setor privado não são democracias", uma vez que, nelas, "[...] geralmente os planos são feitos e endossados no topo e, depois, implementados por meio de práticas de treinamento, geração de consenso, percepção e gerenciamento de mudanças" (NAVARRA; CORNFORD, 2005, p. 5). Por essa razão, os governos devem ter cuidado na implementação desses modelos, práticas e pressupostos ao apoiarem a criação de infraestruturas de informação que auxiliem nos processos políticos e de democratização do setor público e, também, ao darem suporte às interações entre os cidadãos e os decisores políticos, com o fim de se aumentar o bem-estar social.

As TIC têm desempenhado papel significativo na reformulação do exercício da autoridade dos governos (MARGETTS, 1998). Embora, essa consideração não seja ainda tão levada em conta na elaboração e no uso dos modelos de gestão baseados nos pressupostos da NGP, ela é de grande importância, especialmente, por causa do "estatuto natural de monopólio de muitos serviços governamentais, tais como, passaportes e cartas de condução, e porque os cidadãos não são sempre clientes voluntários dos serviços prestados pelo governo […]" (NAVARRA; CORNFORD, 2005, p. 5).

No contexto do exercício da autoridade dos governos, uma das questões-chave que emerge está associada à legitimidade ou confiança nas TIC, além da dificuldade em convencer os cidadãos a elegerem os serviços eletrônicos com todos os riscos intrínsecos ao reequilíbrio de poderes do governo e da confidencialidade e segurança da informação sensível. Essas situações requerem uma cultura de confiança e atenção na formatação de serviços, de modo a que as expectativas individuais e coletivas no que diz respeito ao que faz o governo possam ser atendidas (NAVARRA; CORNFORD, 2005).

Por fim, vale frisar que qualquer projeto de *E-gov* envolve a criação, o desenvolvimento e a articulação de uma diversidade de ecologias sociais, institucionais e tecnológicas para que o Estado possa oferecer serviços que sejam percebidos como legítimos, inovadores, úteis e, mais do que tudo, que contribuam para o aumento do bem-estar social.

2.1.3 *E-government* como ação inovadora na gestão pública

As habilidades dos Estados-nação no sentido de se adaptarem às transformações do cenário atual estão sendo balizadas pela área da gestão da informação, reconhecida como um dos fatores relevantes para ilustrar a nova concepção de gestão pública (EYOB, 2004; WEST, 2004).

A utilização intensiva e extensiva das TIC potencializa a automatização e informatização de processos e procedimentos, mas, também, a gestão da informação por meio de uma infraestrutura capacitada para atender às demandas sociais (OLIVEIRA, 2009).

Nessa perspectiva, o planejamento e o uso adequado de ferramentas no âmbito das TIC, juntamente com novas práticas de gestão pública, trazem efeitos positivos para o trabalho interno das organizações públicas e o sistema de atendimento ao cidadão, tanto no modelo tradicional (balcão), como em serviços eletrônicos, via internet, equipamentos móveis e terminais de auto-atendimento (PRADO et al., 2010). Com o aumento dos recursos financeiros para investimento nas TIC, a exemplo de computadores (*desktop*), *software* e sistemas informatizados, os governos vêm ampliando o rol de opções de serviços *online* (OLIVEIRA, 2009).

O setor público tradicional está a desenvolver formas inovadoras de lidar com restrições fiscais e demandas dos cidadãos para a prestação de serviços, de forma mais eficiente. Desse modo, "a administração pública convencional, orientada para o processo, está a dar lugar a resultados com foco na gestão pública, e departamentos federais estão a colaborar e a trabalhar, horizontalmente, para superarem a hegemonia das agências centrais" (TEOFILOVIC, 2002, p. 1). Perante esses desenvolvimentos, a inovação se tornou uma realidade incontornável no âmbito do governo.

As TIC estimulam a inovação de produtos e serviços e viabilizam o aparecimento de novas competências em organizações públicas, a exemplo de: entrega de informações *online*, acesso eletrônico a serviços, pagamentos e apresentação eletrônica de contas, habilidade de solicitar e obter serviços específicos e capacidade tecnológica de utilização de vários produtos e serviços, sem que seja preciso realimentar os dados (REZENDE; ABREU, 2010).

Arfeen e Khan (2009, p. 2) argumentam que "a ascensão da sociedade da informação tem sido defendida como um *driver* para os governos começarem a utilizar as TIC para atenderem às demandas desafiadoras e complexas de cidadãos e empresas" e, nesse contexto, o *E-gov* se revela como ação inovadora dos governos no provimento de serviços e na ativação de relacionamentos com os cidadãos e outras instituições, por meio de recursos tecnológicos operados em ambientes virtuais.

O *E-gov* apresenta um caráter eminentemente relacional, uma vez que não se restringe à implementação de novas tecnologias, mas se traduz no estreitamente das conexões entre todos os atores que, de algum modo, se relacionam com o governo: os cidadãos, os fornecedores, e outros governos. Foi pensando nessa lacuna que realizamos esta empreitada em direção a uma teorização, em que o *E-gov* seja compreendido como resultado de práticas articulatórias, sob o olhar da TD de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

2.1.3.1 Os limites do controle das atividades de inovação no setor público

A inovação impõe desafios ao mundo corporativo contemporâneo, a considerar que ela pode contemplar tanto o *design*, como o produto, as técnicas de marketing ou serviços prestados ao cliente (MAITAL; SESHADRI, 2007). Assim, inovação, do latim *Innovatio*, pode ser definida como o

> [...] desenvolvimento ou o refinamento prático de uma invenção original em uma técnica utilizável ou produto ou, um processo em que a criatividade é aplicada a todos os aspectos da cadeia de valor de uma organização, do começo ao fim, para desenvolver novas e melhores formas de criar valor para os clientes(MAITAL; SESHADRI, 2007, p. 29).

Já a inovação tecnológica se refere

> [...] as competências que uma organização desenvolveu para introduzir novos produtos, processos ou métodos, de forma que sejam percebidos e aceitos pelo mercado. O fato de poder introduzir uma novidade em um determinado mercado não caracteriza por si uma inovação, pois é necessário que os clientes percebam e aceitem essa novidade para que seja considerada como inovação. Justamente neste aspecto é que está a diferença essencial entre invenções e inovações (TABOADA, 2009, p. 10).

Num debate sobre difusão de inovação, Giacomini Filho, Goulard e Caprino (2007) defendem que não somente os seus efeitos práticos ou comerciais são significativos, mas também a sua difusão nos diversos setores da sociedade deve ocorrer de forma rápida e eficaz, de modo a exercerem impacto no crescimento econômico. Nelson (1993), Doryan (1993),

Mahamood e Rufin (2005) afinam pelo mesmo diapasão ao argumentarem sobre as evidências dos impactos positivos de determinadas políticas públicas no estímulo à inovação.

Numa análise sob a perspectiva macroeconômica, Freeman (1974), Abernathy e Utterback (1978), Dosi (1988) e Rogers (2003) criticam o fato de a maioria das pesquisas sobre o tema da inovação focalizar o estudo dos mecanismos de criação e difusão de inovações nas economias dos países industrializados.

Estudos do Banco Mundial (1997) enfatizam fatores como a importância do nível de sofisticação dos mercados de capital como fonte geradora de capital de risco ou a necessidade de investimentos em pesquisa básica e educação, enquanto Keefer e Knack (1997), Rodrigues Junior e Polído (2007), Castro, Possas e Godinho (2011) destacam a necessidade de elevação do grau de proteção jurídica à propriedade intelectual para que os inovadores tenham a garantia de usufruírem de eventuais frutos dos seus esforços.

Nas economias emergentes, o estágio de evolução da infraestrutura econômica e institucional faz com que muitos desses mecanismos ainda sejam considerados incipientes, frágeis ou de difícil aplicação, sobretudo, no que se refere às ações inovadoras na gestão do setor público (BANCO MUNDIAL, 1998; 2005; HEEKS, 2003; SCHUPPNAN, 2009).

Em alguns casos, podem ocorrer situações de vácuo institucional caracterizadas pela ineficiência, ou mesmo, pela ausência total de mecanismos de ação governamental no que diz respeito à inovação no setor público (KHANNA; PALEPU, 1997; 2006). Nessas regiões, há pouco incentivo ao desenvolvimento da inovação, especialmente, no que tange às inovações tecnológicas chamadas radicais. Nesses lugares, são comuns os processos de adaptação de inovações tecnológicas desenvolvidas nos países mais avançados (SHRIVASTAVA, 1984; ALCORTA; PLONSKI; RIMOLI, 1998; ARELLANO, 2002; SACHS; VIAL, 2002; HEEKS; NICHOLSON, 2004; RODRIGUEZ; DINIZ; FERRER, 2007). Mas, tais processos ocorrem comumente na forma de um transbordamento tecnológico, em que as inovações são adaptadas – em alguns casos copiadas – e rapidamente difundidas em sucessivas ondas, em um movimento que evolui de forma endógena (NADIRI, 1993; FAN, 2002; MCGRATH, 1997).

Os estudos de Sousa e Paiva Júnior (2013) apontam que em economias baseadas no conhecimento, a inovação deve assumir um papel central. A expressão ‘economia baseada no conhecimento’ descreve as tendências verificadas nas economias mais avançadas e refere-se a uma maior dependência de conhecimento, informações e altos níveis de competência e a uma crescente necessidade de pronto acesso a tudo isto.

A maioria dos estudos realizados, que utilizam a TD como lente teórica, se centra em problemáticas relacionadas aos movimentos sociais. Em nossa revisão de literatura, não

encontramos nenhum estudo na área de gestão pública ou de governança de sistemas de inovação com o suporte das TIC que tivesse adotado a TD como lente teórica. Os estudos sobre o E-gov que acessamos, além de não tratarem do caráter relacional dessa prática não exploram como os interesses particulares dos agentes envolvidos são mediados, tampouco apontam como uma perspectiva sócio-política como a da TD, por exemplo, pode auxiliar a entender a natureza dessas interações (FRANK; LACLAU; PUIGGRÓS, 1972; BARROS, 2002; GROPPO, 2009). É visando a cobertura dessa lacuna que discutimos, a seguir, como a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe pode contribuir para uma compreensão alternativa ao pensamento normal a respeito do *E-gov*.

2.2 A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar os argumentos centrais da teoria do discurso e explorar como os seus conceitos permitem explanar os processos de significação do *E-gov* como prática social, tendo em vista os processos de articulação visando ações inovadoras no setor público.

O capítulo está dividido em duas seções. Na primeira seção, discutimos os cinco argumentos centrais e as três lógicas fundamentais da teoria do discurso e, na segunda seção, centramos o debate no papel da lógica da equivalência, lógica da diferença e lógica da fantasia para o entendimento das articulações discursivas no âmbito do *E-gov*.

2.3 Os argumentos centrais da Teoria do Discurso

Toda teoria que ambicione explanar um campo abrangente de fenômenos passa por uma experiência histórica particular (MARCHART, 2007). Nessa perspectiva, a teoria do discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe (1985) tem sua gênese na experiência histórica de Ernesto Laclau, enquanto militante do Partido Socialista Argentino e do movimento estudantil peronista, como membro da cúpula dirigente do Partido Socialista da Esquerda Nacional e, também, como editor do jornal *Lucha Obrera* pertencente a esse partido (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008; OLIVEIRA; LOPES, 2011).

Partindo de uma crítica ao marxismo, devido à sua incapacidade de dar conta das relações contemporâneas, uma vez que se restringiu a um entendimento essencialista da sociedade baseado, principalmente, na lógica reducionista das relações sociais adstritas ao antagonismo capital *versus* trabalho, Laclau e Mouffe (1985) elaboram

> [...] uma leitura não-essencialista, não determinista e não objetivista da tradição marxista, abandonando as concepções *a priori* que orientam a análise dos processos políticos e estabelecendo a ênfase nas articulações como resultado de processos políticos constitutivos (OLIVEIRA; LOPES, 2011, p. 28).

De modo geral, a teoria do discurso constitui uma das distintas vertentes das denominadas epistemologias pós-modernas, embora o significado deste último termo não seja livre de ambiguidades (HAMLIN, 2008), considerando que as ideias centrais dessas abordagens epistemológicas giram em torno das seguintes premissas: a) nenhuma pessoa ou grupo pode sustentar uma perspectiva neutra ou "descolada" de pontos de vistas específicos; b) toda compreensão ou explicação alcançada será sempre parcial (assim como falível e transitória) e c) as identidades não constituem totalidades fechadas e homogêneas.

Nesse sentido, o trabalho a respeito de Gramsci organizado por Mouffe (1979), em *Gramsci and Marxist Theory*, traz embutidas as marcas de uma leitura não essencialista da tradição marxista, que viria a constituir uma das bases intelectuais mais relevantes para o desenvolvimento do pós-marxismo associado à chamada Escola de *Essex*, difusora da Teoria de Discurso. Ainda, no âmbito dessa construção teórica, a obra *Politics and Ideology in Marxist Theory* (LACLAU, 1977) também evidencia o interesse do Ernesto Laclau por uma forma de política radical que não seja essencialista, não se sustente em concepções *a priori* e tampouco em suposições substantivas, acerca dos desejos políticos, mas sim em uma forma de política que se preocupa com as articulações como resultado de processos políticos constitutivos (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008).

Com a publicação de *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, obra que serve de marco à Teoria do Discurso, Laclau e Mouffe (1985) trazem à tona outras bases teóricas e epistemológicas que influenciam a sua construção teórica, nomeadamente, as influências do pós-estruturalismo e da psicanálise francesa presentes no engajamento com a desconstrução Derridiana da noção de estrutura, o entendimento Foucaultiano das posições de sujeito e da concepção Lacaniana do sujeito.

Nessa construção teórica, a noção de sujeito 'como falta' emerge não apenas do campo da psicanálise lacaniana, mas tem base, também, em temas extraídos da obra de Derrida, bem como de debates posteriores entre o próprio Ernesto Laclau com Judith Butler e Slavoj Žižek na obra *Contingency, Hegemony, Universality* (BUTLER, LACLAU e ŽIŽEK, 2000).

Em *Hegemony and Socialist Strategy,* Laclau e Mouffe (1985) empregam o pensamento pós-estruturalista como uma abordagem para análises políticas no sentido mais estrito. Essa estratégia possibilitou-lhe a desconstrução de muitos conceitos clássicos do

pensamento social e político, a exemplo de: ideologia, poder, ordem, comunidade, emancipação, representação, universalidade/particularidade, política/político e sociedade/social. Podemos dizer, então, que o pós-estruturalismo deparou-se com aquilo que Oliver Marchart (2007) denominou de 'giro político', o qual teria sido iniciado com a obra que citamos acima, na qual os autores reconceituam o social discursivamente, e a identidade do sujeito enquanto resultado de articulações discursivas, além de, também, defenderem a impossibilidade da sociedade e de um projeto emancipatório nos moldes da modernidade (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008; OLIVEIRA; LOPES, 2011).

Com isso, o *E-gov* deve ser entendido como sendo fruto de articulações discursivas nunca totalmente conclusivas, uma vez que sua significação não pode ser fixada de forma definitiva, como faz crer a linguística crítica (FAIRCLOUGH, 2008). Isso abre caminho para lutas constantes envolvendo o NOSI como um dos agentes mais relevantes da cadeia de significação do *E-gov*, lutas essas relacionadas às definições dessa prática e, considerando que os efeitos de contingência e precariedade se repercutem na fixação dos significados dessa prática social, tendo em conta a inexistência de qualquer previsibilidade ou inexorabilidade social, como ensinam Mendonça e Rodrigues (2008).

Nessa ordem de ideias, se "o social é articulação, a sociedade é impossível" (LACLAU; MOUFFE, 1985, p.114), a reconceituação do social, em termos discursivos, e a introdução da ideia de impossibilidade da sociedade acompanham a mudança de paradigma em direção ao pós-estruturalismo e ao pós-fundacionalismo (MARCHART, 2007) iniciados por Laclau e Mouffe. Nessa lógica,

> [...] se o discursivo é considerado como algo principal com respeito a todas as identidades sociais, então nunca estaremos numa situação em que a sociedade encontre sua base última ou atinja sua totalidade, onde o antagonismo desapareça e a política termine (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008, s/p).

Portanto, a noção de impossibilidade da sociedade constitui uma implicação necessária na formulação teórica de Laclau e Mouffe (1985), atentando para o fato de que a articulação política só é possível na medida em que a sociedade é impossível. A concepção da impossibilidade da constituição plena da sociedade, do ponto de vista da completude de seus sentidos ou, ainda, da reconciliação consigo mesma, ocorre a partir de uma perspectiva lacaniana.

Se por um lado, em Laclau e Mouffe (1985), essa reflexão se instaura no campo da política, por outro lado, a ideia de que a sociedade não representa um conjunto fechado está

vinculada à noção lacaniana de grande Outro como sendo constitutivamente não-tudo (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008; QUINET, 2012). Assim, a TD privilegia o dinamismo que as sociedades e os diferentes grupos sociais apresentam, construindo-se e desconstruindo-se em arranjos múltiplos, produtores de significados instáveis, cambiáveis e, por vezes, hegemônicos. Por isso, o social deve ser entendido como sendo significativo, hermenêutico e a partir de suas diversas formas, sempre contingentes e precárias.

Portanto, não se pode pensar e conceituar o social sem uma noção de antagonismo que sirva, ao mesmo tempo, como condição de possibilidade e de impossibilidade da sociedade. Encapsulada nessa noção de antagonismo está uma lógica política, que considera a constituição parcial de sentido social relativamente a uma instância inteiramente negativa (LACLAU; MOUFFE, 1985). Nesse ponto, entra em cena uma concepção de sujeito como falta, portanto, desprovido de substância e que emerge dos espaços e das fissuras provocados na textura social pelos efeitos dos movimentos deslocatórios do antagonismo (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008; QUINET, 2012).

Logo, a TD se constitui como um sofisticado arcabouço teórico para a compreensão do social, adotando o poder e o discurso como categorias centrais. Vários outros conceitos (sujeito "como falta", articulação, pontos nodais, hegemonia, antagonismo, significante vazio, significante flutuante, lógica da equivalência e lógica da diferença), oriundos de áreas de conhecimento como a Psicanálise, a Linguística, o Marxismo, o Estruturalismo e o Pós-estruturalismo, são articulados por Laclau e Mouffe (1985) na construção do arcabouço teórico da TD, a qual está inserida em uma "matriz contemporânea e pós-estruturalista, que contempla a contingência, a precariedade, a indeterminação e o paradoxo como dimensões ontológicas do social" (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008, p. 26).

A noção de discurso que tem sido abordada em algumas análises políticas contemporâneas tem suas raízes no que pode ser chamado de 'giro transcendental da filosofia moderna', que compreende um tipo de análise dirigido às condições de possibilidade dos feitos e não essencialmente aos feitos em si (LACLAU, 2012).

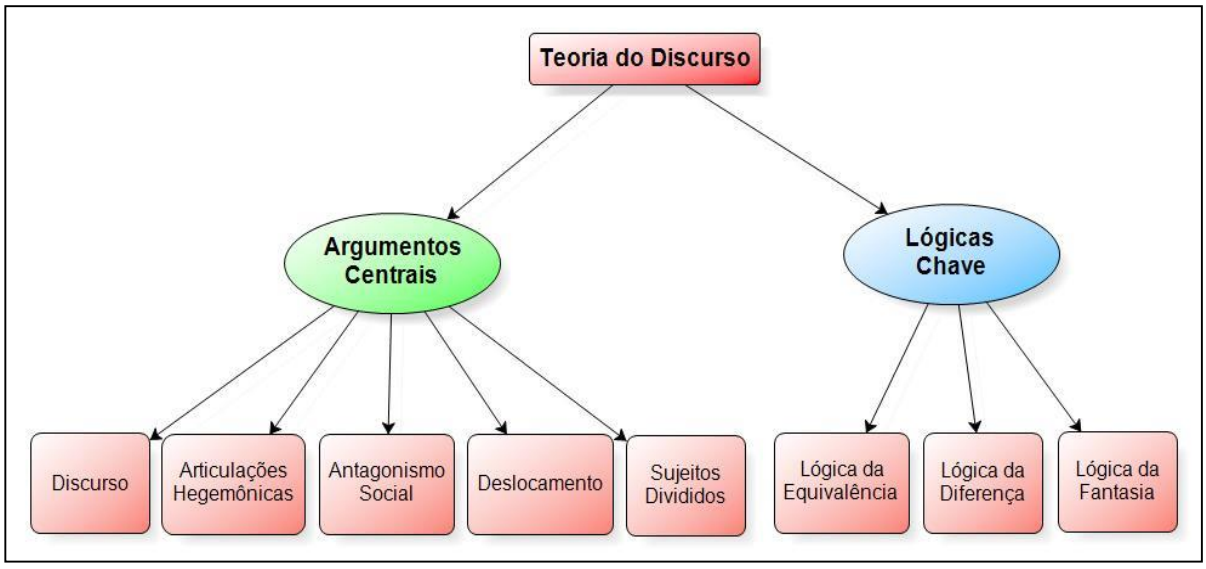
Assim, os limites ou descaminhos do *E-gov* precisam ser analisados por meio da investigação dos processos articulatórios que geram as suas condições de possibilidade enquanto prática social. Tal processo é parte constitutiva da configuração conceitual da TD concebida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985). Para efeitos deste estudo e, tendo em vista a coerência com os pressupostos teóricos e epistemológicos que o sustentam, adotamos uma concepção de *E-gov* que o reconhece como campo de discursividade. Dessa forma, o mesmo deve ser estudado como uma prática social que visa orientar determinados

desenvolvimentos simbólicos, por meio da obtenção de consensos, tendo em vista as ações inovadoras na gestão pública, ou, ainda, uma determinada ordem e/ou o alcance de uma transformação social almejada (CANCLINI, 2001).

Como política de inovação no setor público, o *E-gov* resulta de disputas discursivas pela constituição de textos/representações, o que envolve articulações que contemplam diversas fontes de discursos, por meio das quais determinados grupos (particulares) procuram defender determinadas demandas (particulares), constituindo, para tal, as suas representações. Portanto, é com esta concepção de *E-gov* em mente que optamos pelos aportes teóricos da TD, visando superar as lacunas que os modelos analíticos desse fenômeno baseados em seus estágios de desenvolvimento apresentam e as limitações das teorias de inovação no campo dos estudos organizacionais para o entendimento das questões políticas que o envolvem enquanto prática social discursiva.

A Teoria do Discurso constitui uma empreitada intelectual que associa diversas ferramentas teóricas para a explicação de fenômenos sócio-políticos. No entanto, em seus estudos, Laclau e Mouffe (1985) não apresentam claramente a forma como realizam suas análises empíricas a partir da TD, o que não quer dizer que ela não possa ser usada em análises empíricas detalhadas. Assim sendo e dada à sua centralidade explicativa, a seguir, discutimos, mais detalhadamente, os argumentos centrais e as lógicas-chave da TD sintetizados na figura 1, a seguir.

Figura 1 - Argumentos centrais e as lógicas-chave da Teoria do Discurso



Fonte: Elaborado pelo autor

2.3.1 Discurso

A Teoria do Discurso promove um entendimento de que todas as formas de prática social ocorrem em um contexto discursivo específico (HOWARTH; TORFING, 2005; JEFFARES, 2007). Discurso, portanto, consiste em um sistema de significação, cuja natureza material e simbólica une palavras e ações (HOWARTH, 2000). Ou seja, "tudo o que dizemos, pensamos, ou fazemos está condicionado por um discurso, mais ou menos sedimentado, que é constantemente modificado e transformado pelo que estamos dizendo, pensando e fazendo" (HOWARTH; TORFING, 2005, p.14).

Sob essa ótica, tanto a formulação das políticas de inovação como o desenvolvimento de projetos de *E-gov* ocorrem no seio de um sistema discursivo. Logo, *E-gov* representa uma prática discursiva, cujos significados são formados pela comunidade de sujeitos ou identidades envolvidos em sua formulação e implementação. Assim, da mesma forma que todo aspecto do social ganha significado discursivo, os significados do *E-gov* serão alcançados também dessa forma (JEFFARES, 2007; OLIVEIRA; LOPES, 2011).

Laclau e Mouffe (1985, p.105) definem discurso como uma "totalidade estruturada resultante da prática articulatória". Isso pressupõe a existência de um conjunto de elementos vinculados entre si numa cadeia de equivalências e aqueles excluídos dessa mesma cadeia. Isto é, no âmbito do discurso o significado é construído em termos de equivalência e diferença (de forma metonímica ou metafórica), sendo que, "em algumas situações, a lógica da diferença predomina e, em outras, a lógica da equivalência prevalece" (HOWARTH; TORFING, 2005, p.14). No entanto, na maioria das vezes, os significados são formulados tanto pela afirmação da diferença como pela articulação de cadeias de equivalência.

Articulação, de acordo com Laclau e Mouffe (1985, p. 105), consiste em "quaisquer práticas estabelecendo uma relação entre os elementos de tal forma que sua identidade é modificada como resultado da prática articulatória". Por outro lado, discurso representa uma "categoria teórica que permite investigar os mecanismos pelos quais os sentidos são produzidos e como eles conferem orientação aos fenômenos sociais" (BURITY, 2008, p.42). Essa orientação não é, entretanto, pré-determinada, mas produzida e transformada na própria dinâmica discursiva. Nesse caso, realçamos que os discursos nunca são totalmente fixos e/ou acabados, mas estão continuamente sujeitos a alterações radicais (HOWARTH 2000; LACLAU; MOUFFE, 1985).

Essa concepção reforça nossa convicção com relação à capacidade explicativa da TD, relativamente ao fenômeno do *E-gov*, uma vez que ela nos permite conhecer suas práticas

articulatórias expressas nos embates pela fixação de seus significados no contexto social Cabo-verdiano.

Em termos metodológicos, na aplicação da TD, concentramos nossos esforços na exploração das articulações que tornam possível um determinado discurso de *E-gov* em Cabo Verde, de modo a entendermos como e porque elementos díspares são conjugados de determinadas formas nesse campo de discursividade. Nesse sentido, as demandas foram nossas unidades básicas de análise, pois constituem elementos dos discursos em torno do *E-gov* (JEFFARES, 2007). Aqui, as demandas representam a manifestação de determinada queixa resultante de um pedido a ser cumprido. De modo que, o ato de se compreender discurso a partir da posição das demandas explica como novos discursos ou cadeias de equivalência ocorrem, quando uma série de demandas de diferentes origens discursivas, são articuladas como equivalentes (LACLAU, 2005a;b).

2.3.2 Articulações hegemônicas

Na obra *Hegemony and Socialist Strategy*, Laclau e Mouffe (1985) realizam um procedimento reconstrutivo, no qual convertem a história do marxismo na antessala da construção da noção de hegemonia. Ao descreverem as problemáticas internas da tradição marxista, os autores propõem o seu conceito de hegemonia, que vem coroar um deslocamento ontológico relativamente às limitações do marxismo ocidental, a que os autores denominam de pós-marxismo, "uma categoria relacionada com processos de reativação política de certas problemáticas marxistas, mas com a negação da validade dessa tradição" (VILLALOBOS-RUMINOTT, 2002, p.7).

Segundo Burity (1997), o termo "pós-marxismo",

> [...] descreve um esforço para dar conta rigorosamente do status das "apropriações", "influências" ou "articulações" entre o arsenal analítico e político do marxismo e as correntes e movimentos externos àquele com os quais se buscaram alianças para enfrentar aspectos do desenvolvimento da sociedade capitalista ausentes ou mal trabalhados nos clássicos do marxismo (p.3).

Já a noção de reativação aponta para uma releitura política dos conflitos sociais no mundo contemporâneo. Nesse sentido, em sua reconstrução, o conceito de hegemonia surge como uma consequência interna à própria tradição marxista. Entretanto, esse procedimento reconstrutivo não é teleológico, a ponto de permitir ao conceito escapar à lógica da necessidade, tão característica das reconstruções em filosofia da história e, também, a suas

versões vulgares que concebem o mundo atual como consequência necessária de um processo emancipatório (VILLALOBOS-RUMINOTT, 2002).

O conceito de hegemonia apresentado por Laclau e Mouffe (1985) está vinculado, portanto, às discussões do Marxismo Russo dos princípios do Séc. XX, a Rosa Luxemburgo e, fundamentalmente, a Antonio Gramsci. Não significa, contudo, que os autores tenham apresentado a sua versão do problema como consequência lógica, necessária e inevitável desta tradição. Ao contrário, significa que o conceito de hegemonia que formulam permite compreender, não em progressão linear, mas em concomitância analítica, as inquietações do pensamento político no sentido de pensar sua especificidade, sem ser sobre-determinado por lógicas estranhas ao seu carácter instituinte (LACLAU, 1977; VILLALOBOS-RUMINOTT, 2002). Esse caráter instituinte, de acordo com Villalobos-Ruminott (2002), está associado à concepção de 'político' como prática que "simula um fundamento, precisamente, em tempos em que já não existe nenhum fundamento alheio à ordem social" (p.8).

Nesse sentido, a concepção de hegemonia proposta por Laclau e Mouffe (1985) está associada à ideia de que as práticas sociais (discursivas) ocorrem por meio de lutas hegemônicas, tendo em vista a "formação de uma liderança política e moral-intelectual que envolve a articulação de uma variedade de elementos ideológicos em um projeto político comum que modifica a identidade das forças políticas por trás dele" (TORFING, 1999, p. 12).

A construção discursiva ocorre por meio de articulações hegemônicas, cujo objetivo reside no estabelecimento de uma liderança política por meio da articulação de significados e identidades (HOWARTH; TORFING, 2005). Essa concepção auxiliou-nos no entendimento de que as identidades são formadas a partir de ordens discursivas disputando sentidos, no que Laclau e Mouffe (1985) designam de campo de discursividade, o espaço onde as disputas discursivas ocorrem.

Num cenário como esse, a possibilidade de ação de qualquer identidade deve ser entendida em sentido relacional, pois,

> [...] uma identidade busca impor suas vontades na concorrência com outras, visando, com isso, universalizar seus conteúdos particulares. A complexidade do social, no entanto, impede necessariamente a completa universalização ou totalização desses conteúdos particulares, uma vez que tentativas de fechamento completo de sentidos sociais são empreitadas sempre incompletas e precárias. Além de empreitadas incompletas e precárias, contingentes, uma vez que nada pode garantir que determinadas explicações, ou efeitos de sentido, sejam capazes de serem universalizados necessariamente (MENDONÇA, 2007, p.250).

Nessa perspectiva, não existe maneira dos sentidos sociais serem constituídos antecipadamente, nem tão pouco se considera que identidades ou movimentos sociais estejam completamente constituídos. Nessa ordem de ideias, as relações de poder são sempre constitutivas das próprias relações sociais, daí a razão para a complexidade e ausência de fixidez em relação ao político. Por outras palavras, a vontade política é alcançada sempre pelo uso da força, em meio ao clima de tensão e disputa. Com isso, não queremos dizer que consensos sociais sejam impossíveis, eles são possíveis sim, embora nunca sejam eternos (MENDONÇA, 2007).

Três lógicas fundamentais da TD (equivalência, diferença e fantasia) entram em jogo no processo de estabelecimento de uma relação hegemônica em busca da constituição de uma relação de ordem. Os atores estão envolvidos na formação de equivalências entre as demandas, mas, também, na articulação de fronteiras definidoras dos limites dos seus projetos. Daí que, na prática, a hegemonia é revelada com a constituição de um aparente consenso ou quando categorias são tomadas como certas e inquestionáveis (JEFFARES, 2007). Por isso é que um discurso hegemônico é, essencialmente, discurso de unidade: unidade de diferenças (MENDONÇA, 2007).

2.3.3 Antagonismo social

Desde o lançamento de *Hegemony and Socialist Strategy*, em 1985, a noção de antagonismo ocupa um lugar privilegiado no âmbito da TD. Mesmo com o advento da categoria ‘deslocamento’, introduzida em *New Reflections on the Revolution of Our Time* por Laclau (1990), o conceito de antagonismo mantém sua importância para a construção de lógicas, identidades e fronteiras políticas (MENDONÇA, 2007; 2010).

Na TD, o político, que se constitui a partir de relações de poder medidas antagonicamente, tem espaço privilegiado e “deve ser percebido em toda a sua especificidade” (MENDONÇA, 2010, p.4). Isto significa que “se o social deve ser compreendido a partir de lógicas discursivas, essas lógicas devem ser analisadas a partir da ideia de discursos em luta, de discursos antagônicos” (MENDONÇA, 2010, p.4).

No sentido de compreendermos a lógica antagônica, antes de tudo, explicamos em que contexto a noção de antagonismo é elaborada por Laclau e Mouffe (1985). Os autores tinham como objetivo central demonstrar que as relações políticas não se constroem a partir de lutas entre identidades prontas. Isto quer dizer que não se pode considerar a existência de identidades políticas num sentido essencialista, previamente constituídas antes mesmo da

própria relação antagônica (MENDONÇA, 2010). Portanto, antes de ser uma relação entre objetividades já dadas, o antagonismo representa o próprio momento em que as mesmas passam a ser constituídas. Quer dizer que, antagonismo constitui a condição de possibilidade (não sendo a única) para a formação de identidades políticas e não apenas um campo de lutas que se forma entre duas forças com existências prévias.

Não há como estabelecermos previsões de quais identidades políticas assumirão papéis de representação social, contrariamente ao "projeto político marxista que previa que a entidade proletária assumiria as lideranças moral, intelectual e política da sociedade industrial" (MENDONÇA, 2007, p.250).

Assim, pela lógica antagônica, não existem identidades pré-constituídas, mas aquelas que têm suas próprias constituições negadas, uma vez que a presença do outro é identificada como a condição da impossibilidade de sua constituição plena. Quer dizer que, enquanto houver antagonismo, não se pode ser uma presença acabada de si mesmo (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Antagonismo é, portanto, uma experiência de negatividade, uma relação que apresenta o limite da objetividade ou da constituição plena das identidades. A articulação hegemônica de significados e identidades está relacionada à construção do antagonismo social que, por sua vez, envolve a exclusão de um Outro ameaçador capaz de, ao mesmo tempo, estabilizar o sistema discursivo e prevenir seu fechamento total.

Segundo Jeffares (2007, p.15), na TD esse processo de exclusão de um Outro ameaçador é concebido com antagonismo social, e "envolve a exclusão de um conjunto de significados e identidades articulados como parte de uma cadeia de equivalência, que enfatiza a 'mesmice' dos elementos excluídos". O 'Outro' antagônico, como muitas vezes é conhecido, representa uma ameaça ao invés de apenas diferença. Esta pode ser acomodada e sempre estará presente em um discurso, mas aquelas (as ameaças) estão fora do discurso e, ao mesmo tempo estabiliza e ameaça a equivalência discursiva. No entanto, em qualquer projeto hegemônico haverá, sempre, pelo menos um projeto contra-hegemônico ou evento contingente, contendo demandas que não podem ser acomodadas, razão pela qual sempre haverá antagonismo social (JEFFARES, 2007). A contínua ameaça ao discurso significa que há sempre uma chance de o mesmo tornar-se deslocado.

Nos últimos anos, a emergência de movimentos sociais e o fortalecimento da sociedade civil organizada, assim como o papel cada vez mais significativo da mídia no controle público das ações do Estado, têm produzido discursos antagônicos que põem em

cheque a legitimidade dos discursos referentes aos modelos de gestão de sistemas de inovação e do próprio setor público em Cabo Verde.

A emergência de tais movimentos sociais permitiu a constituição de um embate de posicionamentos de diversos agentes sociais em torno do controle das atividades de inovação no setor público em Cabo Verde pelo Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação (NOSI), agência do governo responsável pela concepção, implementação e gestão de todos os projetos e políticas no âmbito da sociedade da informação e do *E-gov* nesse país.

2.3.4 Deslocamento

Independentemente do seu grau de estabilidade ou sedimentação, todo discurso está sujeito ao deslocamento. Ou seja, todo e qualquer discurso enfrenta desafios infligidos por demandas contra-hegemônicas de discursos rivais e demandas decorrentes de contingências imprevistas (JEFFARES, 2007). Quando confrontado com novos eventos que não pode explicar, representar, ou, domesticar, o discurso hegemônico estável torna-se deslocado. A falha na domesticação desses novos eventos perturba o sistema discursivo e abre caminho para lutas hegemônicas, tendo em vista o preenchimento das lacunas na ordem social (STAVRAKAKIS, 1999).

Esse processo leva à articulação de um novo discurso hegemônico, sustentado por meio da construção de um novo conjunto de fronteiras políticas. Nesse contexto, o deslocamento se manifesta por meio de uma crise de identificação, estrutural, ou orgânica. Essa crise, segundo Howarth e Torfing (2005), é um processo traumático que traz à tona uma proliferação de significantes flutuantes. O deslocamento tem como objetivo fixar esses significantes flutuantes, articulando-os com um novo conjunto de pontos nodais (LACLAU, 1990).

Em suma, o deslocamento, no qual a ordem simbólica é completa ou parcialmente interrompida, constitui uma oportunidade para a emergência de novas formas discursivas.

2.3.5 Sujeitos divididos

O constante deslocamento da estrutura discursiva mostra que os agentes (indivíduos ou grupos de indivíduos) surgem sempre como sujeitos divididos engajados na impossível busca por uma identidade plena por meio de atos de identificação (HOWARTH; TORFING, 2005; JEFFARES, 2007).

Como a identidade se baseia em antagonismo social, na identidade de um ‘Outro’, portanto, sempre existirão a ameaça e a possibilidade de deslocamento. Nesse sentido, os agentes sociais procuram sempre atuar de forma estratégica, no sentido de hegemonizarem o terreno que habitam, por meio de projetos hegemônicos, articulando equivalências, identificando e destacando os inimigos e ameaças (JEFFARES, 2007). Porém, embora continuem sempre sendo ‘sujeitos divididos’, pois, jamais conseguirão alcançar seu objetivo de plenitude, os agentes sociais persistem continuamente na tentativa de alcançarem a identidade plena, e essa tentativa contínua é o que, de acordo com Laclau e Mouffe (1985), sustenta o comportamento humano no âmbito do discurso.

Na impossível busca por uma identidade plena, três lógicas entram em jogo: A lógica da equivalência, que contribui para a articulação das igualdades entre os agentes ou entre uma série de diferentes “Outros”, a lógica da diferença, que contribui para a demarcação das fronteiras do discurso (nós e eles) e, a lógica da fantasia ou a articulação de uma plenitude fantasmática, como diz Stavrakakis (1999), que fornece os meios para entendermos porque práticas sociais específicas e os sujeitos aderem a determinados regimes. Esta última serve para garantir que a contingência radical da realidade social permaneça no fundo (STAVRAKAKIS, 1999; JEFFARES, 2007; GLYNOS, 2008b).

2.4 As lógicas chave da Teoria do Discurso: equivalência, diferença e fantasia

A implementação do *E-gov* e sua transformação em um projeto hegemônico na gestão pública, sempre em busca de estabelecer uma identidade plena, requer a articulação de demandas diferenciais para as transformar em equivalências. Ou seja, a implementação do *E-gov* depende de articulações discursivas estabelecidas entre momentos diferenciais, organizados a partir da constituição de um ponto nodal, como por exemplo, a necessidade de maior transparência no setor público.

Porém, a efetivação dessas ações está condicionada à organização de elementos que outrora representaram a pura diferença numa lógica complexa, lógica da diferença, transformando-os em elementos equivalentes, lógica da equivalência, a qual conduz à simplificação desses elementos. A transformação dos elementos do discurso em momentos nunca é completa, pois, se assim fosse estaríamos diante da simples igualdade e não da articulação de diferenças, como argumentam Laclau e Mouffe (1985).

Uma vez que a lógica da diferença reflete a diferença positiva existente entre determinados elementos sociais (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008; LACLAU; MOUFFE, 1985), os discursos que geram as condições de possibilidade para o *E-gov* adotarão sempre como foco as diferenças positivas a fim de incorporarem o maior número possível de elementos (diferenças). A unificação desses elementos ocorre com a criação de um denominador comum, a exemplo do aumento da transparência na gestão pública, da igualdade de oportunidades no acesso aos serviços públicos para os cidadãos, necessidade de *accountability* e do aumento das receitas do governo. Dessa forma, a equivalência entre os elementos sociais no âmbito do *E-gov* é alcançada, por meio do compartilhamento entre eles, de uma relação antagônica comum com o discurso dominante dessa prática social.

Essas duas lógicas, a da equivalência e a da diferença, andam juntas e são constitutivas de um único processo: a lógica da equivalência apenas existe a partir da ocorrência do efeito discursivo decorrente da lógica da diferença (MENDONÇA, 2003b). Nas relações baseadas nas diferenças, os lugares de antagonismo são ampliados, de modo a dificultarem a centralização em torno de um conflito. Já nas relações baseadas em equivalências, estas são alargadas visando a redução dos lugares de antagonismo. Tal situação conduz à simplificação do terreno político, considerando que os conflitos podem ser substituíveis. No entanto, são esses dois elementos de tensão que constituem o social (SOUTHWELL, 2008).

O momento de negociação entre essas duas lógicas é denominado por Laclau e Mouffe (1985; 2001) de 'político', e constitui categoria central da hegemonia, uma vez que permite explicar como se dá a inversão de um conteúdo particular em uma representação global (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Para que possamos entender o que Laclau (2006) define como relação de equivalência, aceitamos a ideia de que é a partir da dispersão de antagonismos e de diferentes demandas que se pode compreender os processos articulatórios que acabam por hibridizar discursos e fixar sentidos do *E-gov* em Cabo Verde. No entanto, como os antagonismos são os operadores das equivalências, parece-nos impossível pensar o *E-gov* sem levar em conta uma concepção de antagonismo que sirva, ao mesmo tempo, como sua condição de possibilidade e de impossibilidade. Da mesma forma que o social, os discursos do *E-gov* serão sempre contingentes e precários.

Nesse sentido, a partir da análise das lógicas da equivalência e da diferença procuramos entender como as condições para a implementação do E-gov foram geradas, apesar deste não se apresentar como um fenômeno "acabado ou objetivamente coerente" (MENDONÇA, 2003a, p. 143).

Na base de nossa análise está o entendimento da realidade como sendo discursivamente construída, em que os discursos podem ser constantemente alterados por ações políticas diversas. Vale ressaltar, que discurso não é algo dicotômico a pratica, posto que é uma prática, uma prática discursiva, que se materializa em ações.

Devemos dizer, ainda, que se a tensão entre as lógicas da diferença e da equivalência é finalmente insolúvel, não existe nenhuma forma de institucionalização do *E-gov* total, tampouco uma forma de antagonismo completa. Isto é, a inexistência da institucionalização acabada é uma decorrência da existência permanente de antagonismos na composição da realidade social, o que se aplica também ao E-gov em estudo. Daí que, no âmbito do *E-gov* a política será sempre uma negociação entre dois planos: das diferenças e das equivalências.

Lacan (2008) concebe o ser humano como sujeito do desejo, portanto, possuidor da afetividade da imaginação. Para esse autor a lógica da fantasia teoriza a conexão do sujeito simbólico com algo que não é de sua ordem (simbólica) de significação: o real (de gozo). Nessa ótica, essa lógica nos permite analisar o *enjoyment* (aqui entendido como gozo) que os sujeitos procuram em suas identificações com o *E-government*.

Por seu lado, Howarth e Gris (2012) ensinam que a lógica da fantasia opera no sentido de possibilitar uma forma de fechamento ideológico da contingência radical das relações sociais e a naturalização das diferentes relações de dominação nas quais os sujeitos se envolvem. Nessa concepção, a fantasia é concebida com um cenário imaginário que detém a função de fornecer um tipo de suporte positivo para o preenchimento da lacuna constitutiva do sujeito. O mesmo é válido para a fantasia social que, segundo Laclau (1990) compreende um cenário imaginário que preenche as lacunas da estrutura social, escondendo seu antagonismo constitutivo com a plenitude do gozo, ou seja, constitui uma contrapartida necessária ao conceito de antagonismo.

Nessa ordem de ideias, como a fantasia não é uma ilusão ideológica ou uma forma de falsa consciência (GLYNOS ; HOWARTH 2007), elas nos auxiliam na organização, ainda que parcialmente, de nossas percepções a cerca do *E-government*. Ademais, essas ajudam na estruturação de nosso entendimento acerca das relações sociais no campo de discursividade do *E-gov*, uma vez que abarcam sua contingência radical. No entanto, o ‘sucesso’ de determinada fantasia nessa arena discursiva depende de sua invisibilidade, pois, figuras e dispositivos fantasmáticos deixam de funcionar apropriadamente quando se tornam visíveis.

3 Trilha metodológica

A trilha metodológica que seguimos na elaboração deste estudo contempla a primeira seção contendo a orientação paradigmática e as perspectivas ontológica e epistemológica. Na segunda seção, delineamos as etapas do método da articulação que usamos, explicitando os elementos conceituais da lógica de explicação crítica subjacente a esse método. Na terceira seção, apresentamos o desenho da pesquisa, incluindo a abordagem metodológica (qualitativa) e o tipo de estudo (estudo de caso instrumental). Na quarta e última seção, explicamos os procedimentos empregados na constituição do corpus de análise (observação; entrevista qualitativa; documentos; material audiovisual), bem como os procedimentos analíticos aplicados (análise de discurso de matriz francesa) no estudo das articulações discursivas do *E-gov*.

3.1 Pressupostos ontológicos e epistemológicos

Os cientistas sociais abordam seus temas por meio de pressupostos acerca da natureza do mundo social e da maneira como ele pode ser investigado. Existem, por um lado, pressupostos de caráter ontológico que tratam da essência do fenômeno que se quer estudar e, de outro lado, pressupostos de caráter epistemológico que dizem respeito à forma como uma pessoa entende o mundo e transmite esse conhecimento para outras pessoas em forma de comunicação, ou seja, tratam das bases do conhecimento. Assim:

> Estes pressupostos abarcam ideias, por exemplo, sobre que formas de conhecimento podem ser obtidas, e como alguém pode separar o que é para ser visto como "verdadeiro" do que é para ser visto como "falso". Na verdade esta dicotomia de "falso" e "verdadeiro" por si só pressupõe uma certa posição epistemológica. Ela é atribuída mediante uma visão da própria natureza do conhecimento: se, por exemplo, o conhecimento é algo sólido, real e capaz de ser transmitido de modo tangível ou é algo mais maleável, subjetivo, espiritual ou mesmo transcendental, baseado na experiência e no *insight* de natureza única e essencialmente pessoal (BURREL; MORGAN, 1979, p.1-2).

Existe um terceiro grupo de pressupostos vinculados à natureza humana, entendida como a relação entre os seres humanos e seu ambiente que está associada às questões ontológicas e epistemológicas que abordamos anteriormente, embora conceitualmente separados deles.

A ciência social deve ser pensada mediante este tipo de pressuposto, uma vez que a vida humana constitui, primeiramente, o sujeito e o objeto de investigação da ciência social. Portanto, nessa arena podemos identificar perspectivas que vinculam uma visão dos seres humanos, respondendo, por um modo mecânico ou mesmo de maneira determinista, a situações encontradas em seu mundo exterior. Por esta visão, os seres humanos e suas experiências são compreendidos como produtos do ambiente, já que são condicionados por suas circunstâncias externas. Essa perspectiva extrema pode ser contrastada com outra em que o livre arbítrio assume posição central e o homem é visto como criador de seu ambiente. Nessas duas visões extremas da relação entre seres humanos e seus ambientes, identificamos um debate filosófico entre os defensores do determinismo, por um lado, e o voluntarismo, por outro (BACHELARD, 2005; CRESWELL, 2010).

Os pressupostos (ontológicos, epistemológicos e os da natureza humana) acima discutidos têm implicação direta, de natureza metodológica. Cada um deles tem implicações relevantes na maneira como se busca pesquisar e alcançar conhecimento acerca do mundo social. Portanto, distintas ontologias, epistemologias e diferentes modelos de natureza humana direcionam os cientistas sociais a diferentes metodologias. A possível gama de escolhas é certamente tão grande que o que é visto como ciência pelo tradicional 'cientista natural' cobre apenas uma pequena margem de opções (CRESWELL, 2010).

Considerando que na área dos estudos organizacionais, muitos estudiosos estão habituados com pesquisas cuja demarcação de fronteiras entre o referencial teórico, os procedimentos metodológicos e os resultados tende a ser mais visível, a seguir explicitamos os pressupostos ontológicos e epistemológicos pelas quais guiamos a elaboração deste estudo.

O referencial teórico deste estudo encontra sustentação na teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985), a qual reconhece o discurso como ontologia e a linguagem como epistemologia do social. Além disso, como nossa intenção foi extrair sentido dos (ou interpretar) significados que os agentes sociais atribuem ao *E-gov* em Cabo Verde em suas articulações discursivas, nossas perspectivas ontológica e epistemológica se inserem na orientação do construcionismo social (BERGER; LUEKMANN, 2004), que concebe

> […] o homem inserido numa realidade dada, existente antes e independente dele, já que sua vida é finita e a realidade social perdura após esta finitude. Contudo, a realidade se apresenta em diversas opções, e é o homem, em sua coletividade, que estabelecerá a predominante, isto é, aquela que será compartilhada por todos, cujo elo para este compartilhamento são a linguagem, a intersubjetividade, a temporalidade e a rotineirização dos problemas. Ademais, a despeito de sua consciência de finitude, o homem e a

> realidade dominante mantêm uma relação dialética, em que se moldam mutuamente (FREITAS, 2009, p.43).

Essa perspectiva se apoia na concepção de conhecimento como herança social, repassada de geração para geração, desde que tenha utilidade na rotina das pessoas. Embora esse conhecimento seja concebido pelos indivíduos no seu processo de socialização, ele não oferece aprofundamento para questões que vão além da rotina e nem se mostra igual para todos, pois, a sua distribuição depende de especificidades como classe social e interesses individuais (FREITAS, 2009). Como acreditamos que o conhecimento não pode ser inteiramente concebido por uma pessoa, pois sempre haverá áreas de penumbra na realidade social, essa perspectiva é a que melhor nos orienta na realização do presente estudo.

3.2 Quadro analítico: o método da articulação

Embora em seus estudos Laclau e Mouffe (1985) não apresentam claramente como realizam as suas análises empíricas com suporte da TD, esta constitui uma empreitada intelectual que integra ferramentas teóricas para a explicação de fenômenos sócio-políticos, a exemplo do *E-gov*. Em resposta às preocupações relacionadas a essa carência relativamente à aplicabilidade da TD em análises empíricas, Glynos e Howarth (2007) propuseram o método da articulação para ser usado em estudos, como este, realizados com base nessa teoria. Esse método envolve uma lógica de explicação crítica que reúne uma diversidade de lógicas sociais formais, juntamente com as lógicas políticas que constituem e contestam as últimas a fim de elucidar um objeto de pesquisa cuidadosamente problematizado (HOWARTH, 2005).

A abordagem baseada na noção de lógica que adotamos tem influências do pensamento de Heidegger, Lacan, Laclau e Mouffe, bem como de Foucault, Wittgenstein e Derrida. Essa abordagem tem também como base a contingência radical das relações sociais (LACLAU; MOUFFE, 1985; HOWARTH, 2005; WITTGEINSTEIN, 2005; GLYNOS; HOWARTH, 2007; 2008; GLYNOS, 2008a). Esse pressuposto axiomático (da contingência radical das relações sociais) sugere que qualquer sistema ou estrutura de relações sociais é constitutivamente incompleto (GLYNOS, 2008a; QUINET, 2012). Nessa perspectiva, as práticas sociais são governadas por uma dialética definida por estruturas incompletas, sendo que os atos coletivos de identificação sustentam ou alteram essas estruturas incompletas (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

O termo lógica é utilizado no sentido de se definir um conjunto de gramáticas que permitem explicar determinada prática (GLYNOS; HOWARTH, 2007), e compreendem

regras ou gramáticas da prática e condições que tornam as práticas possíveis e vulneráveis (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Essa concepção está relacionada ao conceito de jogos de linguagem de Wittgeinstein (2005) e se aproxima da definição de lógica apresentada por Laclau (2000, p. 76), como sendo "um sistema rarefeito de objetos, como uma 'gramática' ou um conjunto de regras que tornam algumas combinações e substituições possíveis e exclui outras", ou seja, discurso.

Por sua vez, a lógica representa um padrão de práticas vivenciadas em contextos espaciais e temporais específicos, de modo que, o ato de se falar a respeito da lógica relativa a determinada prática, a exemplo do *E-gov*, significa o movimento direcionado à investigação dos aspectos que o tornam possível em um contexto específico, considerando que "uma lógica destila a 'essência' de uma prática", como nos ensina Wittgeinstein (2005, p.90).

Embora o termo lógica tenha conotação com uma série de gramáticas por meio das quais ele é articulado, a identificação de tais gramáticas não significa o isolamento de uma característica ou de um conjunto de características comuns a todas as lógicas, ainda que compartilhem semelhanças de família (WITTGEINSTEIN, 2005).

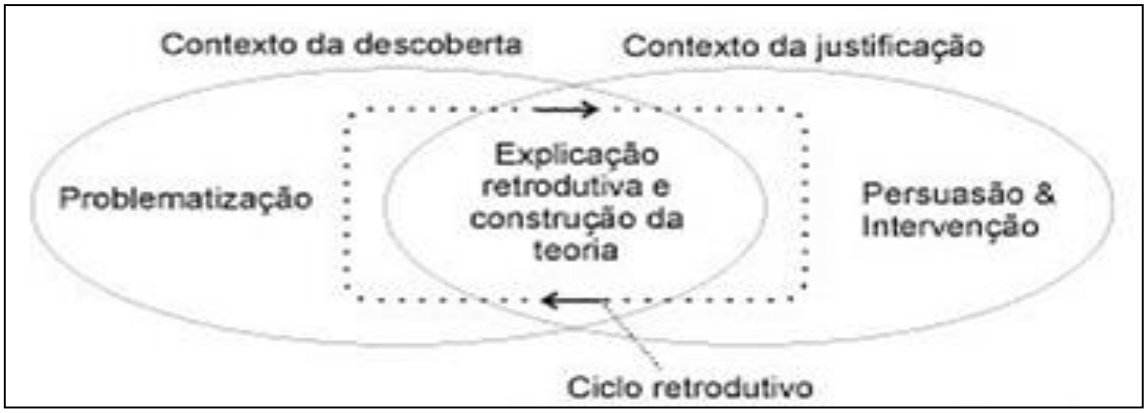
De acordo com Wittgeinstein (2005), o conceito de semelhanças de família serve para descrever as características comuns compartilhadas por diversas lógicas em uma situação empírica. Isto significa dizer, que a compreensão da lógica de articulação discursiva do *E-gov* envolve um conjunto de regras ou gramáticas imersas nessa prática social que o tornam, ao mesmo tempo, possível e vulnerável (NASCIMENTO, 2011). Portanto, essa concepção de lógica nos permitiu captar o tipo de relações existentes entre o NOSI e outros agentes sociais que operam o sistema de regras vigentes no campo do *E-gov* em Cabo Verde.

Lembramos que essa concepção de lógica que adotamos, tem como objetivo o estabelecimento de categorias de teorização média aplicáveis a casos empíricos, como explicam Glynos e Howarth (2007; 2008), que propõem a lógica de explicação crítica (que envolve as lógicas sociais, políticas e fantasmática) para operacionalização das pesquisas baseadas na TD (HOWARTH, 2005; GLYNOS, 2008a).

Nossa opção pela abordagem baseada na concepção de lógicas se justifica, porque elas fornecem uma linguagem que nos permitiu caracterizar e explicar criticamente, a existência, a manutenção e a transformação de práticas concretas (GLYNOS, 2008a). Ou seja, essa abordagem nos permite não apenas descrever ou caracterizar o *E-gov*, mas, também, desvelar diversas condições que tornaram essa prática possível, inteligível e ao mesmo tempo vulnerável.

O método da articulação envolve a lógica de explicação crítica, a qual consiste em um conjunto de estruturas conceituais que permite um movimento dos conceitos abstratos da TD para o estudo empírico, através do processo de articulação que contempla três etapas (cf. figura 2 a seguir): (1) problematização; (2) retrodução, por meio das lógicas sociais, políticas e fantasmática; (3) análise crítica.

Figura 2 - Lógica da explicação retrodutiva



Fonte: Adaptado de Glynos e Howard (2007, p.33)

3.2.1 A problematização

Glynos e Howarth (2007) nos ensinam que as pesquisas realizadas com base na TD devem ser orientadas por problemas, ao invés de métodos ou teorias. Na abordagem orientada por problemas, fenômenos distintos devem ser constituídos como um problema e ser localizados em um nível apropriado de abstração e complexidade (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

O método da articulação pressupõe um tipo de problematização que se assemelha à técnica de problematização desenvolvida por Michel Foucault (1984), e combina aspectos da arqueologia e da genealogia, em que a arqueologia é empregada para descrever as condições do discurso e a genealogia para investigar um fenômeno presente e reconstruí-lo historicamente. Esse caminho começa com a investigação acerca da historicização dos discursos, das instituições e das práticas que constituem o objeto de pesquisa em diferentes conjunturas e ao longo do tempo (NASCIMENTO, 2011). Esse arcabouço auxilia a desvendar a origem da naturalização das verdades produzidas na articulação do saber e do poder, enquanto espaço no qual são definidas as condições de possibilidade para que os enunciados surjam e sejam aceitos (CORRÊA, 2013).

Mas, embora o homem ocupe o lugar do sujeito da enunciação são os discursos que circulam nos diferentes contextos que definem as condições de possibilidade para que tais enunciados sejam proferidos (GLYNOS; HOWARTH, 2007; 2008). Portanto, na problematização, questionamos os enunciados, as articulações discursivas geradoras das condições de possibilidade do *E-gov* e argumentamos a respeito dessas condições.

3.2.2 A retrodução

A partir da crítica às pesquisas orientadas por métodos, às descontextualizadas e à indução, Glynos e Howarth (2007) propõem o conceito de retrodução que consiste na avaliação de determinado fato empírico por meio de sua reconstituição e problematização. Sob esse prisma, a retrodução não compõe um extremo particularismo sob o enfoque indutivo e nem representa o extremo universalismo, expresso pelo esforço dedutivo (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2012; CORRÊA, 2013).

Nessa perspectiva, a formulação das hipóteses não deve partir de condições prévias para, depois, apontar suas implicações, como é o caso do método dedutivo, nem tão pouco deve acontecer como ocorre em pesquisas pautadas pelo método indutivo, em que se parte da observação de eventos para, depois, se enunciar uma regra geral.

Usando o método da retrodução, o analista deve procurar enunciar hipóteses relacionadas às condições de possibilidade necessárias à ocorrência do objeto problematizado (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Em nosso estudo, por exemplo, não nos interessou o estabelecimento de leis causais ou generalizações, mas investigar as condições que se fizeram e/ou se fazem necessárias para que o *E-gov* se constitua como tal.

Portanto, a retrodução é parte constitutiva de uma lógica de explicação crítica, que se baseia na articulação de uma ontologia social que demarca a contingência radical e a incompletude estrutural de todos os sistemas de relações sociais (GLYNOS; HOWARTH, 2007; 2008). Para formularem tal proposta, os autores se baseiam na concepção lacaniana de "presença perturbadora do 'real' em qualquer ordem simbólica - uma presença que marca a impossibilidade de qualquer suposta plenitude do ser, quer no nível das estruturas, das disciplinas ou dos discursos" (GLYNOS; HOWARTH, 2008, p.6). Em termos sociais e políticos, significa que os momentos de ruptura e contingência são importantes, por possibilitarem identificações e práticas políticas novas.

Assim, adotamos o método da retrodução com o intuito de investigarmos quais fatores que historicamente criaram as condições para a implementação, manutenção, aceitação do

projeto do E-gov em Cabo Verde. A realização dessa tarefa exigiu um movimento de articulação que envolveu a análise das lógicas social, política e fantasmática. A seguir, discutimos (brevemente) essas três lógicas, cuja função consiste em conectar o mundo das práticas e autointerpretações às nossas interpretações críticas (GLYNOS; HOWARTH, 2008).

3.2.2.1 As lógicas sociais

As lógicas sociais consistem em entidades contextuais decorrentes de circunstâncias históricas e políticas específicas e, de acordo com Laclau (2006, p.150), elas envolvem "[...] um sistema de regras que estabelece um horizonte dentro do qual alguns objetos são representáveis enquanto outros são excluídos". Elas auxiliam na caracterização das práticas, por meio do estabelecimento de regras, normas e auto-entendimentos sobre tais práticas (GLYNOS, 2008a).

As práticas sociais não são subsumidas ou esgotadas pelas regras. Neste sentido, essas práticas contêm uma riqueza contextual e de possibilidades que não podem ser capturados por qualquer regra, por isso, ultrapassam, ininterruptamente, qualquer sistema particular de regras. Ainda assim, é relevante a busca pelas regras que cercam determinada prática social, tendo em vista seu papel na determinação do seu significado e caráter (HOWARTH, 2002; GLYNOS; HOWARTH, 2007; 2008). Em suma, as regras nos permitem recuperar o sentido e a função de uma prática particular, em nosso estudo do *E-gov*.

O papel da lógica social consiste em descrever e caracterizar uma prática em determinado momento do tempo (eixo sincrônico) (GLYNOS; HOWARTH, 2008). Nessa ótica, a investigação das articulações discursivas do *E-gov* nos permitiu compreender as regras (ou normas) que regem suas práticas, inclusive de suas posições de sujeito.

Porém, considerando que as lógicas sociais têm que ser complementadas com lógicas políticas e fantasmática (GLYNOS; HOWARTH, 2007), a explanação da formação e do caráter do *E-gov*, enquanto prática social, exigiu o emprego dessas lógicas.

3.2.2.2 As lógicas políticas

Se as lógicas sociais auxiliam na caracterização das práticas sociais concentrando-se nos aspectos do eixo sincrônico das mesmas (correspondente à busca por "o quê"), as lógicas políticas auxiliam na explanação da forma como essas práticas surgiram, ou são contestadas e/ou transformadas. Ou seja, se concentram nos aspectos do eixo diacrônico (correspondente à busca por "como"). Desta forma, essas lógicas facilitam a tarefa de captura dos processos de

mobilização coletiva desencadeados pelo surgimento da dimensão política das relações sociais, envolvendo a construção, defesa e naturalização de novas fronteiras. Incluem, também, os processos que buscam interromper o processo de construção dessas fronteiras (GLYNOS; HOWARTH, 2007; 2008; NASCIMENTO, 2011; CORRÊA, 2013). Portanto, as lógicas políticas proporcionaram-nos um vocabulário conceitual adequado para a explanação da forma como os limites do *E-gov* são constituídos, transformados e absorvidos.

As lógicas políticas auxiliam na análise do processo dinâmico pelo qual as fronteiras políticas são construídas, estabilizadas, fortalecidas ou enfraquecidas, centrando-se nos conflitos e nas contestações que cercam determinada prática, e compreendem as lógicas da equivalência e da diferença, (LACLAU; MOUFFE, 1985).

A lógica da equivalência implica a construção e o privilégio de relações antagônicas, enquanto que a da diferença se baseia em outros discursos visando quebrar as cadeias de equivalência. Como a lógica da equivalência envolve a simplificação de um espaço de significação e a da diferença envolve sua expansão e complexificação (LACLAU; MOUFFE, 1985), elas ajudaram-nos a elucidar como uma ou outra dimensão do *E-gov* adquiriu maior ou menor relevância em torno dessa prática experienciada no âmbito do processo de construção de fronteiras discursivas.

As lógicas políticas de equivalência e diferença compreendem um quadro descritivo que deriva de uma compreensão particular do discurso e do valor atribuído aos processos de significação. Por isso, elas forneceram-nos uma gramática conceitual que nos permitiu compreender a dinâmica das mudanças no âmbito dos projetos de *E-gov* na República de Cabo Verde.

As lógicas políticas estão, também, relacionadas à instituição do social, somente possível devido à emergência de demandas sociais inerentes a qualquer processo de mudança social. Nessa perspectiva, mudança constitui a palavra-chave para caracterizar a lógica política, pois, é nos momentos de mudança que as contingências surgem para revelarem a imprevisibilidade de uma estrutura social e a impossibilidade de identificação das causas da origem de um determinado evento. Isto mostra que as lógicas políticas ajudam na formalização do entendimento a respeito das formas pelas quais o deslocamento é discursivamente articulado ou simbolizado (TORFING, 1999; NASCIMENTO, 2011).

Tomadas, conjuntamente, as lógicas políticas, o deslocamento e a dimensão política permitem redescrever o nível ôntico das relações sociais. A referência à estrutura ontológica das lógicas políticas permite-nos elaborar o seu conteúdo de forma mais precisa (GLYNOS; HOWARTH, 2007; 2008). Na perspectiva da TD todas as práticas são de significação, por

isso as lógicas políticas representam, em primeira instância, uma espécie de lógica da significação, daí a sua relevância para o estudo das articulações discursivas do *E-gov*.

3.2.2.3 A lógica fantasmática

A lógica fantasmática diz respeito a força por trás das operações de significação e permite explicar tanto a inércia na manutenção das práticas como a velocidade das mudanças que ocorrem nas mesmas (STAVRAKAKIS, 1999; PARKER, 2009).

Glynos (2008, p.12) argumenta que nas práticas sociais (ou políticas), a fantasia opera para ocultar a contingência radical das relações sociais. Isso ocorre quando os agentes sociais usam uma narrativa fantasmática ou lógica que envolve alguma referência a um cenário idealizado, ou uma plenitude por vir, uma vez superado um obstáculo nomeado (a dimensão beatifica da fantasia) ou, então, uma narrativa que prevê o desastre, caso o obstáculo nomeado se mostre insuperável (o lado horrível da fantasia) (LACAN, 2008; QUINET, 2012).

Embora as características dessa estrutura narrativa variem de contexto para contexto, elas possuem um elemento crucial que constitui o obstáculo e impede a realização do desejo fantasmático (GLYNOS, 2008). Em suma, a lógica fantasmática contempla uma estrutura narrativa que apresenta um ideal e um obstáculo para a sua realização, podendo assumir uma forma beatífica ou horrível e tendo um aspecto inerentemente transgressivo face às ideais oficialmente afirmadas. A mesma se propõe a oferecer ao sujeito um grau de proteção contra a ansiedade associada à confrontação direta com a contingência radical das relações sociais (GLYNOS, 2008). Neste sentido, se a realidade política compreende uma construção simbólica, ela certamente depende da fantasia para se constituir a si mesma. Logo, a lógica fantasmática permite-nos compreender não apenas a resistência ao E-gov e às inovações no setor público, mas, igualmente, entender melhor a velocidade e a direção das mudanças.

3.2.3 A análise crítica

A função das lógicas na análise em ciências sociais não é apenas tornar os processos sociais mais inteligíveis, mas também fornecer a possibilidade de um engajamento crítico com as práticas e os processos sob investigação. Na verdade, pelo método da articulação, a análise crítica deve ocorrer por meio de uma articulação das lógicas social, política e fantasmática, tendo em vista a explanação da geração das condições de possibilidade para o surgimento do fenômeno em estudo, neste caso o *E-gov.* Sob esta ótica, a identidade do E-gov não pode ser assumida como dada *a priori*.

Partindo dessas ideias, neste estudo apresentamos nossos argumentos a respeito das lógicas da articulação discursiva do *E-gov* em Cabo Verde sempre permeados pelos contextos de descoberta e justificação.

3.3 O desenho da pesquisa

Nesta seção apresentamos as nossas escolhas metodológicas, visando a aplicação da teoria do discurso, para o entendimento das práticas (discursivas) geradoras das condições de possibilidade para a implementação do *E-gov* em Cabo Verde, tendo em vista o desenvolvimento de ações inovadoras na gestão pública do país. Nos tópicos a seguir, apresentamos um estudo de caso instrumental (qualitativo), no qual adotamos o Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação (NOSI) da República de Cabo Verde como o sujeito central da enunciação no campo de discursividade em estudo, E-gov. Por fim, apresentamos os métodos usados para a constituição do corpus analítico e os procedimentos analíticos aplicados ao material empírico coletado.

3.3.1 A abordagem qualitativa

A natureza do objeto deste estudo pode ser melhor compreendida sob os auspícios da tradição qualitativa que, embora envolva diferentes formas de pesquisa, tem sido muito usada para a compreensão do significado atribuído pelos indivíduos a fenômenos sociais, com menor distanciamento do ambiente desses acontecimentos (GODÓI; BALSINI, 2006; PAIVA JÚNIOR *et al*., 2007; CRESWELL, 2010; GODÓI; BANDEIRA-DE-MELO; SILVA, 2010).

Em um cenário em que as explicações totalizantes estão em crise, a abordagem qualitativa auxiliou-nos na busca de respostas a uma agenda de pesquisa voltada para a análise de um caso concreto, localizado num espaço-tempo (Cabo Verde, 1975-2014), partindo de expressões e atividades das pessoas em seus contextos. Isto exigiu nosso envolvimento na problematização da - tradicional - relação sujeito-objeto. Dessa forma, considerando-se a coerência com a ontologia e a epistemologia que embasam este estudo a abordagem qualitativa se mostrou a mais adequada para a sua execução (FLICK, 2006).

3.3.2 Estratégia de pesquisa: estudo de caso instrumental

A maioria das pesquisas empíricas realizadas com o uso da TD tem sido baseada em casos (HOWARTH, 2005). Considerando que a TD se concentra na interpretação dos

fenômenos problematizados de forma singular e na crítica das práticas sedimentadas e excludentes, o estudo de caso é a estratégia de pesquisa ideal para o alcance dos objetivos a que nos propomos com o presente estudo.

Por outro lado, a busca do conhecimento independente de contexto, que não se baseia em casos particulares, em última análise, impede o aprendizado (DREYFUS, 1986; FLYVBJERG, 2001). Com isso em mente, optamos pela estratégia do estudo de caso instrumental na perspectiva não positivista defendida por Stake (1999), que consiste na análise de um caso particular visando o discernimento com respeito a determinado problema ou teoria.

Embora o estudo de caso não seja uma investigação de amostras, como aponta Stake (1999), decidimos estudar as articulações discursivas do *E-gov* no contexto da República de Cabo Verde. Estamos cientes de que essas articulações ocorrem em um ambiente composto por diversos agentes sociais, porém, para efeitos deste estudo, definimos o Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação (NOSI) de Cabo Verde como sujeito central da enunciação, considerando a sua expressiva representatividade no campo de discursividade em estudo em Cabo Verde, tornando-se na agência do Estado que controla as atividades de inovação no setor público. O NOSI é o responsável pelo delineamento de políticas, estratégias e execução de ações relacionadas ao *E-gov* e à sociedade da informação em Cabo Verde. Ressaltamos, contudo, que o caso Cabo Verde é secundário e serve para nos ajudar na compreensão de um fenômeno mais amplo, o *E-gov*, em uma perspectiva discursiva.

Optamos pelo estudo de caso instrumental porque essa estratégia de pesquisa permite-nos condensar uma série de elementos teóricos e empíricos, com o objetivo de se elucidar uma prática ou fenômeno singular (HOWARTH, 2005). Ademais, essa estratégia de pesquisa pode ser articulada com outras a fim de que sejam atingidos os objetivos preconizados (STAKE, 1999; BANNISTER, 2012). Portanto, o estudo de caso instrumental constitui uma importante contribuição para o desenvolvimento científico e permite uma visão aprofundada das articulações discursivas do *E-gov*, na sua complexidade contextual.

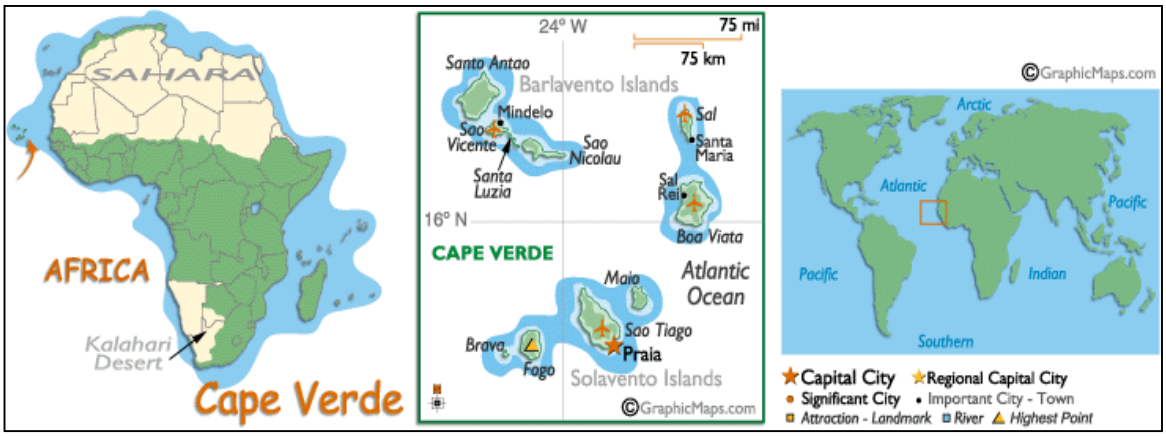
3.3.3 República de Cabo Verde: breve caracterização

3.3.3.1 Visão geral do país

Cabo Verde é um dos menores Estados africanos, com 4,033 quilômetros quadrados de área, e é composto por 10 ilhas de origem vulcânica e cinco ilhéus, geograficamente

localizadas a cerca de 400 km da costa oeste da República do Senegal. O arquipélago possui dois grupos de ilhas conhecidas como Barlavento e Sotavento. Na parte mais ao norte do país, estão as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista, que juntamente com os ilhéus Raso e Branco, constituem o Grupo de Barlavento. O grupo de Sotavento, no sul, é composto pelas ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava, e os ilhéus Grande, Luis, Carneiro, e Cima. A cidade da Praia, na Ilha de Santiago, é a capital do país e a principal cidade das ilhas do Sotavento, enquanto a cidade do Mindelo, em São Vicente, constitui a principal cidade no norte, ou seja, das ilhas do Barlavento (LOBAN JR., 1995).

Figura 3 - Mapa da localização geográfica da República de Cabo Verde



Fonte: Worldatlas (2014)

O clima de Cabo Verde é mais ameno do que o do continente Africano, pois é cercado pelo mar. As temperaturas são geralmente moderadas, com médias diárias de 25 °C em janeiro e 29 °C em setembro. Cabo Verde faz parte do cinturão árido do *Sahel* e não tem os níveis de precipitação de países do Oeste Africano. Essas condições climáticas ajudam o país a competir com o sul da Europa e Norte da África (por exemplo, Sicília, Chipre, Malta, Marrocos, Mauritânia) como destino turístico, e também com mercados do Caribe, durante a temporada de inverno europeu, pois está a cinco horas de voo do continente europeu, em comparação com uma média de oito horas para o Caribe.

A história das ilhas de Cabo Verde começa, essencialmente, em 1460 quando os primeiros navegadores portugueses, Antonio da Noli e Diogo Gomes, aportaram em Cabo Verde. Embora eles tenham encontrado as ilhas desabitadas, há indícios que apontam para a presença humana anterior à chegada dos portugueses. Desse tempo em diante, e por mais de 5

séculos, a história de Cabo Verde foi caracterizada/marcada pelo colonialismo português e uma síntese da cultura crioula resultante das relações entre os portugueses proprietários de escravos e suas escravas (LOBAN JR., 1995).

A população de Cabo Verde, estimada em 491.875 mil habitantes (INE, 2010), é crioula (ou Mestiça), sendo resultado das primeiras relações entre proprietários de escravos e as suas escravas. Da mesma forma que na maioria das populações modernas, a essência fundamental (se é que se pode falar nesses termos) do povo Cabo-verdiano reflete padrões duradouros de conexão com todos os continentes por meio dos oceanos, por Cabo Verde ter sido, ao longo dos tempos, o centro das principais rotas oceânicas. A esse respeito, o país pode ser visto como uma versão em miniatura de qualquer Estado multiétnico moderno (LOBAN JR., 1995).

Indubitavelmente, o povo Cabo-verdiano descende maioritariamente de ambos, europeus[3] e ancestrais Africanos. De acordo com Loban Jr. (1995, p. 1) "Grande parte da ascendência genética dos Cabo-verdianos pode ser atribuída a grupos africanos que falavam Fula, Mandinga e varias outras línguas da Senegâmbia". Hoje, no entanto, o crioulo[4], que resulta da simbiose das línguas e culturas dos diversos povos que estiveram na origem da formação do povo Cabo-verdiano, essencialmente das línguas africanas e do português arcaico, é a língua materna e língua nacional. O Português é a língua oficial do país, representando uma das principais marcas da herança colonial portuguesa no arquipélago (VEIGA, 1998).

3.3.3.2 Contexto político

Cabo Verde tornou-se independente de Portugal em 1975 e rapidamente se estabeleceu como um Estado de partido único com uma orientação socialista. Em 1990, sob pressão doméstica e internacional, o sistema político foi alterado e as primeiras eleições multipartidárias tiveram lugar. Uma nova Constituição da República foi aprovada em 1992 e, com isso, foi instituída a democracia multipartidária. Nos termos da Constituição de 1992, o país tem um presidente executivo, eleito por mandato popular para um período de cinco anos. Ele responde perante a Assembleia Nacional, cujos 72 deputados são eleitos para um mandato de cinco anos (SILVEIRA, 2005).

[3] Essencialmente Portugueses, Espanhois, Ingleses, Italianos, Holandeses, Alemães.
[4] Começou a ganhar vida no século XVI, a partir do português arcaico em contato com diferentes línguas africanas (VEIGA, 1998).

Desde 1991, a política em Cabo Verde tem sido (e continua a ser) orientada para o consenso, com governos de maioria e liberdades civis sendo respeitadas. As sucessivas eleições realizadas no país sempre foram consideradas livres e justas, e os partidos no poder alternam-se regularmente. Por exemplo, uma situação que demonstra a solidez das instituições Cabo-verdianas é fato de o atual presidente da República e o Primeiro Ministro serem apoiados por partidos concorrentes (MEYNS, 2002).

Os sucessivos governos têm reconhecido o papel fundamental que o turismo pode desempenhar no crescimento econômico do país, pelo que começaram a implementar os quadros legais necessários para o futuro desenvolvimento desse setor. Essa visão e o ambiente político estável constituem fatores relevantes na atração de investimentos externos, sobretudo de países da Europa, devido aos laços históricos. Ao continuar a oferecer um ambiente político estável, o país se consolida como um destino atraente no mercado internacional, e é beneficiado por elevados níveis de demanda, sobretudo no setor do turismo (ÉVORA, 2004; SILVEIRA, 2005).

3.3.3.3 Panorama econômico

Cabo Verde tem poucos recursos naturais e sofre de escassez de chuva. Somente 4 das 10 ilhas (Santiago, Santo Antão, Fogo e Brava) normalmente suportam uma produção agrícola significativa, e mais de 90% de todos os alimentos consumidos no país são importados. Os principais recursos minerais do país incluem sal, pozolana (uma rocha vulcânica usada na produção de cimento) e calcário.

Boa governação e uma adequada gestão macroeconômica, a par da abertura ao comércio e a crescente integração na economia global, bem como a adoção de políticas desenvolvimento social eficazes, serviram de bases para uma notável trajetória de desenvolvimento do país. Com isso, Cabo Verde foi aceite como um parceiro especial da União Europeia em Novembro de 2007, e em Dezembro do mesmo ano como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em janeiro de 2008, foi graduado pelas Nações Unidas a País de Rendimento Médio, sendo o segundo na África Subsaariana a alcançar essa ascensão, após Botswana, e a primeira graduação em mais de uma década em África (MONTEIRO, 2011).

Dados do Banco Mundial (2014) apontam que entre 2005 e 2008, o crescimento real, em termos do produto interno bruto (PIB) per capita foi, em média, de 7,1%, muito acima da média para a África Subsaariana e para pequenos países insulares. Mas, a recente crise

financeira internacional levou a uma desaceleração do crescimento e desenvolvimento económico em Cabo Verde, influenciado, sobretudo, pelos desenvolvimentos na Zona Euro de onde sai o grosso do capital para investimento direto na economia nacional (BM, 2014).

Para o Banco de Cabo Verde[5] (BCV, 2013), o abrandamento do investimento se reflete no agravamento das condições internas de financiamento do setor privado, no enfraquecimento da atividade econômica, no aumento do desemprego, e no aumento considerável dos níveis de inadimplência. Com isso, em 2009 o país teve uma recessão, embora tenha recuperado discretamente para atingir um crescimento real de 4% em 2011, voltando este valor a diminuir novamente desde então. O crescimento do PIB foi estimado em 0,5% para 2013 e de 1% em 2014.

De 2002 a 2010, o número de pobres em Cabo Verde diminuiu de 37% para 27% e a taxa de pobreza extrema de 21% para 12%. O sector de turismo, considerado motor de crescimento do país, teve grande contribuição nessa redução da pobreza extrema. Além disso, progressos têm sido realizados no aumento da prosperidade partilhada. O coeficiente Gini baixou de 0,55 em 2002 para 0,48 em 2010, enquanto o rendimento dos 40% mais baixos, em percentagem do rendimento total, aumentou de 9,9% em 2002, para 21% em 2010. Já a quota de despesas dos 40% mais baixos, aumentou de 7% em 2002 para 19% em 2010, demonstrando que o bem-estar dos 40% mais pobres melhorou, substancialmente, na última década (BM, 2014).

3.3.4 O Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação (NOSI): breve genealogia

Segundo Creswell (2010, p. 212), na pesquisa qualitativa a seleção intencional dos participantes ou dos locais (ou dos documentos ou do material visual) ajudam o pesquisador a entender melhor o problema e a questão de pesquisa. Portanto, não há necessidade de se estabelecer uma amostragem ou seleção aleatória em estudos de natureza qualitativa como o nosso e, por isso, decidimos adotar o NOSI, localizado na cidade da Praia, em Cabo Verde, como o sujeito central do nosso estudo, tendo em vista a nossa busca pela compreensão das articulações discursivas do *E-gov* nesse país.

A história do NOSI começa a desenhar-se em 1998 com a fundação da Unidade de Reforma da Administração Financeira do Estado (RAFE), organismo já extinto, e considerado como o embrião do E-gov em Cabo Verde.

[5] Equivalente ao Banco Central no Brasil

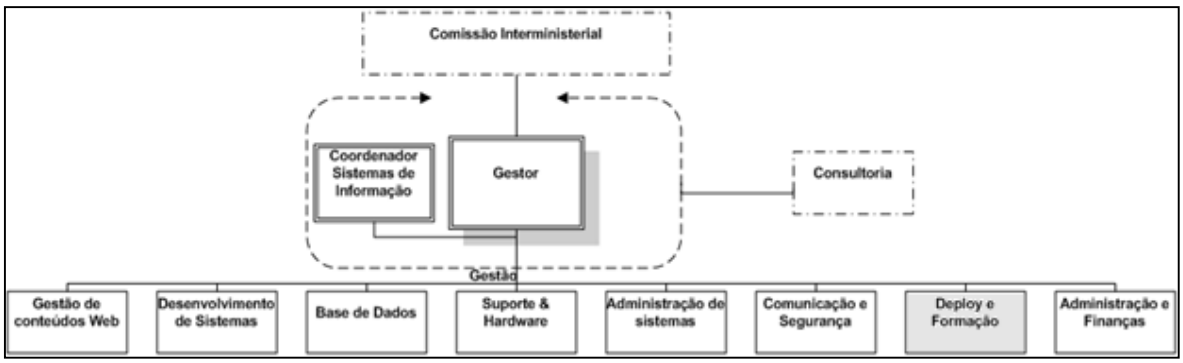
O projeto da RAFE era limitado ao Ministério das Finanças, que tinha iniciado o investimento na introdução de plataformas tecnológicas e novos mecanismos de gestão baseados nas TIC desenvolvidos por jovens técnicos Cabo-verdianos, com o objetivo de melhorar a gestão financeira do Estado. A experiência foi bem sucedida e, pouco e pouco, alastrou-se para outros setores da Administração Pública, levando o governo a criar uma unidade transversal e abrangente para operar uma profunda reforma do Estado e modernização administrativa, tendo as TIC como alicerce.

Em Julho de 2003, por meio da Resolução n$^{o.}$ 15/2003, de 7 de julho, o NOSI foi oficialmente criado (CABO VERDE, 2003). Entretanto, a sua instalação formal deu-se apenas em Janeiro de 2004, nas dependências do prédio do Ministério das Finanças, no *Plateau*, centro histórico da cidade da Praia. Inicialmente, a equipe do NOSI era composta por 3 engenheiros e, desde o início a instituição funciona na ótica de estrutura de projetos, sem autonomia financeira e quadro de pessoal, sob a tutela direta do Primeiro Ministro.

Enquanto estrutura de coordenação do *E-gov* e de promoção da sociedade da informação em Cabo Verde, as atividades do NOSI abrangem toda a administração direta e indireta do Estado, incluindo os governos municipais. Sua missão consiste em propor e executar políticas nas áreas da inovação, sociedade de informação e governação eletrônica (NOSI, 2005a).

Com o passar dos anos e tendo em vista o alcance de sua missão, o NOSI foi dotado de uma estrutura organizacional capaz de facilitar e agilizar a comunicação internamente e com os outros departamentos do Estado e/ou agentes sociais (cf. Figura 3). Nessa estruturação, o coordenador de sistemas de informação, exerce um papel de destaque no estabelecimento de articulações entre o gestor e as chefias intermédias, bem como no acompanhamento e coordenação geral dos projetos.

Figura 4 - Organograma do NOSI



Fonte: (DIAS, 2011)

Entretanto, vale ressaltar que, dependendo da sua natureza, a coordenação da maioria dos projetos é delegada às chefias intermédias, sendo apenas monitorizada pelo Gestor. O NOSI recorre frequentemente à consultoria externa, não apenas para a formação de seus técnicos como também para obtenção de apoio na elaboração de projetos que exigem competências/valências que ele ainda não dispõe ou domina.

3.3.5 A Constituição do *corpus* de pesquisa

Toda pesquisa social precisa selecionar evidências que auxiliem na sustentação dos argumentos produzidos. Tal seleção constitui a base da investigação, descrição, demonstração, prova ou refutação de determinada afirmação e, como tal, deve ser justificada (BAUER; AARTS, 2002).

Nas ciências sociais, a amostragem estatística aleatória tem sido o método mais usado para a seleção de evidências (coleta de dados) mas, no entanto, em muitas áreas de pesquisa textual e qualitativa esse método apresenta inconsistências que, ainda, não mereceram adequada atenção dos estudiosos. Pensando nisso, Bauer e Aarts (2002, p.39) propõem a "construção de um *corpus*", que se refere a uma "escolha sistemática de algo racional alternativo" (BAUER; AARTS, 2002, p.39), como princípio alternativo de coleta de dados.

Neste estudo, é adequada a definição de *corpus* apresentada por Bauer e Aarts (2002, p.44) como "uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual irá trabalhar". No entanto, ao admitirmos textos, imagens, sons e outros materiais como significantes da vida social como propõe Barthes (1976), estendemos a noção de *corpus* de um texto para qualquer outro material. Barthes (1976) nos ensina ainda que um *corpus* deve ter relevância, homogeneidade e sincronicidade. Por isso, a construção do nosso *corpus* abarcou um amplo espectro de textos, rigorosamente selecionados, a partir de contextos diferenciados.

Creswell (2010) recomenda para a pesquisa qualitativa quatro tipos básicos de procedimentos de coleta de dados, a saber: (1) observação; (2) entrevistas; (3) documentos; (4) materiais audiovisuais. Reconhecendo a pertinência desses procedimentos, utilizamos todos esses procedimentos no levantamento de dados, mas tendo sempre em consideração nossos julgamentos intuitivos sobre a importância e o significado dos mesmos para o presente estudo. Além disso, tratamos os dados coletados no seu devido nível de abstração, e

procuramos preservar ao máximo a análise empírica do reducionismo linguístico, conforme recomenda Howarth (2005).

3.3.5.1 Observação qualitativa

A observação qualitativa é uma técnica de coleta de dados que consiste no registro das observações sobre os comportamentos e as atividades dos indivíduos no local da pesquisa (SAUKKO, 2003; FLICK, 2009; CRESSWELL, 2010). Durante o período de coleta de dados realizamos visitas periódicas ao NOSI, durante as quais realizamos algumas entrevistas, e participamos de reuniões[6]e eventos relacionados ao *E-gov* em Cabo Verde. Aproveitamos esses momentos para registrar em um bloco de notas apontamentos sobre o que foi visto e presenciado de relevância para o esforço analítico do pesquisador, incluindo informações a respeito do espaço físico onde funciona o NOSI. A observação serviu também para obtermos informações que nos ajudaram a corrigir algumas imprecisões que, no momento das entrevistas, deixávamos passar. Assim, entre uma observação e outra registrávamos no diário de campo informações que depois acrescentamos às entrevistas para colmatar as imprecisões. Cada nota de observação foi analisada sob a forma de NO1, sendo que que o número a seguir às letras corresponde à numeração atribuída a cada nota de observação (NO) em foco.

3.3.5.2 Entrevistas qualitativas

O mundo social é uma construção das pessoas em suas vidas cotidianas. O uso de entrevistas qualitativas, visando o mapeamento e a compreensão do mundo vivencial das pessoas, constitui o ponto de partida para os pesquisadores que, como nós, empregam esquemas interpretativos para compreenderem as narrativas dos atores sociais em termos mais conceituais e abstratos (GASKELL, 2002). Por fornecer os dados básicos sobre o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais, as entrevistas qualitativas foram particularmente adequadas para o estudo dos significados atribuídos ao *E-gov* no contexto de Cabo Verde.

[6] Como observador não participante.

A compreensão dos mundos da vida de determinado grupo social, por meio de seus valores, suas crenças, normas, atitudes e motivações em contextos sociais específicos, representa uma condição fundamental da entrevista qualitativa, que possibilita a transmissão, por meio de um porta-voz, das representações de grupos específicos, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas (GASKELL, 2002; MINAYO, 2000). Surge daí a relevância desse método de coleta de informações tendo em vista a realização deste estudo.

Considerando que pretendemos enfatizar a subjetividade na explicação de uma prática social (o E-gov) e que temos como objetivo realizar uma descrição densa da mesma, o que seria dificilmente alcançável a partir de um ponto de vista puramente positivista, a entrevista qualitativa não estruturada, individual e em profundidade se mostrou como um procedimento adequado para a coleta de dados, visando a constituição do corpus de pesquisa (HOWARTD; TORFING, 2005; BAUER; GASKELL, 2002). Com isso em mente, realizamos 15 entrevistas, sendo 7 com funcionários do NOSI, 4 com cidadãos usuários de serviços do E-gov, 3 com funcionários públicos[7], 1 com uma deputada da Nação, conforme mostrado no quadro 3, a seguir. Para preservar a identidade dos entrevistados apenas apresentamos a inicial dos seus primeiros nomes, e durante as análises cada entrevista foi analisada sob a forma de E1, §1: 1-10, correspondendo o número a seguir à letra à numeração atribuída a cada entrevista 'E', seguido da das linhas "1-10" da referência '§1' em foco extraída do NVIVO, após a codificação.

Quadro 3 - Lista de entrevistados

Entrevistados	Instituição
E1 – H.	Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação
E2 – A.	Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação
E3 – M.	Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação
E4 – E.	Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação
E5 – H.	Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação
E6 – M.	Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação
E7 – L.	Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação
E8 – C.	Cidadão (Usuária de serviços do E-gov)
E9 – I.	Deputada da Nação (Assembleia Nacional de Cabo Verde)
E10 – M.	Cidadão (usuário de serviços do *E-gov*)
E11 – L.	Funcionário Público (Universidade de Cabo Verde)
E12 – O.	Funcionário Público (Ministério da Saúde)
E13 – C.	Cidadão (usuário de serviços do *E-gov*)
E14 – M.	Funcionário Público (Ministério das Finanças)
E15 – I.	Cidadão (Usuária de serviços do E-gov)

Fonte: Elaborado pelo autor

[7]De outras instituições que não o NOSI.

Para efeitos de nossa pesquisa, privilegiamos a coleta de dados com o coordenador dos sistemas de informação, o gestor, coordenadores dos departamentos, técnicos do departamento de informática e multimídia e do departamento de comunicação e imagem, gestores de negócio - uma figura recente na estrutura orgânica do NOSI -, além de outros agentes que se revelaram importantes no campo de discursividade e que fazem parte da cadeia articulatória.

Nas entrevistas com os atores do NOSI o nosso objetivo foi tentar perceber/desvelar quais significados atribuem ao *E-gov* em suas articulações discursivas, e procurar entender a sua percepção a respeito da atuação do NOSI no âmbito da inovação no setor público em Cabo Verde. Questionamos a eles a respeito das suas ações (articulações) políticas, considerando o controle das atividades de inovação no setor público pelo NOSI e as mudanças que essas articulações podem ocasionar no cotidiano organizacional das instituições públicas e na prestação de serviços ao cidadão.

As entrevistas auxiliaram-nos na captação dos significados atribuídos ao *E-gov* pelo NOSI nas suas articulações no espaço institucional, assim como dos atribuídos pelos funcionários públicos e cidadãos. Além disso, nos permitiu compreender as atitudes e motivações de determinados atores sociais, a exemplo do NOSI. Estamos cientes que talvez esses sujeitos não tenham dado uma explanação completa das suas ações ou intenções, mas, acreditamos que nos ofereceram *insights* sobre suas práticas na disputa incessante pela significação do E-gov.

Quanto às questões das entrevistas qualitativas, estas foram agrupadas em três tipos, seguindo as orientações de Rubin e Rubin (2011): as principais, as exploratórias e as de acompanhamento. Contudo, a coluna vertebral de nossas entrevistas foi sustentada por questões principais, uma vez que marcam o passo do diálogo e definem o ritmo da abordagem privilegiada.

Assim, as questões principais foram orientadas para assuntos relacionados ao contexto da criação e organização do NOSI. O foco das questões exploratórias foi a explanação da lógica de articulação discursiva do *E-gov*. Já as questões de acompanhamento foram direcionadas à exploração de narrativas parciais, não explicadas e às descrições parciais do comportamento dos entrevistados.

De todo modo, vale realçar que as questões das entrevistas não foram muito restritivas e predeterminadas. Procuramos, preservar a natureza flexível das entrevistas qualitativas, como recomenda Gaskell (2002), a ponto de termos incluído algumas questões e

eliminado outras no decorrer das entrevistas, conforme os temas foram surgindo no relato dos entrevistados.

3.3.5.3 Documentos

Considerando que os documentos permitem obter a linguagem e as palavras dos participantes de uma pesquisa e que, além de representarem dados criteriosos, eles podem ser acessados em momentos da conveniência do pesquisador (CRESWELL, 2010), decidimos fazer uso desse procedimento na constituição do corpus deste estudo. Para tanto, realizamos uma criteriosa e consistente seleção de documentos oficiais, legislações, e relatórios técnicos e oficiais, conforme discriminado nos quadros 4, 5 e 6 abaixo.

Quadro 4 – Documentos oficiais utilizados na constituição do corpus *de pesquisa*

Documento oficiais	Autor	Órgão do Governo	Título	Local de publicação	Ano
Linhas gerais do Programa de Reforma do Estado	UCRE	Chefia do Governo	Uma visão de um novo estado para cabo verde: moderno, mais eficaz, mais competitivo, com mais segurança, melhor justiça e maior sustentabilidade	Praia	2006
Nota Explicativa do modelo organizacional e funcional do NOSI	NOSI	Gabinete do Primeiro Ministro	Nota Explicativa do Modelo Organizacional e funcional do NOSI	Praia	2004
PAGE	NOSI	Gabinete do Primeiro Ministro	Plano de Ação para a Governação Electrónica: Uma Governação Mais Próxima dos Cidadãos	Praia	2005
PESI	NOSI	Gabinete do Primeiro Ministro	Programa Estratégico para a Sociedade de Informação: Novas Oportunidades de Desenvolvimento	Praia	2005

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 5 - Legislações utilizadas na constituição do corpus *de pesquisa*

Legislação	Ementa	Publicação
Lei nº 1/75, de 5 de Julho	Lei Sobre a Organização Política do Estado (LOPE). Tendo em atenção os termos da Proclamação do Estado Soberano de Cabo Verde, instituir órgãos do poder do Estado e uma orgânica jurídico-política, indispensáveis à governação e administração do país até que seja adotada a Constituição da	Boletim Oficial, nº 1, p. 3-5, 1975.

	República.	
Lei nº 9/II/82, de 5 de Maio:	Aprova as Bases Gerais da Reforma Agrária	Boletim Oficial nº.18, Suplemento, p. 1-10, 1982
Resolução nº 6/ll/91, de 8 de Agosto	Aprova e manda publicar o Programa do I Governo Constitucional da II República	Boletim Oficial, nº.31, Suplemento., p.1-44, 2008.
Decreto-Lei no. 1/96, de 15 de Janeiro	Aprova as bases do Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR)	Boletim Oficial, I Série, nº.1, s/p., 1996.
Resolução nº 8/96, de 30 de Abril	Aprova e manda publicar o Programa do II Governo Constitucional da II República	Boletim Oficial, I Série, n nº.12, p.1-68, 1006.
Decreto-Lei no. 86/92, de 16 de julho	Plano de Cargos Carreiras e Salários. (retificação BO nº 8)	Boletim Oficial nº.2, de 16 de Julho de 1992
Decreto-Lei no. 87/92, de 16 de Julho	Instrumento de mobilidade do pessoal da Função Pública	Boletim oficial nº. 2, de 16 de Julho de 1992
Decreto-Lei no. 54/2009 de 7 de Dezembro	Estabelece o regime de mobilidade dos funcionários da Administração Pública.	Boletim Oficial, I Série, nº.46, p.1007-1019, de & de Dezembro de 2009
Resolução nº 5-A/2001	Aprova e manda publicar o Programa do Governo para a VI Legislatura 2001-2006	Boletim Oficial, I Série, nº.6, p.1-72, 2001.
Resolução nº 16/2006 de 22 de Maio	Aprova e manda publicar o Programa do Governo para a VII Legislatura 2006-2011	Boletim Oficial, I Série, nº.14, p.351-411, 2006.
Decreto-Lei nº 9/2008 de 13 de Março	Institui um regime especial de constituição e início de atividade de sociedades comerciais por quotas e anónimas nas modalidades de constituição presencial «empresa no dia» e de constituição "online" de sociedades comerciais.	Boletim Oficial, I Série, nº.10, 2º SUP., p.1-5, 2008.
Lei nº 39/VI/2004 de 02 de Fevereiro	Estabelece as medidas de modernização administrativa, designadamente sobre acolhimento e atendimento dos cidadãos em geral e dos agentes económicos em particular, comunicação administrativa, simplificação de procedimentos, audição dos utentes e sistema de informação para a gestão.	Boletim Oficial, I Série, nº.3, p. 16-23, 2004.
Lei nº 74/VI/2005 de 04 de Julho	Concede ao Governo autorização legislativa para estabelecer o regime jurídico aplicável às comunicações electrónicas, bem como o regime de controlo jurisdicional dos atos praticados pela autoridade reguladora das comunicações, de reforço do quadro sancionatório e de utilização do domínio público e respectivas taxas.	Boletim Oficial, I Série, n nº.27, s/p, 2005.
Resolução n° 15/2003 de 07 de Julho	Cria uma Comissão Interministerial para Inovação e institui o NOSI	Boletim Oficial, I Série, nº.20, p.262-265, 2003.
Resolução nº 41/2011 de 24 de Outubro	Acelera a apropriação e implementação da Lei n.º 39/VI/2004, de 2 de Fevereiro, doravante designada Lei de Modernização	Boletim Oficial, I Série, nº.34, p.1665-1670, 2011

	Administrativa.	
Resolução nº 25/2012 de 11 de Maio	Aprova o Programa Mudar para Competir	Boletim Oficial, I Série, nº·27, p.541-548, 2012

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 6 - Relatórios utilizados na constituição do corpus da pesquisa

Título	Autor	Local de publicação	Ano
Estado das Tecnologias de Informação e Comunicação em Cabo Verde	NOSI. Gabinete do Primeiro Ministro	Praia	2004

Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda na constituição do corpus de pesquisa foram utilizados publicações periódicas e não periódicas (livros, artigos científicos, artigos de jornais, dissertações, teses e outros trabalhos científicos) de agências nacionais e internacionais, de caráter relativamente mais imparcial, que serviram como contrabalanço. Nesse sentido, visitamos o *website* das Nações Unidas sobre as redes de administração pública e a base de dados do *E-gov* no mundo[8], e o *E-Regulations* Cabo Verde[9].

Durante as análises cada documento foi analisado sob a forma de DO1, §1, em que o número a seguir à letra corresponde à numeração atribuída a cada documento oficial 'DO', seguido da referência '§1' em foco extraída do NVIVO após a codificação. O levantamento dos documentos oficiais abarcou o período de 2004 a 2006.

As legislações foram classificadas como 'LG' e analisadas sob a forma de LG1, §1, correspondendo o número a seguir à letra corresponde à numeração atribuída à legislação, seguida da referência '§1' em foco extraída do NVIVO após a codificação. O levantamento das legislações abarcou o período de 1975 a 2012.

Os relatórios foram classificados como 'R', e foram analisados sob a forma de R1, §1, em que o número a seguir à letra corresponde à numeração atribuída ao relatório, seguida da referência '§1' em foco extraída do NVIVO após a codificação. Esse relatório foi publicado em 2004.

Na busca pela identificação das práticas discursivas fora do enquadramento dos agentes hegemônicos (e fora do espaço institucional), recorremos à imprensa escrita. Em um primeiro momento, coletamos notícias indexadas como "*E-government*", "governação eletrônica", "NOSI" nos *websites* dos Jornais *A Semana, Expresso das Ilhas, O Liberal, A*

[8] URL: http://www.unpan.org/DPADM/tabid/420/Default.aspx
[9] O E-Regulations é uma página web que oferece informações sobre trâmites do investimento em Cabo Verde. http://caboverde.eregulations.org

Nação, Binókulu Polítiku, Notícias do Norte. Em uma etapa posterior, pesquisamos as páginas do NOSI nas redes sociais *facebook* e *twitter*.

A opção pelos textos jornalísticos se justifica pela sua participação na construção de representações dos modos de viver e de pensar de determinada coletividade. Além de comportarem vozes sem expressão nos canais hegemônicos, esses textos deixam transparecer de maneira abrangente as diferenças entre os atores sociais, mesmo que de forma dissimulada. Os textos constituem um veículo permeável aos debates cotidianos. Além disso, os problemas habitualmente enfrentados pela população fazem parte de sua agenda e, muitas vezes, se transformam em notícias ou manchetes, sinalizando a importância relativa de certos assuntos no contexto social (FERNANDES, 2012). Isso inclui a veiculação de temas relacionados ao *E-gov*, com opiniões, reclamações e sugestões, por exemplo, dos cidadãos/utentes dos serviços públicos e partidos políticos da oposição, ao contrário do que ocorre no espaço institucional.

Um total de 90 notícias foram utilizadas na construção do nosso *corpus*. Da leitura dos textos, identificamos os agentes relevantes, os assuntos tratados na notícia e sua data e as disputas subjacentes aos temas, quando foi possível identifica-las. Posteriormente, realizamos a codificação. A Notícias foram classificadas como 'N' e analisadas sob a forma de N1AS1, §1, em que o número a seguir à letra corresponde à numeração atribuída à notícia, seguido das iniciais do órgão noticiosos 'AS' e da referência '§1' em foco extraída do NVIVO após a codificação. Os textos jornalísticos e das mídias sociais coletados tratam do E-gov em Cabo Verde e do NOSI e suas atividades desde sua origem e foram publicados entre 2010 e 2014. No Quadro 7, a seguir, apresentamos a lista das notícias analisadas.

Quadro 7- Notícias sobre o *E-gov* em Cabo Verde utilizadas na constituição do corpus

Título do artigo	Ano	Local	Jornal	Seção
Funcionários públicos gastam demasiada Internet	2013	Praia	A Nação	Economia
Mundu Novu? As coisas mudaram"	2013	Praia	A Nação	Sociedade
Cabo Verde "ITEC": 20 mil *smartphones* para a administração pública nacional	2014	Praia	A Nação	Economia
Jorge Lopes, gestor do NOSI: Se os municípios não querem a rede do Estado, que escolham outro	2013	Praia	A Nação	Ilhas
Faturas do Sistema de Informação Municipal: NOSI no centro de nova 'briga' entre governo e municípios	2013	Praia	A Nação	Política
Governo de Cabo Verde cria comité de supervisão do Parque Tecnológico	2014	Praia	A Nação	Economia
Situação do sector das TIC em Cabo	2010	Praia	A Semana	Opinião

Verde, entre miragem e realidade				
Banco Mundial inteira-se do Cadastro Predial e do E-gov.	2013	Praia	A Semana	Será Notícia
Cabo Verde apoia implementação de "Janela Única" em Moçambique	2010	Praia	A Semana	Atualidade
Relações China/Cabo Verde: O ramo de rosas e o cheiro das flores	2013	Praia	A Semana	Retrato
Cabo Verde forma técnicos moçambicanos sobre governação electrónica	2011	Praia	A Semana	Atualidade
PM: "Viagem à China ultrapassa expectativas"	2012	Praia	A Semana	Atualidade
Centro de dados Cabo-verdiano vai albergar plataforma informática internacional	2014	Praia	A Semana	Economia
Sistema nas Alfândegas já foi reposto	2012	Praia	A Semana	Social
Criação do 'cluster das Tecnologias' já "não depende mais do Estado"	2010	Praia	A Semana	Economia
Eleições: Vencedor pode ser conhecido uma hora após encerramento das urnas	2011	Praia	A Semana	Legislativas
Fórum do NOSI debate segurança e criminalidade informática	2014	Praia	A Semana	Será Notícia
Informático acusa NOSI de monopolizar sector	2012	Praia	A Semana	Economia
NOSI assina protocolo com Microsoft	2010	Praia	A Semana	Será Notícia
NOSI assina protocolo de cooperação com IPAD	2010	Praia	A Semana	Breves Notícias
NOSI cumpre o repto e divulga resultados em menos de três horas	2011	Praia	A Semana	Atualidade
NOSI estipula custos de funcionamento de 846,8 mil contos	2012	Praia	A Semana	Economia
NOSI procura solução para lixo electrónico	2012	Praia	A Semana	Atualidade
NOSI promove workshop sobre conteúdos informáticos na Educação	2010	Praia	A Semana	Atualidade
NOSI recebe delegação do Togo	2012	Praia	A Semana	Atualidade
NOSI recebe missão governamental da Guiné-Bissau	2011	Praia	A Semana	Breves Notícias
NOSI recebe representantes do Governo do Estado de Pernambuco	2013	Praia	A Semana	Será Notícia
NOSI transformado em empresa pública por Decreto-Lei	2014	Praia	A Semana	Economia
NOSI quer alargar o projeto de Cadastro Predial a todas as ilhas do país	2013	Praia	Expresso das Ilhas	Sociedade
NOSI vai custar ao Estado mais de três milhões de contos até 2016	2012	Praia	Expresso das Ilhas	Notícia
O espaço no mercado não se consegue retirando os outros	2012	Praia	Expresso das Ilhas	Entrevista
Governação electrónica: Delegação angolana vê no NOSI um "potencial grande" de cooperação	2013	Praia	Inforpress	Cooperação
Ministério da Educação confirma que o Governo tem implementado o programa *Mundu Novu*	2014	Praia	Inforpress	-

NOSI e INTIC de Moçambique formalizam parceria através de assinatura de um memorando de entendimento	2014	Praia	Inforpress	-
NOSI promete 100 produtos inovadores durante a feira "Expo Kabu Verdi Mobile"	2014	Praia	Inforpress	-
Parque Tecnológico de Cabo Verde é grande oportunidade de negócio - ministra Cristina Duarte	2013	Praia	Inforpress	-
Parque Tecnológico vai abrigar centros para pesquisa científica, inovação e incubação	2013	Praia	Inforpress	-
Passaportes biométricos começam a ser emitidos a partir de Março	2014	Praia	Inforpress	-
Projeto LAND vai ajudar famílias com menos recursos a aceder ao registo de propriedades	2014	Praia	Inforpress	-
Sal: Equipa do MCA observa primeiros testes para implementação do LMITS	2014	Praia	Inforpress	-
Angolan mission on the archipelago to exchange experiences in E-governance	2011	Praia	Inforpress	-
Cabo Verde apresenta experiência sobre serviços "*Cloud* na 1ª Conferencia Governação Electrónica da CPLP	2013	Praia	Inforpress	-
Cabo Verde e Togo perspectivam para breve protocolo na área de governação electrónica	2012	Praia	Inforpress	-
Centro de dados de Cabo Verde a funcionar antes do fim do ano	2012	Praia	Inforpress	-
Cidade da Praia acolhe feira de serviços públicos *Expo Kabu Verdi Mobile*	2014	Praia	Inforpress	-
Comissário da CEDEAO defende criação de uma estratégia nacional para as TIC em Cabo Verde	2014	Praia	Inforpress	-
Delegação de governação electrónica do Togo perspectiva cooperação com Cabo Verde	2012	Praia	Inforpress	-
NOSI, de "anjo da guarda" do Governo para empresa à sombra do Estado	2013	Praia	Liberal Online	Colunistas
Governo controla sector de informática através do NOSI	2012	Praia	Liberal Online	Sociedade
Apresentada plataforma de gestão do fundo mutualista	2012	Praia	Liberal Online	Política
Cabo verde leva modelo de governação electrónica à Uganda e Tanzânia	2012	Praia	Liberal Online	Sociedade
Cabo verde vai ter centro de inovação tecnológica da Microsoft	2012	Praia	Liberal Online	Economia
Câmara inaugura praça de milho branco	2012	Praia	Liberal Online	Autarquias
Combatendo as causas da dengue	2012	Praia	Liberal Online	Colunistas
Delegação da Microsoft visita Cabo Verde	2012	Praia	Liberal Online	Economia
Delegação francesa quer ver "in loco" sucesso do "sim" em s. Domingos	2012	Praia	Liberal Online	Colunistas

O desnorte do governo nas telecomunicações	2012	Praia	Liberal Online	Colunistas
Pad pode ensarilhar processo eleitoral	2012	Praia	Liberal Online	Política
Para ti zé das neves...	2012	Praia	Liberal Online	Colunistas
Receita médica digital em Cabo Verde	2012	Praia	Liberal Online	Saúde
Situação do sector das TIC em Cabo Verde, entre miragem e realidade	2012	Praia	Liberal Online	Colunistas
Um milhão de dólares para o sistema nacional de identificação	2012	Praia	Liberal Online	Política
Casa do cidadão vai melhorar o ambiente de negócios	2012	Praia	Liberal Online	Economia
NOSI recolhe experiências portuguesas	2012	Praia	Liberal Online	Política
Agenda do governo para a reforma do estado	2012	Praia	Liberal Online	Política
Boletim oficial começa a ter edição *online*	2012	Praia	Liberal Online	Sociedade
Cabo Verde cada vez mais na "sociedade em rede"	2012	Praia	Liberal Online	Economia
Descentralização	2012	Praia	Liberal Online	Colunistas
Em perspectiva a reforma do estado e da administração publica	2012	Praia	Liberal Online	Política
Ex-secretário municipal da câmara de João Baptista freire saiu sem assinar contas de gerência de 2007	2012	Praia	Liberal Online	Política
Isaura Gomes visita NOSI	2012	Praia	Liberal Online	Autarquias
Maior fabricante chinês de equipamentos de telecomunicações abre delegação em Cabo Verde	2012	Praia	Liberal Online	Economia
Mais uma ofensa típica deste governo e do PAICV aos parceiros de Cabo Verde	2012	Praia	Liberal Online	Colunistas
Ministro português trouxe os Magalhães no bolso	2012	Praia	Liberal Online	Editorial
Professores recebem *Mundu Novu* com técnicos da INTEL	2012	Praia	Liberal Online	Sociedade
PROMITUR quer cabo verde como referência no sector do turismo imobiliário	2012	Praia	Liberal Online	Economia
Redução de preços da internet a partir de domingo	2012	Praia	Liberal Online	Economia
Site da DGAE elogiado pela SOSIG	2012	Praia	Liberal Online	Sociedade
TCV-NOSI prontos para todo o servicinho do PAICV	2012	Praia	Liberal Online	Política
Técnicos do NOSI em formação na China	2012	Praia	Liberal Online	Economia
Workshop no Tarrafal prepara implementação do sim	2012	Praia	Liberal Online	Política
Workshop sobre parceria estratégica com	2012	Praia	Liberal	Economia

Microsoft			Online	
Agência disponibiliza notícias sem site para difundir informações	2012	Praia	Liberal Online	Sociedade
Carta aberta à população de Ribeira Grande de Santo Antão	2012	Praia	Liberal Online	Colunistas
Casa do cidadão lança primeiros produtos	2012	Praia	Liberal Online	Política
Em defesa das liberdades públicas	2012	Praia	Liberal Online	Editorial
Memorando de entendimento assinado com a HUAWEI	2012	Praia	Liberal Online	Economia
Direito de resposta: NOSI esclarece sobre sistema informático na Conservatória - Notícias do Norte	2014	Mindelo	Notícias do Norte-	Direito de Resposta
Conservador dos Registos: Introdução de novo sistema informático paralisa entrega de documentos	2014	Mindelo	Notícias do Norte	Destaques
Cabo Verde quer tornar-se no *Silicon Valley* das telecomunicações	2014	Mindelo	Notícias do Norte	Economia

Fonte: Elaborado pelo autor

3.3.5.4 Material audiovisual

Os materiais audiovisuais nos proporcionam oportunidade para compreendermos aspectos da realidade da vida dos atores participantes da pesquisa compartilhados pelos mesmos nesses materiais. Esse é um procedimento criativo, na medida em que capta a atenção visual do pesquisador (CRESWELL, 2010). Por isso, selecionamos 9 vídeo-reportagens publicados pelo NOSI que abordam a temática do *E-gov* e/ou atividades de inovação no setor público Cabo-verdiano publicados por essa agência no seu *website* e nas suas redes sociais (*facebook* e *twitter*). Igualmente, na constituição do *corpus* analítico deste estudo, utilizamos 19 vídeos de notícias sobre o *E-gov* em Cabo Verde, e/ou sobre o NOSI e suas atividades, e sobre a temática da inovação no setor público, produzidos e publicados por agentes informativos nacionais e internacionais (Televisão de Cabo Verde (TCV), TV Brasil, Portal da Liderança). Durante as análises esse material audiovisual foi classificado como ‘MA’ e analisado sob a forma de MA1, §1, em que o número a seguir às letras corresponde à numeração atribuída ao material audiovisual, seguido da referência ‘§1’ em foco extraída do NVIVO após a codificação. O levantamento do material audiovisual abarcou o período de 2010 a 2014, conforme pode ser verificado no quadro 8, a seguir.

Quadro 8 - Material audiovisual utilizado na constituição do *corpus* de pesquisa

Título do	Ano	Autor/ Produtor	Formato	Local
Ambiente de negócios em Cabo Verde	2010	NOSI	Reportagem	Praia
BAD financia II fase do Parque Tecnológico	2013	TCV	Notícia	Praia
Banco Mundial e NOSI avaliam positivamente Cadastro Predial	2013	TCV	Notícia	Praia
Cabo Verde vence Prémio Africano de Inovação para o Sector Público (AAPSIA 2012), com o SIGOF	2013	TCV	Notícia	Praia
Certidões online	2013	NOSI	Reportagem	Praia
Costa do marfim procura experiência de Cabo Verde em governação electrónica	2013	TCV	Notícia	Praia
DGAP e NOSI Finalistas do Prémio Inovação no Sector Público em África	2013	TCV	Notícia	Praia
Educação na África: Cabo Verde	2013	TV Brasil	Reportagem	Praia
Empresa do dia	2013	NOSI	Reportagem	Praia
Entrevista do Gestor do NOSI ao Portal da Liderança	2013	Portal da Liderança	Entrevista	Praia
Comércio Eletrônico	2014	TCV	Reportagem	Praia
Konekta: Pontos de acesso livre ao conhecimento	2013	NOSI	Reportagem	Praia
Licenciamento empresas efetuado agora em 48h	2013	NOSI	Notícia	Praia
Mundu Novu: as TIC ao serviço da Educação	2013	NOSI	Notícia	Praia
NOSI apresenta Parque Tecnológico aos empresários	2013	NOSI	Reportagem	Praia
NOSI faz manutenção da rede do Estado para maior segurança	2013	TCV	Notícia	Praia
NOSI promove seminário sobre parque tecnológico	2012	TCV	Notícia	Praia
O combate online à dengue	2013	TV Brasil	Reportagem	Praia
Praças digitais Konekta	2014	TCV	Notícia	Praia
SIM - Sistema de Informação Municipal	2013	NOSI	Reportagem	Praia
Sistema electrónico da NOSI para legislativas 2011	2011	NOSI	Notícia	Praia
NOSI estabelece parceria com empresa de Singapura	2012	TCV	Notícia	Praia
NOSI rubrica contrato comercial para a 2ª fase do projeto Governação Electrónica	2012	TCV	Notícia	Praia
Conversa em dia: Caminhos das TIC em Cabo Verde	2013	TCV	Entrevista	Praia
Conversa em Dia: Inovação em África	2014	TCV	Entrevista	Praia
Com Ciência: As TIC em Cabo Verde	2012	TCV	Reportagem	Praia
A Entrevista: Gestor do NOSI, Jorge Lopes	2012	TCV	Entrevista	Praia
MPD visita novas instalações do Data Center na Praia e critica o modelo adoptado na gesto do NOSI	2014	TCV	Notícia	Praia

Fonte: Elaborado pelo autor

3.3.6 Organização do *corpus*

A elaboração de um estudo qualitativo no campo da inovação no setor público, mais especificamente acerca das articulações discursivas do *E-gov* em Cabo Verde, requer e ao mesmo tempo gera uma considerável quantidade de dados/informações. Por isso, decidimos por organizar e gerir esses dados/informações fazendo uso do *software* NVIVO, um programa de computador para análise de dados qualitativos que, além de ser um gerenciador

de base textual utilizado para todos os tipos de arquivos eletrônicos, pode ser utilizado na codificação e recuperação de códigos em documentos (FERNANDES, 2013).

Como o *corpus* analítico deste estudo foi composto de uma grande quantidade e diversidade de dados, vimos muitas vantagens na utilização dessa tecnologia, pois nossos dados ficaram alojados em um único lugar/ficheiro, o que facilitou nosso acesso a eles. Seguramente, a sofisticação dos esquemas de codificação seria praticamente impossível caso tivéssemos manuseado os dados no formato papel e manualmente (RICHARDS, 1999; BAZELEY; RICHARDS, 2000).

Existe a possibilidade de uso de uma série de formatos de codificação no NVIVO mas, há uma tendência para a formação de hierarquias ou árvore genealógica de códigos - com códigos pais, filhos e irmãos, e a codificação dos dados deve ser feita em tela. Esses podem não ser procedimentos ideais para estudos qualitativos realizados sob a égide da abordagem discursiva, mas neste estudo, revelaram-se de extrema relevância para a decodificação/compreensão das lógicas da articulação discursiva do *E-gov*. Ademais, por possibilitar a realização de conexões entre os códigos, o *software* se revelou um instrumento inestimável, permitindo-nos desvelar, com maior clareza, os agentes relevantes da cadeia articulatória do E-gov, bem como os significantes dominantes do *E-gov* nas articulações discursivas nos espaços institucional e midiático.

3.3.7 Os espaços das articulações discursivas

Neste estudo, analisamos as articulações discursivas geradoras das condições de possibilidade do *E-gov* em Cabo Verde, assumindo o NOSI como o ator central na cadeia de discursividade, a considerar o controle das atividades de inovação no setor público por essa agência, no período de 2003 a 2014, o qual compreende esta pesquisa.

Partimos do princípio de que as articulações ocorrem em contingências e espaços distintos. Dentre os vários espaços onde elas ocorrem, detivemos nossa atenção, sobretudo, no espaço midiático e no espaço institucional.

O Espaço midiático foi importante para a divulgação dos posicionamentos, justificativas e meios para obtenção da hegemonia pelos discursos em disputa, e é constituído pelos meios de comunicação social, aqui denominados de mídia impressa (jornais) e audiovisual (emissoras de televisão).

Neste estudo, estamos denominando de espaços institucionais, os expedientes criados nas instituições do Estado para enfrentamento dos posicionamentos, sejam no Executivo,

Legislativo ou Judiciário. Estes espaços derivam de instrumentos disponibilizados pelos entes estatais para solução de conflitos, criação de regras jurídicas e exposição de interesses da administração pública.

Portanto, nossa opção pela ênfase na análise das articulações discursivas nos espaços midiático e institucional se deve à sua importância para o exercício da busca pela hegemonia de cada um dos discursos articulados e pela capacidade dos mesmos em influenciar a opinião pública, permitindo tomada de posicionamento dos agentes sociais.

3.4 Procedimentos analíticos

Existem muitas e diferentes razões para que o discurso tenha se convertido em um objeto de análise, de estudo e de debate nas ciências sociais (SCHIFFRIN, 1997; IÑIGUEZ, 2004; SOUTHWELL, 2008; GLYNOS *et al.*, 2009). Dentre elas, destacamos três razões.

Em primeiro lugar, estão as razões de cunho teórico e epistemológico, pois, indubitavelmente, os debates no interior da virada linguística influenciaram imensamente, o conjunto das ciências sociais e humanas (IÑIGUEZ, 2004; GLYNOS *et al.*, 2009).

Em segundo lugar, "a transformação da linguística, desde sua ênfase inicial no estudo da linguagem como propriedade dos seres humanos até sua orientação para a análise do uso da linguagem nos vários contextos relacionais e de comunicação" (IÑIGUEZ, 2005, p.1009), influenciou, também, as outras ciências humanas e sociais que enfrentam os mesmos processos, a partir de visões distintas.

Por último, a relevância que os meios de comunicação adquiriram no nosso tempo e, em particular, as novas tecnologias de comunicação, que colocam em evidência a centralidade desses processos na constituição, manutenção e no desenvolvimento de nossas sociedades (IÑIGUEZ, 2004).

No entanto, historicamente, as origens desse processo remontam à década de sessenta do séc. XX.

> Na Franca, por exemplo, na segunda metade dos anos sessenta, começa-se a esboçar uma tradição sob esse rótulo, fortemente influenciada pelo estruturalismo, pelo marxismo e pela psicanalise (Pêcheux, 1969; Maingueneau, 1987). Da mesma forma, no âmbito anglo-saxão, inicia-se nessa época a "Etnografia da comunicação" (Gumperz&Hymes, 1972; Hymes, 1974). [...] a partir dos anos 1970, as concepções pragmáticas e interacionistas vão adquirindo uma importância maior, que acabará por estabelecer a ideia de que a palavra é uma forma de ação, acentuando assim a dimensão interativa da comunicação verbal. No entanto, é durante a década de 1980, quando proliferam definitivamente os trabalhos que se autodenominam de "analise do discurso", que, em sua diversidade, esses

> trabalhos representam formas de AD difíceis de definir, já que se inserem em várias disciplinas, desde a linguística até a psicologia, a sociologia, a antropologia, a história, etc. (Schiffrin, 1994). (IÑIGUEZ, 2005, p.109).

Embora o conceito de discurso seja polissêmico, neste estudo adotamos a concepção de Laclau e Mouffe (1985), segundo a qual ele corresponde a uma "totalidade resultante de práticas articulatórias" (p. 105). Assim, considerando que o significado se baseia na identidade discursiva, entendemos todos os projetos de inovação no setor público, programas de governação, relatórios, documentos oficias e legislações que estruturam o *E-gov* como discurso, uma vez que resultam de práticas articulatórias.

Para a análise das lógicas da articulação discursiva do E-gov, adotamos a análise de discurso (AD) de matriz francesa como procedimento analítico uma vez que ela fornece-nos um quadro geral para investigação social orientada por problemas. A opção por essa abordagem analítica do discurso se deve, ainda, consideráveis interseções existentes entre ela e a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985), que constitui o cerne do referencial teórico deste estudo. Essas duas áreas de conhecimento têm como bases teóricas e epistemológicas comuns o marxismo, no que diz respeito à crítica social; à linguagem e aos movimentos em torno da virada linguística; à psicanálise e à obra de Michel Foucault, para o entendimento do sujeito e subjetividades (BURITY, 2007; CORRÊA, 2013). A TD incorporou também outras influências, entre as quais, os jogos de linguagem de Wittgenstein e a desconstrução de Derrida, movendo-se em direção a uma radicalidade no campo das transformações ao propor uma teoria da política como ontologia do social.

Além disso, tanto a TD como a AD (de matriz francesa) trabalham a dimensão da linguagem na análise de seus objetos empíricos (BURITY, 2007). De modo que, as afinidades existentes entre a AD de matriz francesa e a TD abrem um campo de diálogos no que se refere aos princípios e procedimentos de análise do material empírico, ou às estratégias de leitura e aos procedimentos de análise de textos, de modo a argumentar a discursividade que estes possuem.

Originalmente, o termo 'análise de discurso' designava uma área da linguística. Atualmente, a AD não constitui um patrimônio exclusivo da linguística e conta com contribuições de diversas outras disciplinas acadêmicas (SCHIFFRIN; TANNEN; HAMILTON, 2001). De acordo com Van Dijk (2010), a antropologia, a sociologia, a psicologia, a comunicação, dentre outras disciplinas, deram suas contribuições à AD e desenvolveram métodos de análise específicos, que se traduziram em práticas bastante

variadas, embora provavelmente com um denominador comum: a consideração da análise do idioma em seu uso, seja falado ou escrito.

Embora a AD seja um termo muito ambíguo, a sua utilização teve como objetivo "estudar a organização da linguagem além da oração ou da frase e, por conseguinte, de estudar unidades linguísticas maiores, como a conversação ou o texto escrito" (IÑIGUEZ, 2005, p.108).

Segundo Iñiguez (2005), a AD se relaciona, também, com o uso da linguagem em contextos sociais e, concretamente, com a interação ou o diálogo entre os falantes. Por isso, neste estudo cada entrevista, reportagem, notícia, debate de TV ou símbolo visual foi considerado como uma entidade semiótica (WODAK; KRZYZANOWSKI, 2008), e esta foi analisada tendo sempre em mente seu pertencimento a contextos intertextual e sócio-político específicos. Seguimos, também, as orientações de Wodak e Krzyzanowski (2008), e tivemos sempre em conta as relações intertextuais e interdiscursivas existentes entre enunciados, textos, gêneros e discursos, assim como as existentes entre as variáveis sociais/sociológicas extralinguísticas, a história e a arqueologia de determinada organização e os quadros institucionais de uma situação de contexto específico

De acordo com Howarth e Torfing (2005), existem três tipos de análise textual vulgarmente utilizados pelos teóricos do discurso. Estes dizem respeito à análise do significado em textos (semântica), ao papel da retórica na concretização de determinados efeitos, e à construção e ao papel da subjetividade (pragmática). Adotamos esses procedimentos de análise conforme a natureza do material empírico coletado.

Para a análise dos significados dominantes do E-gov procedemos da seguintes forma. Após leitura exaustiva dos textos utilizados na constituição do *corpus* utilizamos o software para análise qualitativa de dados NVIVO para analisarmos a recorrência de determinados termos sendo articulados na cadeia de significação do *E-gov* em Cabo Verde. Esse procedimento foi proposto por Yilmaz (2006) em seu estudo "*Ethnicized Ontologies: From Foreign Worker to Musilim Immigrant. How Danish Public Discourse moved to the Right through the question of immigration*?", como forma de analisar a lógica social de determinada prática, a partir da extração/visualização de temas, termos, significações ou padrões discursivo articulados num determinado período de tempo, considerando-se um *corpus* analítico muito extenso. Portanto, esse procedimento analítico permitiu-nos descrever e caracterizar melhor o *E-gov*, e responder aos questionamentos localizados no seu eixo sincrônico, ou seja, questões relacionadas com "o quê" dessa prática.

Devido à ‘face’ um tanto quanto quantitativa desse procedimento sua aplicação em um estudo qualitativo inserido na tradição pós-estruturalista como o nosso pode ser questionado, mas lembramos que seria impossível com qualquer outro método qualitativo, como por exemplo, a análise de discurso de matriz francesa, a visualização dos termos, temas, ou até mesmo padrões discursivos em termos de repetições generalizáveis em um *corpus* analítico muito amplo como o que constituímos.

Portanto, pese embora as possíveis críticas a esse tipo de procedimento, nomeadamente a uma hipotética incoerência com relação à ontologia e epistemologia que embasam este estudo, insistimos na sua utilidade neste estudo na medida em que permite responder a questões do eixo sincrônico (relativas ao “o quê” de determinada prática) desde que não se transcenda ao seu âmbito que é de fazer emergir os termos, temas ou padrões discursivos mais recorrentes. Foi, alias nesse sentido que o usamos, para desvelarmos os termos dominantes nos discursos dos agentes relevantes do *E-gov* articulados nos espaços institucional e midiático e para analisarmos que termos foram mais usados para descrições de eventos e agentes no campo de discursividade.

Uma vez identificados os termos mais recorrentes nos discursos dos agentes relevantes do E-gov nas articulações nos espaços institucional e midiático os mesmos foram, inicialmente, avaliados com base nos pressupostos teóricos e nos objetivos do Estudo. Num segundo momento, por meio do NVIVO realizamos uma análise da relação de proximidade entre os termos mais recorrentes como mais um procedimento analítico no sentido de produzirmos nossas inferências sobre qual a relação existente entre esses termos. Só inferimos definitivamente os significados dominantes do E-gov fazendo uma conjugação da análise dos resultados obtidos por meio da aplicação dos procedimentos anteriormente descritos com os resultados de nossas análises da retórica dos agentes relevantes consubstanciada com dados provenientes de nossas observações de campo. Neste processo de interpretação e produção de inferências a subjetividade e a intuição do pesquisador teve papel fundamental, além, é claro, do referencial teórico que sustenta o estudo.

De modo a construir um *corpus* adequado aos nossos propósitos, coletamos e produzimos uma série de documentos de gêneros discursivos diversos, pois, em função de suas especificidades, cada qual possui diferentes capacidades de retratar as práticas políticas dos agentes sociais envolvidos nas articulações do *E-gov* em Cabo Verde. Isso porque os textos carregam significados que ultrapassam as suas fronteiras, remetem a contextos sociais e possuem determinados propósitos de comunicação. Dai que, os gêneros discursivos não foram tomados de forma isolada, isto é, foram edificados no entrelaçamento de discursos já

existentes, a partir de uma relação histórica de interações no seio de instituições e atividades sociais.

3.5 Estratégias de validação e confiabilidade dos resultados

Nas ciências sociais e aplicadas predominam parâmetros de confiabilidade estabelecidos pelas ciências positivas, que levam a muitos questionamentos sobre a legitimidade do conhecimento produzido sob a abordagem qualitativa.

Estudos de Paiva Jr., Leão e Mello (2011) apontam que a objetividade dos estudos qualitativos deverá ser avaliada pela confiabilidade e validade das interpretações. A confiabilidade trata da replicabilidade da pesquisa, enquanto que a validade pode ser descrita como a tentativa de definir se a realidade corresponde ao que o pesquisador acha que vê (FLICK, 2009).

Assim sendo, adotamos a reflexividade, que trata do antes e depois do acontecimento, como critério de confiabilidade. Como critério de Validade, reestruturamos e refletimos, constantemente, sobre os nossos questionamentos a fim de evitarmos vieses interpretativos. Por outro lado, a análise dos dados foi perpassada por idas e vindas interpretativas, em conjunto com o processo de revisão e auditoria das análises pelo orientador, o que auxiliou na eliminação de vieses interpretativos e no fortalecimento do processo de validação dos dados (FLICK, 1992; PAIVA JR.; LEÃO; MELLO, 2011).

Por outro lado, realizamos a triangulação com outros estudos, dentro de perspectivas teóricas convergentes, além da auditoria de outros pesquisadores do Lócus de Investigação em Economia Criativa da Universidade Federal de Pernambuco e a observância dos critérios utilizados na constituição do corpus que também foram procedimentos de validação da trilha metodológica (FLICK, 2006; CRESWELL, 2010).

4 Explorando o campo discursivo da inovação no setor público em Cabo Verde

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma problematização acerca da historicização dos discursos, das instituições e das práticas no campo da inovação no setor público em Cabo Verde. Com isso, pretendemos destacar as dimensões relevantes da gênese das condições de possibilidade do *E-government* em Cabo Verde e suas implicações para a articulação discursiva dessa prática que se desenvolve e se hegemoniza a ponto de influenciar a reestruturação das ações inovadoras na gestão do setor público Cabo-verdiano.

4.1 Da primeira à segunda República: discursos de inovação no setor público Cabo-verdiano

A independência da República de Cabo Verde em 1975 e a consequente instauração da chamada Primeira República e a transição do regime político do unipartidarismo para a democracia em 1991, que deu inicio à chamada Segunda República constituem dois eventos que representaram momentos de ruptura na história recente da República de Cabo Verde, que influenciaram a determinação dos rumos das políticas de inovação no setor público no país e se equivalem em torno do discurso da Reforma do Estado e Modernização administrativa.

Embora com momentos de quebra e de continuidade, essas duas circunstâncias históricas aconteceram devido à formação de cadeias equivalenciais favoráveis à introdução de inovações na administração do Estado. Por isso, constituem marcos históricos iniciais na geração de condições de possibilidade para a introdução de ações inovadoras na gestão do setor público, a exemplo do *E-gov*. Contudo, como em toda cadeia de equivalência discursiva, os momentos do discurso da reforma e modernização administrativa do Estado não se subordinam completamente à pluralidade de demandas que compõem as articulações discursivas em torno desse discurso, ainda que a diversidade de demandas nesse campo discursivo seja a condição necessária para a existência da equivalência.

A implantação da chamada Primeira República resultou de mudanças históricas que ocorreram no arquipélago de Cabo Verde desde a sua independência da República de Portugal em 5 de Julho de 1975, sobretudo, por causa de um longo processo de construção de cadeias de equivalências favoráveis à democratização do país. Essa época foi marcada por disputas político-ideológicas na busca pela construção discursiva do Estado Cabo-verdiano soberano.

As equivalências resultam de articulações históricas e, por isso, constituem composições políticas contingentes (LACLAU; MOUFFE, 1985). Assim, embora na década de 1970 não houvesse qualquer elemento intrínseco às equivalências que as predispusesse a uma articulação conjunta no contexto da luta pela independência nacional, uma onda crescente de contestação ao regime ditatorial do Estado Novo, vigente em Portugal desde 1933, e o resgate de diversos discursos antagônicos a esse regime, articulados sobretudo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA)[10], se constituíram como momentos agregadores das demandas na cadeia discursiva a favor da libertação das colônias portuguesas de então (SECCO, 2004).

As demandas particulares pela libertação e independência eram provenientes de diversos territórios sob o jugo colonial português[11], e todas elas compartilhavam um inimigo comum: o regime opressivo e fascista do Estado Novo.

Uma das instituições mais relevantes da cadeia discursiva, antagônica ao Estado Novo, no contexto africano, foi o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), protagonista da luta armada na Guiné-Bissau, com a finalidade de independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, como referenciado no recorte abaixo extraído do *corpus* deste estudo:

> O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde foi e continuará a ser a força, a luz e o guia do nosso Povo. Como na República irmã da Guiné-Bissau, o Partido de Amílcar Cabral, o PAIGC., expressão da vontade soberana do nosso povo na Guiné, e em Cabo Verde, continuará a ser a força política dirigente. da nossa Sociedade hoje totalmente livre (LG08, §2)

Nesse contexto, os discursos anti-Estado Novo e contra o colonialismo vinham sendo articulados desde muito antes da década de 1970, mas a formação e a unidade de uma cadeia de equivalências contra esse regime só foi possível quando o MFA assumiu a posição de representar a cadeia como um todo, passando a operar como um significante vazio no discurso de libertação de quase todas as colónias portuguesas, sobretudo na África.

Após a independência de alguns países africanos, o Estado Novo, ou o colonialismo, deixaram de ser inimigos comuns desses países, e outros foram eleitos. Por exemplo, em Cabo Verde, a publicação da Lei sobre a Organização Política do Estado (LOPE)[12] pela

[10] O MFA era constituído majoritariamente por Capitães que tinham participado da Guerra Colonial com o apoio de oficiais milicianos, manifestação que abriu caminho para a revolução dos cravos em Portugal, mais conhecida historicamente como a Revolução de 25 de Abril (SECCO, 2004).

[11] Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

[12] A LOPE foi promulgada e publicada a 5 de Julho de 1975 e vigorou até 1980, quando foi publicada a primeira Constituição da Republica de Cabo Verde. Essa Lei instituiu os órgãos do poder do Estado e uma orgânica

Assembleia Nacional Popular (ANP)[13], na sua primeira seção legislativa após a independência nacional, por unanimidade, provocou fortes criticas de diversos atores sociais por considerarem que a Lei subordinava o Estado completamente ao PAIGC e que o país estava a afastar-se dos princípios norteadores da luta de libertação nacional, a exemplo de, liberdade e independência (CARDOSO, 1993; FERNANDES, 2007). Essa subordinação pode ser entendida como a gênese 'ideológica' do controle das atividades de inovação em uma única instituição do Estado. Por exemplo, os artigos 1º., 12º. e 16º. da LOPE, que mostram claramente a tentativa de hegemonização do discurso do PAIGC como a única e soberana força política em Cabo Verde e ao qual o próprio Presidente da República e o Primeiro Ministro devem obediência e fidelidade total, conforme exigência descrita nas palavras da lei:

> Art. 1º. A Soberania do Povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estreitamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que é a força política dirigente na nossa Sociedade (LG08, §4. Sublinhado nosso).
>
> Art. 12º. Ao assumir as suas funções, o Presidente da República prestará, perante o Presidente da Assembleia Nacional Popular, por quem é investido, o seguinte juramento: "Juro, por minha honra, dedicar a minha inteligência e as minhas energias ao serviço do povo de Cabo Verde, cumprindo os deveres da alta função de Presidente da República, com fidelidade total aos objetivos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde" (LG08, §5. Sublinhado nosso).
>
> Art. 16º. O Primeiro Ministro é investido nas suas funções pelo Presidente da República, perante quem presta o seguinte juramento: "Juro, por minha honra, dedicar a minha inteligência e as minhas energias ao serviço do povo de Cabo Verde, cumprindo os deveres da alta função de Primeiro Ministro, com fidelidade total aos objetivos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde" (LG08, §6-7. Sublinhado nosso)

Apesar dos discursos antagônicos à subordinação do Estado ao PAIGC, nas articulações discursivas os dirigentes desse partido político procuravam deitar por terra as demandas articuladas pela cadeia antagônica contra-argumentando que o sistema político adotado era o melhor para o país e para o partido, tido como a expressão máxima da vontade dos cidadãos, como mostra o recorte a seguir:

> O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde foi e continuará a ser a força, a luz e o guia do nosso Povo. Como na República irmã da Guiné-Bissau o Partido de Amílcar Cabral, o PAIGC., expressão suprema da vontade soberana do nosso povo na Guiné, e em Cabo Verde,

jurídico-política indispensáveis à governação e administração do país até 1980 quando foi promulgada e publicada a primeira Constituição da República.

[13] Esta era a designação adotada à época. Atualmente é Assembleia Nacional de Cabo Verde.

> continuará a ser a força política dirigente. da nossa Sociedade hoje totalmente livre (LG08, §2).

Mas, essa tendência centralizadora do partido-Estado PAIGC, expõe um viés que vai na contramão dos desafios colocados pela conjuntura política e econômica da época, dos pressupostos do chamado Estado Empreendedor (DE MELO, 2010) e, das demandas anteriormente defendidas por esse partido, por um Estado soberano, livre de qualquer tentativa de homogeneização cultural ou política. Esse cenário acabou favorecendo práticas articulatórias de determinados grupos de interesse no aparelho do Estado e dentro do PAIGC, que aliás, acabou por ser afetado por algumas enfermidades.

> Reflexo ou não da crise ideológica, a 14 de Novembro de 1980 em Bissau, uma acção militar endógena ao próprio partido-Estado, liderada por João Bernardo Vieira (Comissário Principal e Presidente do Conselho Nacional da Guiné-Bissau do PAIGC), que saldou em dois mortos (António Buscardini - Membro do Conselho Superior da Luta e Secretário Geral do Ministério do Interior) e Otto Schatcht (Membro do Comité Executivo da Luta e Secretário do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC) e vários presos, destituiu o Governo Constitucional de Luís Cabral. Logo após a vitória do movimento militar foi formado um Conselho da Revolução para dirigir os destinos do Estado e da Nação (FERNANDES, 2007, p.92).

O golpe de Estado de 1980 na Guiné-Bissau resultou de diferenças que foram se cristalizando após a independência nacional, dentre as quais os conflitos internos no PAIGC; as rivalidades étnicas entre nativos da Guiné Bissau; a insatisfação de antigos combatentes guineenses por abdicarem de mais coisas em prol da independência do que os Cabo-verdianos, levando com que se sentissem injustiçados pelas instituições que, em sua opinião, promoviam jovens Cabo-verdianos nos quais não reconheciam legitimidade militar para comandarem aqueles que haviam combatido pela liberdade (MOURÃO, 2009; RIZZI, 2010)[14].

Esse golpe militar pôs fim ao discurso de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde articulado por Amílcar Cabral[15]desde os tempos da luta armada e provocou uma cisão no PAIGC que, em Cabo Verde, se metamorfoseou em Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

> A iniciativa partiu de Cabo Verde que transformou o PAIGC em PAICV, um partido totalmente nacional e através de uma revisão constitucional, desamarrou o Estado de tudo o que institucionalmente o prendia à Guiné-

[14] Aristides Maria Pereira era ao mesmo tempo Presidente da Republica de Cabo Verde e secretário-geral do PAIGC. Luiz Cabral, também Cabo-verdiano, era presidente da Guiné-Bissau.
[15] Líder da luta de independência e principal ideólogo da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde.

> Bissau. A Guiné-Bissau seguiu os passos de Cabo Verde, mantendo apenas a sigla PAIGC [...] (FERNANDES, 2007, p.112.

Ainda assim, o PAICV consegue manter-se como partido único e governar Cabo Verde até 1990, apesar da existência de diversas demandas contra-hegemônicas fundamentadas por um viés político-ideológico considerado condizente com um Estado de direito e democrático. Esses discursos eram articulados, sobretudo por jovens recém formados no estrangeiro, alguns dos quais tinham participado, ainda que na clandestinidade, dos movimentos contra o Estado Novo e contra o Colonialismo, por exemplo, em Portugal, França, Bélgica, e que tinham regressado a Cabo Verde (FERNANDES, 2007; TEIXEIRA; TAVARES, 2013). Portanto, uma relação de equivalência entre demandas oriundas de diversas latitudes e contextos[16] que alavancaram um sentimento interno de entusiasmo por um Estado democrático, ocasionando oportunidades de pressão social para reformas políticas e introdução de inovações no domínio da administração do Estado (SALOMON *et al.*, 1993; PEREIRA, 1998).

Laclau (1990) nos ensina que determinados horizontes históricos limitam elementos que possam ser articulados em conjunto e que, portanto, devemos dar atenção à disponibilidade de elementos e à forma como podem limitar ou potenciar o processo de articulação.

Sob essa ótica, podemos inferir que o contexto histórico da formação da República de Cabo Verde faz com que elementos como a insularidade e a falta de recursos naturais, presentes nos discursos políticos, estejam sempre sujeitos a deslocamento, tornando possível a articulação de elementos que não havia ocorrido. Daí a importância de problematizarmos os diferentes horizontes políticos que - historicamente - impactaram o campo discursivo da inovação na gestão do setor público nesse país, por constituírem as raízes históricas das disputas pela geração das condições de possibilidade para o *E-gov*, enquanto ação inovadora na gestão do setor público.

Por ser uma economia insular, geograficamente situada no *Sahel*, uma das regiões do globo mais afetadas pela escassez de água, tornar Cabo Verde um país viável tem sido sempre um desafio. Após a independência nacional, além das condicionantes naturais, o país ficou dependente da ajuda externa, sobretudo porque tinha uma agricultura atrasada e tradicional,

[16]No cenário internacional a formação de uma cadeia equivalencial favorável a reformas políticas, com destaque para exemplos da antiga União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) e países do Bloco do Leste Europeu, influenciaram a mudança do regime político em Cabo Verde. Igualmente, influencias essas mudanças, o surgimento de discursos de pressão do mundo ocidental, maior fonte de auxílio externo ao desenvolvimento do arquipélago.

que não satisfazia o mercado interno e, também, não tinha indústria (CARREIRA, 1984; ALMEIDA, 2003). Todos esses fatores corroboraram na configuração de uma cadeia de equivalências em torno do ponto nodal 'reforma do Estado e modernização administrativa', o qual direciona a estratégia do Estado de consolidar a centralização e o intervencionismo (CARREIRA, 1982).

A aprovação da LOPE pela ANP[17] serviu de estopim para a implementação de um conjunto de inovações na gestão do setor público. Essa lei serviu para "instituir órgãos do poder do Estado e uma orgânica jurídico-política, indispensáveis à governação e administração do país" (LG08, §5-6) e, também, com essa lei,

> A República de Cabo Verde assume o solene compromisso de promover a organização económica do País e de criar as bases materiais para a participação no avanço da Ciência e da Técnica e no desenvolvimento da Cultura humanística, rumo ao bem-estar e ao progresso integral do Povo e à realização final da Paz na convivência humana (LG08, §3-4).

A LOPE conseguiu pulverizar a ideia de que o Estado Cabo-verdiano precisava exercer o poder soberano do povo. Portanto, os dados analisados permitiram-nos verificar que o campo[18] foi eleito como um dos setores privilegiados para se dar inicio à implementação de ações inovadoras na sua gestão, considerando a necessidade imperiosa de "transformação das formas como o homem Cabo-verdiano organiza as suas relações com a terra com o objetivo de extrair dela os meios de subsistência de que necessita" (LG07, §2) e de "transformação das relações que neste processo se estabelece entre os homens empenhados na exploração da terra" (LG07, §3).

Os elementos discursivos relativos à soberania do Estado Cabo-verdiano foram articulados e deram origem à publicação da LOPE que, por sua vez, abriu o caminho para a promulgação da Lei nº. 9/II/92 que aprovou as 'Bases Gerais da Reforma Agrária', e introduziu inovações na forma de gestão da terra. Isso foi possível por que,

> As estruturas agrárias foram determinadas pela natureza colonial do processo histórico de Cabo Verde, remontando as suas anomalias básicas aos primórdios da ocupação das ilhas. Desabitadas, foram palco de uma ocupação agrícola segundo modelo português, na base das doações régias, com o tempo, tal sistema viria a provocar o aparecimento das grandes propriedades exploradas, com recurso a trabalho escravo, na ilhas de Santiago e Fogo, as primeiras a serem povoadas (LG07, § 4).
>
> As ilhas mais áridas, fundamentalmente as do grupo Norte sofreriam um processo diferente. Nelas a ocupação agrícola foi mais tardia, seguindo um

[17] Equivalente ao Congresso Nacional no Brasil
[18] Entenda-se como zona rural.

> sistema diferente, baseado na lei portuguesa das sesmarias que, com o decorrer dos tempos, viria a dar uma predominância de pequenas ou médias propriedades exploradas por conta própria. Até hoje existem diferenças marcadas de estrutura entre duas ilhas como S. Nicolau e Santiago, o que se explica por sistemas diferentes de ocupação agrícola nelas praticados (LG07, §5).

Podemos reconhecer que a Lei da Reforma da Reforma Agrária, teve impactos mais intensos nas ilhas de Santiago e Fogo, ao passo que, nas outras, as fortes controvérsias não permitiram o alcance total dos resultados esperados (ALMADA, 2012). A análise dos dados que compõem o *corpus* deste estudo permitiu-nos inferir sobre a existência de uma variedade de discursos sobre práticas de inovação no campo da gestão do setor público. Nossa convicção é de que isso ocorre porque os princípios vinculados à reforma do Estado e modernização administrativa são articulados em espaços de tensões entre os agentes sociais onde colidem as retóricas em disputas entre si.

Acreditamos, contudo, que a queda dos 'Regimes socialistas' na década de 1980, que provocou um profundo cepticismo internacional direcionado ao forte intervencionismo do Estado e às economias planificadas, fato que, acabou reforçando a cadeia discursiva antagônica ao regime político implantado pelo PAICV em Cabo Verde, baseado na ideologia de Partido-Estado (partido único).

> As referências ideológicas e os modelos normativos de desenvolvimento entraram em profunda convulsão nos anos 80. A crise mundial desencadeada em meados dos anos 70 abate-se duramente sobre África e outras regiões do Terceiro mundo. Cabo Verde, consegue, todavia uma relativa autonomia face as pressões do FMI e do BM, graças a administração judiciosa de uma "ajuda externa" multilateral apesar de quase total dependência exterior quanto a bens alimentares e de primeira necessidade […] (LOPES FILHO, 1996, p. 380-381)

Apesar de dependente das remessas dos emigrantes e da ajuda do mundo ocidental ao desenvolvimento, finda a Guerra-fria, a emergência (internacionalmente) nos finais da década de 1980 de um discurso 'prenhe' de demandas contra o unipartidarismo e a favor da descentralização e da redução do papel interventor do Estado provocou uma série de agitações e eventos em Cabo Verde de 1985 a 1990[19], que culminaram na realização a 13 de Janeiro de

[19]Em 1986 foi aprovada a lei () que abriu caminho ao parlamentarismo. Até então o papel legislativo cabia à Assembleia de Ministros. Em 1987 foi aprovada uma nova Lei que permite a associação, e no mesmo ano foi legalizada a Imprensa privada. Ainda neste ano, foram alterados os artigos 64º, 66º,67º e 68º, introduzindo alterações aos poderes do Presidente da República, que fica apenas com o poder de demissão do governo, veto e dissolução da Assembleia e passa a ser eleito por sufrágio universal direto. De 13 a 21 de Setembro houve conversações entre o Movimento para a Democracia (MPD) e PAICV, estabelecendo a conduta de ética, as leis de recenseamento eleitoral, lei da imprensa entre outros. Ou seja, foram feitos os últimos ajustes tendo em vista a realização das primeiras eleições democráticas no país.

1991 das primeiras eleições legislativas pluripartidárias e democráticas no país (LOPES FILHO, 1996; ÉVORA, 2004). Nessas eleições, o partido Movimento para a Democracia (MPD) sai vitorioso com 62.5% dos votos do eleitorado Cabo-verdiano dando, assim, inicio à era da chamada Segunda República, época em que o discurso da Reforma do Estado e Modernização Administrativa conquista mais adeptos e se cristaliza ainda mais no campo discursivo das inovações no setor público.

Na década de 1990, o governo do MPD começou a articular o discurso de um novo projeto estratégico designado para a gestão do setor público, cuja lógica de construção permite ver claramente os ideais da democracia pluralista (1991)[20] e a existência de sujeitos democráticos cujo surgimento, como assevera Laclau (2006, p.171), "[...] depende de uma articulação horizontal entre as demandas equivalenciais". Por exemplo, o programa do primeiro Governo Constitucional da Segunda República aprovado e publicado pela Resolução nº. 6/II/91 traz subjacente essa nova orientação ideológica do Estado, como se pode ver no recorte do *corpus* a seguir : "[...] a democracia é essencial ao desenvolvimento, não podendo haver este sem aquela. Deve ser global e realizada nas vertentes política, económica, social e cultural" (LG10, §2).

No entanto, tendo em vista a contingência do discurso de continuidade da existência dos sujeitos democráticos, o governo do MPD criou mecanismos que lhe permitissem granjear confiança da sociedade e dar respostas à contingência do referido discurso, de modo a levar outros atores a se identificarem com o mesmo. Por exemplo, aprovou a Resolução nº. 6/II/91, cujo objetivo reside em

> [...] alargar e aprofundar a participação dos cidadãos nas decisões fundamentais da sociedade e da economia no seu conjunto e no âmbito da empresa; assegurar-lhes, em geral, condições materiais para realizarem iniciativas económicas de interesse para o desenvolvimento do país, premiando, assim, a inteligência e a criatividade e garantindo-lhes, ainda, o acesso aos bens de cultura, na convicção de que não pode haver desenvolvimento sem cultura (LG10, §2).

Com essa resolução, o governo queria deixar claro, também, que

> [...] a finalidade da sociedade consiste no livre desenvolvimento da personalidade de cada ser humano, devendo este valor sobrepor-se aos demais como último e absoluto. Defende, assim, a valorização da vida e a dignidade do indivíduo, sobrepondo-se ao próprio Estado (LG10, §1).

[20] Resolução nº. 6/II/91 que aprova o Programa do Constitucional da II República.

Além disso, a Resolução nº. 6/II/91 serviu para estabelecer que "[...] o direito à diferença e à sua expressão são valores fundamentais na edificação de uma sociedade livre e democrática" (LG10, §1). Assim, com esse discurso, o MPD busca encontrar respaldo da sociedade para "[...] lutar sem tréguas contra todas as tentativas de massificação de indivíduos e de padronização de comportamentos políticos"(LG10, §1). Ainda, procura a legitimação do discurso da não subordinação dos indivíduos e estruturas do Estado aos partidos políticos, discurso que entra em choque com as práticas pouco democráticas desencadeados pelo MPD, nos finais da década de 1990.

Se, como afirma Laclau (2006), o 'povo' se constitui a partir da articulação de um conjunto de demandas equivalenciais por um significante vazio, então, a mudança do sistema político do unipartidarismo para a democracia pluralista na República de Cabo Verde deveu-se à constituição do 'povo' Cabo-verdiano democrático. Isto foi possível graças à união dos Cabo-verdianos que, mesmo com diferentes perspectivas e experiências partilhavam um interesse comum, um Estado livre, soberano e democrático. Nestes casos, o significante vazio desempenha sempre um duplo papel:

> Por um lado, ele desempenha um papel ativo na representação, pois que constitui o povo no processo de representá-lo; ele não reflete apenas uma totalidade pré-determinada. Por outro lado, ele representa o povo. Uma vez que tem de atuar como um ponto de identificação, ele não pode ser inteiramente autónomo dele (LACLAU, 2006, p.171).

Sob essa ótica, podemos argumentar a favor da emergência do sujeito Cabo-verdiano democrático a partir de sua congregação em torno dos discursos contrários ao regime fascista imposto pelo Estado Novo Português e ao regime de partido único implementado pelo PAIGC após a independência nacional. Assim, inferimos a existência de uma estreita relação entre a constituição das cadeias equivalenciais contra o regime fascista, o partido único e a formação de um Estado Cabo-verdiano, livre, soberano e democrático.

A articulação discursiva desses elementos criou as condições de possibilidade de mudança para um ambiente propício à introdução de ações inovadoras na gestão do setor público pelo governo (liderado pelo MPD), saído das eleições legislativas de 1991, cujos resultados se refletiram na articulação do discurso de um 'novo modelo de organização político-administrativa do Estado'. As ações adotadas nessa altura encontraram situações de maior ou menor continuidade com a herança da Administração colonial, pois,

> Tal como sucedeu na maioria dos países que, entre os finais da década de 80 e de 90, vivenciaram essa fase de transição política, o novo governo instituído priorizou a introdução de reformas com vista ao rompimento com

> o modelo estatizado e centralizador anteriormente vigente, optando por valores mais democráticos. Introduziu-se, na nova constituição, um conjunto de direitos, liberdades e garantias. Foi liberalizado o mercado, a par de outras reformas económicas e administrativas (l*egislação*). Reformulou-se, de certa forma, as políticas públicas, essencialmente, no sector social, incrementando-se, substancialmente, a respectiva dotação orçamental. O nível de prestação dos serviços de saúde subiu, quantitativa e qualitativamente, tendo-se registado uma melhoria na cobertura nacional, com a criação de diversos postos de saúde nas diferentes ilhas, em resultado do qual a taxa de mortalidade diminuiu e a expectativa de vida aumentou. Os mesmos resultados se verificaram no sector da educação (FERREIRA JÚNIOR, 2010, p. 33).

Os documentos oficiais utilizados na constituição do corpus deste estudo mostram que apesar de absoluta influência da herança colonial portuguesa nas práticas adotadas na gestão do setor público, a mudança do sistema político funcionou como ponto nodal para alteração na gramática da articulação discursiva da inovação na gestão do setor público Cabo-verdiano. Isso trouxe nova dinâmica e novo figurino ao setor público, uma vez que conferiu, por exemplo, maior autonomia ao poder local. Ou seja, as autarquias locais passaram a existir tanto no sentido jurídico, como no sentido político-administrativo, e os titulares dos órgãos municipais passaram a ser eleitos pelos respectivos munícipes. Portanto, o discurso da necessidade de um novo modelo de organização política provido pelo Estado criou as condições de possibilidade para a

> [...] descentralização efectiva e órgãos autárquicos próprios, com titulares eleitos. Pressupõe, também, a atribuição aos órgãos autárquicos de amplos poderes e a transferência para os municípios de importantes recursos humanos, financeiros e materiais e de equipamentos necessários ao exercício efectivo dos seus poderes (LG10, §6).

Para tanto, o governo teve de desencadear articulações discursivas no sentido de:

> Mobilizar as energias e o entusiasmo das instituições públicas, das comunidades locais e dos cidadãos. Igualmente, tal processo deverá, por razões de eficiência, atender às condições concretas actualmente prevalentes no âmbito da administração autárquica, considerada na sua globalidade, e também no âmbito de cada município, bem como aos recursos disponíveis em cada momento para a sua concretização (LG10, §9-10).

Na articulação discursiva do novo modelo de organização política do Estado, o governo conseguiu construir consensos, ainda que temporários, os quais permitiram a aprovação do Decreto-Lei n$^{o.}$ 86/92, de 16 de Julho, que criou um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), diferenciando o regime de ingresso, acesso e desenvolvimento na carreira dos quadros comuns e privativos do setor público, e a aprovação do Decreto-lei n$^{o.}$

87/92, de 16 de julho[21] que criou um conjunto de instrumentos de mobilidade do pessoal, a fim de facilitar a implementação da nova política de gestão dos Recursos Humanos no setor público.

Foram introduzidos sistemas de avaliação de desempenho dos servidores públicos e elaborados o estatuto de aposentação bem como o regime de faltas, férias e licenças. Igualmente, foram aprovados diplomas sobre a estrutura interna dos Ministérios e Secretarias de Estado, e foram definida a incidência do Imposto Único sobre os Rendimentos (*IUR*)[22] nos salários dos servidores públicos, bem como melhorias nos salários dos mesmos (SALOMON *et al.*, 1993; PEREIRA, 1998).

Apesar dos avanços que registramos acima, um estudo sobre o Perfil dos Recursos Humanos na Administração Pública Cabo-verdiana realizado em 2007 pelo Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública, revelou que na prática, as articulações discursivas desenvolvidas nessa época não contribuíram para a introdução efetiva de inovações, tanto no concernente à real definição do papel do Estado, como na modernização da administração (CABO VERDE, 2007)[23]. As conclusões desse estudo mostram que:

> O Estado continuou tendo um papel central nos sectores da educação, saúde e segurança. De acordo com alguns críticos, nomeadamente Onésimo Silveira, continuou havendo um certo controlo da máquina democrática. A prática clientelista, o uso indevido de recursos do Estado para fins adversos, típicos de regimes de partido único, subsistiam, etc. (FERREIRA JÚNIOR, 2010, p. 34).

Essa situação de incerteza quanto à eficácia das ações inovadoras no setor público adotadas pelo MPD nos anos 1990, e um ambiente político marcado por disputas de poder no seio do MPD, acabaram por inflar a cadeia contra-hegemônica que estava em formação. A criação do cargo de Governador Civil nos finais da década de 1990, por exemplo, teria oferecido as condições propícias para a hegemonização de discursos antagônicos às políticas de inovação da gestão do setor público adotadas pelo MPD. Os discursos contrários transportavam demandas populares diversas contra a figura do governador civil, uma vez que, não se lhe era reconhecida legitimidade democrática por ser nomeado pelo governo e não eleito pelos munícipes.

Além disso, o discurso da privatização de empresas públicas teria contribuído para a hegemonização de discursos antagônicos às políticas de inovação na gestão do setor público adotados pelo governo do MPD. Esse discurso, tem na sua cadeia articulatória o Banco

[21] Revogado pelo Decreto-Lei nº. 54/2009 de 7 de Dezembro
[22] Decreto-Lei nº. 1/96, de 15 de Janeiro
[23] Só em 1991, houve um aumento de 30,63% no número de servidores públicos (CABO VERDE, 2007).

Mundial (BM) como um dos agentes mais relevantes. Após a mudança política em Cabo Verde, em 1991, o BM começou a 'aconselhar' o governo a privatizar algumas empresas públicas na sua maioria subsidiadas pelo orçamento do Estado, por causa dos resultados desastrosos (na avaliação do BM) na gestão das mesmas[24],

Após isso, o governo do MPD aprovou diversos diplomas autorizando as tais privatizações e criou o Gabinete de Apoio à Reestruturação do Sector Empresarial do Estado (GARSEE), para coordenar toda a articulação no tocante ao processo de privatização das empresas com participação do Estado, essencialmente, as dos sectores das telecomunicações (Cabo Verde Telecom), energia elétrica (ELETRA), e transportes públicos (TRANSCOR).

Como resultado de todo esse processo de privatizações houve um aumento das receitas do Estado na ordem dos 16,7%, mas mesmo assim muitos setores da sociedade civil, e os partidos políticos na oposição (PAICV, UCID) e do próprio MPD reclamaram da falta de transparência do governo (do MPD) na condução dos processos de privatização. Essas reclamações foram se alastrando e incorporando outras demandas e criticas às políticas de inovação e reformas implementadas, passando a ser articulados nos discursos de algumas instituições internacionais, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, de partidos políticos nacionais (PAICV, UCID e alguns dissidentes do MPD) para quem o país estava a ultrapassar um período de agravamento dos problemas sociais nos principais centros urbanos.

Esses discursos, articulados com base na evocação do agravamento de determinados problemas sociais e a deterioração da situação econômico-financeira do país colaboraram para a expansão da cadeia de diferenças contra o governo do MPD, fazendo com que este partido perdesse as eleições legislativas de 2000 para o PAICV, que com maioria absoluta se mantém no poder até à presente data[25]. Esses acontecimentos representam uma nova mudança ideológica operada na sociedade Cabo-verdiana, condizente com o discurso de um Estado menos interventor e descentralizador.

Desde a independência de Cabo Verde em 1975, passando pela mudança do sistema político em 1991, a cadeia articulatória da inovação do setor público possui elementos momentos que, diante do corte antagônico estabelecido, apresentam demandas equivalentes entre si, mas tendo características de procurar a hegemonia do discurso da reforma do Estado e modernização administrativa. Isso ocorre porque os elementos momentos articulados unem-

[24] Isto após as suas análises da conjuntura econômica e política do país.
[25] As próximas eleições legislativas terão lugar em 2016.

se equivalencialmente em torno de novos modelos de organização política do Estado, o que está vinculado à orientação ideológica dos partidos que sustentam os governos.

4.2 Década de 2000: a gênese da articulação discursiva do *E-government*

Nos anos 2000, os esforços do governo para hegemonização do discurso de 'reforma do Estado e modernização administrativa' geraram significantes vazios que visam, essencialmente, a criação de uma ordem social em que esse discurso possa se expandir cada vez mais.

Assim, temos a emergência de um discurso privilegiado que condensa diversas demandas dispersas no campo discursivo da gestão pública em cadeias de equivalência. Ou seja, o mundo contemporâneo globalizado, marcado por transformações constantes e rápidas, obrigou o governo a levar em consideração novas práticas na gestão do setor público, numa perspectiva de continuidade de ações inovadoras a fim de dinamizar o desenvolvimento de Cabo Verde. Para tanto, levaram em conta que

> O crescimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) está na base do desenvolvimento de uma sociedade crescentemente baseada na informação e no conhecimento e do processo de globalização. Este fenómeno global está a ter um profundo impacto transformacional a nível económico e social e será determinante para o desenvolvimento sustentável dos países (DO4, §1).

A lógica da construção do discurso da reforma do Estado e modernização administrativa encontra suporte na decisão do governo pelo uso intensivo das TIC para acelerar o processo de inovação no setor público, e por este entender que por vários motivos.

> [...], a economia de Cabo Verde tem de se adaptar à nova era económica caracterizada pela globalização de uma economia internacional cada vez mais conectada, onde é cada vez menor a capacidade dos países de manter "autarquias económicas protegidas da competitividade", onde a produtividade cresce suportada pelas novas tecnologias e pela inovação de processos e de produtos, nomeadamente na modernização dos sectores tradicionais e na criação de novos negócios. Neste contexto, é imperativo que Cabo Verde aumente a infra-estrutura e a utilização das TIC na sua economia e promova uma cultura digital e proactiva nas suas empresas. (DO4, § 3)

Nesse contexto, emerge o discurso da 'aposta na sociedade da informação' no âmbito das discussões sobre as opções estratégicas para a transformação de Cabo Verde, rumo a desafios de desenvolvimento, nomeadamente, o aumento da competitividade, o crescimento econômico, a integração nos mercados globais, a redução da pobreza, maior justiça social e

modernização do aparelho do Estado. Vejamos alguns recortes elucidativos desse discurso retirados do nosso *corpus* de pesquisa*:*

> Realizar a transformação de Cabo Verde implica ganhar a batalha da competitividade. Isto é de importância vital para o país. Estou em crer que é na realização de ganhos de competitividade e na modernização da economia e da sociedade que reside a essência do papel das TIC na transformação de Cabo Verde. O desenvolvimento das TIC para a afirmação de uma sociedade de informação e de conhecimento é, pois, uma opção estratégica. Elas são uma ferramenta central da modernização e internacionalização da economia. As TIC são um factor de inserção (DO3, §12).

> A construção da sociedade de informação exige mobilização de toda a Nação Cabo-verdiana, dos residentes e dos não residentes. Embora o Estado tenha um papel importante, essa construção interpela todos os actores: o sector privado e empresarial, as instituições públicas e privadas de formação e de pesquisa, as organizações da sociedade civil. E, neste particular, há que ter em boa conta o considerável capital de "*know how*" acumulado em muitos núcleos e sectores da diáspora. Constituindo um partenariado para a Sociedade de Informação e para a Governação electrónica, estaremos, de facto a fazer com que as NTIC penetrem e irriguem toda a sociedade Cabo-verdiana. Agindo juntos, faremos com que, decididamente, Cabo Verde não faça parte dos excluídos da sociedade de informação (DO3, §13. Sic.).

> A construção de uma sociedade baseada na informação e no conhecimento, assim como a aposta na boa governação, têm subjacente a informação sistemática e a promoção da participação activa dos cidadãos, em geral, como base de consolidação do processo democrático. (DO3, § 7)

Outro discurso que emerge nessa época é o do '*E-government* como opção estratégica para o desenvolvimento' de Cabo Verde. Esse discurso, condensa demandas particulares por redução dos custos de contexto, promoção da atração do investimento direto estrangeiro, aumento da competitividade das empresas instaladas, melhoria da prestação dos serviços públicos às empresas, redução da burocracia, aumento da transparência, boa governação, provenientes de diversas latitudes e atores sociais. Observemos algumas representações desse discurso contidas nos Programas de Governo para a VI e VII Legislaturas (2001 a 2006 e 2006 a 2011), no Plano Estratégico da Sociedade da Informação (PESI) e no Plano de Ação para a Governação Eletrônica (PAGE).

> O Governo vem apostando na governação electrónica. Essa aposta constitui um imperativo para melhorar a eficácia do Estado, da administração pública, tanto a nível central como a nível local, reforçando, assim, o Estado de Direito Democrático, uma vez que as tecnologias de informação ajudam a promover a transparência, a "accountability" e a democracia (DO3, §13).

> A Governação Electrónica é um dos pilares de desenvolvimento da Sociedade da Informação em Cabo Verde, conforme estabelecido no Programa Estratégico da Sociedade da Informação (PESI) (DO3, §6).

> [...] a utilização das TIC na Administração do Estado é uma realidade irreversível em Cabo Verde e [...] passos importantes foram já dados em direcção à Governação Electrónica. A concretização de uma Governação Electrónica próxima dos cidadãos, requer a utilização estratégica e operacional das TIC, de forma coordenada, em prol da prestação de serviços públicos de qualidade, da melhoria da gestão interna, de uma ampla participação dos cidadãos, suportados por uma arquitectura tecnológica de banda larga, interoperável e segura (DO3, §6).

A aposta do governo no *E-gov* está alicerçada em valores como a "agilização, racionalização e o aumento da transparência da gestão, com enfoque no sistema financeiro, tendo em vista uma abordagem global, abrangente e completa, que dê suporte a uma governação mais próxima do cidadão" (DO3, §8).

O discurso da Reforma do Estado e modernização administrativa, no fundo, representa um projeto ambicioso de reavaliação do papel e da dimensão do Estado Cabo-verdiano. Os sentidos desse projeto são articulados pelo governo, uma vez que podem constituir deslocamentos que tendem a inviabilizar uma reforma institucional e da administração pública baseada em uma qualificação programada de recursos humanos para serem colocados à disposição do Estado e da sociedade Cabo-verdiana e na utilização intensiva de recursos tecnológicos.

Porém, considerando a complexidade da sociedade Cabo-verdiana e que tentativas de fechamento completo de sentidos sociais são empreitadas sempre incompletas e precárias, a materialização desse projeto levou o gabinete do Primeiro Ministro a criar, na sua dependência direta, uma Comissão Interministerial para a Inovação e a Sociedade de Informação (CIISI), como forma de garantir a transversalidade dos desafios da sociedade de informação e a mobilização do Governo, como um todo, nas articulações visando a hegemonização do discurso do *E-government* como uma opção estratégica para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Assim, para garantir que o E-gov fosse significado por forma a interceptar todas as valências do sector público, em meados de 2003, o governo criou o Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação (NOSI) para ser o braço executivo da CIISI. O NOSI ficou responsável, também, por todas as articulações vinculadas "aos princípios de cooperação, coordenação, convergência e integração das redes e dos sistemas de informação do Governo" (DO2, §2).

Nesse sentido, como identidades são constituídas a partir de ordens discursivas disputando sentidos e considerando o papel preponderante da CIISI na promoção da sociedade de informação, foi necessário o estabelecimento de um modelo matricial em que os

sectores eleitos como prioritários para o E-gov se cruzam com o NOSI, por meio dos seus diferentes departamentos tecnológicos, por forma a organizar as relações sociais no âmbito dessa prática social.

> Para cada sector será criada uma "Unidade de Gestão da Reforma – UGR (?)" ou "Unidade de Gestão da Mudança – UGM (?)" onde estão representados: o sector, enquanto dono do negócio, o NOSI, enquanto portador das tecnologias de informação e a Administração Pública como garante da harmonização intersectorial e da presença do Governo, como um todo. O modelo garante a presença horizontal da administração pública nas unidades de gestão. A chave do sucesso da implantação da governação electrónica reside, precisamente, nessas unidades. A representação do sector deve ter perfil técnico adequado e forte sensibilização para as NTIC's e sistemas de informação. A representação do NOSI deve ter capacidade tecnológica adequada e bom entendimento do negócio do sector (DO2, $3). .

Apesar de as relações de poder serem constituintes das próprias relações sociais, tais relações são sempre instáveis, considerando a constante possibilidade de serem revertidas. Logo, o modelo matricial tem subjacente uma lógica de empoderamento do NOSI, que passa a ser uma espécie de fórum para construção de consensos e estabelecimento de parcerias, um espaço alargado de discussões entre o público e o privado bem como de definição de políticas e estratégias de intervenção no âmbito do E-gov. Por exemplo, as articulações discursivas do NOSI permitiram:

- a criação e a difusão da rede de Casas de Cidadão,
- o desenvolvimento de um novo Portal da Casa do cidadão (www.portoncv.gov.cv),
- o desenvolvimento de um novo portal do Governo de Cabo Verde (www.governo.cv).

O artigo 9º. do Decreto-Legislativo nº. 2/95, de 20 de Junho, institui o interesse público como objetivo central da busca de aproximação dos serviços públicos, de forma não burocratizada, às populações, para que sejam asseguradas a celeridade, a economia e a eficiência das suas decisões. Essa disposição, que incorpora os princípios da desburocratização, desconcentração e descentralização, pressupõe não só a necessidade do setor público proceder à transformação de suas estruturas como, também, dos seus métodos de funcionamento para alcançar seus objetivos.

Tudo isto surge para suportar a materialização do princípio da colaboração da Administração Pública com os particulares, previsto no Decreto-Legislativo nº. 2/95, de 20 de Junho. que estabelece o regime da participação dos particulares na tomada das decisões que

lhes digam respeito, bem como no desempenho da função administrativa. Esse dispositivo legal obrigou o NOSI a uma coordenação de ações e cooperação entre diferentes níveis do poder público para a realização deste objetivo. Mas, na prática quando se trata da necessidade de coordenação de ações entre os poderes central e local, nem sempre essa tarefa é tão facilitada.

Resumidamente, podemos afirmar que, a partir dos anos 2000 o discurso da inovação na gestão do setor público em Cabo Verde foi ancorado na ideia da utilização intensiva das TIC para a transformação da lógica de prestação de serviços públicos, o que levou à racionalização das estruturas, concentração dos *front-offices* das funções gerais de diversos entes públicos nas Casas do Cidadão, o controle dos sistemas de informação e/ou gestão integrada e de plataformas de partilha de funções e atividades instrumentais comuns pelo NOSI, designadamente: Sistema de Informação geográfica (fiscal, predial, matricial), sistemas de informação e autenticação do cidadão (identificação, eleitor, segurança social, fiscal), cadastro único automóvel (veículos, proprietários, regimes, fiscal), base de dados integrados para as empresas.

Dessa forma, a articulação discursiva do *E-gov* como uma opção estratégica para o desenvolvimento de Cabo Verde, possibilitou a geração de condições que permitiram a introdução de ações que levaram o setor público a inovar e melhorar a qualidade de acolhimento e atendimento dos cidadãos e empresários nos serviços públicos. Isso reforçou ainda mais a capacidade do discurso da reforma do Estado e modernização em condensar demandas dispersas sobre a inovação no setor público em uma cadeia de equivalências.

5 Desvelando as lógicas da articulação discursiva do *E-government* em Cabo Verde

As lógicas da articulação discursiva do *E-government* em Cabo Verde são desveladas aqui com o objetivo de explanação crítica dessa prática. Na primeira seção deste capítulo, abordamos a lógica social do E-gov, incluindo os seus significados dominantes, sobretudo no que tange às articulações evidenciadas nos espaços institucionais e midiáticos, bem como as normas, políticas, regras e auto-representações que constituem esse fenômeno virtual na pauta de organizações contemporâneas. Na segunda seção, argumentamos a respeito da lógica política do E-gov e abordamos as práticas articulatórias geradoras da cadeia de equivalências na sua significação, centrando nas contradições, nos conflitos e nas contestações a essa prática. Na terceira e última seção deste capítulo, tratamos da lógica fantasmática do E-gov, discutindo as ideologias presentes nas articulações discursivas dessa prática social.

5.1 A lógica social do *E-government*

A lógica social do *E-gov* em Cabo Verde se desvela ao serem tomadas como ponto de partida as seguintes questões: que circunstâncias históricas contribuíram para a geração de condições de possibilidade para a emergência/implementação do E-gov em Cabo Verde? Como essa prática foi inserida na gestão do setor público Cabo-verdiano? Que regras, normas ou políticas regem essa prática em Cabo verde? Estas questões permitem-nos esclarecer como é definido, que papel exerce e quais os principais usos do E-gov na gestão do setor público Cabo-verdiano.

Os Programas do Governo para a VI e a VII legislatura são ambiciosos e multifacetados, e apresentam dois grandes objetivos: a consolidação da Democracia e a Reforma do Estado e modernização administrativa.

O governo tem a aspiração de construir um Estado que se adeque às dimensões insulares das dez ilhas, aos anseios dos Cabo-verdianos e à inserção ativa de Cabo Verde na economia global. Para a concretização dos dois desafios acima mencionados, o discurso do governo procura hegemonizar a ideia da imprescindibilidade de mudanças a nível institucional, cultural e na estrutura administrativa em que se assenta o Estado de Cabo Verde, bem como pela necessidade de adequar esta mesma estrutura aos avanços tecnológicos e aos novos desafios impostos pela globalização, torná-la mais eficiente e com capacidade de inovação.

O discurso da modernização da Administração Pública pressupõe um conjunto de medidas e de ações inovadoras, visando o reforço institucional, o desenvolvimento e a capacitação dos recursos humanos do setor público.

5.1.1 Os significados dominantes do *E-government*

Desde a independência nacional em 1975, os discursos dos sucessivos governos da República de Cabo Verde têm privilegiado a inovação no setor público como elemento discursivo relevante para a reforma do Estado e modernização administrativa. No entanto, só a partir da década de 2000, emerge o discurso do *E-government* como opção estratégica para o desenvolvimento de Cabo Verde, alicerçado no uso intensivo das TIC e no aproveitamento de seu potencial de transformar os serviços públicos.

O E-gov consiste em um sistema tecnológico e discursivo que dialoga com outros sistemas. Ele resulta de um sistema social, cujo discurso, comporta elementos como a aposta nas TIC para a criação de estruturas de rede tendo em vista o objetivo de interconexão das diversas agências do Governo de Cabo Verde. Os recortes das entrevistas a seguir são ilustrativos dessa mudança de visão do governo relativamente à utilização das TIC que, segundo os entrevistados, permitiram:

> Aproximar o gestor público dos cidadãos, por meio da disponibilização/desenvolvimento de várias plataformas em diversos sectores. Contribui também para a desmaterialização da administração pública e trouxe mais transparência nos processos administrativos (E10, 10-12).

> [...] a implementação do Portal do Governo e o Portal do cidadão, que contribuíram para melhorar o desempenho dos deputados, na medida em que permitiram facilitar o acesso e a partilha de informações e programas que dizem respeito à governação do país (E9, 47-50).

> A modernização do aparelho do Estado (informatização e colocação dos serviços em rede), bem como para a introdução das novas tecnologias no Sector da educação no País e a modernização e informatização do sector da saúde (E12, 7-10).

Em 2002, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Sociedade Americana para a Administração Pública (SAAP) definiram o E-gov como "[...] a utilização da Internet e da *World Wide Web* para o fornecimento de informações e serviços governamentais aos cidadãos" (ONU; SAAP, 2002, p.1). Nessa disputa pela fixação dos significados do E-gov, Jaeger (2003) procurou vincular essa prática ao uso de outras TIC, além da Internet e da *World Wide Web*, as quais podem ser ilustradas por sistemas como: "banco de dados, redes,

discussão suporte, multimídia, automação, detecção e acompanhamento, e tecnologias de identificação pessoal" (p.323).

Já Fountain (2001) prefere usar os termos "governo digital" ou "Estado virtual" para significar o *E-gov*. Esse estudioso concebe que "governo digital é aquele que se organiza cada vez mais em termos de agências virtuais, entre agências e entre redes público-privadas, cujas estruturas e capacidade dependem da *Internet* e *Web*" (2001, p. 4).

Esses diversos significados atribuídos ao *E-gov* revelam a impossibilidade de sua significação plena. Assim, baseado na noção lacaniana de grande Outro, diríamos que o *E-gov* é 'constitutivamente um não-tudo' (QUINET, 2012). Ou seja, é um conceito precário que se esforça para alcançar uma explicação universal, mas sempre fracassa quando confrontado com a experiência analítica. Da mesma forma, não existe experiência analítica que possa preenchê-lo de conteúdo na totalidade.

O próprio dinamismo dessa prática social (*E-gov*) faz com que sua significação ocorra em arranjos múltiplos, nos quais os significados vinculados ao E-gov se revelarão sempre instáveis, embora por vezes dominantes, isto é, hegemônicos. Talvez por isso o termo governação eletrônica seja dominante nas articulações discursivas do E-gov, mesmo quando o debate é relacionado à governança em si.

A análise dos dados que compõem o nosso *corpus* de pesquisa permitem-nos depreender que instituições internacionais como União Europeia (UE) e o Banco Mundial (BM), principais financiadoras de projetos de inserção de tecnologia no sector público Cabo-verdiano, tentam, sutilmente forçar a hegemonização do termo governação eletrônica, por meio de uma lógica política cuja finalidade visa a constituição parcial do sentido social do E-gov na arena social. Vejamos a seguir algumas definições de *E-gov* apresentadas por algumas instituições internacionais (Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento, União Europeia) em suas disputas pela significação dessa prática. Para essas instituições o *E-gov* significa:

> [...] utilização por órgãos governamentais de tecnologias de informação (como o *Wide Area Networks*, a Internet e computação móvel), que têm a capacidade de transformar as relações com os cidadãos, empresas e outros braços do governo. Essas tecnologias podem servir uma variedade de fins diferentes: uma melhor prestação de serviços do governo para cidadãos, melhores interações com empresas e indústrias, empoderamento dos cidadãos, através do acesso à informação, ou a gestão do governo mais eficiente. Os benefícios resultantes podem ser, menos corrupção, mais transparência, maior comodidade, o crescimento da receita e / ou redução de custos (BM, 2004, s/p.).

> [...] uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, particularmente a Internet, como uma ferramenta para alcançar um governo melhor (OECD, 2003, p. 63).

> Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, combinadas com a mudança organizacional e novas competências, a fim de melhorar os serviços públicos, aumentar a participação democrática e reforçar a formulação de políticas públicas (EC, 2005, s/p.).

A diversidade de significados atribuídos ao *E-gov* demonstra uma preocupação de atores sociais estratégicos do ponto de vista global com a geração de condições que permitam formas diversas de comunicação do governo com os cidadãos, outras esferas de governo (estadual, municipal e federal), outros poderes (legislativo e judiciário), outros países, empresas e o terceiro setor. Porém, a questão da melhoria dos processos democráticos tem sido, muitas vezes, esquecida, tanto na prática como nos sentidos atribuídos. Um exemplo disso é a Lei da governança digital (*E-government Act*), promulgada nos Estados Unidos da América, publicada em 2002, na qual *E-gov* é concebido como:

> O uso pelo governo de aplicações de Internet baseadas na web e outras tecnologias de informação, combinadas com processos que implementam essas tecnologias, para: a) melhorar o acesso e a prestação de informações e serviços do Governo para o público, outras agências e outras entidades governamentais; b) introduzir melhorias nas operações do governo que podem incluir eficácia, eficiência, qualidade do serviço, ou a transformação" (USA, 2002).

Entendemos que a assumpção pelo governo de Cabo Verde do discurso do E-gov como uma opção estratégica para o desenvolvimento visa orientar a articulação de outros elementos em torno dos discursos a respeito dessa prática social, a exemplo da necessidade de excelência na prestação de serviços públicos e nas atividades de governação, por meio da busca de consensos, a considerar um contexto de introdução de ações inovadoras na gestão pública com o suporte das TIC e outras tecnologias da *web*.

A ideia geral por trás disso tem a ver com a percepção do governo de Cabo Verde de que apesar dos custos financeiros, de esforço de gestão e de impacto organizacional inerentes a qualquer projeto de E-gov, as TIC e a *web* podem contribuir para uma série de vantagens, tanto para o governo como para os cidadãos. Daí a orientação do governo para maior seletividade no enfoque e nos investimentos a realizar, conforme revelam os excertos a seguir retirados do *corpus* analítico:

> [...] é necessário orientar as abordagens e os investimentos, por um lado, para a obtenção de resultados concretos visíveis aos utilizadores dos serviços

> públicos (cidadãos e empresas) e, por outro lado, garantir um impacto direto na eficiência interna de cada agente da governação (D3, §80).
>
> Em Cabo Verde, o grande enfoque em termos de esforço, dada à importância e complexidade da matéria, será na melhoria da qualidade da prestação de serviços aos cidadãos e às empresas, fator importante numa sociedade bastante dependente do Estado em termos económicos e institucionais. Este enfoque envolve quatro vertentes fundamentais, que as TIC vêm possibilitar: **i)** Primeiro, uma alteração de cultura na Administração Pública, de uma postura tutelar e autoritária para uma "postura de serviço" ao cidadão e empresa enquanto clientes; **ii)** Segundo, uma alteração organizacional, em termos de estrutura e processos de negócio, privilegiando a transversalidade de processos em detrimento dos silos departamentais; **iii)** Terceiro, investimentos tecnológicos concentrados em quatro aspectos fundamentais: prestação de serviços multi-canal (não só internet e front-office); aumento de eficiência e redução de custos, assegurando processos integrados e transversais (*back-office*); maior e melhor capacidade de gestão; interoperabilidade e integração tecnológica. **iv)** Quarto, enfoque na criação de condições da adesão às novas soluções por parte dos utilizadores finais, ou corre-se o risco de se trabalhar para objetivos tecnocráticos que pouco têm a ver com as aspirações das populações e das empresas (D3, §80-81).

No entanto, um exame mais minucioso desse discurso revelou o seu embasamento em perspectivas que vão desde o determinismo tecnológico, estratégias linguísticas que colocam os cidadãos como consumidores a uma crença de que o desenvolvimento tecnológico pode, quando sabiamente aplicado, ajudar a tornar os governos mais efetivos e eficientes.

Grönlund (2010) analisou os significados atribuídos ao E-gov pelos governos de alguns países centrais e considerou-os semelhantes, embora estejam sendo articulados em contextos discursivos distintos e específicos. Normalmente, todos os significados mencionam, explicitamente, três objetivos: 1) governo mais eficiente; 2) melhores serviços aos cidadãos; e 3) melhoria dos processos democráticos.

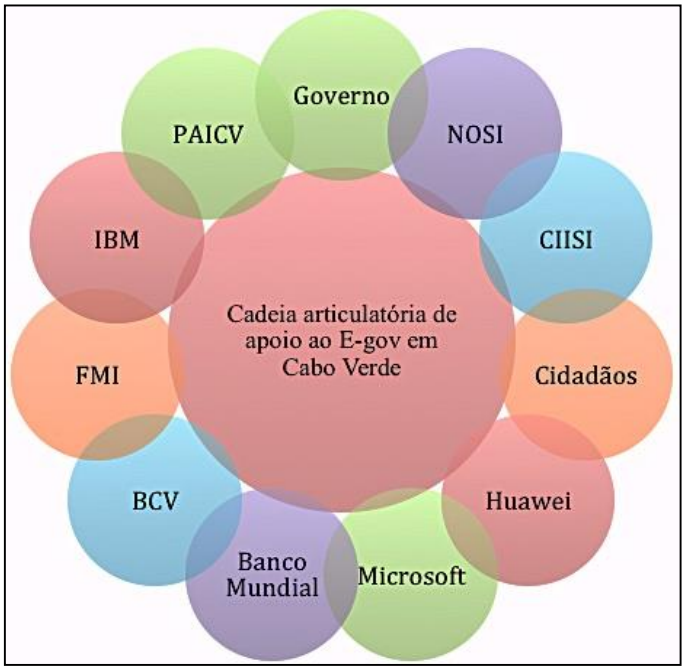
No caso da República de Cabo Verde, a cadeia de significação do E-gov começa a se estruturar na década de 1990. Nessa altura, o governo (do MPD) desencadeia uma série de articulações com o objetivo de hegemonizar o discurso da 'reforma do Estado'.

> Ainda não se tem todas as respostas que estarão consagradas na Agenda para a Reforma do Estado, mas já temos uma visão clara sobre o Estado que queremos. Esta visão aponta para um Estado moderno, mais eficaz, mais competitivo, com mais segurança, melhor justiça e maior sustentabilidade. É este o Estado adequado para vencer os desafios que temos pela frente. Reformar o Estado que temos, nessas bases, é a nossa incumbência; a meta está visível, temos é que estabelecer a estratégia para fazer essa reforma do Estado Cabo-verdiano (DO1, §6).
>
> A Reforma do Estado é um projeto ambicioso de reavaliação do papel e da dimensão do nosso Estado, que compreenderá, no essencial, uma reforma institucional e uma reforma da Administração Pública e amparar-se-á numa

> utilização intensiva dos recursos tecnológicos e uma qualificação programada de recursos humanos colocados à disposição do Estado e da sociedade Cabo-verdiana (DO1, §6).
>
> Deste modo, somente se conseguirmos vencer o desafio do fortalecimento do Estado nas suas três funções básicas, provimento de segurança, garantia de justiça e fomento da prosperidade económica, conseguiremos, a um tempo, manter a nossa comunidade política independente e soberana. Daí a importância deste projeto de reforma do Estado, o que significa que, não obstante a assumpção da nossa vulnerabilidade, não nos condenamos ao fatalismo, mas confiamos nas nossas capacidades para reforçar o nosso Estado e vencer o desafio da sua consolidação total (DO1, §5).

Nos anos 2000, a reiterada referência ao *E-gov* como ação inovadora na gestão do setor público, por agentes nacionais e internacionais (cf. figura 5), em seus discursos sobre a reforma do Estado e modernização administrativa em Cabo Verde, alicerçou as bases para a formação de uma cadeia de equivalências catalisadora de condições favoráveis à implementação do *E-gov* nesse país.

Figura 5 - Cadeia equivalencial de apoio ao *E-gov* em Cabo Verde



Fonte: Elaborado pelo autor

Legenda: BCV - Banco de Cabo Verde; FMI - Fundo Monetário Internacional; CIISI - Comissão Interministerial para Inovação e Sociedade da Informação; PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde; NOSI – Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação; IBM – International Business Machine.

A convergência no discurso de determinados agentes, nomeadamente o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco de Cabo Verde (BCV) e o

Governo de Cabo Verde, nos revelam o interesse dos mesmos em associar o *E-gov* de alguma forma às estratégias de desenvolvimento adotadas (ou a serem adotadas) pelo governo de Cabo Verde.

Mesmo enfrentando desafios impostos por demandas contra-hegemônicas de consultores e técnicos estrangeiros vinculados a projetos antigos para inserção de tecnologia no setor público, financiados em grande maioria pelo BM, bem como do Movimento para a Democracia (MPD), da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV) e de empresas privadas de TIC, o discurso do *E-gov* como uma opção estratégica para o desenvolvimento de Cabo Verde conseguiu se estabilizar, ainda que momentaneamente.

Para isso pode ter contribuído, também, o estudo encomendado pelo Governo (do PAICV) sobre os projetos de inserção de tecnologia financiados pelo BM, cujos resultados mostram que os projetos tinham sido muito dispendiosos e mal sucedidos, sobretudo, no quesito inovação do setor público. Os resultados do referido estudo motivaram o Governo a articular um novo discurso pautado na 'necessidade de construção de uma capacidade nacional de desenvolvimento de sistemas tecnológicos'.

O constante deslocamento da estrutura discursiva do E-gov mostra que os agentes (individuais ou coletivos) são sujeitos divididos e engajados na impossível busca por sua significação/constituição plena por meio de atos de identificação. No entanto, como a identidade é baseada no antagonismo social, sempre existirá a ameaça e a possibilidade de deslocamento da estrutura discursiva desta prática. Por isso, o governo Cabo-verdiano procura atuar, estrategicamente, na tentativa de hegemonizar o terreno da inovação no setor público por meio de projetos hegemônicos, articulando equivalências, identificando e destacando os inimigos e as ameaças (MPD, ANMCV, municípios, empresas privadas de TIC).

Embora as origens do projeto da reforma do Estado e modernização administrativa se remontem à época da Chamada Primeira República, só a partir da primeira década do séc. XXI é possível a construção de "consensos alargados a nível dos atores políticos e sociais, incluindo desde situação a oposição, desde Estado a sociedade civil, Cabo-verdianos residentes e não residentes" (DO1, §12), tendo em vista a emergência de uma nova forma discursiva, o E-gov como uma opção estratégica para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Já nos finais dos anos 1990, começa a emergir e a fixar-se o discurso da 'inevitabilidade do uso das TIC' no suporte à afirmação de uma Sociedade da Informação em Cabo Verde, a ponto de o governo Cabo-verdiano desenvolver o projeto da Reforma da Administração Financeira do Estado (RAFE), que constitui uma amostra da clara assunção

das TIC como uma opção estratégica para o desenvolvimento, tomando como ponto de partida a inovação no setor público.

> A reforma do Estado e da Administração Pública não é um processo recente. Em 1998, foi criada uma Unidade de Reforma da Administração Financeira do Estado (RAFE), tutelada pelo Ministério das Finanças, que tinha como missão a melhoria da eficiência e eficácia da Administração Pública através de novos instrumentos de gestão orçamental, financeira e patrimonial suportada por uma plataforma tecnológica moderna e por técnicos nacionais (DO3, §1).
>
> A RAFE alastrou-se pela Administração Pública acabando por se tornar num verdadeiro núcleo de modernização tecnológica e da promoção da utilização das TIC a nível da Administração Pública. A dimensão e extensão do trabalho desenvolvido por esta unidade, substancialmente concentrada na área financeira, e o potencial instalado aconselharam a criação de condições institucionais para uma atuação mais transversal e mais abrangente e com objetivos de maior alcance (DO3, §1).

Neste ponto, podemos afirmar que a identidade *do E-gov* foi sendo formada a partir de ordens discursivas em disputa de sentidos, sendo que os elementos-momentos do discurso da 'reforma do Estado e modernização administrativa' não se subordinam à pluralidade de demandas, no campo de discursividade (setor público), mesmo sendo esta pluralidade de demandas, uma condição para a existência de discursos favoráveis à implementação do *E-gov*. De toda forma, a variabilidade de demandas não impediu a precária estabilidade das mesmas, conduzindo-as para que fossem mensuradas por parâmetros estabelecidos para toda a cadeia de equivalências.

Na sua qualidade de prática social e dada à sua complexidade, o *E-gov* impediu (e sempre impedirá) a completa universalização dessas demandas particulares, pois tentativas de completo fechamento de sentidos para si serão sempre empreitadas incompletas e contingentes. Por causa disso, em meados de 2003, o governo deu vida a dois agentes sociais relevantes na articulação discursiva do E-gov: a Comissão Interministerial para a Inovação e a Sociedade da Informação (CIISI) e o Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação (NOSI), o braço executivo da CIISI. A esses dois agentes foi atribuído um papel central na definição das estratégias e coordenação das atividades de Inovação no setor público, como mostra o recorte abaixo retirado do nosso *corpus* de pesquisa.

> A Comissão Interministerial para Inovação e Sociedade de Informação – CIISI, foi criada junto do Gabinete do Primeiro Ministro justamente para garantir a transversalidade dos desafios da sociedade de informação e a mobilização do Governo, como um todo, no estabelecimento e implementação de uma estratégia de governação electrónica. A estrutura organizacional e o modelo funcional da CIISI e do seu braço executivo, o

> NOSI, devem pois refletir a perspectiva de transversalidade e garantir que as transformações e a governação electrónica interceptem todas as valências do sector público (DO2, § 1).

O recorte acima ajuda-nos a compreender a formação de uma articulação hegemônica a partir da união do governo com o BM, a CIISI e o NOSI num esforço para conseguir apoio para a elaboração do Plano Estratégico para a Sociedade de Informação (PESI), em 2005, apontado como marco do início efetivo da geração das condições de possibilidade para o E-gov em Cabo Verde. Isso redundou na adoção e coordenação de projetos transversais, concretamente de "Incremento do uso de novas tecnologias e da governação electrónica, tanto no sector público, como na sociedade em geral "(DO1, §12) e, também, de "[...] fortalecimento da educação e formação contínua de qualidade dos servidores públicos em todas as áreas que se revelarem necessárias ao desempenho de alta qualidade na administração pública e nos diversos poderes do Estado" (DO1, §12).

No PESI, estão definidas as estratégias para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Cabo Verde. Estas estratégias foram embasadas numa filosofia de abordagem sustentada num modelo integrado de atuação, alinhado com os objetivos estratégicos de desenvolvimento de Cabo Verde. Logo, três atividades constituem a base do PESI:

1) Linhas de Orientação para a Definição de um Plano Estratégico da Sociedade da Informação, publicado em Janeiro de 2004;
2) Fórum Nacional de Reflexão sobre "Parceria para a Sociedade da Informação", realizado na cidade da Praia em Maio de 2004; e
3) A elaboração de um Relatório de Avaliação do Estado das Tecnologias de Informação e Comunicação em Cabo Verde, publicado em Maio de 2004.

As articulações desenvolvidas no contexto nacional e internacional foram agrupadas em quatro vertentes fundamentais e utilizadas na elaboração do PESI:

1) Estratégia de desenvolvimento do país;
2) Enquadramento internacional de referência para a sociedade da informação;
3) Documentos nacionais sobre a sociedade da informação; e
4) Enquadramento orçamental.

Tendo em conta as implicações do *E-gov* para a sociedade da informação e sua importância para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde, foi elaborado o Plano de Ação para a Governação Electrónica (PAGE).

> A Governação Electrónica corresponde ao pilar de atuação mais importante do Programa Estratégico para a Sociedade da Informação (PESI) de Cabo Verde, o que justifica o facto de ter sido elaborado um documento específico e detalhado só para si: o Plano de Ação para a Governação Electrónica (PAGE) (DO4, §85).

O PAGE traz um detalhamento do segundo pilar do PESI, 'uma Governação mais Próxima dos Cidadãos', além das linhas de orientação estratégica, dos eixos de atuação, das ações e dos projetos prioritários no âmbito do o *E-gov* em Cabo Verde (NOSI, 2005a). Contudo, por ser um termo cujo significado está ainda em construção, o E-gov se torna um significante com vários significados articulados, sobretudo, nos espaços institucional e midiático. Assim, a seguir observaremos os significados dominantes do E-gov articulados nesses espaços, começando pelo institucional.

5.1.1.1 Os significados dominantes do *E-government* nas articulações discursivas no espaço institucional

Nas articulações discursivas que ocorrem no espaço institucional os significados mais atribuídos ao E-gov são: internet; modernização; informação eletrônica, governação eletrônica, uso das TIC na prestação de serviços, estratégia política para promoção do crescimento, investimento na modernização para promover a competitividade; e forma moderna de participação.

Chegamos a esses significados após um processo de leitura e codificação de dados que compõem o *corpus*, entrevistas, documentos oficiais, legislações, vídeos institucionais, elaborado com o suporte do *software* NVIVO. Conforme explicado no capítulo referente à trilha metodológica, esse processo permitiu-nos constatar a elevada recorrência no uso de determinados termos na cadeia de significação do E-gov em Cabo Verde (cf. Quadro 9, a seguir).

Inferimos os significados mais vinculados ao *E-gov* após uma análise (no NVIVO) da relação de proximidade entre os termos mais usados pelos agentes relevantes nas articulações no espaço institucional (cf. Figura 6 e 7, a seguir), consubstanciada com dados provenientes das nossas observações de campo.

Quadro 9 - Termos mais usados no espaço institucional para significar o *E-gov*

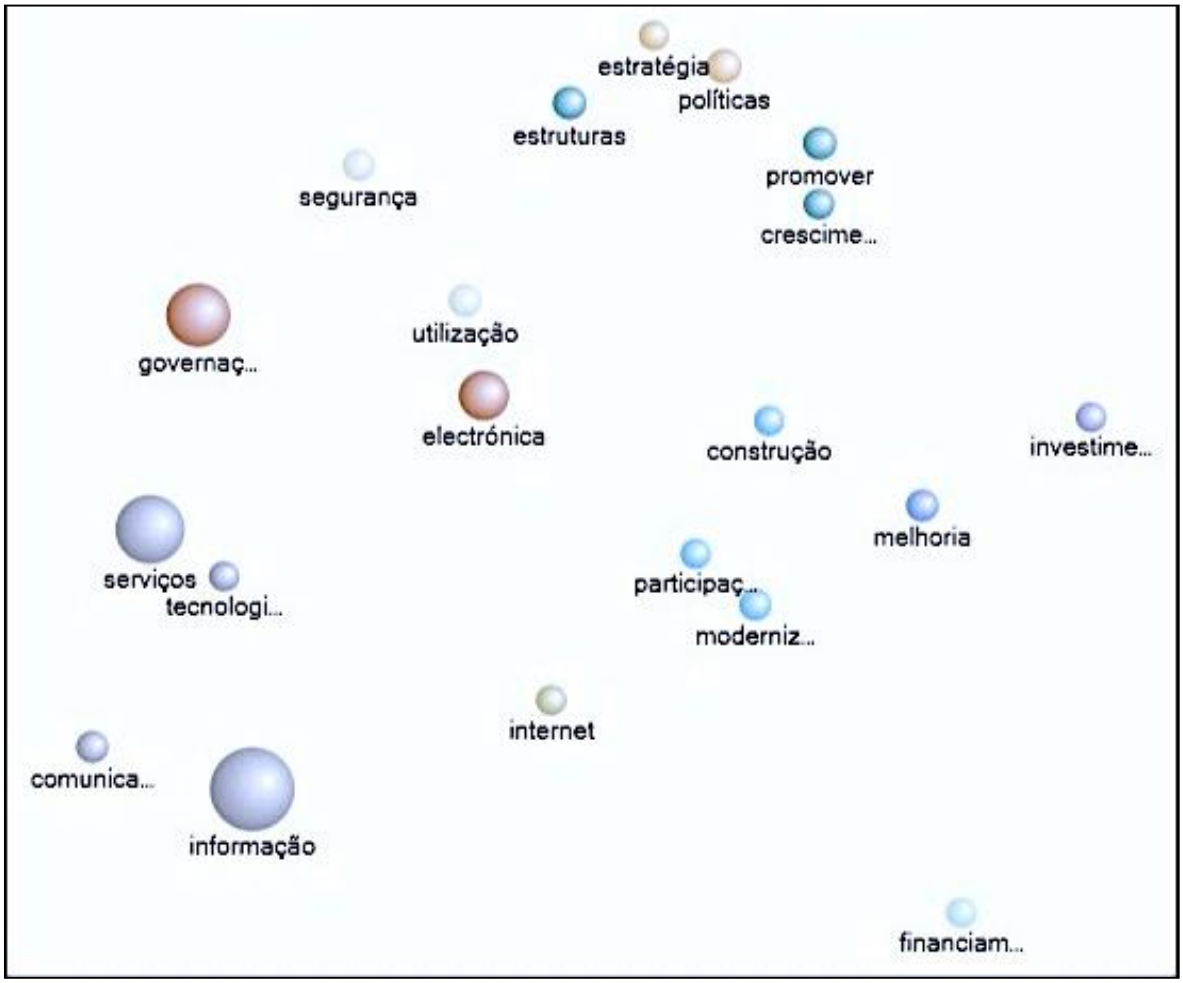
Palavras	Contagem	Percentual ponderado (%)
informação	1494	0,39
serviços	1388	0,36
governação	855	0,22
electrónica	551	0,14
políticas	548	0,14
promoção	513	0,13
modernização	377	0,1
comunicação	369	0,1
participação	356	0,09
económico	351	0,09
utilização	349	0,09
crescimento	340	0,09
tecnologias	298	0,08
internet	293	0,08

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 6 - Termos mais usados no espaço institucional para significar o *E-gov*

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 7 - Relação de proximidade entre termos mais usados no espaço institucional para significar o *E-gov*



Fonte: Elaborado pelo autor

As análises evidenciaram, também, que nas articulações, no espaço institucional, o NOSI atribui ao E-gov, essencialmente, os seguintes significados: informação eletrônica; governação eletrônica; investimento nacional na massificação da internet; uso das TIC na educação e construção do conhecimento; uso das TIC na execução de processos de governação; prestação de serviço eletrônicos; promoção da produção de sistemas, aplicações e soluções nacionais (Cf. Quadro 10 e Figuras 8 e 9, a seguir).

Quadro 10 - Termos mais usados pelo NOSI no espaço institucional para significar o E-gov

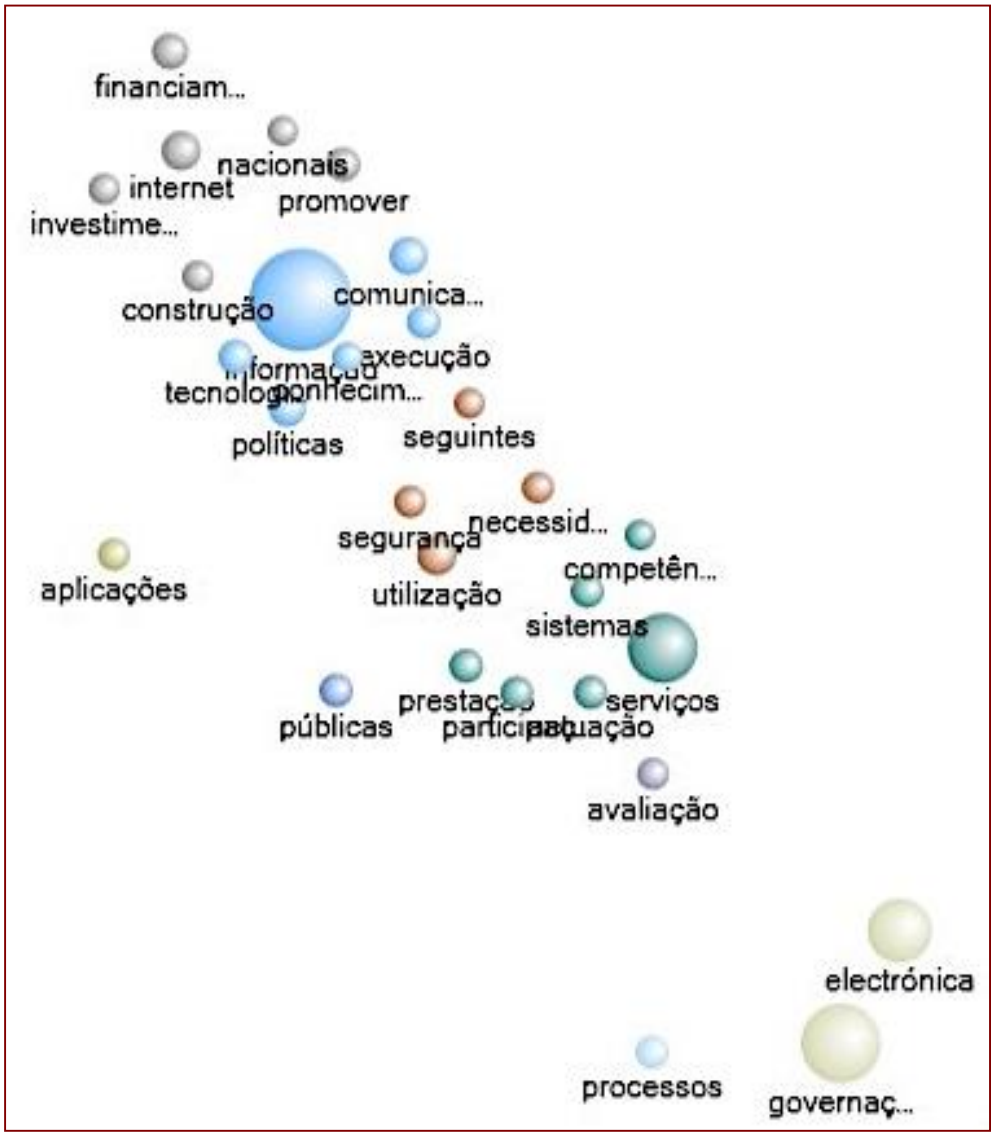
Palavra	Contagem	Percentual ponderado (%)
informação	1111	**0,93**
governação	719	**0,60**
serviços	662	**0,55**
electrónica	521	**0,44**
internet	248	**0,21**
comunicação	215	**0,18**
tecnologias	165	**0,14**
prestação	135	**0,11**
promover	123	**0,10**
execução	119	**0,10**
sistemas	117	**0,10**
processos	115	**0,10**
aplicações	108	**0,09**
educação	87	**0,07**
investimento	87	**0,07**
produção	84	**0,07**
soluções	82	**0,07**

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 8 - Termos mais usados pelo NOSI no espaço institucional para significar o *E-gov*

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 9 - Relação de proximidade entre termos usados pelo NOSI no espaço institucional para significar o *E-gov*



Fonte: Elaborado pelo autor

De modo geral, os discursos articulados, no espaço institucional, sustentam posições que se equivalem, essencialmente, em torno de 'governação eletrônica', 'informação eletrônica' e 'uso das TIC nos serviços' como significados hegemônicos do E-gov.

O foco na articulação desses significados para o E-gov mostra que os agentes sociais envolvidos na articulação discursiva dessa prática, especialmente o NOSI e o governo privilegiam os discursos de *E-gov* e de inovação no setor público que vão de encontro ao que Bekkers e Homburg (2007, p.375) em seu estudo *The Myths of E-government: Looking Beyond the Assumptions of a New and Better Government*, denominam de "imagem purificada de um novo e melhor governo", no qual as TIC são simplesmente entendidas como

ferramentas que auxiliam na realização, com pouco esforço, de uma máquina administrativa sensível, orientada para o cidadão, e coesa.

Assim, em nosso entendimento a ênfase na articulação desses significados representa uma tentativa de geração de condições para emergência de práticas de inovação vinculadas ao *E-gov* que melhorem a prestação de serviços públicos por meio de processos eletrônicos, uma vez que o governo assume, *a priori*, um discurso de que as TIC lhe permitem entregar o que as pessoas realmente querem em termos de serviços públicos. Isso justifica, a nosso ver, a necessidade de exploração de forma extensiva dos discursos de tecnologização dos serviços da governação e do tratamento das informações por meios eletrônicos sem preocupações com a questão dos canais de comunicação com a sociedade.

Com isso, na articulação de informação eletrônica e governação eletrônica como significados hegemônicos do E-gov os agentes relevantes do E-gov deixam de fora da cadeia articulatória aspectos como a necessidade de cooperação dos *back-offices* e de integração entre os diferentes sistemas de informação do Estado e políticas de inovação. Isso nos permite inferir que os agentes relevantes do E-gov não levam em devida conta (ou pelo menos não demonstram preocupação com isso) que as TIC não são apenas fonte de inovação, mas também de resistência ou até mesmo do que tem sido discutido na literatura de *E-gov* como a batalha dos *back-offices* (BEKKERS; HOMBURG, 2007). Por exemplo, estudos sobre iniciativas e práticas de *E-gov* no Canadá, Reino Unido, Austrália e Holanda revelam que a ausência de cooperação entre os *back-offices* continua sendo um problema central para a inovação na gestão dos serviços públicos por meio do *E-gov*.

Portanto, a significação de E-gov como informação eletrônica e governação eletrônica representa um entendimento dessa prática social que, ao invés de contribuir para um novo e melhor governo, pode ocasionar problemas de coordenação entre os *back offices*, com uma distribuição ambígua de tarefas e competências, inibindo, assim, ações inovadoras e atividades empreendedoras no setor público.

5.1.1.2 Significados dominantes do *E-government* nas articulações discursivas no espaço midiático

Nas articulações discursivas que ocorrem no espaço midiático os significados mais atribuídos ao E-gov são, essencialmente, ‘governação eletrônica’, ‘informação municipal’ ‘inovação na prestação de serviços’, ‘tecnologias da internet na educação’, ‘cooperação e parceria em projetos tecnológicos’. Inferimos esses significados por meio do mesmo

procedimento usado para a análise desses significados no espaço institucional, descrito no tópico anterior, e que compreende uma análise (no NVIVO) da relação de proximidade entre os termos mais usados pelos agentes relevantes nas articulações no espaço midiático (cf. Quadro 11 e Figuras 10 e 11, a seguir), consubstanciada com dados provenientes das nossas observações de campo.

Quadro 11 - Termos mais usados no espaço midiático para significar o *E-gov*

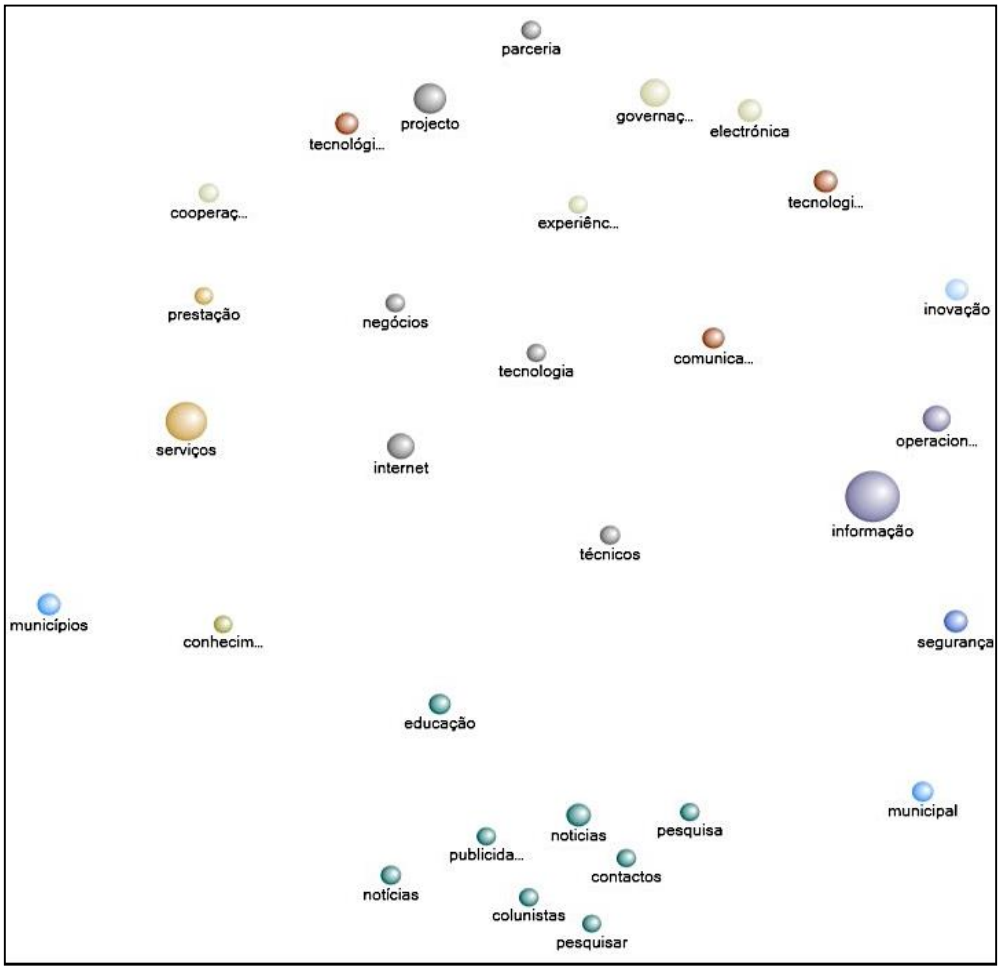
Palavra	Contagem	Percentual ponderado (%)
informação	385	0,37
serviços	263	0,25
projeto	178	0,17
governação	156	0,15
operacional	137	0,13
internet	132	0,13
electrónica	103	0,10
segurança	99	0,09
tecnologias	99	0,09
municípios	95	0,09
tecnológico	94	0,09
inovação	93	0,09
comunicação	84	0,08
educação	80	0,08
municipal	77	0,07
cooperação	69	0,07
técnicos	67	0,06
parceria	63	0,06
negócios	61	0,06

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 10 - Termos mais usados no espaço midiático para significar o *E-gov*

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 11 - Relação de proximidade entre termos mais usados no espaço midiático para significar o *E-gov*



Fonte: Elaborado pelo autor

No geral, em suas articulações no espaço midiático o NOSI significa o E-gov como, ‘informação eletrônica’, ‘negócios em plataformas tecnológicas’, ‘segurança nos serviços eletrônicos’, ‘governação eletrônica’, ‘comunicação com tecnologias da internet’, ‘cooperação com Microsoft em projetos tecnológicos’. No quadro 12, a seguir, apresentamos os termos mais usados por essa agência do Governo Cabo-verdiano em suas articulações sobre o E-gov no espaço midiático. Já as figuras 12 e 13, a seguir, são uma representação da análise da relação de proximidade entre os termos usados pelo NOSI realizada com o suporte do NVIVO.

Quadro 12 - Termos usados pelo NOSI no espaço midiático para significar o E-gov

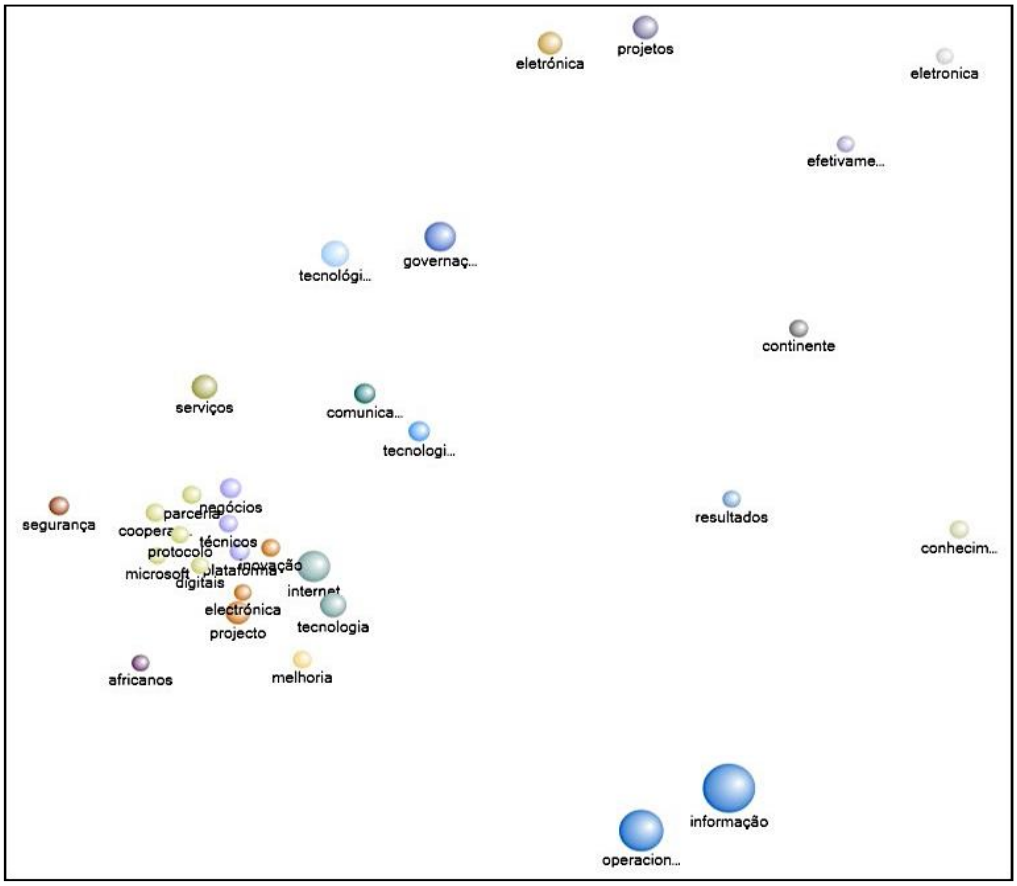
Palavra	Contagem	Percentual ponderado (%)
informação	64	0,50
operacional	51	0,40
internet	33	0,26
governação	30	0,24
tecnológico	25	0,20
tecnologia	22	0,17
serviços	21	0,17
projetos	20	0,16
eletrônica	19	0,15
comunicação	14	0,11
negócios	14	0,11
tecnologias	14	0,11
plataforma	12	0,09
segurança	12	0,09
conhecimento	11	0,09
cooperação	11	0,09
parceria	11	0,09
inovação	10	0,08
melhoria	10	0,08
técnicos	10	0,08
digitais	9	0,07
Microsoft	9	0,07
protocolo	9	0,07
resultados	9	0,07

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 12 - Termos mais usados pelo NOSI no espaço midiático para significar o E-gov

Fonte: Elaborado pelo autor

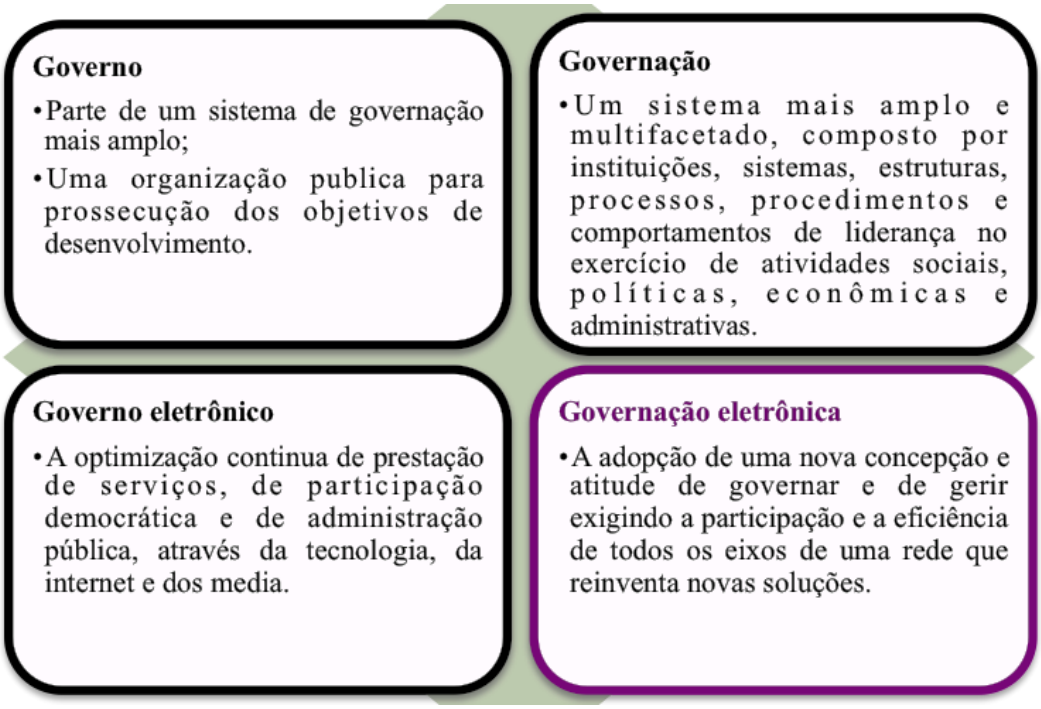
Figura 13 - Relação de proximidade entre termos utilizados pelo NOSI no espaço midiático para significar o E-gov



Fonte: Elaborado pelo autor

As articulações discursivas do *E-gov* mostram que diversos modos de diferenciação entre os elementos-momentos da sua cadeia de significação revelaram-se possíveis. No entanto, os resultados das nossas análises do *corpus* analítico deste estudo mostram que, de modo geral, as articulações discursivas, tanto do NOSI isoladamente, como da cadeia de significação como um todo, possibilitaram a hegemonização de 'informação eletrônica' e 'governação eletrônica' como significados dominantes do *E-gov*, nos espaços institucional e midiático, indo de encontro à conceituação e às estratégias definidas pelo Governo Cabo-verdiano no PESI e PAGE tendo em vista a implementação dessa prática no setor público nacional.

Figura 14 - Terminologia adotada pelo governo de Cabo Verde para significar o *E-gov*



Fonte: (NOSI, 2005a)

Os resultados permitem-nos presumir que o esforço do Governo Cabo-verdiano em suas articulações no sentido de conseguir a criação de uma cadeia de equivalências em torno de governação eletrônica como significado hegemônico do E-gov em Cabo Verde como destacado na figura 14, acima, deve-se ao entendimento do governo de que esse conceito é de compreensão mais abrangente e se ajusta melhor ao contexto de países em desenvolvimento como Cabo Verde, uma vez que sua disseminação e assimilação pelos agentes sociais permitiria uma expansão mais rápida da economia digital e da sociedade da informação. Outra justificativa está vinculada ao entendimento do Governo de que essa terminologia compreende uma concepção de governação que auxilia na promoção do desenvolvimento sustentado e na redução dos níveis de pobreza e desigualdades da população. Além disso, essa opção sustenta-se, também, no seguinte argumento:

> [...] governação envolve os executivos centrais e locais, os órgãos legislativos e judiciais e a Administração Pública central e local. Por isso, entre os dois termos "governo" e "governação" optou-se pelo segundo, por forma a adoptar uma conotação mais abrangente, mais relevante para um país em desenvolvimento como Cabo Verde (DO3, §20).

A vinculação do conceito de governação ao *E-gov* presente nas disputas pela sua significação em Cabo Verde deve-se em grande medida à correspondência entre esse conceito

e as orientações do Banco Mundial[26] relativamente à adoção de discursos de E-gov que abarquem conceitos projetados para lidar com o fenômeno do desenvolvimento de forma mais ampla. Isto, apesar de as definições mais recentes compartilharem a necessidade de uma reforma organizacional a ser feita juntamente com a implementação de tecnologias e o direcionamento do foco no papel do governo para os cidadãos.

Por outro lado, embora já existam iniciativas de E-gov que se revelaram promotoras da inovação aberta na gestão pública, como a primeira maratona de programadores para desenvolver aplicações que melhorassem o acesso às informações, denominada *Hackathon*[27,] desenvolvida pela Câmara Municipal de São Paulo em parceria com a *Open Knowledge Foundation* e a W3C Brasil, em 2012, a significação do E-gov como informação eletrônica pelos seus agentes relevantes não favorece esse movimento de inovação aberta na gestão pública em Cabo Verde, uma vez que não existe regulamentação para acesso à informação nem os dados governamentais são abertos. Isso significa que nem todos os agentes sociais podem livremente usar, reutilizar e redistribuir esses dados, ainda que se disponham a cumprir a exigência de atribuir o crédito da autoria das informações e/ou compartilhá-las sob o mesmo tipo de licença.

No entanto, entendemos que as parcerias/articulações políticas do NOSI com os grandes players internacionais do setor das TIC, como a Microsoft, IBM, Cisco, Oracle, e o predomínio do uso de *software* proprietário nas aplicações e tecnologias de informação na informatização das instituições públicas Cabo-verdianas impede a formação de uma cadeia de equivalências no sentido da abertura dos dados governamentais, que se consolida quando articulada com formatos abertos e software livre. Ou seja, apesar de os agentes relevantes do E-gov em Cabo Verde significarem essa prática como informação eletrônica, O NOSI e o Governo nacional não criaram condições, ainda, para que que os formatos abertos (de dados) sejam implementados plena e independentemente por vários fornecedores de software, em múltiplas plataformas, sem quaisquer ônus relativos à propriedade intelectual da tecnologia.

Os formatos abertos ´odf´ constituem uma opção tecnológica aos arquivos ´pdf´, ´doc´, ´xls´ ou ´ppt´, extensões proprietárias que dificultam à transparência pública conforme asseveram Cordeiro *et al.* (2012) no seus estudo "Governo eletrônico e redes sociais: informação, participação e interação". Portanto, a articulação de informação eletrônica como

[26] O BM é o principal financiador de projetos no âmbito do *E-gov* em Cabo Verde,

[27] Primeira maratona Hacker promovida pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) em parceria com a *Open Knowledge Foundation* Brasil para premiar os melhores aplicativos criados por desenvolvedores do país que facilitem a leitura e o entendimento dos Dados Abertos da CMSP pelos cidadãos paulistanos. Fonte (CORDEIRO *et al*, 2012).

um dos significados hegemônicos do E-gov apenas tem impedido o acesso por parte do cidadão a informações do Estado, uma vez que estas são disponibilizadas por meio de sistemas licenciados que a maioria da população não consegue comprar. Assim, os cidadãos são privados de determinadas informações, podendo até vir a se tornar um excluído digital por ser obrigado a usar programas licenciados para visualizar a informação a que tem direito.

A opção pelo uso do software livre na informatização dos processos nas instituições públicas poderia constituir uma oportunidade de promoção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico no setor público, no qual o modelo proprietário de *copyright* cede lugar a sistemas abertos de licenças que alteram a relação entre esse setor e os usuários de seus serviços.

Finalmente, a ênfase nos significados 'informação eletrônica' e 'governação eletrônica' evidenciada pela análise dos dados que compõem o *corpus* nos faz pensar que os agentes relevantes do E-gov em Cabo Verde estão mais interessados em se vincularem a preocupações que dizem respeito aos resultados do setor público no que concerne à sociedade, ilustrada por melhoria da eficiência e eficácia das instituições que compõem esse setor, do que com a geração de condições para a introdução de mecanismos e/ou tecnologias que contribuam para o aumento da transparência na gestão do setor público.

No entanto, para a melhoria da efetividade das instituições públicas no cumprimento de seus objetivos por meio do processamento eletrônico das demandas os documentos precisam de digitalização, edição, recepção, envio, taxonomia, classificação e repositório de arquivos (CORDEIRO *et al.*, 2012). Além de instalação, isso requer aprimoramento e atualização dos programas de gestão pelo NOSI nas instituições públicas Cabo-verdianas, mais pensar políticas de inovação que possibilitem a sincronização de pessoas, processos, sistemas, dados e informações.

A concepção de sincronização que adotamos neste estudo é de uma "ação que articula, através de processos, as diferentes entidades que estabelecem relações" (CORDEIRO, 2012, s/p.). Fizemos essa opção por entendermos que uma comunicação baseada em sincronização ultrapassa os limites do processo de transmissão de mensagens, do modelo informacional e comunicacional mais comum de governos e organizações hierárquicas.

Por outro lado, a pluralidade de demandas/interesses dos agentes envolvidos nas disputas pela significação do *E-gov* em Cabo Verde, nos espaços institucional e midiático, revelam uma preocupação velada dos mesmos com estruturas de prestação de serviço em vez de processos de prestação de serviços, podendo constituir um obstáculo à desejada integração entre os *back-offices* das diferentes instituições públicas. Nessa ótica seria difícil a

significação e constituição de um E-gov de base participativa, com uma estrutura com capacidade para ser social, estabelecer interações, e não apenas permita a disseminação de mensagens com o uso das TIC, comumente classificado de 'disseminação de informações'.

5.2 A Lógica política do *E-government*

O processo de fixação dos sentidos do E-gov pode ser entendido tomando-se como ponto de partida a análise da lógica política que envolve essa prática. Essa lógica permitiu-nos, igualmente, desvelar os agentes relevantes, envolvidos, bem como as contradições, os conflitos e/ou contestações presentes na base da constituição do E-gov.

Desde a independência nacional, em 1975, os sucessivos programas de governo sinalizam para a necessidade de reforma do Estado e modernização administrativa. Contudo, as iniciativas de reforma articuladas, até então, têm se resumido a medidas pontuais que, em certas situações, não têm sido levadas às últimas consequências, devido a antagonismos sobre o modo como operacionalizar esse processo. Assim, a promoção da boa governação, com suporte das TIC, sempre tem sido definida como objetivo estratégico e fator relevante para a operacionalização de projetos de desenvolvimento empreendidos pelos vários governos de Cabo Verde - tanto do MPD como do PAICV –, vigentes no período pós independência.

Nos últimos anos, em busca da operacionalização do programa de reforma do Estado e modernização administrativa, a construção de uma plataforma tecnológica única do Estado e a estruturação de um setor público mais efetivo e capaz de gerar confiança nos cidadãos têm sido os maiores desafios para Cabo Verde. Além disso, entre os anos 1990 e 2000, havia uma abordagem muito setorizada quando se tratava da introdução de novas tecnologias nas instituições públicas e grande dependência tecnológica de entidades estrangeiras, como mostram os recortes de entrevistas registrados a seguir.

> Não foi nada planeado. É um bocadinho como se diz em Cabo Verde, 'as plantas nascem da pedra'. Se houver algum político a dizer que foi planeado ele está a mentir, é falso. Foi um conjunto de miúdos técnicos que começaram a pensar que isto faria sentido e tiveram a ousadia de pensar que a administração pública é uma só e que, então, vale a pena ter uma única plataforma tecnológica, uma única base de dados, e ter como regra, a partilha da informação. Esses princípios, que são naturais e óbvios para um informático, foram a chave para começarmos a influenciar a forma como a própria administração púbica estava organizada e, em alguns casos, começamos a ter sucesso (E1, 52-59).

> Aceitei o desafio em 1998 para vir trabalhar na informatização do sistema das finanças em Cabo Verde. No início éramos 3. Eu, o *Djinho* e o *Cacuto* (António Fernandes). Eu tinha a responsabilidade pela dimensão tecnológica

> do projeto. Na altura ficaram claras algumas coisas. Havia uma abordagem muito setorizada para meter tecnologias no setor público. Havia várias iniciativas de introdução de tecnologias na administração pública, mas, completamente, dependentes de uma perspectiva internacional. Todas as bases de dados do país, do setor privado e do público, estavam completamente dependentes de entidades fora do país. Foi nesse contexto que começamos este projeto. E, como tinha alguma experiência, tinha muito conforto em lidar com algumas tecnologias, pareceu-me óbvio que a primeira coisa que o governo tinha que fazer era colocar as pessoas a colaborarem umas com as outras. Na altura, havia pouca gente com acesso a *internet* e conseguir interligar algumas pessoas era uma revolução (E1, 7-20).

Apesar das controvérsias e dificuldades, na década de 2000, o governo deu inicio a um processo de transformação das estruturas nas instituições públicas com suporte das TIC. Assim, começaram a ser criadas as condições de possibilidade para inovação na gestão do setor público a partir da implementação do E-gov.

> Foi assim que começou esse processo. Apesar de termos um âmbito que era a reforma da administração financeira, começamos desde o princípio, a pensar em colaboração. A reforma financeira por ser muito transversal, provoca uma colaboração entre os agentes da área financeira. Foi assim que este projeto começou. Como uma brincadeira, e com a assunção de alguns valores. Começamos então pela gestão financeira e, depois, pelos serviços comuns, a *internet*, o correio eletrônico, etc.. Creio que a ação mais inovadora que conseguimos introduzir, foi esta, colaboração eletrônica. Esse foi o ato mais revolucionário que nós fizemos para a Administração Pública. Só começamos a falar em E-gov muito depois. Mas na verdade, na prática já era E-gov, apesar de o embrião ter sido a informatização da gestão financeira (E1, 21-33).

> Nós tínhamos um aplicativo financeiro aqui, uma tecnologia muito pequenina, o *access*, e começamos a pensar que isto tinha que funcionar de uma forma mais global. O que havia, grosso modo, era papel em toda a máquina pública, até chegar ao Ministério das Finanças e, ali, as pessoas tinham que pegar no papel e introduzir os dados no sistema informático. Então, nós começamos a pensar que, lá onde começavam os processos com o papel, devíamos tornar o processo eletrônico. A partir dai, começamos a informatizar todos os processos relacionados ao ciclo de vida de um processo financeiro, do início ao fim. Com isso, nós começamos, então, a disponibilizar outros conteúdos para o setor financeiro. Paralelamente, começamos a disponibilizar, também, conteúdos de colaboração, *chat*, *internet*, *e-mail*, e os serviços públicos começaram, então, a pedir-nos para os apoiarmos tecnologicamente, uma vez que tínhamos tido grande impacto na área financeira. Por exemplo, os Registos e Notariado, a Câmara Municipal da Praia, depois a Câmara Municipal do Mindelo, o Ministério da Educação, depois, os serviços para as eleições. Ou seja, os vários setores que tinham iniciativas eletrônicas próprias começaram a vir ter conosco para pormos mais conteúdos neste ambiente que acabamos por criar (E1, 34-51)

> Desde o princípio, houve uma visão holística. A administração é uma, tínhamos um âmbito que era financeiro, mas, muito cedo, começamos a sair

> do nosso âmbito. À medida que nos iam pedindo apoio, começamos a desafiar, e a ver a administração como uma só. Por isso é que, em 2001 ou 2002, houve um estudo do Banco Mundial que mostrou que o RAFE extravasou, completamente, a sua missão que era no âmbito da gestão financeira e já estava a fazer tudo e mais alguma coisa. Então, em 2003, regulamentou-se a prática com a criação do NOSI. Mas a visão foi sempre uma visão global de princípios óbvios para quem tem uma abordagem sistêmica de sistemas de informação. Com isso conseguimos criar uma dinâmica (E1, 66-74).

A partir da análise dos dados que compõem o *corpus* de nosso estudo, identificamos os agentes mais relevantes na geração de condições de possibilidade para o E-gov em Cabo Verde (Cf. Quadro 14). Tais agentes têm estado envolvidos na elaboração, na execução, no financiamento e na gestão de projetos voltados para gerar inovação, no setor público, no âmbito do Plano de Ação para a Governação Eletrônica e do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação, tendo em vista a reforma do Estado e modernização administrativa, em Cabo Verde.

Quadro 13 – Agentes relevantes na cadeia articulatória do E-gov em Cabo Verde

Agentes	Frequência	Percentual ponderado (%)
Governo	596	0,35%
NOSI	493	0,29%
Empresas privadas de TIC	292	0,17%
Cidadãos	222	0,13%
Municípios	66	0,04%
Universidades	40	0,02%
TCV	30	0,02%
Ministérios	26	0,02%
CVTelecom	17	0,01%
CIISI	16	0,01%
RAFE	16	0,01%
Servidores	14	0,01%
Huawei	13	0,01%
ANMCV	10	0,01%
INPS	9	0,01%
MPD	9	0,01%
Parlamento	8	0,00%
Microsoft	7	0,00%
Banco Mundial	4	0,00%
Oracle	4	0,00%
Cisco	4	0,00%
Crimson Logic	3	0,00%
BCV	3	0,00%
FMI	3	0,00%
IBM	3	0,00%
PAICV	2	0,00%
Procuradoria Geral	1	0,00%

Eléctra	1	0,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

A quantidade de referências ao governo (596), ao NOSI (493), às Empresas privadas de TIC (292) e aos cidadãos (222) confere posição de destaque a esses agentes na cadeia articulatória do E-gov, em Cabo Verde.

No que tange à questão relacionada a quem são os agentes relevantes na articulação discursiva do *E-gov*, em Cabo Verde, constatamos que devido à centralização da gestão dos sistemas de inovação pelo governo, ao controle das atividades no setor público pelo NOSI, e pelo fato de esses dois agentes serem responsáveis tanto pela tomada de decisão, como pela definição de políticas e estratégias relacionadas à configuração do *E-gov*, o governo e o NOSI se afiguram como os agentes mais relevantes e posicionados em melhores condições de imprimir significados ao E-gov.

Além dos dois agentes descritos acima, por procurarem influenciar as decisões relacionadas ao *E-gov*, empresas privadas de TIC, cidadãos, municípios e universidades também se revelaram agentes relevantes na cadeia articulatória do E-gov. Vale frisar que a Procuradoria Geral revelou-se como um agente potencialmente relevante, o que, em nosso entendimento, sinaliza a importância das disputas relacionadas ao *E-gov* que ocorrem entre os agentes no espaço social. Neste ponto, passamos a outra etapa importante para a compreensão da constituição do E-gov, que compreende a identificação das principais demandas relacionadas ao E-gov em Cabo Verde dos agentes envolvidos nas disputas pela sua significação.

5.2.1 Principais demandas articuladas pelos agentes relevantes do E-gov

O *E-gov* deriva de negociações desencadeadas a partir da emergência de demandas dos agentes envolvidos nas articulações dessa prática, daí a importância de investigá-las. Logo, identificamos as demandas a partir da análise dos dados que compõem o *corpus* deste estudo. Primeiro, identificamos aquelas expressas pelos agentes, nos diversos gêneros discursivos investigados - material audiovisual, notícias, documentos, notas de observação – e, depois, elegemos as mais recorrentes e procuramos sua validação nas entrevistas individuais, onde os agentes articularam não apenas suas próprias demandas, mas, também, as vincularam às demandas de outros agentes.

Dessa forma, verificamos que, há 10 anos, menos de 1 % da população Cabo-verdiana acedia à internet e, atualmente, essa taxa ronda os 30%. Embora em Cabo Verde a adesão às

novas tecnologias esteja a crescer de forma rápida, o país ainda carece de políticas que baixem o custo do acesso a essas tecnologias, especialmente à internet. Talvez por essa razão a demanda mais recorrente dos cidadãos seja direcionada para a necessidade de diminuição dos custos da Internet em Cabo Verde. Frequentemente, eles, também, articulam demandas que se referem à necessidade de treinamento para uso dos serviços online e pelo aumento dos balcões da casa do cidadão.

Existe extensa literatura sobre os impactos das TIC na economia e política, mas Cabo Verde parece, ainda, ignorá-los. Tal situação ocasionou as oportunidades para demandas recorrentes das empresas privadas de TIC por políticas de incentivos a empresas privadas de TIC e pela diminuição dos custos da internet em Cabo Verde. Esta última demanda, também, é articulada pelo NOSI.

> Efetivamente, África tem um problema. O Custo da Internet para um africano e um Cabo-verdiano é muito mais alto do que um indivíduo em um país mais avançado. Nós temos, efetivamente, esse problema. Portanto, temos que ter políticas que baixam o custo da internet, aqui [...]. (MA03 §1: 34-38).

> […] penso que é fundamental pensarmos no abaixamento dos custos do acesso à Internet. Num país que está a pensar em fazer das tecnologias, um fator muito forte de crescimento económico, que está a apostar em *clusters*, os custos são um elemento crítico de sucesso. Têm de ser mais acessíveis. Ao mesmo tempo, baixando os custos, o mercado alarga-se, a procura aumenta e, provavelmente, o melhor negócio passará por aí (N41EI03, §3: 22-27).

> O NOSI não é provedor de serviço de Internet. Há um provedor nacional e nós adquirimos esse serviço na operadora de telecomunicações [CV Telecom], a um valor mensal considerável, que é pago pela largura de banda consumida pela rede do Estado e por todos os utilizadores da rede do Estado, cerca de 10 mil terminais. Entendemos que o custo atual é muito elevado, mas é claro que esse serviço tem de ser pago à operadora (N41EI03, §1: 7-12).

Apesar dos avanços no campo da inovação no setor público, em Cabo Verde, o custo da internet continua sendo um dos principais entraves ao avanço tecnológico no país, bem como do desenvolvimento da capacidade inovadora de empresas privadas do segmento das TIC.

Nessa perspectiva, apesar do aumento do uso das TIC e do reconhecimento do seu potencial econômico, os resultados do nosso estudo revelam a necessidade de políticas que contribuam para a redução de assimetrias, em termos de desenvolvimento tecnológico e capacidade inovadora entre as empresas dos setores público e privado. Essas políticas devem congregar demandas provenientes de diferentes agendas políticas de distintos atores sociais.

Por outro lado, o desiderato do desenvolvimento da sociedade da informação demanda diminuição dos custos da internet e das TIC de forma geral, possibilitando a viabilização de volumes e velocidades crescentes na circulação de informações.

O controle das atividades de inovação, no setor público, pelo NOSI reforça a exclusão do setor privado Cabo-verdiano em relação à maioria dos potenciais positivos da sociedade da informação, nomeadamente no acesso – cada vez mais desigual – à alta tecnologia.

A emergência de uma economia baseada no conhecimento, em Cabo Verde, resultou em um alargamento do hiato tecnológico entre os setores público e privado. Se, por um lado, este hiato ampliado acentua desigualdades econômicas e tecnológicas entre esses dois setores, por outro lado, a mudança de paradigmas tecnológicos abre janelas de oportunidade para as empresas privadas de TIC. O aproveitamento dessas oportunidades exige, no entanto, um significativo esforço interno do governo Cabo-verdiano, no sentido de criar condições para o desenvolvimento da capacidade de absorção de novas TIC, de forma mais abrangente no país.

Dessa forma, o Estado Cabo-verdiano tem pela frente o desafio de combinar o processo de amadurecimento do seu sistema nacional de inovação com a construção de infraestruturas informacionais, indispensáveis para o sistema de inovação, e a edificação de um ambiente de livre concorrência no setor das TIC, que, aliás, constitui a demanda mais recorrente das empresas privadas do setor.

O MPD é outro agente relevante do E-gov que articula a demanda pela livre concorrência no setor das TIC. Contatado pelo Expresso das Ilhas, o economista Adalberto Silva, deputado da nação pelo MPD afirma que "[…] a transformação do NOSI em EPE[28] é uma forma de tornar mais caro o serviço. Virando empresa, engorda às custas do Estado. A coberto de ser uma empresa do Estado, ganha mãos largas para pôr os seus preços" (N40EI02, §1:75-78). Ainda, segundo esse deputado do MPD, "o governo está a 'matar a concorrência' e questiona mesmo se, no meio de 'tanta propaganda' ao cluster tecnológico este não acabará por ser apenas o 'cluster NOSI' " (N40EI02, §1:78-80).

A demanda pela livre concorrência no setor das TIC está relacionada a outra por um novo modelo de gestão para o NOSI articulada pelo MPD e a ANMCV**,** agentes relevantes, cujos discursos estão localizados na fronteira antagônica aos discursos do Governo e do NOSI. Essa demanda é articulada essencialmente na imprensa escrita, compreendendo argumentos que corroboram com a demanda pela 'descentralização das atividades de inovação', também, articulada pelos mesmos agentes.

[28] Entidade Pública Empresarial

> Atualmente, o NOSI intervém em todas as agências públicas, Institutos, projetos e assinou mesmo um acordo com Câmaras de Comércio. Recebi uma mensagem advertindo que o NOSI prepara uma oferta destinada a algumas empresas privadas, nomeadamente da banca. Seria a gota de água a mais. É simplesmente uma concorrência desleal, gostaria de conhecer o parecer dos nossos juristas ou da OMC. Daqui a pouco será caso de dizer: "Fechem as portas, vós do sector privado das TICs, que o NOSI faz tudo!". Gostaria de saber qual é a prioridade, neste momento, construir/favorecer um tecido empresarial forte e competitivo ou um NOSI gigante e exemplo no mundo? (N74LO14, §7:178-185).

> Nos países avançados não há um único ator a desenhar todas as opções estratégicas e a operacionalizá-las, como é o caso do NOSI, em Cabo Verde. Não há um único ator nos Estados Unidos, Japão, França, Alemanha, Inglaterra a decidir que o Estado deverá, por exemplo, utilizar o Oracle como ferramenta de gestão de Bases de dados. Há, sim, ator ou atores que ditam as regras essenciais, que dizem, por exemplo: para o organismo X, queremos uma Base de dados que reúna requisitos A, B e C e deverá ser implementado de uma determinada forma num dado prazo. O resto é decidido pela concorrência, ou seja, a lei da melhor proposta Qualidade/Preço (N8AS01, §4: 8-15).

A demanda pela 'diminuição dos custos da internet em Cabo Verde' está intimamente vinculada a outra bastante recorrente, articulada pelo NOSI, que diz respeito à necessidade de 'racionalização do uso da internet nas instituições públicas'. No entendimento do NOSI, instituição responsável pela rede de comunicações do Estado, os funcionários públicos usam a internet, indiscriminadamente, na rede do Estado, sem se preocuparem com os custos.

> As pessoas que utilizam a rede do Estado não têm consciência dos custos. Usam a internet, indiscriminadamente, e não se preocupam porque não sai do seu bolso. As pessoas chegam cedo ao serviço ligam o computador e têm internet, e-mail, etc., que usam, indiscriminadamente, esquecendo-se de que isso tudo tem custos. Imagine um terminal do Estado a fazer downloads como bem entender, com acesso 24 horas, o quanto não custa. Essas pessoas têm noção do que andam a gastar? Para manter esses serviços, o Estado paga mensalmente só à CVTelecom mais de 10 mil contos de internet. E o NOSI, neste momento, tem algumas despesas em atraso, de modo que alguns serviços podem ficar comprometidos. [...] Se não pagarmos as licenças, por exemplo, a Microsoft corta os programas e nós não podemos fazer milagres [...]. Nós, aqui, no NOSI, limitamos a mostrar a média de consumo de cada instituição. Até por uma questão de racionalização é fundamental que os serviços do Estado saibam quanto estão a consumir de internet e serviços conexos. Porque gastam, por exemplo, com combustível até onde estiver cabimentado, com a internet deve ser o mesmo [...]. (N48EI11, §1: 10-31)

Uma demanda do NOSI e do governo que tem sido articulada, frequentemente, na imprensa, refere-se aos 'custos da rede do Estado e do uso do sistema de informação municipal (SIM)'. O NOSI tem articulado o discurso de que a sustentabilidade do E-gov estará em causa, se as instituições públicas que usam a rede de comunicações do Estado não

comparticiparem nos seus custos. Da mesma forma, querem que os municípios paguem pelo uso do SIM que desenvolveu.

> O governo autorizou o NOSI a cobrar, directamente, às Câmaras Municipais pelo Serviço de Informação Municipal (SIM). A partir de 2014, os municípios vão ter de pagar ao Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSI) os serviços que esta presta no desenvolvimento, implementação e manutenção do Sistema de Informação Municipal, através da Rede Tecnológica Privativa do Estado (RTPE). A autorização é do governo e o NOSI tratou, imediatamente, de emitir uma circular, na qual informa as câmaras sobre os valores que têm a pagar pelos serviços de governação electrónica e que ascendem a milhares de contos (N42EI04, §1: 8-17).

A partir dos anos 80, devido à intensificação da crise fiscal do Estado e a maior exposição da economia nacional à competição internacional, o Estado foi forçado a reorientar a política econômica e, em especial, conter suas despesas. Contudo, devido à dificuldade política de aumentar a carga tributária, a palavra de ordem passou a ser cortar gastos. Essa política - de corte de gastos - atravessou a década de 80 e entrou na década atual atingindo o limite de suas possibilidades.

Esse discurso não foi articulado apenas pelos economistas acadêmicos, como também passou a integrar o discurso do BM e do próprio FMI. Esses órgãos internacionais têm insistido, sobretudo, na questão da qualidade do gasto público, não somente no aspecto de diminuição de gastos públicos. Essas instituições têm se empenhado, em suas articulações discursivas, no sentido de conseguirem introduzir o tema "qualidade do gasto público" na agenda de reforma do Estado, de Países como Cabo Verde.

Pensamos que essa estratégia discursiva do NOSI visa tão somente a arrecadação de recursos que lhe permita manter a sua hegemonia no controle das atividades de inovação, no setor público, bem como investir na sua transformação em entidade pública e, a partir daí, tentar materializar sua fantasia de internacionalização.

> [...] os utilizadores do Estado devem, portanto, comparticipar no custo dos circuitos que utilizam. Licenças, uma vez que todos os terminais têm sistemas operativos, que são atualizados, sistemas de *antivírus*, e esses são serviços que vêm de fora, adquiridos junto de multinacionais, logo, as instituições que usam essas licenças devem pagar por elas. Há, também, um custo de manutenção e de suporte, calculado na perspectiva do envolvimento de pequenas empresas Cabo-verdianas para prestarem ao Estado esse serviço. O NOSI não tem condições, nem interesse em fazer isso, não é um serviço que seja pago diretamente ao NOSI. Temos, também, o *Data Center*, um repositório central das informações do Estado, que tem de funcionar 24h por dia, 365 dias por ano, faça sol ou faça chuva. Manter um *Data Center* a funcionar, durante todo este tempo, é um trabalho enorme, custa muito, por

> isso, os beneficiários diretos é que têm de participar nos custos de manutenção (N41EI03, § 1: 7-17).
>
> Contatado também por A NAÇÃO, o Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território disse que o pagamento do SIM pelos municípios é da responsabilidade deles. "O SIM é um sistema que favorece os municípios. São os municípios que dão consistência ao SIM, assim como a Administração Pública dá para o SIGOF", afirma Antero Veiga, para quem a medida tem a ver com a mudança do NOSI para Entidade Pública Empresarial. O governante é de opinião que, ao invés de aumentar as despesas dos municípios, o SIM traz mais benefícios às câmaras. "Com o SIM, as CM's têm tudo informatizado, portanto, há menos gastos com papel, pessoal…, enfim, no fundo, reduz os gastos das autarquias. Por isso, acho que se os municípios não querem pagar, estão a ir numa direção muito errada. Assim é complicado. Os municípios não querem ouvir a verdade e "a verdade é que precisam de um grande choque de gestão", atira (N42EI04, § 1: 23-33)

A internacionalização constitui a demanda mais frequentemente articulada pelo NOSI e está vinculada às fantasias de 'criação de um cluster de TIC em Cabo Verde' e de 'transformação do país num centro internacional de negócios' como mostram os recortes dos dados que compõem o *corpus* analítico abaixo.

> O NOSI, enquanto Agência para a Governação Eletrônica e Promoção da Sociedade de Informação em Cabo Verde, tem como atribuições e competências a promoção e execução de medidas de política que mobilizem a sociedade e os sectores privado e público para o advento da sociedade de informação. Agora, o NOSI tenciona colocar a experiência adquirida, com a implementação dessas ações, ao serviço de outros países africanos, nomeadamente os de língua oficial portuguesa, como acontece agora com Moçambique (N12AS05 §1: 8-14).
>
> Temos que operacionalizar o parque tecnológico que será o instrumento de internacionalização do NOSI. A ideia, aqui é, já que o país domina algumas tecnologias, já conseguiu ter alguma exposição nesse sentido, pegarmos no tema que tem mais projeção internacional, o E-gov, arranjar um espaço físico, que podemos, identificar com esse tema e criar todo um ecossistema para levarmos isso para fora (E01, 118-122).
>
> [...] a internacionalização é o que, no futuro, nós almejamos. Queremos levar esses serviços para fora e, por isso, estamos a tomar todos os cuidados nos projetos que estamos a executar fora, de forma que sejam mais perfeitos e com mais qualidade. E em todo o sítio que nós vamos, tentamos aprender com as coisas que temos desenvolvido para que o produto para exportação seja muito melhor. Os projetos servem, também, para aprendermos com os nossos erros e fazermos as correções, internamente (E07, 162-168).

O discurso do esgotamento do modelo burocrático de administração pública em Cabo Verde, a partir da segunda República, talvez tenha influenciado a emergência do discurso da reforma do Estado e modernização administrativa. Enquanto o modelo burocrático realça os

controles formais e o rigoroso cumprimento da lei, os modelos de gestão que vêm sendo apresentados e desenvolvidos em programas de reforma do Estado realçam a melhoria no desempenho (OSBORNE, 1992).

Contudo, para que os recursos e as energias da administração pública Cabo-verdiana sejam direcionados para resultados, o país precisa de gestores e sistemas de informação totalmente alinhados com a orientação para resultados defendida por Osborne (1992). A preocupação com a melhoria dos resultados das instituições públicas suscita demandas do governo referentes ao 'uso das TIC para aumentar a competitividade da economia Cabo-verdiana', à 'informatização de processos nas instituições públicas' e ao 'desenvolvimento de portais' para essas instituições, vinculadas às fantasias de criação de um cluster de TIC em Cabo Verde, e de transformação do país num centro internacional de negócios.

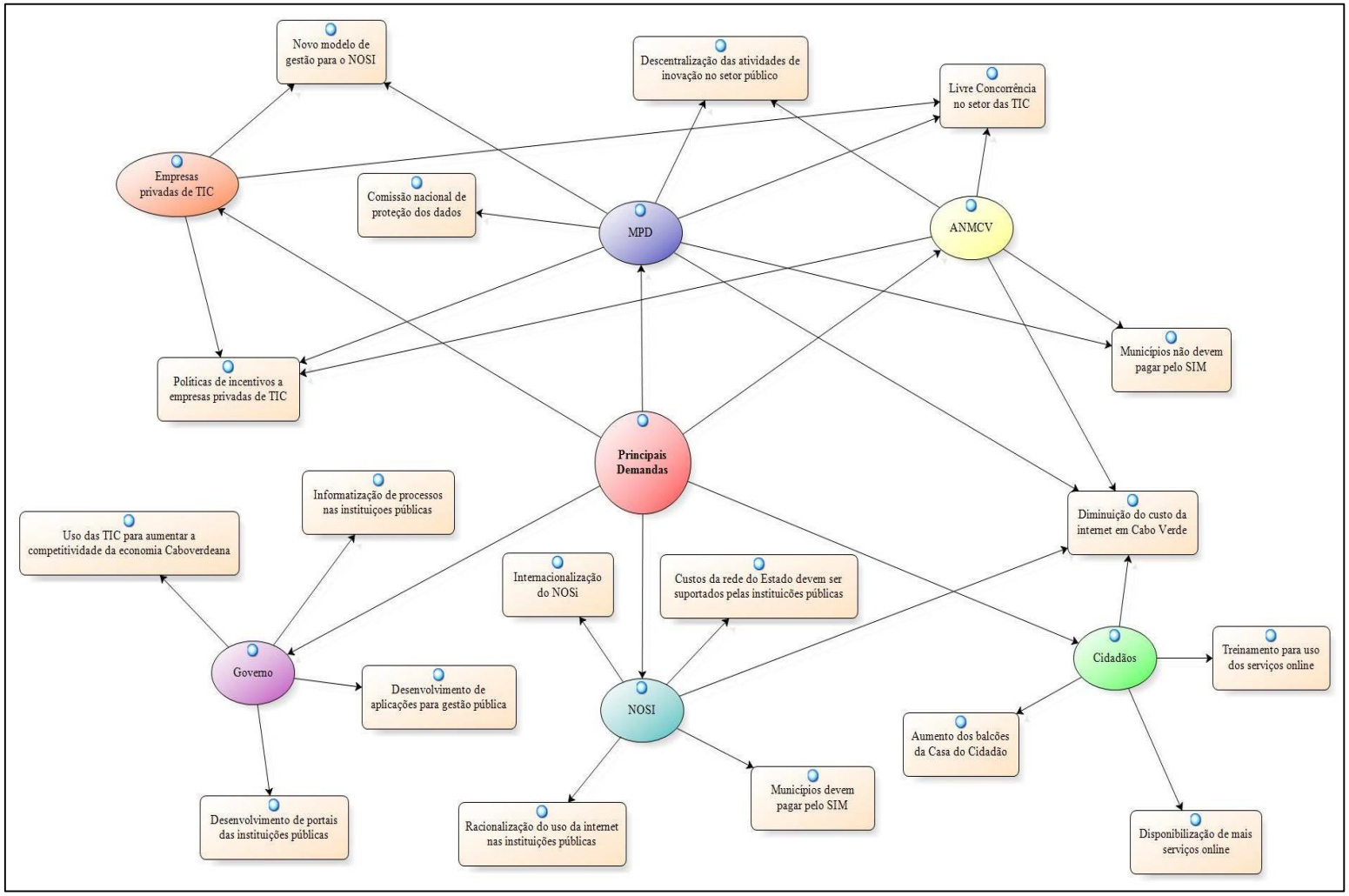
> A principal demanda que recebemos das instituições públicas, aqui, no NOSI é para informatização dos processos. O objetivo das instituições, hoje, é ter seus processos informatizados. Em muitas instituições, basicamente, os processos continuam a ser os mesmos, as validações continuam a ser as mesmas. A única coisa que mudou foi a forma de execução. Antes, era feito manualmente, demorava mais tempo, era suscetível a corrupção. Hoje, as que informatizaram os seus processos têm maior eficiência na execução dos mesmos, mas a nível das etapas do processo, em si, continua a ser exatamente o mesmo, apenas houve uma mudança do papel para o formato eletrônico (E05, §1: 8-15).
>
> As instituições públicas tanto pedem desenvolvimento de portais, numa ótica mais de expor suas informações para fora, mas, também, solicitam o desenvolvimento de aplicações para gestão e outros suportes tecnológicos (E06, §2: 54-56).
>
> As instituições públicas nos pedem sempre soluções relacionadas com novas tecnologias de gestão. Frequentemente, temos feito várias aplicações nesse sentido. Se fores à fábrica de *software*, lá embaixo, vais ver que temos vários projetos a decorrer que são fruto de pedidos das instituições públicas. Por exemplo, da Direção Geral dos Transportes Rodoviárias, do Ministério das Finanças, dos hospitais, etc. Todos os dias há pedidos novos, como de desenvolvimento de sites e várias outras coisas. Temos, por exemplo, vários projetos a decorrer na ótica do Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil (E07, §1: 65-71).

A sociedade da informação reforça as desigualdades já existentes e cria outras, como o fosso entre o mundo dos "conectados" e o dos "não- conectados". Por isso, não basta apenas registrar o impacto revolucionário das TIC na economia e no governo. É importante formular políticas direcionadas à democratização do acesso às TIC, e que fomentem ações concretas que visem a expansão da infraestrutura computacional e de telecomunicações, o provimento de conteúdos relevantes, por meio de interfaces adequadas, a educação para o uso dos novos

recursos. Enfim, políticas direcionadas para a legitimação das novas TIC como bens públicos, e facilitação do financiamento de projetos para a produção e circulação de informações públicas, por meio dessas tecnologias.

Dito isto, apresentamos na figura 14, a seguir, uma representação/síntese das demandas mais recorrentes dos agentes relevantes do E-gov em Cabo Verde apresentadas até agora. No tópico são explanadas as lógicas da equivalência e da diferença utilizadas na articulação discursiva do E-gov em Cabo Verde.

Figura 15 - Demandas articuladas pelos agentes relevantes no campo discursivo do E-gov em Cabo Verde



Fonte: Elaborado pelo autor

5.2.1.1 Equivalências e diferenças em torno do E-gov

As demandas dos agentes sociais em relação ao E-gov têm dimensões comuns, tanto a favor como contra, sendo que as práticas dos sujeitos envolvidos na sua articulação discursiva possibilitam a constituição de uma cadeia de significação fundamentada na lógica das equivalências. A formação de tal cadeia ocorre quando suas particularidades são suspensas e a articulação ocorre em torno de um ponto nodal. A fim de entendermos como se dá essa articulação e quais as lógicas subjacentes à mesma, faz-se necessário que retomemos os conceitos de lógica da equivalência e lógica da diferença, da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985). Por meio dessas lógicas - da equivalência e da diferença - o discurso do E-gov passa a ser um elemento incontornável, quando se trata de pensar na vida social, em geral, e em particular, nas relações estabelecidas entre os agentes que atuam no campo da inovação no setor público, em Cabo Verde. Portanto, pensar a produção de sentidos ou significados do *E-gov* é pensá-lo numa arena política, onde alguns discursos fixados, ainda que provisoriamente, fazem pensar e agir, na contingência, limitando umas respostas e excluindo outras. Comecemos, então, por explorar a lógica da equivalência.

As entrevistas que realizamos no NOSI, permitem-nos afirmar que o início das articulações discursivas no sentido da geração das condições de possibilidade para o E-gov, em Cabo Verde, foi da seguinte forma:

> Nós tínhamos começado com a RAFE (Reforma da Administração Financeira do Estado), depois, chegou-se à conclusão que a administração descentralizada das finanças chegava, facilmente, a todas as instituições do Estado e, então, sentiu-se a necessidade de se criar uma rede privada do Estado. A partir desse momento constatou-se a necessidade de uma estratégia clara para o E-gov e, nesse sentido foram criados dois documentos, o PESI e o PAGE. Nesses dois programas pode-se encontrar todos os pilares do E-gov. Por exemplo, ter uma infraestrutura em comum, ou seja, uma rede única do Estado, ter um *data center* para armazenar todos os dados do Estado de Cabo Verde, resolver o problema das identificações. Agora, estamos numa fase importante que é de identificarmos todos os cidadãos, de forma muito segura e consistente, e isto é importante porque traz mais transparência à Administração Pública -, criar soluções para a Casa do Cidadão, tendo em vista a prestação de serviços públicos ao cidadão. Portanto, viu-se que o *E-gov* poderia ser usado em toda a linha da Administração Pública (E2, 24-36).

Já no início dos anos 2000, começou a ser construída uma convergência entre os discursos do Governo, do NOSI e dos Cidadãos, em torno da necessidade de atribuição de uma configuração eletrônica a todos os serviços públicos, visando o aumento do nível de produtividade do setor público. Com relação a essa demanda, emergem os interesses do

governo direcionados à modernização da administração pública como um dos requisitos para a emergência de novas dinâmicas de relacionamento entre o Estado e a sociedade bem como de novos paradigmas de ensino ancorados no uso das TIC**.** Assim,

> No quadro da parceria estratégica existente entre o governo de Cabo Verde e a *Microsoft Corporation* foi assinado um protocolo que traz novos impulsos à materialização da aposta decisiva do país no novo paradigma de ensino ancorado nas Novas Tecnologias de Informação. Este acordo prevê o acesso a programas e apropriação de licenças para o parque de equipamentos, nomeadamente de computadores, para professores, alunos e escolas (N24AS18, §1: 62-66).

> O NOSI e as TIC vieram permitir-nos realizar as mudanças que protagonizamos a nível da modernização da Administração Pública e da criação de novas dinâmicas de relacionamento entre o Estado e a sociedade e estamos a conseguir fazer isso e a Casa do Cidadão é um exemplo", destaca (N18AS11, §1: 26-29).

Contudo, a convergência entre os interesses dos agentes relevantes do E-gov não significa a estabilização definitiva do discurso da reforma do Estado e modernização administrativa. Por isso, outros discursos entram sempre em cena. Por exemplo, os discursos dos agentes relevantes do E-gov convergem no que diz respeito à demanda pela informatização dos processos nas instituições do setor publico, em torno da qual ocorrem negociações a fim de que seja possível o uso das TIC para aumentar a competitividade da economia Cabo-verdiana e, também, a reforma do registo predial de Cabo Verde.

O NOSI foi institucionalizado com a publicação da Resolução nº. 15/2003 de 7 de Julho, tendo-se-lhe atribuído a incumbência de coordenação, elaboração e execução das medidas de políticas, estratégias e ações nas áreas do E-gov e da sociedade da informação.

> [...] NOSI foi criado para implementar uma reforma, no início, chamada RAFE. Foi criado para fazer essa reforma administrativa que visava mudar a forma de se trabalhar, informatizando, completamente, a lógica que existia. Então, o NOSI veio a aparecer em 2003 e com o papel fundamental de fazer convergir tudo que é serviço público e levar ao usuário final um produto acabado, de maneira que não tenha que estar a se deslocar a vários sítios para resolver um certo problema. Tudo que é papel tentou-se digitalizar, eletronicamente, de forma que os utentes tenham um produto que possa satisfazer as suas necessidades do dia-a-dia, que é o que a gente procura. É praticamente desburocratizar tudo, de forma que possamos ter algo que almejamos, todos os dias: simplicidade, rapidez nos processos. Penso que é isso (E2, 15-24).

Observamos a hegemonia do NOSI, no que se refere ao controle das atividades de inovação no setor público desenvolvidas no âmbito do E-gov, pela quantidade de notícias/reportagens sobre essa instituição, e/ou sua atuação na execução de ações inovadoras

no âmbito do E-gov veiculadas na mídia[29] (79). As entrevistas com os atores do NOSI permitiram-nos verificar que estes estão bem alinhados na busca da manutenção da hegemonia de sua instituição no controle das atividades de inovação no setor como afirmamos acima.

A impossibilidade de fechamento total do significado do E-gov alimenta um fluxo de sentidos e processos de significação constantes dessa prática. Nesse movimento, os atores do NOSI aproveitam-se da expressiva representatividade dessa instituição, no campo discursivo da inovação no setor público, em Cabo Verde, para tentarem convencer outros agentes da 'falta de capacidade inovadora das empresas privadas de TIC', como forma de conseguirem estabelecer uma cadeia de equivalências favorável à 'manutenção do NOSI no controle das atividades de inovação no setor público'.

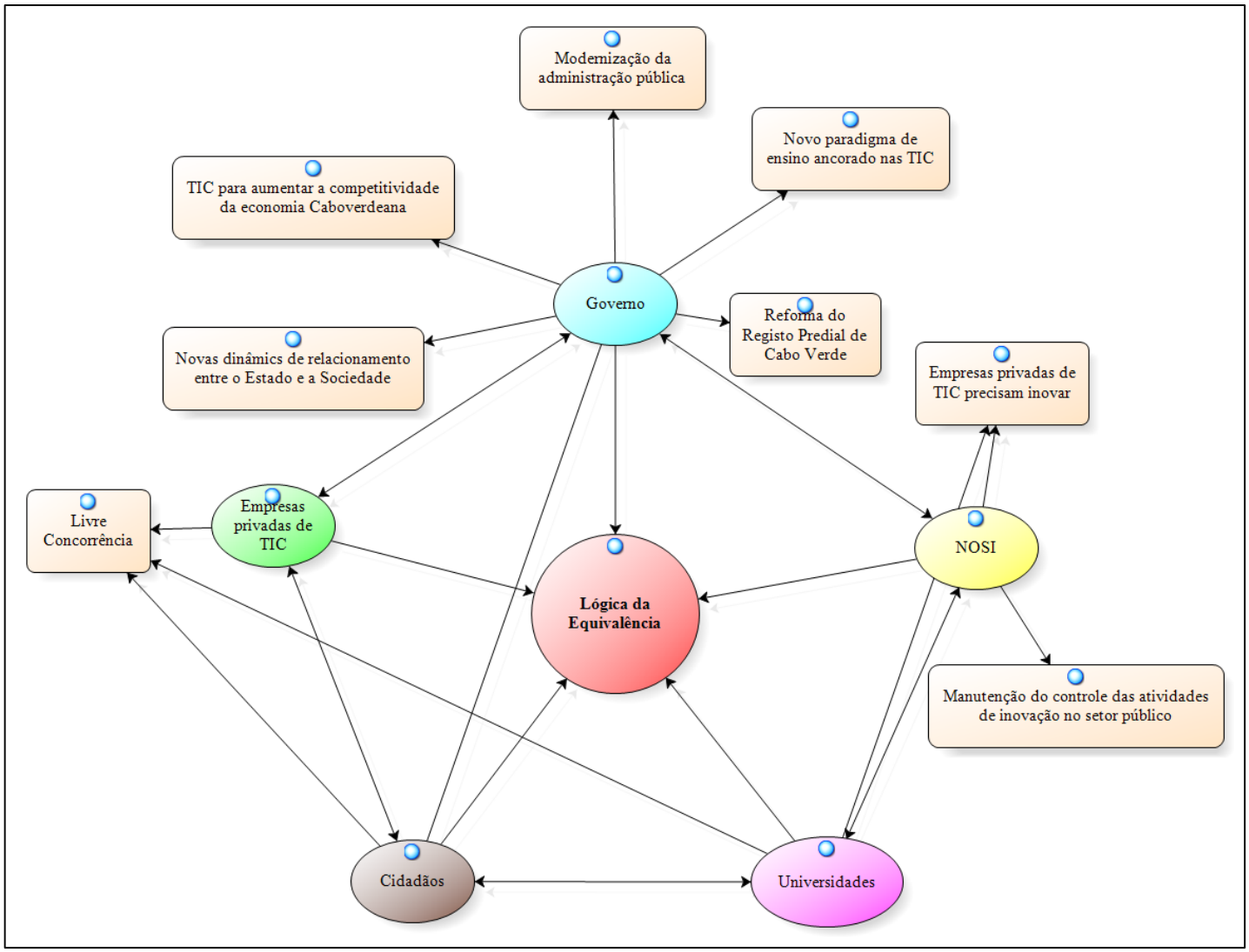
> O segundo ponto na minha opinião, é que os privados não são nem criativos nem inovadores. Repara, por mais que eles reclamem nós temos sido o parceiro que mais tem dado dinheiro aos privados, porque todos os nossos projetos são desenhados de forma a que possamos trabalhar com eles. Nós não tínhamos todos os recursos para fazer tudo o que fizemos até aqui, foram os privados que nos ajudaram. Por exemplo, na fábrica de desenvolvimento que nós temos, lá embaixo, há uma parte que é nossa, mas que é a parte do gestão de projetos, os analistas, o chefe do departamento, mas a mão-de-obra é do setor privado, e a maior parte do lucro vai para as empresas privadas. Nós conseguimos os projetos e, depois, contratamos os privados em uma espécie de subcontratação. Além disso, nós formamos os técnicos dos privados que contratamos. Eles continuam com a sua sustentabilidade, mas, a parte que eles estão a reclamar tem a ver com toda a parte da implementação do projeto de E-gov. Por isso, as empresas privadas deviam estar mais preocupadas com o seu setor, deviam estar a produzir soluções para a banca, para as seguradoras, etc.. Não fazem isso e essas instituições vão comprar essas soluções no estrangeiro. Portanto, o nosso setor privado, em vez de se preocupar com o seu setor, está mais preocupado com o setor público, onde já existe uma instituição que se ocupa das inovações (E2, 193-210).
>
> [...] esta questão do sufoco ao setor privado, claramente, foi criada e, agora, com a prática vai se desanuviando. Mas há uma coisa, eu costumo dizer que o nosso setor privado não tem competência. Inovar custa, dura, dói. Precisam ganhar muito mais competências. E muita gente fica muito ofendida por isso. Hoje, vais a qualquer banco, seguradora, hotel, loja comercial que esteja informatizada, vais ver um produto estrangeiro. Há algumas iniciativas agora, mas são perfeitamente embrionárias. No setor privado é tudo produto estrangeiro. O papel do Cabo-verdiano é ser intermediário. Enquanto não houver um produto *made in* Cabo Verde, que combata os primaveras da vida, não vamos a lado nenhum (E1, 188-197).
>
> As empresas privadas não estão focadas no setor privado, mas no setor público, e no setor público nós queremos fazer soluções integradas, de

[29] Sobretudo na mídia impressa.

> menor custo para maximizar os investimentos. Quando uma instituição do Estado pede uma solução ela tem que servir a todo o setor público, não apenas a esta organização. O privado não vê o negócio assim, eles querem vender uma solução aqui, mas, se possível, vender a mesma coisa para outras organizações. Nós não queremos isso no setor público. Queremos soluções que possam ser integradas, possam ser reutilizadas dentro da máquina pública porque não faz sentido estarmos a investir em uma solução, várias vezes. A maior parte das dificuldades na comunicação com o setor privado é a esse nível. Portanto, eles precisam ver o público de outra forma, não apenas como o único cliente, aqui, em Cabo Verde. Outro grande problema, é que, neste momento, o setor privado ataca todas as áreas no âmbito das TIC e não se especializam em uma área. Dessa forma não conseguem implementar soluções inovadoras e de qualidade (E5, 133-146).

O que faz a sistematicidade do discurso do E-gov é, justamente seu limite, ou seja, o momento em que determinado significante articula, simultaneamente, as equivalências e permite pensar nas diferenças que ele contém. É nesse campo fronteiriço que ocorrem as articulações. Assim, na figura 16, apresentamos uma representação/síntese da lógica da equivalência entre os agentes relevantes do E-gov e as principais demandas por eles articuladas.

Figura 16 - Lógica da equivalência (Demandas convergentes)



Fonte: Elaborado pelo autor

Por meio do conceito de antagonismo, Laclau e Mouffe (1985) abordam o papel do conflito na formação dos discursos e na geração das condições de possibilidade de outros projetos que não o hegemônico. Tais conflitos ocorrem entre as forças antagônicas inerentes aos processos políticos, já que nos processos de articulação determinados interesses são deixados de fora.

As reflexões travadas no campo da discursividade do E-gov permitem-nos compreender os diferentes significados que atravessam as políticas e as práticas de inovação no setor público, especialmente, quando assumimos que nas cadeias discursivas estão presentes, simultaneamente, objetivos antagônicos. Nesse sentido, como os objetivos dos cidadãos, das empresas privadas de TIC, do MPD[30] e da ANMCV[31] são antagônicos aos do NOSI e do governo, os discursos desses agentes são contrários ao atual modelo de gestão NOSI, por considerarem que ele favorece o seu monopólio no setor das TIC, em Cabo Verde.

> A nossa preocupação tem a ver com 5 aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, com o mandato que é dado ao NOSI. Como eu disse, esse mandato é muito extenso. O NOSI, hoje, faz a gestão da base de dados, desenvolve aplicações, lidera o setor das TICs, lidera, também, o centro tecnológico e o *data center*. Entendemos que o NOSI deve ter um foco muito limitado, que tem a ver com a gestão da base de dados e de toda a rede informática do Estado (MA14, §2: 203-208).

> No final da década 90, a criação de um órgão desse tipo mostrava-se imprescindível para o sector e diria que, até 2004/2006, o país continuava a necessitar desse organismo, mas, hoje, não faz sentido manter o NOSI no seu atual figurino sob pena de começarmos a pagar um preço elevadíssimo, daqui 5 a 15 anos, ou seja, aniquilar os benefícios atuais. As minhas asserções derivam do conhecimento do sector, de uma análise objetiva da prática dos países avançados (os mesmos que nos elogiam e citam como exemplo a torto e a direito), e a história económica que nos mostra, claramente, que as nossas atuais opções não seguem o caminho do progresso, da criação de riquezas e competitividade (N08AS01, §2: 25-32).

> Para não delongar nos inconvenientes de ter um único ator a desenhar as políticas e operacionalizá-las, vou concluir com um outro perigo: a convergência de todas as competências para as mesmas tecnologias. Por exemplo, há uma certa obrigação para os prestadores de serviços na área de bases de dados a especializarem-se em *Oracle*. Dado o tipo de dados tratados pelas nossas instituições e a pouca complexidade das operações do nosso mercado, duvido que possamos exportar, em massa, cérebros nesta área, quando há um mercado enorme em *Cobol, .Net, Java, mySql, PostGres* e muitas outras tecnologias que poderiam ser interessantes e mais adaptadas para Cabo Verde. Utilizar o *Oracle* para a maioria das instituições públicas Cabo-verdianas equivaleria a utilizar um camião Volvo *top* de Gama para transportar 10 caixas de sumos/dia para abastecer uma loja de qualquer

[30] Maior partido político na oposição em Cabo Verde
[31] Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde

> bairro, ou comprar uma Ferrari para serviços de táxi. Muitas revoluções estão a passar-se no mundo da informática e nós continuamos com a nossa retórica sobre o E-gov. Ninguém fala das vantagens da Cloud, Virtualização, SAAS, etc. Paralelamente às repercussões tecnológicas, as económicas serão mais graves e mais difíceis de recuperar porque mexem com a competitividade dos nossos técnicos, criação de riquezas e o emprego (N08AS01, §7: 70-85).

> Nós já falámos da concentração de dados do governo, por isso, pergunto-lhe, com tanta informação nas mãos do NOSI, como é que os cidadãos podem ter a certeza sobre o uso seguro dos seus dados? Em Cabo Verde, há um quadro legal que cuida da proteção de dados pessoais, há uma comissão especializada na Assembleia Nacional, todos os níveis de segurança estão implementados e o facto de haver essa concentração não significa que haja atropelos à proteção dos dados pessoais dos cidadãos. Em termos estruturais, temos os níveis de segurança iguais aos *standards* internacionais, os acessos são controlados, só podem aceder as instituições e pessoas que têm esse direito. Em resumo, não há risco de vandalização dos dados pessoais dos cidadãos (N41EI03, §1: 104-112).

Apesar do esforço do NOSI na articulação de elementos que lhe permitam manter o controle das atividades de inovação no setor público, podemos considerar as demandas relativas à descentralização das atividades de inovação no setor público, em torno dos quais são articulados, sobretudo, os interesses das empresas privadas de TIC, do Movimento para a Democracia (MPD) e da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV), estão na fronteira antagônica em relação ao discurso do NOSI e do Governo a respeito do E-gov em Cabo Verde.

Até mesmo dentro do NOSI existem argumentos que se coadunam com as demandas da cadeia antagônica ao atual modelo de gestão dessa instituição, como pode ser verificado nos recortes das entrevistas a seguir.

> [...] se o governo, realmente, quer apostar nas tecnologias, tem que dar ao setor privado as mesmas condições que deu ao NOSI. Nós não fizemos isto porque somos melhores, mas porque conseguimos entusiasmar um conjunto de pessoas, neste caso, do setor público, que pagaram por nossa competência. Eu, agora, tenho 10 pessoas, na China, numa formação por 10 meses. Quem, no privado, fez 2 meses de formação no ano passado? Nós temos estado a trabalhar competências todos os anos. O privado não faz isso porque tem uma visão de rentabilidade e o governo ainda não entendeu que precisa do setor privado. Mas, se calhar, não entendeu porque o setor privado diz que é competente. É um ciclo vicioso. Este discurso tem que ser muito claro (E01, 119-126).

> Temos, aqui, em Cabo Verde, pessoas muito capazes, com visão de fazer as coisas, mas que não são suportadas, digamos assim, não tem margem para crescer e desenvolver as ideias e transformá-las em inovações ou em um negócio. Portanto, incentivos são importante não somente no âmbito do NOSI, mas de uma forma global, porque o governo eletrônico não parte

> somente do NOSI. Eu acho que é preciso impulsionar a inovação, criando políticas que favoreçam isso (E06, 183-188).

Os discursos de alguns servidores públicos articulados, sobretudo, na mídia impressa (jornais) revelam-nos críticas relacionadas a abusos de poder, por parte de dirigentes de alguns serviços públicos, pelo favorecimento ao NOSI, em atividades de inovação que poderiam ser assumidas por técnicos dos respectivos serviços ou empresas privadas, via concurso público. Essas críticas podem ser posicionadas na fronteira antagônica e ilustram uma situação em que existe oposição aos interesses hegemônicos do NOSI no âmbito do E-gov.

> 'Acredito que estamos, também, perante um abuso de poder por parte da presidente do Conselho de Administração do INPS, Leonesa Fortes, porque esta decisão não foi tomada em Conselho de Administração', pontua este informático, que diz ter contatado outro administrador do instituto ao ser informado da extinção do departamento de informática daquela instituição, que diz desconhecer qualquer diretiva neste sentido (N22AS15, §5: 22-26).

> [...] ficou provado que os serviços informáticos do INPS melhoraram depois que o NOSI entregou a Administração de Base de Dados e Sistemas à equipa do departamento de informática do instituto. Não entendo porque, agora, querem extinguir esse departamento. (N22AS15, §6: 16-18).

Essas demandas estão em oposição aos interesses dos agentes hegemônicos do *E-gov*, governo e NOSI, sendo que a sua incorporação exigiria uma reestruturação no âmbito do ponto nodal 'reforma do Estado e modernização administrativa', que implicaria em mudança nas regras de representação desses agentes no sistema de inovação no setor público, além de novas legislações, normas e estratégias fora daquelas estabilizadas na cadeia de equivalência, o que promoveria uma reconfiguração no E-gov como um todo.

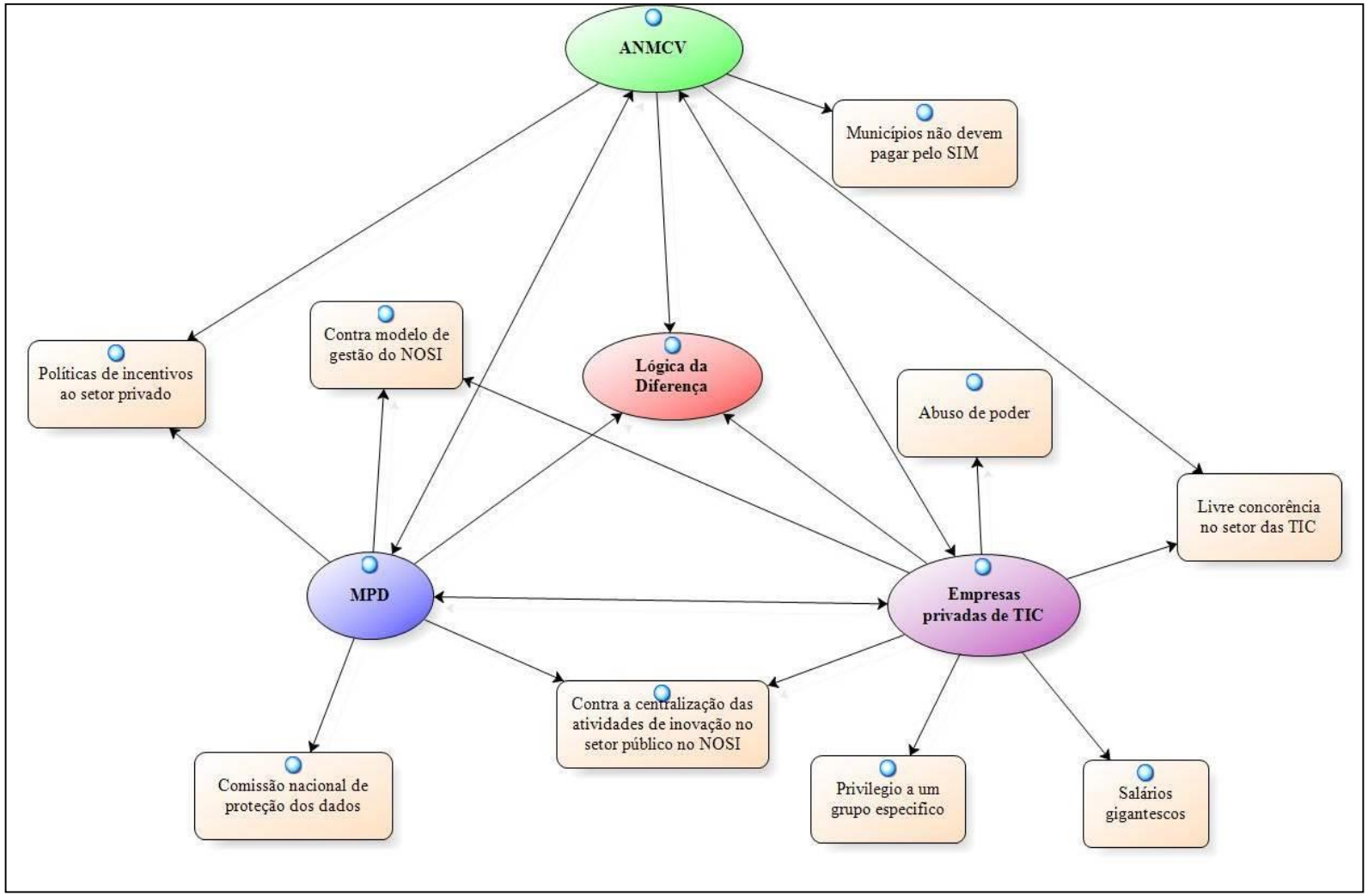
As empresas privadas de TIC têm interesses na área do *E-gov*. Por isso, conjuntamente com o MPD e a ANMCV, elas articulam demandas por políticas de incentivo às empresas privadas de TIC, com o objetivo de minarem a hegemonia do NOSI no controle das atividades de inovação, no setor público. Esses agentes contra-hegemônicos articulam, ainda, a demanda por livre concorrência no setor das TIC, a fim de poderem ter igualdade de oportunidades e condições de desenvolvimento da capacidade inovadora e, ao mesmo tempo, de competências empreendedoras.

Nessa perspectiva, a demanda pela informatização dos processos, nas instituições do setor público, e a convergência de interesses, dos agentes relevantes, são circunscritas em torno do uso das TIC para aumentar a competitividade da economia Cabo-verdiana. Esse posicionamento demonstra um engajamento, desses agentes, na tecnologização das

instituições públicas, pois, a aposta nas TIC por essas instituições representa não apenas a possibilidade de redução dos custos de funcionamento do Estado mas, também, oportunidades para a geração de novos negócios no segmento das TIC, no setor privado e, consequentemente, um aumento na criação de valor na economia nacional.

Nesta seção, procuramos evidenciar que as disputas políticas pela fixação de sentidos do E-gov ocorrem no cruzamento da lógica da equivalência com a lógica da diferença. Na figura 16, apresentamos uma representação/síntese da lógica da diferença entre os agentes relevantes do E-gov e as principais demandas por eles articuladas discutidas até agora.

Figura 17 – Lógica da diferença (Demandas antagônicas)



Fonte: Elaborado pelo autor

5.3 A lógica fantasmática do *E-gov*

Nas seções anteriores, foi demarcada a existência de um contexto político e social que contribuiu para que o E-gov fosse implementado, e gerasse condições de possibilidade para introdução de ações inovadoras na gestão do setor público Cabo-verdiano. Esse contexto vem reforçar uma ideologia acerca dessa prática social que ainda está em construção.

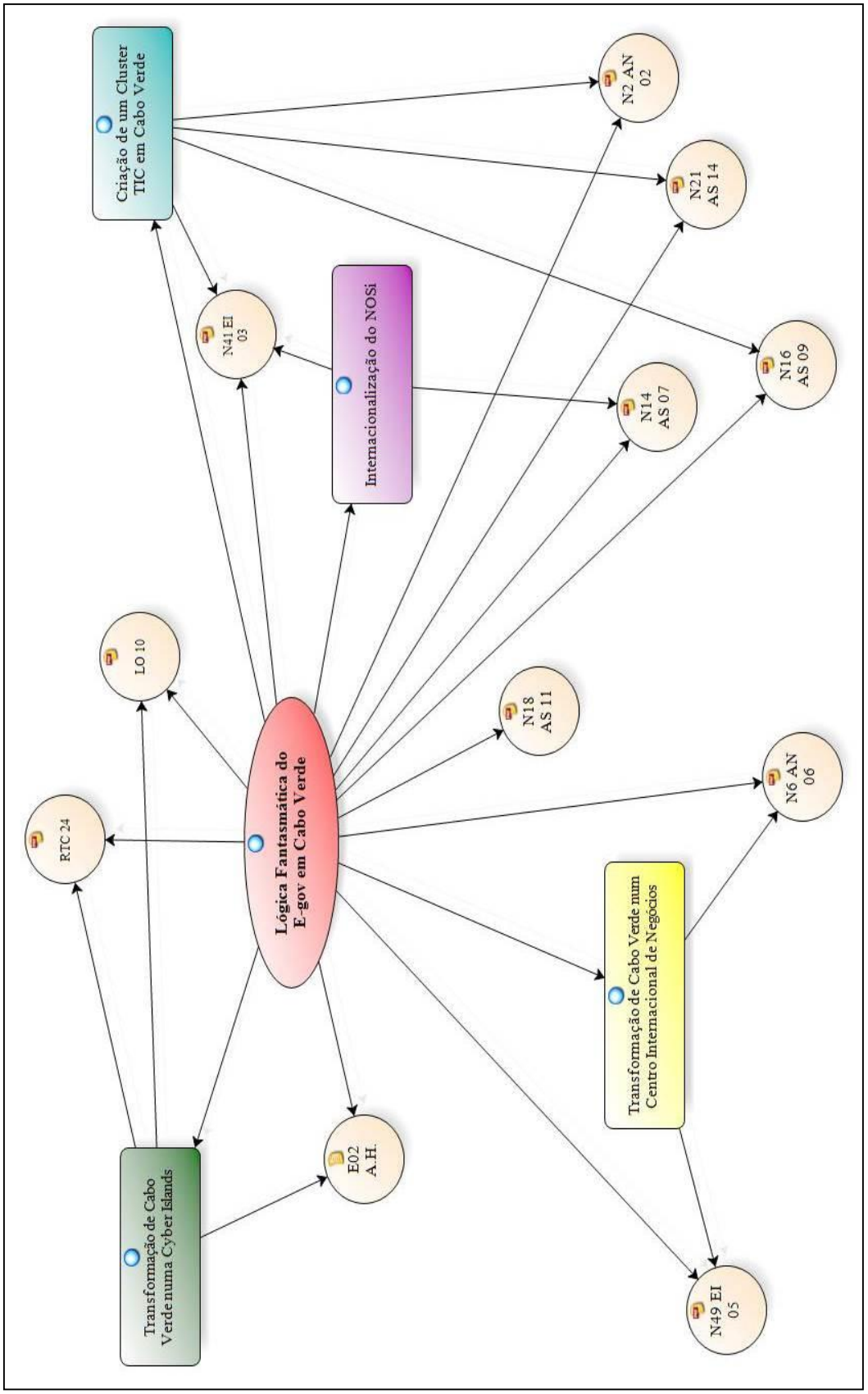
Na perspectiva da teoria do discurso, a ideologia funciona como uma fantasia, buscando suprir o vazio que permeia as práticas sociais. Esta fantasia constitui "uma vã tentativa de impor um fechamento a um mundo social, cuja característica essencial é a articulação infinita das diferenças e da impossibilidade de qualquer fixação última de sentido" (BARRET, 1996, p.158).

A lógica fantasmática sustenta-se nas fantasias utilizadas pelos sujeitos inacabados, tanto para que sejam sustentadas e perpetuadas práticas de fixação, como para engajar os agentes, em direção a novos projetos. Por meio de uma narrativa, que promete plenitude e superação de obstáculos, a lógica fantasmática atua na ocultação da dimensão política e na contingência das relações sociais. Por isso, ela desempenha um papel relevante na construção das cadeias de equivalência por ser um princípio (ilusório) utilizado pelos indivíduos para forjar uma unidade oriunda de uma variedade de posições (GLYNOS, 2001; GLYNOS; HOWARTH, 2007).

Verificamos que o E-gov integra o discurso da reforma do Estado e modernização administrativa, pelo que consideramos que a lógica fantasmática dessa prática em Cabo Verde, relaciona-se aos domínios daquele discurso: suas fantasias, articuladas, maioritariamente, no espaço midiático, estão relacionadas à transformação de Cabo Verde em *Cyber Islands*[32], criação de um *Cluster* TIC em Cabo Verde, transformação de Cabo Verde num centro internacional de negócios, e internacionalização do NOSI (Cf. Figura 18).

[32] Ilhas cibernéticas.

Figura 18 - Lógica fantasmática do *E-gov* em Cabo Verde



Fonte: Elaborado pelo autor

O Governo Cabo-verdiano utiliza a narrativa de que o controle das atividades de inovação no setor público, pelo NOSI, permitiu a geração de condições para a implementação do *E-gov* no sentido de convencer os outros agentes sociais a aderirem ao seu discurso de reforma do Estado e modernização administrativa, por meio do *E-gov*. Para tal, articula, frequentemente, em seus discursos, a fantasia de transformação de Cabo Verde em *Cyber Islands*, como forma de dinamizar o mercado das TIC em Cabo Verde e, com isso, atrair grandes multinacionais das TIC que procuram o mercado africano. Nesse caso, o país serviria de uma espécie de porta de entrada, no continente africano para essas multinacionais.

> As ações levadas a cabo e programadas pelo NOSI vão ao encontro da proposta do Governo de transformar Cabo Verde num *cyber islands*, conforme intenção já expressa pelo Primeiro-Ministro (N142RTC24, § 1:180-182)

> Uma vez que o E-gov, para nós, é um produto, porque não transformar Cabo Verde em *cyber islands* para que as grandes corporações, como a *Microsoft , Cisco, Oracle* vejam Cabo Verde como um ponto de desenvolvimento de seus produtos, como já foram a índia, o México e a Irlanda? Nós temos grandes vantagens, como a posição geográfica, uma governação transparente, temos a capacidade humana nesse momento para desenvolver produtos e, principalmente, nós somos poucos, o que é também uma vantagem. É mais fácil para as grandes corporações fazerem *deployment* de seus produtos, num mercado como o nosso. Por exemplo, a IBM fez um produto para a educação para o Kuwait, mas teve muitos problemas em fazer o *deployment* a uma população de muitos milhões. Em países com uma população muito grande, se o *deployment* de um produto não funcionar, o prejuízo vai ser muito grande. Em Cabo Verde isso não seria um grande problema (E02, §2: 188-198)

Entretanto, os limites impostos pela articulação dos agentes relevantes e seus interesses nos variados contextos são condições encobertas à materialização das fantasias. Por exemplo, relativamente à fantasia da transformação de Cabo Verde em *Cyber Islands*, alguns agentes da cadeia articulatória contra o discurso do E-gov – MPD – argumentam que

> [...] o Governo continua a mostrar desnorte na matéria vital das telecomunicações no que respeita, designadamente, à diversidade e à qualidade dos serviços prestados, aos custos envolvidos e às potenciais implicações do sector na economia nacional, um ano depois da apresentação da nova Lei de Comunicações ao Parlamento. E, tudo isso, diz Humberto Cardoso, "não obstante as frases atiradas ao ar, como Praia digital, proclamações visionárias de *Cyber islands* e obsessões como o NOSI (N70LO10, §1-3: 169-174).

> Temos, também, que investir mais na mobilidade, com soluções para *PDAs, smartphones, etc.*. A ideia é fazer o E-gov *mobile*, o que vai ser um grande passo, pois o cidadão vai poder utilizar serviços públicos onde quer que estejam. Mas, para chegarmos em *cyber islands*, temos muito que

> fazer. Neste momento dependemos de questões de estratégia e não técnicas (E02, §2: 202-206).

A fantasia de transformação de Cabo Verde em *Cyber Islands* representa, também, uma tentativa ilusória de significar o E-gov como a prática social que possibilitará a transformação da lógica de prestação de serviços públicos e o uso das novas TIC para alavancar a competitividade da economia Cabo-verdiana.

Pela fantasia da criação de um *cluster* TIC, em Cabo Verde, os agentes relevantes na articulação discursiva do E-gov procuram atrelar a essa prática uma gama de possibilidades e novos desafios, em termos econômicos e de Paradigma da Governação, para conseguirem hegemonizar seus discursos. Essa fantasia permite-nos afirmar que o discurso da reforma do Estado e modernização administrativa, por meio do E-gov, compreende um imaginário idealizado de negócios rentáveis com as TIC, a partir de um parque tecnológico instalado em Cabo Verde, capaz de trazer contrapartidas financeiras, de acordo com os parâmetros internacionais.

> O Centro de Dados Cabo-verdiano, vai albergar uma plataforma informática internacional. Conforme o gestor do NOSI, Jorge Lopes, o acordo envolve, além de uma relação de parceria mutuamente vantajoso, uma dimensão de negócio rentável, cujas contrapartidas, para a instituição Cabo-verdiana, estão de acordo com os parâmetros internacionais neste tipo de transações. A assinatura do acordo foi "um momento histórico" porque marca o início da operacionalização, rentabilização e internacionalização do Centro de Dados, um dos pilares do Centro Tecnológico. Assim, "Estão assentes nestes pilares a materialização da estratégia do Governo Cabo-verdiano de criar, em Cabo Verde, um *cluster* das tecnologias da Informação e da Comunicação (N16AS 09, §1-2, 28-38).

> O parque tecnológico é o espaço que vai criar todas as condições para que as empresas cresçam. Já há um trabalho interessante em relação à questão da incubação e, no âmbito do parque tecnológico, isso vai assumir novas proporções. As academias estão lá, as empresas vão ter espaços à medida das suas dimensões, haverá um conjunto de serviços comuns [marketing, administração], partilha de infraestruturas para que as empresas possam reduzir os seus custos operacionais e aumentar a sua competitividade. Isso não é tudo para ajudar as empresas a crescer? Acho que precisamos de alguma tranquilidade, continuar este trabalho, que já está a contar com algumas empresas, e julgo que a aposta que se está a fazer no cluster TIC não é em vão (N21AS14, §2: 76-86).

> O cluster tem princípio, mas não tem fim, é um processo. Lá porque começamos agora a falar em *cluster*, isso não quer dizer que estamos, só agora, a começar a sua construção. O cluster tem vindo a ser construído de alguns anos a esta parte. Hoje, se calhar, temos uma preocupação mais institucionalizada para arrumar melhor as peças do *puzzle*: as empresas, as academias, mas ainda temos de trabalhar muito, melhorar muito. Portanto, penso que, neste momento, estamos a dar forma ao *cluster* e acho que temos

> um potencial de capacidade nacional que, se for bem trabalhado, com humildade, mas muita determinação, podemos ir longe. Podemos fazer das tecnologias de informação e comunicação um sector que pode contribuir para a riqueza nacional (N21AS14, §3: 90-97)

A lógica fantasmática do E-gov sustenta-se, portanto, em um contexto idealizado de processos tecnológicos no âmbito da reforma do Estado e modernização administrativa, que podem contribuir para a construção de uma economia mais competitiva, mais livre de burocracia, baseada no uso intensivo das TIC.

O ideal da criação de um Cluster de TIC em Cabo Verde, está associado à ideia de Transformação de Cabo Verde em um Centro Internacional de Negócios. Para tanto, o Governo criou um comitê de supervisão que inclui representantes da Agência de Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI), da Associação dos Jovens Empresários (AJEC), Câmara Municipal da Cidade da Praia, as Câmaras de Comércio de Sotavento e Barlavento e o Banco de Cabo Verde, com o objetivo de fiscalizar e assegurar a implementação do Parque Tecnológico Cabo-verdiano, projeto idealizado para fazer do arquipélago um Centro Internacional de Negócios.

> Além do Centro Internacional de Negócios, o projeto, iniciado há cinco anos, vai também congregar outros polos, como os centros de dados, de Incubação de Empresas e de Formação e Qualificação, tudo com o objetivo de desenvolver o *cluster* das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (N49EI05, §2: 138-141).

> Tido como a "menina dos olhos" de José Maria Neves, o Parque Tecnológico está orçado em 35,9 milhões de euros, em que, aos 4,4 milhões de euros investidos pelo Governo Cabo-verdiano, juntam-se os 31,5 milhões de euros disponibilizados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). O Parque Tecnológico de Cabo Verde entrou na segunda fase de construção em Setembro de 2013, com o início da edificação da estrutura física que ocupa uma área de 15 hectares, junto à estrada do aeroporto da Cidade da Praia, obra cuja conclusão está prevista para fins de 2015 (N49EI05, §2: 142-148).

> Recentemente, em declarações à agência Lusa, o coordenador do "*Master Plan*" do parque e o gestor do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação (NOSI), Jorge Lopes, indicou que o espaço, na prática, é um "complexo para fomentar o crescimento económico, empresarial e de pesquisa científica e tecnológica". O objetivo é dotar Cabo Verde com um espaço de referência mundial no quadro das TIC, num centro internacional de prestação de serviços, para potenciar o desenvolvimento, a visibilidade e comercialização de serviços de *E-gov*, e-educação e financeiros, fomentar um clima de inovação e empreendedorismo tecnológico e concretizar parcerias com atores internacionais, de referência, no setor. O espaço contará com várias valências, entre elas uma sala multiusos, um centro de congressos, espaços para a incubação de empresas, salas para formação e

> qualificação e serviços comuns, como os de restauração, hotelaria e áreas de lazer e de desporto, além dos escritórios (N49EI05, §2: 149-161).

A fantasia de 'Internacionalização do NOSI' impulsionou os agentes sociais a aderirem ao discurso do E-gov, mormente os articulados pelo NOSI. Isso ocorre, essencialmente, devido à experiência dessa instituição no campo da inovação, no setor público, com projetos e tecnologias no âmbito do E-gov, em vários países africanos, o que a faz ser vista como um agente com capacidade de abrir as portas ao mercado internacional, a pequenas empresas Cabo-verdianas do segmento das TIC. Dessa forma, descortinamos uma forte influência da fantasia da internacionalização do NOSI no engajamentos dos agentes sociais, no sentido da perpetuação do discurso da reforma do Estado e modernização administrativa.

> O principal desafio do NOSI, neste momento, é se internacionalizar e implementar projetos muito estruturantes, como, por exemplo, o SNIAC, que vai trazer aquele cartãozinho com um *chip* que vai agora ligar todos os serviços públicos, com certificados digitais, etc., esse é um projeto crítico. Outro desafio consiste em operacionalizar a janela única do investimento, que vai mudar, radicalmente, o setor público, porque os investidores que chegam a Cabo Verde, às vezes, passam um ano e não conseguem ter os seus projetos aprovados para poderem investir (E1, 175-180).

> O parque tecnológico será o instrumento de internacionalização do NOSI. A ideia aqui é: já que Cabo Verde domina algumas tecnologias, já conseguiu ter alguma exposição nesse sentido, pegar no tema que tem mais projeção internacional, o E-gov, arranjar um espaço físico que podemos identificar com esse tema e criar todo um ecossistema para levarmos isso para fora. Com o setor privado daqui a complementar produtos de E-gov, de Cabo Verde, vamos criar centros de certificação e de investigação, e vamos começar a melhorar esse negócio de governação, de governar melhor. Vamos usar isto para exportar. Portanto, o parque tecnológico é isto, pegar no tema do *E-gov* e fazer com que Cabo Verde consiga exportar serviços (E1, 401-410).

> O *Data Center* faz parte do parque tecnológico, mas não é a única peça do parque. *O Data Center* terá uma parte para facilitar serviços às empresas, outra para servir o Estado, e para se auto-sustentar, vai prestar serviços a terceiros - nacionais e internacionais. Hoje, sabemos que há muita procura de serviços *cloud*, sabemos que os bancos precisam de ter serviços de redundância, fora do território de origem, e estamos a criar essa capacidade. Vamos ter os requisitos de segurança e certificação, internacionalmente reconhecidos, e é uma boa coisa para Cabo Verde (N41EI03, §4: 101-107).

> [...] há um mercado potencial para os serviços de *Data Center*. Será o único *Data Center* em Cabo Verde, e o único com estas características na nossa sub-região e, quem sabe, em toda a África, e é um *Data Center* de referência mundial (N41EI03, §5: 112-14).

> Estrategicamente, o mercado mais próximo é o africano. Mas, o nosso *Data Center* é para um mercado global. Para que isso aconteça temos de trabalhar, muito fortemente, nos fatores de competitividade. Os serviços de *Data Center* têm de ser competitivos e, para isso, todos os seus componentes têm de ser tidos em conta. Há um trabalho grande a fazer para sermos competitivos (N41EI03, §6: 101-107).

Enfim, a fantasia da internacionalização do NOSI impulsionou os agentes em torno do discurso do *E-gov* que vislumbraram na construção do novo *data center* e do parque tecnológico, na cidade da Praia, possibilidades futuras de negócios com produtos e serviços de governação baseados nas TIC.

Nossa análise mostra que, em Cabo Verde, o E-gov é uma prática social recente cujas equivalências, diferenças e fantasias articuladas nas disputas pela sua significação/constituição revelam uma tentativa de hegemonização da ideia de que a introdução e uso das TIC nas instituições públicas permite que estas se transformem de conglomerados autocentrados em aparatos administrativos tecnologizados orientados para o cidadão.

A significação do E-gov pelos seus agentes relevantes, essencialmente, como informação eletrônica e governação eletrônica demonstra preocupações dos mesmos na associação dessa prática com a racionalização e transformação, por meio do uso das TIC, das estruturas de prestação de serviços públicos em detrimento de inovações que melhorem substancialmente a qualidade dos serviços e os processos de governança.

No cerne dos processos de difusão de inovação no setor público por meio do E-gov encontra-se a troca de informações sobre inovação e de experiências entre as instituições públicas em rede. Neste processo complexo e não-linear de comunicação e aprendizagem, essas instituições diminuem as incertezas acerca de determinadas inovações. No entanto, os resultados do estudo nos permitem afirmar que as diferenças relativamente aos discursos do E-gov e os significados atribuídos a essa prática justificam as dificuldades de integração entre os *back-offices* das diferentes instituições que compõem o setor público Cabo-verdiano e contribuem para o aumento das incertezas com relação às inovações produzidas/inseridas pelo NOSI nesse setor após a implementação do E-gov.

Dessa forma, a não integração entre os diferentes *back-offices* não permite o compartilhamento de informações sobre as inovações entre as instituições públicas e, por isso, torna-se mais difícil a formação de uma cadeia de equivalências em torno de discursos e significados do E-gov distintos dos que têm sido articulados pelos agentes sociais, bem como

em torno do papel relevante dessa prática para o desenvolvimento de ações inovadoras e atividades empreendedoras no setor público.

A significação do E-gov como informação eletrônica e governação eletrônica leva a que a comunicação e a aprendizagem entre essas instituições públicas não sejam entendidas como processos interativos por meio das quais estas expressam, testam e re-enquadram seus discursos sobre o E-gov a fim de que sejam criadas condições que permitam reduzir as ambiguidades e equívocos acerca dos processos de inovação no setor público. Isso ocorre por que nos discursos do E-gov articulados os agentes relevantes procuram, essencialmente, a hegemonização dos interesses do governo na reforma do Estado e modernização administrativa a partir da atribuição de uma configuração eletrônica aos serviços públicos.

Essa situação pode levar à implementação de políticas de inovação que além de inibirem o empreendedorismo podem ocasionar oportunidades para situações de corrupção, em que empresas privadas subornam servidores públicos a fim de conseguirem burlar o sistema regulatório e conseguirem, por exemplo, participar em projetos de inovação no setor público. Alias, os dados que coletamos apontam que as articulações políticas são desencadeadas de modo a facilitarem o atendimento de demandas que compreendem interesses escusos - lucrativos - por parte NOSI e de determinados dirigentes e funcionários do setor público em projetos no âmbito do E-gov que, com base em suas posições e suporte das redes estabelecidas ao redor deles, buscam manter tanto o *status quo* lucrativo bem como a manutenção do NOSI no controle das atividades de inovação no setor público.

6 Considerações finais

Além do rigor na produção de conhecimento exigido pela academia, a elaboração deste estudo demandou a arte de realizar escolhas, de fazer recortes e, sobretudo, de estabelecer articulações com determinados agentes sociais, por via de um movimento político de luta para fixação, ainda que provisoriamente, dos nossos argumentos acerca do *E-government*. Por isso, este estudo constitui um discurso com "prazo de validade" na contingência.

O E-government, objeto de nosso estudo, tem suscitado questões relativas a informação, tecnologia e política, que nenhum dos seus principais campos referentes, sistemas de informação e a própria administração pública, conseguem contemplar, individualmente.

Nas últimas duas décadas, uma série de modelos analíticos do E-gov, baseados nos seus estágios de desenvolvimento tecnológico, foram propostos por acadêmicos, organizações internacionais e empresas de consultoria. Esses modelos passaram a ser usados como diretrizes para a formulação de políticas para a inovação, na gestão pública, por governos de diversas regiões do globo, muito embora não tragam para o debate os processos micro políticos e a necessidade de articulação das instâncias macro e micro (políticos) que envolvem o desenvolvimento e a implementação dos projetos de *E-gov.* Esses modelos analíticos, também, têm sido *p*rivilegiados nos estudos científicos sobre o tema.

Além disso, o *E-gov* envolve questões relacionadas à tecnologia, às organizações e à gestão que são apresentadas de forma fragmentada pelos diferentes modelos analíticos dessa prática vigentes. Neles, a questão da política é tratada como uma dimensão de segunda ordem, uma vez que o foco é colocado nos aspectos tecnológicos, a exemplo de ferramentas de votação *online* ou de pesquisas de opinião, que devem ser fornecidos pelos governos em seus *websites,* quando seus projetos de *E-gov* atingirem determinado estágio de desenvolvimento.

Tais incongruências impõem desafios para o planejamento de ações inovadoras no setor público e para a formulação de políticas públicas que abranjam o desenvolvimento e implementação de projetos no âmbito do *E-gov e* para a gestão dos sistemas de inovação, especialmente em um contexto como o da República de Cabo Verde, em que o controle das atividades de inovação no setor público está sob o comando de uma única agência do governo, no qual os gestores públicos enfrentem dificuldades para promoverem a transição de uma cultura institucional, com traços de patrimonialismo e burocratismo para outra, efetivamente democrática e eficiente, que define padrões claros de *accountability*.

Não obstante, por um lado, a existência de uma tendência – antidemocrática e antipluralista – crescente de controle das atividades de inovação e de centralização da gestão dos sistemas de inovação e, por outro lado, o fato de nenhum dos modelos analíticos vigentes conseguir ser abrangente o suficiente, a ponto de constituir um quadro teórico-analítico de referência para o avanço dos estudos sobre o *E-gov*, as expectativas crescentes de que as TIC contribuem para a modernização administrativa reacenderam o debate referente ao E-gov no campo da inovação no setor público e da gestão pública em si.

Diante desta realidade, surgiu a oportunidade para uma releitura do *E-gov*, a partir da Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Para tanto, rejeitamos a concepção do *E-gov* como uma totalidade fundante de seus processos parciais e o concebemos como prática social resultante de uma construção discursiva, sempre contingente.

Além de nos auxiliar na investigação das articulações discursivas geradoras das condições de possibilidade para a implementação do *E-gov*, em Cabo Verde, a TD também revelou-se útil na investigação dos mecanismos pelos quais os sentidos do *E-gov* são produzidos e fixados e da forma como estes orientam as práticas sociais no setor público, visando alcançar uma hegemonia.

A hipótese central do estudo, apresentada na introdução, diz, resumidamente que o controle das atividades de inovação no setor público por uma agência do Estado constitui uma prática que pode gerar as condições de possibilidade para a inibição de ações inovadoras e atividades empreendedoras no setor público.

A problemática emergente dessa discussão pode ser expressa da seguinte maneira: considerando que o *E-gov* constitui uma prática discursiva que não é independente de história, poderes e interesses vigentes, 1) quais os sentidos atribuídos ao E-gov nas articulações discursivas que ocorrem em Cabo Verde entre agentes com distintas demandas, e quais as condições de possibilidade de essa prática contribuir para a inovação no setor público? 2) quem são os agentes relevantes do *E-gov* em Cabo Verde? 3) quais são as demandas dos agentes relevantes em relação ao *E-gov* em Cabo Verde? 4) Quais são as lógicas (social, política e fantasmática) subjacentes à articulação do *E-gov* em Cabo Verde*?* 5) Quais são as equivalências, as diferenças, e as fantasias articuladas pelos agentes relevantes nas disputas pela fixação de sentidos do *E-gov*?

Para responder às questões formuladas, delimitamos e estabelecemos pressupostos teóricos e epistemológicos a serem apropriados, tendo em vista a realização deste estudo. Os elementos teóricos foram buscados na Nova Gestão Pública e na Teoria do Discurso de

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, donde tomamos emprestadas diversas categorias de análise, que compõem a base teórica central deste estudo.

A abordagem metodológica que adotamos implicou na adoção da lógica da explicação retrodutiva para a explicação científica. Assim, no contexto de descoberta, problematizamos o *E-gov* e elaboramos proposições sobre as condições de possibilidade de sua emergência no campo da inovação, no setor público, na República de Cabo Verde, e no contexto de justificação, argumentamos a respeito das lógicas social, política e fantasmática, que sustentam os discursos constitutivos dessa prática.

Constituímos o *corpus* analítico do estudo a partir de diferentes gêneros textuais, dentre eles, documentos oficiais, relatórios, legislações, entrevistas, notícias, reportagens, com o objetivo de apreendermos a discursividade do *E-gov*. A partir daí, pudemos identificar os agentes relevantes, as suas demandas, bem como as articulações desencadeadas por eles que conduziram à adoção do atual modelo de *E-gov* na Nação Cabo-verdiana.

Finalmente, para que pudéssemos argumentar sobre a hipótese central do estudo e elaborar uma explicação retrodutiva, a partir das lógicas social, política e fantasmática, coerente com a proposta metodológica que empregamos para o desenvolvimento do presente estudo avaliamos os discursos que constituem o *E-gov*, em Cabo Verde.

Verificamos que o E-gov constitui uma entidade incompleta e, ao mesmo tempo, vulnerável, cujos significados são contingentes e estão estabilizados em forma de discursos. A identidade dos agentes relevantes do *E-gov* depende da sua capacidade de reiterar os seguintes discursos ao longo do tempo: aposta na sociedade da informação; *E-government* como uma opção estratégica para o desenvolvimento; e reforma do Estado e modernização administrativa.

A articulação discursiva do E-gov nos espaços institucional e midiático tem sido efetivada em torno de demandas relacionadas aos aspectos tecnológicos intrínsecos a essa prática, sendo que as demandas pela democratização do acesso às novas TIC, pela diminuição dos custos da internet e por mais *accountability*, as quais podem contribuir mais diretamente para a reforma do Estado, configurando um novo modelo de organização político-administrativo do Estado, são deixados de fora.

O estudo revela que o *E-gov* é um sistema discursivo impregnado de demandas relacionadas a um tecnicismo ocasional devido a uma crença implícita do governo em uma progressão na modernização administrativa e transformação social, a partir de inovações tecnológicas baseadas nas TIC. Essas demandas são um reflexo da forma como as TIC são absorvidas/vistas pelas instituições públicas e, ao mesmo tempo, revelam a subordinação de

servidores, métodos de trabalho e habilidades das organizações públicas ao NOSI e ao governo, por meio dessas tecnologias.

Sob a lente Teoria do Discurso, verificamos uma relação entre os discursos do E-gov e um paradigma de gestão, com dois temas paralelos. Um desses temas envolve o objetivo de racionalização da gestão pública e outro visa o aumento da qualidade do serviço prestado pelas instituições públicas.

Os significados hegemônicos do E-gov, articulados, informação eletrônica e governação eletrônica, têm subjacente uma lógica que pressupõe uma interligação entre produção e distribuição de serviços públicos, no âmbito dos discursos da modernização administrativa, trazendo à tona uma tensão entre a eficiência interna das instituições públicas e qualidade dos serviços que prestam. Isso ocorre porque, por um lado, os governos procuram reduzir os custos por transação cidadão/cliente, aumentando a velocidade do processamento das demandas por serviços e, por outro lado, impulsionam os servidores públicos a terem uma orientação para a qualidade na prestação dos serviços.

A contradição reside no fato de que, embora defendendo a meta de satisfação do cliente e qualidade de serviço, o modelo de produção em massa implica uma orientação com ênfase na eficiência operacional. Portanto, os resultados deste estudo permitem afirmar que os governos com práticas parecidas com o de Cabo Verde, de controle das atividades de inovação no setor público e centralização da gestão dos sistemas de inovação, devem promover um equilíbrio entre os princípios conflitantes, de normalização, com os princípios de qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Como forma de destacarmos outros aspectos conclusivos emergentes deste estudo e respondendo ao questionamento acerca dos significados atribuídos ao *E-gov* nas articulações discursivas, os resultados deste estudo permitem-nos concluir que o *E-gov* é uma prática social, cujos significados, ainda estão em construção, sendo, por isso, um significante com vários significados articulados.

Nas articulações discursivas que ocorrem no espaço institucional, os discursos dos agentes relevantes convergem para a atribuição dos seguintes significados ao E-gov: informação eletrônica; governação eletrônica; uso das TIC na prestação de serviços; estratégia política para promoção do crescimento; investimento na modernização para promover a competitividade; forma moderna de participação; investimento nacional na massificação da internet; uso das TIC na educação e construção do conhecimento; uso das TIC na execução de processos de governação; promoção da produção de sistemas, aplicações e soluções nacionais.

No espaço midiático, articulações discursivas permitiram a fixação dos seguintes significados para o *E-gov*: governação eletrônica; informação municipal; inovação na prestação de serviços; tecnologias da internet na educação; cooperação e parceria em projetos tecnológicos; informação eletrônica; negócios em plataformas tecnológicas; segurança nos serviços eletrônicos; governação eletrônica; comunicação com tecnologias da internet; e cooperação com Microsoft em projetos tecnológicos.

Nos espaços midiático e institucional, diversos modos de diferenciação entre os elementos-momentos da cadeia de significação do *E-gov* são utilizados pelos agentes sociais. Isso permitiu-nos verificar que informação eletrônica e governação eletrônica são os significados mais atribuídos ao E-gov. Esses resultados sinalizam a percepção do E-gov como um movimento do governo para introduzir as TIC na gestão pública, tendo como preocupação central o aumento da eficiência e não da qualidade dos serviços. Ou seja, os significados atribuídos ao E-gov nas articulações políticas remetem para a necessidade de aumento da eficiência e a racionalização das instituições públicas. Entendemos isso como uma contradição/tensão entre os discursos do E-gov articulados e a realidade das práticas de trabalho no setor público Cabo-verdiano.

No espaço midiático, a Imprensa Escrita tem sido o canal privilegiado pelos agentes relevantes do *E-gov* para articularem o significante ‘informação eletrônica que, dessa forma, tem maior penetração junto dos cidadãos. Já governação eletrônica tem maior penetração no espaço institucional e, consequentemente, possui maior adesão dos servidores públicos. Isso ocorre devido ao entendimento do governo de que governação eletrônica é um conceito de compreensão mais abrangente e mais adequado ao contexto de países em desenvolvimento como Cabo Verde. Por outro lado, a formação de uma cadeia de equivalências em torno desse significante permite a geração de condições favoráveis ao crescimento da economia digital e da sociedade da informação, além de auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentado e na redução dos níveis de pobreza e desigualdades.

A articulação de informação eletrônica e governação eletrônica, como significados hegemônicos do *E-gov*, leva-nos a concluir que os agentes da cadeia articulatória hegemônica, essencialmente o governo e o NOSI, desejam ser vistos como os ideários da implementação de soluções tecnológicas que contribuem para aumento da eficiência das instituições públicas Cabo-verdianas, no atendimento às demandas sociais no país e na diáspora. Pensamos que isso deve-se, em parte, a pressões do Banco Mundial para imprimir significados ao *E-gov* em Cabo Verde, a considerar que este órgão internacional é um dos principais financiadores de projetos de inovação no setor público no âmbito do *E-gov* no país, cujos discursos a respeito

dessa prática compreendem conceitos projetados para lidar com o eficiência da gestão pública e do fenômeno do desenvolvimento, de forma mais ampla.

Respondendo à questão sobre quem são os agentes relevantes da cadeia articulatória do *E-gov* em Cabo Verde, constatamos que o governo de Cabo Verde e o NOSI se afiguram como os agentes mais relevantes e posicionados em condições privilegiadas nas disputas para imprimir significados a essa prática, uma vez que são os responsáveis pela formulação e implementação de políticas, estratégias e ações relacionadas à inovação no setor público Cabo-verdiano, de modo geral, e à configuração do *E-gov*, de modo especifico. No entanto, por procurarem influenciar as decisões relacionadas a essa prática as empresas privadas de TIC, os cidadãos, os municípios, a Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV), o partido político, Movimento para a Democracia (MPD), e as universidades, também se revelaram como agentes relevantes na cadeia articulatória do *E-gov*. Além desses agentes, a Procuradoria Geral da República, revelou-se também um agente proeminente nessa cadeia articulatória, o que sinaliza a ocorrência de importantes de disputas relacionadas ao *E-gov*, envolvendo os diversos agentes sociais.

As lógicas políticas estão relacionadas à instituição do social, o que apenas ocorre devido à emergência de demandas inerentes a qualquer processo de mudança social. Os resultados deste estudo mostram que os Cidadãos têm articulado demandas a favor da diminuição dos custos da Internet em Cabo Verde e do aumento dos balcões da Casa do Cidadão, ao mesmo tempo em que articulam demandas por treinamento para uso dos serviços públicos disponibilizados *online*, no âmbito da modernização administrativa do Estado por meio do E-gov. Isso é sinal que os cidadãos se sentem, de certa forma, infoexcluídos pelo aparato tecnológico introduzido e usado pelo Estado no atendimento de suas demandas.

No espaço institucional, o NOSI tem articulado, recorrentemente, demandas referentes à racionalização do uso da internet nas instituições públicas, e à necessidade de compartilhamento dos custos da rede do Estado e do Sistema de Informação Municipal (SIM) pelos diferentes usuários/beneficiários, isto é, pelas instituições públicas e municípios.

Além de mostrarem, claramente, o poder do NOSI no controle das atividades de inovação, no setor público, essas demandas indicam a preocupação do Governo Cabo-verdiano, com a informatização de processos nas instituições públicas, com o desenvolvimento de portais *web* dessas instituições, numa perspectiva de aumentar o nível de competitividade do país. Talvez por essa razão, essas demandas estejam vinculadas às fantasias de criação de um *cluster* de TIC em Cabo Verde, e de transformação do país num centro internacional de negócios.

As empresas privadas de TIC têm, recorrentemente, articulado demandas por políticas de incentivos a empresas privadas dessa área, bem como pela livre concorrência e, da mesma forma que os cidadãos, também, articulam demandas solicitando aos agentes públicos a diminuição dos custos da internet, em Cabo Verde.

O MPD e a ANMCV são dois agentes da cadeia contra-hegemônica que, rotineiramente, articulam, sobretudo no espaço midiático, demandas pela livre concorrência no setor das TIC, pela descentralização das atividades de inovação e por um novo modelo de gestão para o NOSI.

As demandas articuladas na cadeia articulatória do E-gov permitem-nos, ainda, concluir que existe carência de políticas públicas de inovação direcionadas à democratização do acesso às TIC e ao fomento de ações que provoquem a expansão da infraestrutura computacional e de telecomunicações, bem como de atividades empreendedoras que envolvam o uso das TIC, a nível nacional, situação que impossibilita o provimento de conteúdos relevantes, por meio de interfaces adequadas, e a educação para o uso dos novos recursos e o desenvolvimento tecnológico do país, como um todo. Nesse sentido, os agentes relevantes do *E-gov* devem procurar estabelecer uma cadeia equivalencial que facilite a formulação e implementação de políticas de inovação que favoreçam a legitimação das novas TIC como bens públicos e viabilizem o financiamento de projetos que estimulem a produção e circulação de informações públicas, por meio dessas tecnologias.

Realizamos a análise das práticas políticas geradoras das condições de possibilidade para a fixação dos sentidos do *E-gov* e da efetivação dessa prática, como uma ação inovadora na gestão pública na República de Cabo Verde, a partir de um movimento de articulação que envolveu a apreciação das lógicas da equivalência, da diferença e fantasmática, que fornecem uma gramática conceitual que nos permitiu compreender a dinâmica das mudanças no âmbito do *E-gov*.

Assim, ao analisarmos a lógica das equivalências na articulação discursiva do *E-gov*, em Cabo Verde, constatamos que, já no início dos anos 2000, começou a ser construída uma convergência entre os discursos do Governo Cabo-verdiano e do NOSI, no sentido de se mobilizar esforços para a atribuição de uma configuração eletrônica a todos os serviços públicos no país. Esse discurso fez emergir os interesses do Governo referentes à reforma do Estado e modernização administrativa, como forma de estimular o aparecimento de novas dinâmicas de relacionamento entre o Estado e a sociedade, bem como potencializar o surgimento de novos paradigmas de ensino ancorados no uso das TIC**.**

Todavia, como toda significação depende de determinada articulação (LOPES, 2010), as equivalências entre os discursos dos agentes relevantes do *E-gov* não significam a estabilização definitiva do discurso da reforma do Estado e modernização administrativa. Por isso, outros discursos entraram em cena: a informatização dos processos nas instituições públicas; o uso das TIC para aumentar a competitividade da economia Cabo-verdiana; uso das TIC para a reforma do registro predial de Cabo Verde. Os agentes que se convergiram em torno desses discursos foram o NOSI, o Governo, os cidadãos e as universidades.

A impossibilidade de fechamento total dos significados do E-gov alimenta um fluxo de processos de significação constante dessa prática, sendo que, nesse movimento, os discursos do NOSI e do governo equivalem-se no que se refere à manutenção do NOSI no controle das atividades de inovação no setor público e à centralização da gestão do sistema de inovação pelo governo, mais especificamente, pelo gabinete do Primeiro Ministro, por meio do NOSI, enquanto braço executivo da Comissão Interministerial para Inovação e Sociedade da Informação (CIISI).

Contudo, a presença de objetivos antagônicos na cadeia discursiva do *E-gov*, permitiram-nos compreender, melhor, os significados que atravessam as políticas e as práticas de inovação no setor público Cabo-verdiano. Os objetivos das empresas privadas de TIC, do MPD e da ANMCV são antagônicos aos do NOSI e do Governo e, por isso, seus discursos são contrários ao atual modelo de gestão do NOSI, por considerarem que o mesmo favorece o monopólio do NOSI no setor das TIC em Cabo Verde.

Portanto, as demandas das empresas privadas de TIC, do MPD e da ANMCV, relativas à descentralização das atividades de inovação no setor público, enformam discursos que estão na fronteira antagônica em relação aos discursos do NOSI e do Governo, a respeito da gestão de inovação no setor público, e à configuração do *E-gov* no país. As empresas privadas de TIC têm interesses (lucrativos) na área do *E-gov*. Por isso, conjuntamente com o MPD e a ANMCV, articulam, também, demandas por políticas de incentivo às empresas privadas de TIC, mais como um movimento de busca pela quebra da hegemonia do NOSI no controle das atividades de inovação no setor público. Esses três agentes contra-hegemônicos articulam, ainda, a demanda pela livre concorrência no setor das TIC, estratégia que é sinalizada por meio de discursos que pregam a igualdade de oportunidades e de condições de desenvolvimento da capacidade inovadora e competências empreendedoras.

A lógica fantasmática do *E-gov*, que diz respeito à força por trás das operações de significação dessa prática, está vinculada, essencialmente, ao discurso da reforma do Estado e modernização administrativa. As fantasias de transformação de Cabo Verde em *Cyber*

Islands, de criação de um *Cluster* TIC em Cabo Verde, de transformação de Cabo Verde num centro internacional de negócios, e de internacionalização do NOSI são articuladas pelo governo e pelo próprio NOSI, agentes relevantes do E-gov, particularmente no espaço midiático, e visam o engajamento dos outros agentes sociais em torno dos projetos de inovação no setor público, no âmbito do E-gov.

A fantasia de transformação de Cabo Verde em *Cyber Islands,* compreende a promessa da criação do parque tecnológico na cidade da Praia, e sua metamorfose em uma espécie de Vale do Silício (*Silicon Valley*) Cabo-verdiano, projeto cuja envergadura poderá gerar oportunidades de negócios com as TIC, inclusive para grandes *players* internacionais desse segmento que vêm Cabo Verde como uma porta de entrada para o mercado das TIC que mais cresce na atualidade, o africano.

Entretanto, os limites impostos pela articulação dos agentes relevantes da cadeia contra-hegemônica do E-gov e os seus interesses nos vários contextos revelam condições encobertas à materialização das fantasias. Por exemplo, o MPD considera que a fantasia da transformação de Cabo Verde em *Cyber Islands* representa nada mais do que mais uma estratégia para a transformação da lógica de prestação de serviços públicos e beneficiar, ainda mais, o NOSI, no campo da inovação no setor público.

A fantasia da criação de um *cluster* TIC em Cabo Verde, engaja mais as empresas privadas da área em torno do discurso da reforma do Estado e modernização administrativa articulado pelo governo, que compreende um ambiente idealizado com um variado leque de possibilidades de negócios das empresas privadas com as instituições públicas.

Logo, a lógica fantasmática do E-gov, em Cabo Verde, sustenta-se em um cenário idealizado de processos tecnológicos, no âmbito da reforma do Estado e modernização administrativa, que podem contribuir para a geração de negócios no setor das TIC e, consequentemente, o uso das TIC para o aumento do índice de competitividade do país. Daí a vinculação da fantasia de criação de um *Cluster* de TIC em Cabo Verde, à fantasia de Transformação de Cabo Verde num centro internacional de negócios e à internacionalização do NOSI.

A experiência do NOSI com projetos de inovação tecnológica, no âmbito do E-gov, em Cabo Verde e em alguns outros países africanos (Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial), faz com que a fantasia de sua internacionalização impulsione os agentes sociais a aderirem aos seus discursos/projetos e aos do Governo. Nesse sentido, existem empresas privadas de TIC que vêm o NOSI como uma espécie de consultor nos seus projetos para o mercado internacional. Tal percepção contribui, sobremaneira, para a perpetuação do discurso

da reforma do Estado e modernização administrativa e a manutenção do NOSI no controle das atividades de inovação no setor público, em Cabo Verde.

As empresas privadas de TIC vislumbraram na construção do parque tecnológico na cidade da Praia e do novo centro de dados (*data center*) possibilidades futuras de negócios, daí se engajarem, também, em torno da fantasia da internacionalização do NOSI e dos seus projetos de inovação para a reforma do Estado e modernização administrativa.

Portanto, os resultados deste estudo apontam para uma dimensão política (oculta) do *E-gov*. Por isso, consideramos que os gestores públicos, na condição de lideranças dos governos devem dar atenção especial ao fato de que as TIC interagem com as preferências sociais e opções políticas de maneiras complexas, e que isso precisa ser enfatizado nas suas discussões sobre a introdução dessas tecnologias nas instituições públicas, visando a efetivação de projetos de modernização administrativa. A resistência às TIC ou a desaceleração no processo de sua implementação no setor público pode não ser apenas uma questão de habilidades, competências ou fronteiras organizacionais com essas tecnologias, mas uma luta contra a expansão tecnológica e tecnocrática, em termos de aumento de controle, e da degradação e ameaça à autonomia do trabalho dos servidores públicos.

Assim, como uma das principais implicações deste estudo, destacamos que os agentes relevantes do E-gov devem considerar, em suas articulações políticas, a geração de condições de possibilidade para a transformação dos *back offices* e *front-offices,* com a introdução das TIC, sem que os servidores públicos se sintam impotentes, sem sentido, socialmente isolados e/ou alienados.

O processo de adoção/implementação das TIC em processos de inovação no setor público depende de articulações políticas e, ao mesmo tempo, de contingências sociais e técnicas como, por exemplo, os tipos de sistemas introduzidos, quem os controlará e o tipo de infraestrutura dedicada ao seu apoio. Dessa forma, outra implicação importante dos resultados de nosso estudo consiste na necessidade de entendimento pelos agentes relevantes do *E-gov* de que o *status* de indivíduo em relação aos sistemas tecnológicos é superior ou, pelo menos, tão importante quanto os procedimentos de trabalho com suporte das TIC na gestão pública. Outrossim, na avaliação e no aperfeiçoamento dos programas de inovação, no âmbito do *E-gov*, é importante que os agentes sociais tenham em mente que seus discursos e práticas políticas se refletem diretamente nas práticas de gestão e de inovação no setor público. Por isso, é fundamental que outros estudos aprofundem a análise dessa relação.

Dito isto, fecho este relatório de tese, contingencialmente, e ponho-me em busca de outras articulações, no sentido de melhor compreender/problematizar o que os agentes sociais têm evocado como significados do *E-gov*.

Referências

ABERNATHY, W.; UTTERBACK, J.. Patterns of industrial innovation. **Technology Review**, v.80, n.7, p.41-47, 1978.

ACCENTURE. **E-government Leadership**: Engaging the Customer. 2003. 94 p. (The Government Executive Series). Disponível em: <http://www.umic.pt/images/stories/publicacoes/eGovernment%20Leadership%20Engaging%20the%20Customer.pdf>. Acesso em: 8/01/2013.

AL-RAJEHI, Jeza S.. **Critical success factors for E-government in G.C.C.** 2007. 220 f. Tese (Ph.D.) - Information Systems, Research Institute For The Built And Human Envirmant, University Of Salford, Manchester, 2007. Disponível em: <http://usir.salford.ac.uk/14900/1/490429.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2012.

AL-SOWOYEGH, Ghada Abdulaziz. **Cultural drivers and barriers to the adoption of *E-gov*ernment in the Kingdom of Saudi Arabia**. 2012. 546 f. Tese (Ph.D. in Informatics) Faculty of Humanities, University of Manchester, 2012.

ALBURY, D. Fostering Innovation in Public Services. **Public Money & Management,** v.25, n.1, p.51-56, 2005. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9302.2005.00450.x>. Acesso em: 20/06/2013.

ALCORTA, L.; PLONSKI, G.; RIMOLI, C. The Experience of Technological Colaborativo by MERCOSUR Companies. **Technology Analysis and Strategic Management**, v.10, n.3, p.341-362, 1998.

ALMADA, J. L. H. **Das tragédias históricas do povo caboverdiano e da saga da sua constituição e da sua consolidação como nação crioula soberana**. Lisboa: Buala 2012.

ALMEIDA, G. **Cabo Verde: viagem pela história das ilhas**. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. 271 p.

ANDERSEN, K. V.; HENRIKSEN, H. Z. *E-gov*ernment maturity models: Extension of the Layne and Lee model**. Government Information Quarterly,** v.23, n.2, p.236-248, 2006.

ANDRÉ, Maria Eliza Dalmazo **Afonso de. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Vol. 13. Brasília: Liber Livro, 2005. 70p. (Série de Pesquisa)

ANDRISANI, P.; HAKIM, S.; SAVAS, E. **The new public management:** lessons from innovating governors and mayors. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2002. 222 p.

ARELLANO, J. P. International Competitiveness and Education in Latin America and the Caribbean Countries. In: VIAL, J.; CORNELIUS, P. (eds.). **The Latin American Competitiveness Report 2001-2002**. New York: Oxford University Press, 2002. pp. 62-79.

ARFEEN, M. Irfanullah; KHAN, Nawar. Public sector innovation: case study of E-government projects in Pakistan. **Pakistan Development Review**, Islamabad, v.48, n.4, p.1-25, 2009.

ARRETCHE, Marta T. S. O mitos da descentralização: mais democratização e eficiência nas

políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v.11, n.31, p.1-22, jun. 1996.

ASSAR, Saïd; BOUGHZALA, Imed; BOYDENS, Isabelle. **Practical Studies in *E-government*:** Best Practices from around the World. New York: Springer, 2011.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Esteia dos Santos Abreu. 5ª. Reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 316 p.

BAKVIS, Herman; JARVIS, Mark D. **From New Public Management to New Political Governance:** Essays in Honour of Peter C. Aucoin. Montreal & Kingston, London, Ithaka: McGill-Queen's University Press, 2012.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2005** : um melhor clima de investimento para todos. Washington: Banco Mundial, 2005. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/03/29/000090341_20050329131657/Rendered/PDF/305000wdr20051overview1portuguese.pdf>. Acesso em: 10/06/2014

_____. **Relatório sobre o desenvolvimento Mundial 1998/1999**: conhecimento para o desenvolvimento. New York: Oxford University Press, 1998. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5981>. Acesso em: 05/07/2014.

_____. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**: o Estado num mundo em mudança. New York: Oxford University Press, 1997. Disponível em: < https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5980>. Acesso em: 05/07/2014.

_____. **Cabo Verde:** Aspectos gerais. Washington, D. C.: BM, 2014. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>. Acesso em: 01/06/2014.

BANNISTER, F. **Case studies in E-government**. Reading, UK: Academic Publishing International, 2012.

BARROS, Sebastián. **Orden, democracia y estabilidad:** discurso y politica en la Argentina entre 1976 y 1991. Córdoba: Alción Editora, 2002. 196 p.

BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

BARTON, A.H. A DiagNOSIs of Bureaucratic Maladies. In: WEISS, C.H.; BARTON, A.H. (Eds.) **Making Bureaucracies Work**. London: Sage 1979.

BARZELAY, M. **The New Public Management**: improving research and policy dialogue. Los Angeles: University of California Press. 2001.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A constituição do corpus: um príncipio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. cap. 2, p.37-63.

_____; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: vozes, 2002.

BEKKERS, V. ; HOMBURG, V. The Myths of E-government: Looking beyond the

assumptions of a new and better government. **Information Society**, v.23, n.5, p.373-382, October 2007.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido:** a orientação do homem moderno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo:** Administração. Porto Alegre/RS: Bookman, 2007.

BIALSKI, Paula. **Becoming intimately mobile**. Frankfurt, Main: Peter Lang Pub Inc., 2012. 310 p.

BORBA, C. D. A. D.; ANJO, J. C. G. D. Questão fundiária em Cabo Verde: posse tradicional x propriedade da terra em São Salvador do Mundo. **Conjuntura Austral,** v. 3, n. 11, p. 39-57, Abr./Mai. 2012. ISSN 2178-8839 Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/viewFile/25993/16891>. Acesso em: 14/08/2014.

BORGMANN, A. **Technology and the Character of Contemporary Life:** A Philosophical Inquiry. Chicago: University of Chicago Press, 1987. 302 p.

BREZINSKI, Horst. The second economy in the GDR? Pragmatism is gaining ground. **Studies in Comparative Communism**, v.20, n.1, p.85–101, 1987.

BROUSSEAU, E.; MARZOUKI, M.; MÉADEL, C. C. **Governance, regulations and powers on the Internet**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BURITY, J. A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, D. e RODRIGUES, L. P. (Ed.). **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso:** em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. cap. 2, p.35-61,

_____. Teoria do discurso e análise do discurso: sobre política e método. In: WEBER, S.; LEITHÄUSER, T. (Org.). **Métodos qualitativos nas ciências sociais e na prática social**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. pp.72-83.

_____. Desconstrução, hegemonia e democracia: O pós-marxismo de Ernesto Laclau. In: OLIVEIRA, M. A. G. e ZAIDAN FILHO, M. (Ed.). **Contemporaneidade e Política no Brasil**. Recife: Bagaço, 1997. 362p.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organizational analysis.** London: Heinemann, 1979.

BUSH, Vannevar. **Science, The Endless Frontier.** Washington: United States Government Printing Office, 1945. 220 p.

BUTLER, J.; LACLAU, E.; ŽIŽEK, Slavoj. **Contingency, hegemony, universality : contemporary dialogues on the Left**. London: Verso, 2000. 329 p. ISBN 1859847579

CABO VERDE. Lei n.º 39/VI, de 2 de Fevereiro de 2004. Estabelece medidas de modernização administrativa, designadamente sobre acolhimento e atendimento dos cidadãos em geral e dos agentes económicos em particular, comunicação administrativa, simplificação de procedimentos, audição dos utentes e sistemas de informação para a gestão. **Boletim**

Oficial da República de Cabo Verde. PRAIA, Iª. SÉRIE, Nº. 34, s.p., 2/2/2004.

_____. Chefia do Governo. Unidade de Coordenação da Reforma do Estado. **Linhas Gerais do Programa de Reforma do Estado.** Praia: GOVCV, 2006. 6 p. Disponível em: <http://www.governo.cv/documents/REFORMA%20DO%20ESTADO%20-%20Em%20Foco.pdf>. Acesso em: 27/06/2012.

_____. Resolução nº. 15, de 7 de Julho de 2003. O enquadramento institucional da actividade do Governo no domínio da sociedade de informação e do governo electrónico. **Boletim Oficial da República de Cabo Verde**. PRAIA, Iª. SÉRIE, N°. 20, p263-265

_____. Decreto Legislativo nº 2/95, de 20 de Junho. Estabelecimento do regime geral de organização e actividade da Administração Pública Central. **Boletim Oficial da República de Cabo Verde.** PRAIA. Iª. SÉRIE, Nº. 19, s./p., 1995.

_____. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Perfil dos recursos humanos na administração pública Cabo-verdiana. GSEAP: Praia, 2007. Disponível em: <http://www.governo.cv/documents/Brochura2.pdf>. Acesso em: 11/09/2014.

CAMPOS, R.; MARQUES, C. E-gov and Public Information Systems in Portugal. In: CONFERENCIA IBÉRICA DE SISTEMAS Y TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN, 1., 2006, Esposende. **Proceedings**… Esposende: CISTI, 2006.

CANCLINI, Néstor García. **Definiciones en transición**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <http://www.clacso.edu.ar/~libros/mato/canclini.pdf>. Acesso em: 20/05/2013.

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Coords). **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília: ANDI; Artigo 19, 2009. 132p.

CAPELLO, Roberta; FRATESI, Ugo; RESMINI, Laura. The European Territory in 2020: Winners and Losers in a Globalized World. In: _____(Ed.). **Globalization and Regional Growth in Europe**: Past Trends and Future Scenarios. Heidelberg: Springer, 2011. Cap.10, p.275-303.

CARDOSO, H. **O partido único em Cabo Verde: um assalto à esperança.** Praia: imprensa Nacional de Cabo Verde, 1993.

CARREIRA, A. Cabo Verde: Aspectos sociais, secas e fomes do século XX. 2 ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984. 207 p.

CARREIRA, A. **Estudos de economia Caboverdiana.** Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982. 342 p.

CASTRO, Ana Célia; POSSAS, Cristina Albuquerque; GODINHO, Manuel Mira. **Propriedade Intelectual nos Países de Língua Portuguesa**: Temas e Perspectivas. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2011.

CHITTOO, Hemant; RAMPHUL, Needesh; NOWBUTSING, Bhissum. Globalization and public sector reforms in a developing country. **Culture Mandala: The Bulletin of the Centre for East-West Cultural and Economic Studies,** v.8, n.2, p.30-51, 2009.

CHRISTENSEN, C. M.; HORN, M. B.; JOHNSON, C. W. **Disrupting class:** how disruptive innovation will change the way the world learns. New York: McGraw-Hill, 2011. 256 p.

CHRISTENSEN, T.; LAEGREID, P.; WISE, L. R. Transforming administrative policy. **Public Administration**, v.80, n.1, p.153-178, 2002.

_____; LAEGREID, P. **New Public Management:** the transformation of ideas and practice. Aldershot: Ashgate, 2002.

CLEGG, Stewart; KORNBERGER, Martim; PITISIS, Tyrone. **Administração e organizações:** uma introdução à teoria e à prática. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 672 p.

COELHO, Espartaco Madureira. Governo eletrônico e seus RSP impactos na estrutura e na força de trabalho das organizações públicas. **Revista do Serviço Público**, v.52, n.2, p.110-130, 2014.

CONDE, M. V. F.; ARAÚJO-JORGE, T. C. Modelos e concepções de inovação: a transição de paradigmas, a reforma da C&T brasileira e as concepções de gestores de uma instituição pública de pesquisa em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n.3, p.727-741, 2003.

COOPERAÇÃO PALOP E TL, U. **Evolução Histórica Administração Pública - Cabo Verde**: A Cooperação PALOP e TL - UE**:** 30 p. 2010.

CORDEIRO, Antonio *et al.* Governo eletrônico e redes sociais: informação, participação e Interação. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.6, n.2, s/p., Jun., 2012. DOI:10.3395/reciis.v6i2.604pt

CORRÊA, M. I. D. S. **No Vai e VEM da Mobilidade Urbana:** Perspectivas Discursivas dos Sistemas de Bilhetagem Eletrônica. 2013. 219 f. Tese (Doutorado em Administração). Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** método qualitativo, quantitativo e misto. 3ª. Ed. Tradução de Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

D'AMARAL, Marcio Tavares. **As Ideias no Lugar:** Tecnologia, Mística e Alteridade na Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

DE ALBA, Alicia. **Currículum-sociedad.** El peso de la incertidumbre, la fuerza de la imaginación. México: Plaza y Valdés Editores, 2007.

DELOITTE RESEARCH. Public Sector Institute. **At the Dawn of E-government**: The Citizen as Customer. New York, 2000. 36p. Disponível em: <http://www.epractice.eu/files/At the Dawn of E-government - The Citizen as Customer.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2013.

DE MELO, Conti Diego. **Estado Empreendedor e Descentralização.** São Paulo: Instituto Friedrich Naumann Brasil, 2010.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (eds.).**The SAGE Handbook of Qualitative Research.** 3 ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

DORYAN, E. An institutional perspective of competitiveness and industrial restructuring

policies in developing countries. **Journal of Economic Issues**, v.27, n.2, p.451-459, 1993.

DOSI, G. Sources, procedures and micro economic effects of innovation. **Journal of Economic Literature**, v.26, n.3, p.1120-1171, 1988.

DREYFUS, H. 'Why Studies of Human Capacities Modelled on Ideal Natural Science, Can Never Achieve Their Goal'. In: MARGOLIS, J.; KRAUSZ, M.; BURIAN, R. (Eds.), **Rationality, Relativism and the Human Sciences**. Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1986.

DREZNER, Daniel. State structure, technological leadership and the maintenance of hegemony. **Review of International Studies,** v. 27, n.1, p. 3-25, 2001.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; KYRILLOS NETO, Fuad. Sobre a Retórica da Exclusão: a Incidência do Discurso Ideológico em Serviços Substitutivos de Cuidado a Psicóticos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.24, n.1, p.116-125, 2004.

DYER, Jeff; GREGERSEN, Hal; CHRISTENSEN, Clayton. **The Innovator's DNA**: Mastering the Five Skills of Disruptive Innovators Mastering the Five Skills of Disruptive Innovators . Cambridge, MA: HBR Press Book, 2011.

EBNER, Alexander. Schumpeterian theory and the sources of economic development: endogenous, evolutionary or entrepreneurial?. In: INTERNATIONAL SCHUMPETER SOCIETY CONFERENCE ON 'CHANGE, DEVELOPMENT AND TRANSFORMATION: TRANSDISCIPLINARY PERSPECTIVES ON THE INNOVATION PROCESS', 8., 2000, Manchester. **Anais... .** Manchester: CRIC, 2000. p.1-19. Disponível em: <http://www.cric.ac.uk/cric/events/schumpeter/papers/71.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

EUROPEAN COMMISSION (E.C.). **eGovernment Research in Europe.** European Commission. Brussels: EU, 2005. Disponível em: <http://europa.eu.int/information_society/programmes/egov_rd/text_en.htm>. Acesso em:

ÉVORA, R. Cabo Verde: a abertura política e a transição para a Democracia. Praia: Spleen Edições, 2004.

EYOB, E. E-government: breaking the frontiers of inefficiencies in the public sector. **Electronic Government, an International Journal,** v.1, n.1, p.107-114, 2004.

FAN, E. X. **Technological spillovers from foreign direct investment:** a survey. Manila: Asian Development Bank, 2002. 36p.

FENWICK, J.; MCMILLAN, J. **Public Management in the Postmodern Era:** Challenges and Prospects. Edward Elgar Publishing, Incorporated, 2010.

FERNANDES, A. D. C. M. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação**. 2007. 136 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2007

FERNANDES, Ísis Cleide da Cunha. **Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde:** uma análise de conteúdo de A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas. 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40236/000827631.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1 nov. 2013.

FERNANDES, Nelson da Cruz Monteiro. **O DISCURSO DE DESENVOLVEDORES NA [RE]ARTICULAÇÃO NO CAMPO DA INOVAÇÃO DE BENS SIMBÓLICOS:** um Estudo na Comunidade de Software Livre PUG-PE. 2013. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Ciências Administrativas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/x2bc4qdq2xgyyy6/TESE (2013-09-19) - NELSON DA CRUZ MONTEIRO FERNANDES.PDF>. Acesso em: 10/01/2014.

FERREIRA JÚNIOR, A. **Funcionamento dos Serviços Públicos na Perspectiva do Utente**. 2010. 113 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Negócios e Governação, Universidade de Cabo Verde, Praia.

FLICK, Uwe. **An Introduction to Qualitative Research**. London: SAGE Publications, 2006.

_____. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. Triangulation Revisited: Strategy of Validation or Alternative?. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v.22, n.2, p.175–197, 1992.

FLYNN, N.; STREHL, F. **Public Sector Management in Europe**, London: Prentice Hall, 1996.

FLYVBJERG, B. **Making Social Science Matter**: Why Social Inquiry Fails and How it Can Succeed Again. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2:** o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

FOUNTAIN, J. E. **Building the virtual state**: Information technology and institutional change. Washington: Brookings Institution, 2001.

FRANK, A.; LACLAU, E.; PUIGGRÓS, R. **América Latina: ¿feudalismo o capitalismo?** Medellin: Editorial la Oveja Negra, 1972.

FREEMAN, C. **The Economics of Innovation.** Manchester: Penguin, 1974.

FREEMAN, R. Edward. **Strategic Management**: A Stakeholder Approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FREITAS, Grayci Kelli Alexandre de. **Representação do "eu" em comunidades virtuais de marcas:** Um estudo de caso inspirado na teoria social de Erving Goffman. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração, Faculdade Boa Viagem, Recife, 2009.

FRITSCH, Michael; KRITIKOS, Alexander; SORGNER, Alina. Drivers of self-employment: A multivariate decomposition analysis for the case of Germany, **Jena Economic Research Papers**, nº. 2013-006, 2013.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W. e GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e som:** um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes,

2002. cap. 3, p.p. 64-89.

GIACOMINI FILHO, Gino; GOULART, Elias Estevão; CAPRINO, Mônica Pegurer. Difusão de inovações: apreciação crítica dos estudos de Rogers. **Revista FAMECOS**, n. 33, p. 41-45, ago. 2007.

GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. California: Stanford University Press, 1990.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, D. **Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory**. New York: Routledge, 2007. 279 p.

_____. Ideological fantasy at work. **Journal of Political Ideology**, v. 13, n. 3, p. 275-296, out., 2008.

_____. Critical Explanation in Social Science: a Logics Approach. **Swiss Journal of Sociology,** v. 34, n. 1, p. 32, 2008a.

_____. et al. **Discourse Analysis: Varieties and Methods**. ESRC National Centre for Research Methods Review paper**:** 41 p. 2009.

GODÓI, Christiane K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica, In: GODÓI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. B. E; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais** – paradigmas, estratégias e métodos. Ed. Saraiva. 2006.

_____; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson B. da (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, M. B. L. **A ética e a transparência na administração pública Cabo-verdiana: Quais desafios?** 2010. 79 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Negócios e Governação, Universidade de Cabo Verde, Praia.

GRIFFITHS, A.; ZAMMUTO, R. F. Institutional governance systems and variations in national competitive advantage: an integrative framework. **Academy of Management Review**, v. 30, n. 4, p. 823-842, 2005.

GRÖNLUND, A. Ten Years of E-government: The 'End of History' and New Beginning. **Electronic Government,** v. 6228, p. 13-24, 2010. ISSN 0302-9743.

_____. **Electronic government:** design, applications and management. Hershey, PA: Idea Group Publishing, 2002. 378 p.

_____; HORAN, Thomas A. Introducing *E-gov*: History, definitions and issues. **Communication of the AIS**, v. 15, s./n., p.713-729, 2004.

GROPPO, A. **Los dos principes:** Juan D. Peron y Getulio Vargas, un estudio comparado del populismo latinoamericano. Villa Maria, Argentina: Eduvim, 2009.

HAMLIN, Cynthia Lins. Ontologia e gênero: realismo crítico e o método das explicações contrastivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.**, São Paulo, v. 23, n. 67, June 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

69092008000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15/09/2013

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 478p.

HARPER, Leslie. **What Are Checks and Balances?** New York: Power Kids, 2013.

HARTLEY, J. Innovation in Governance and Public Services: Past and Present. **Public Money & Management,** v. 25, n. 1, p. 27-34, 2005.

HATCH, M. J.; YANOW, D. **Organization theory as an interpretative science**. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Eds.), The Oxford handbook of organization theory. Oxford: Oxford University Press, 2003, pp. 63-87.

HEEKS, Richard; eGovernment in Africa: promise and practice. **Information Polity,** v. 7, n. 2-3, p. 97-114, 2003.

_____. **Most eGovernment-for-development projects fail: how can risks be reduced?** iGovernment working paper series, n. 14**.** IDPM, University of Manchester, 2003a. 17 p.

_____; NICHOLSON, B. Software Export Success Factors and Strategies in 'Follower' Nations. **Competition and Change,** *v.* 8, n. 3, p. 267-303, 2004.

_____. **Public Sector Accountability*:* Can IT Deliver*?*** iGovernment Working Papers Series, n.5. IDPM, University of Manchester, 1999. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/NISPAcee/UNPAN015489.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2012.

_____. **Reinventing government in the information age:** international practice in IT-enabled public sector reform. London: Routledge, 1999a. 386p.

_____. BAILUR, Savita. Analyzing E-government research: Perspectives, philosophies, theories, methods, and practice. **Government Information Quarterly,** v. 24, n. 2, p. 243-265, 2007.

_____. **Information Systems and Public Sector Accountability.** iGovernment Working Papers Series, nº. 1. IDPM, University of Manchester, 1998. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/APCITY/UNPAN014657.pdf>. Acesso em: 21/06/2012.

_____. **Technology and developing countries:** practical applications, theoretical issues. London: Routledge, 1995. 307p.

HILLER, J.S.; BELANGER, F. Privacy strategies for electronic government. In: ABRAMSON, M.A.; MEANS, G.E. (Eds.). **E-government 2001**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2001. 245p.

HODGE, G. **Contracting Out Government Services**: A review of international evidence. Melbourne: Montech Pty Ltd, 1996.

HOMBURG, Vincent. E-government and NPM: a perfect marriage?. In: **Proceedings of the 6th international conference on Electronic commerce**. ACM, 2004. p. 547-555.

HOOD, Christopher C. The "new public management" in the 1980s: variations on a theme. **Accounting, Organizations and Society**, v. 20, n.2/3, p. 93-109, 1995.

_____; MARGETTS, Helen Z. **The tools of government in the digital age**.[New. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007. 218 p.

HOWARTH, David; GRIGGS, Steven. Poststructuralist Policy Analysis: Discourse, Hegemony, and Critical Explanation. In: FISHER, Frank; GOTTWEIS, Herbert. **The argumentative turn revisited:** public policy as communicative practice. Durham: Duke University Press, 2012. 392 p. Cap. 10, pp. 305-342 (Critical Policy Studies)

_____; TORFING, J. **Discourse theory in European politics : identity, policy and governance**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire ; New York: Palgrave Macmillan, 2005. xvii, 364 p.

_____. Applying Discourse Theory: the Method of Articulation. In: HOWARTH, D. e TORFING, J. (Ed.). **Discourse Theory in European Politics: Identity, Policy and Governance**. New York: Palgrave Macmilan, 2005. p.p. 613-349.

_____. **Discourse**. Buckinhgam & Philadelphia: Open University Press, 2000. 166p.

_____. An Archaeology of Political Discourse? Evaluating Michel Foucault's Explanation and Critique of Ideology. **Political Studies,** v. 50, p. 19, 2002.

IÑIGUEZ, L. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

JACKSON, Charlie. Technology Innovation, Transfer, and Commercialization: Need for a Nonlinear Approach. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON TECHNOLOGY POLICY & INNOVATION, 3., 1999, Austin. **Anais... .** Austin: ICTPI, 1999. p. 1 - 18.

JACKSON, P.; CURTHOYS, N. **E-government**: Developments in the US and UK. In: INTERNATIONAL WORKSHOP ON DATABASE AND EXPERT SYSTEMS APPLICATIONS, 12., 2001, Munich. **Proceedings.** Munich: DEXA, 2001. p. 334 - 342.

JAEGER, Paul t.; THOMPSON, Kim M. *E-gov*ernment around the world: lessons, challenges, and futures directions. **Government Information Quarterly**, v. 20, n. 4, p. 389-394, 2003.

JEFFARES, Stephen Ruari. **Why Public Policy Ideas Catch On: Empty Signifiers and Flourishing Neighborhoods.** 2007. 274f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), School of Public Policy, University of Birmingham, Birmingham, 2007. Disponível em: <http://etheses.bham.ac.uk/193/>. Acesso em: 01 fev. 2012.

JOHANNISSON, Bengt. Toward a Theory of Local Entrepreneurship. In: WYCKHAM, Robert; MEREDITH, Lindsay; BUSHE, Gervase (eds.). **The Spirit of Entrepreneurship.** Burnaby: Simon Fraser University, Faculty of Business Administration, 1987. pp.1–14.

JONES, L. R.; SCHEDLER, K.; MUSSARI, R. **Strategies for public management reform**. 1st. Amsterdam; Boston: Elsevier, 2004. 478 p.

JØRGENSEN, M.; PHILLIPS, L. **Discourse analysis as theory and method**. London; Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 2002.

KACZOROWSKI, Willi. Connected government: compelling vision and six essential pillars. In: _____ (Ed.) **Connected Government.** London: Premium Publishing, 2004. pp. 2-9.

KALANTZIS-COPE, Phillip; GHERAB-MARTIN, Karim (eds).**Emerging digital spaces in contemporary society**: properties of technology. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

KAWKA, Rupert. Regional Disparities in the GDR: Do They Still Matter? In: LENTZ, Sebastian (ed.), **German Annual of Spatial Research and Policy: Restructuring Eastern Germany**. Berlin: Springer, 2007, pp.111-122.

KETTL, Donald. **The global public management revolution**. 2. ed. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2005.

KHANNA, Tarun; PALEPU, Krishna. Why focused strategies may be wrong for emerging markets. **Harvard Business Review**, v. 75, n. 4, p. 41-51, 1997.

_____; PALEPU, Krishna. Emerging Giants: Building World-Class Companies in Developing Countries. **Harvard Business Review**, v. 84, n. 10, p. 60-69, october 2006.

KLINE, Stephen J.; ROSENBERG, Nathan.An overview of innovation. In: LANDAU, Ralph; ROSEMBERG, Nathan. **The positive sum strategy:** harnessing technology for economic growth. Washington, D.C.: National Academy Press, 1986. Cap. 10. p. 275-306.

KNACK, Stephen; KEEFER, Philip. Does Social Capital Have an Economic Payoff? A Cross-Country Investigation. **The Quarterly Journal of Economics**, v.112, n.4, p.1251-1288, 1997.

KOOIMAN, Jan. **Modern governance**: new government-society interactions. Newbury Park, California: Sage, 1993.

KUMAR, K. **From post-industrial to post-modern society:** new theories of the contemporary world. 2 ed. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2005. 289p.

LACAN, J. **A lógica do fantasma.** Seminário 14 (1966-1967). Tradução de Amélia Lira (Coord.) Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2008.

LACLAU, E. **La razón populista**. 2. México: FCE, 2006. 312.

_____. New reflections on the revolution of our time / Ernesto Laclau ; [translated by Jon Barnes]. London ; New York: Verso, 1990. xvi, 263 p. ISBN 0860912027

_____; MOUFFE, C. Hegemony and socialist strategy : towards a radical democratic politics. London: Verso, 1985. 197 p. ISBN 0860910679

_____. Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics Second Edition. 2. London & New York: Verso, 2001.

_____. Discurso. In: ROBERT, G.; PETTIT, P., *et al* (Ed.). **The Blackwell Companion to Contemporary Political Thought**. 2: John Wiley & Sons, v.105 de Blackwell Companions to Philosophy, 2012. cap. 27, p.912.

_____. Identity and Hegemony. In: BUTLER, J.; LACLAU, E., *et al* (Ed.). **Contingency,**

Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left. London: Verso, 2000. 329p.

_____. O retorno do "povo": Razão populista, antagonismo e identidades coletivas. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais,** v.9, n.23, p.26, 2005a.

_____. On "Real" and "Absolute" Enemies. **CR: The New Centennial Review,** v.5, n.1, p.1-12, 2005b. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/new_centennial_review/v005/5.1laclau.pdf>.Acesso em: 30/12/2012.

_____. **Politics and Ideology in Marxist Theory:** Capitalism, Fascism, Populism. London: New Left Books, 1977. 197p.

_____. Why constructing a people is the main task of radical politics. **Critical Inquiry**, v. 32,p. 646-680, summer, 2006.

LANE, Jan-Erik. **New Public Management:** An Introduction. London: Routledge, 2002. 256 p.

LASTRES, Helena; ALBAGLI, Sarita. **Informação e globalização na era do conhecimento.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LAYNE, K.; LEE, J. Developing fully functional *E-gov*ernment: A four stage model. **Government Information Quarterly**, v. 18, n. 2, p. 122−136, 2001.

LEÃO, André Leão Maranhão de Souza; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. **Apresentando a etnografia da comunicação ao campo de pesquisa em administração.** In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 1., 2007, Recife. **Anais**. Recife: EnEPQ, 2007. p. 1 - 16.

LEE, J. 10 year retrospect on stage models of E-government: A qualitative meta-synthesis. **Government Information Quarterly,** v.27, n.3, p.220-230, 2010.

LOBAN JR., Richard A. **Cape Verde:** Crioulo Colony to Independent Nation. New York: Westview Press, 1995. 200 p. (Série Nations of the Modern Worl)

LOPES FILHO, J. **lha de S. Nicolau. Cabo Verde: Formação da Sociedade E Mudança Cultural.** Lisboa: Secretaria-Geral Ministério da educação, 1996. 515 p.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de Políticas de Currículo. In: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais***:* questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011, p.198-2001.

LOW, Morris; NAKAYAMA, Shigeru; YOSHIOKA, Hitoshi. **Science, Technology and Society in Contemporary Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 226 p.

MACLAUGHLIN, Kate; OSBORNE, Stephen; FERLIE, Ewan. **New Public Management:** current trends and future prospects. London: Routledge, 2002. 355 p.

MAHAMOOD, I.; RUFIN, C. Government's Dilemma: The Role of Government in Imitation and Innovation. **Academy of Management Review**, v. 30, n. 2, p. 338-360, 2005.

MAHMOOD, Zaigham. **E-government implementation and practice in developing countries**. Hershey, PA: Idea Group Inc (IGI), 2013. 420 p.

MAITAL, Shlomo; SESHADRI, D.V.R. **Innovation Management**: Strategies, Concepts and Tools for Growth and Profit. New Delhi, Thousand Oaks, London: Response Books (a division of Sage Publications), 2007.

MARCHART, Oliver. Post-Foundational Political Thought: Political Difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007. 209 p.

MARGETTS, H. Computerizing the Tools of Government? In: SNELLEN, I.; VAN DE DANK, W. (Eds.). **Public Administration in an Information Age.** Oxford: IOS Press/Lavis Marketing, 1998.

MATTOS, F. A. M. . Inclusão digital e desenvolvimento econômico na construção da chamada Sociedade de Informação no Brasil. In: BOLAÑO, César. (Org.). **Comunicação, Educação, Economia e Sociedade no Brasil**: Desenvolvimento Histórico, Estrutura Atual e os Desafios do Século XXI. 1 ed. Aracaju-SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2008. V. 1, p. 63-105.

MCGRATH, R. G. A real options logic for initiating technology positioning investments. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 974-996, 1997.

MEANS, Grady; SCHNEIDER, David. **Meta Capitalism**: the e-business revolution and the design of 21st century companies and markets. New York, Chichester: Wiley, 2000.

MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista de Sociologia e Política [Online],** n. 20, p. 135-145, 2003a.

_____. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos,** v. 43, n. 3, p.249-258, setembro/dezembro 2007.

_____. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe: em direção à noção de significante vazio. **Barbarói**, n. 18, p. 55-71, 2003b.

_____. Qual antagonismo? Uma análise teórica no âmbito da teoria do discurso. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 7., 2010, Recife. **Anais**. Recife: ABCP, 2010. 25p.

_____; RODRIGUES, L. P. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MERTON, Robert K. **Social theory and social structure**: toward the codification of theory and research. Glencoe: Free Press, 1949.

MEYNS, Peter. Cape Verde: an african exception. **Journal of democracy**, v. 13, n. 3, p. 153-165, 2002.

MINAYO, M. C. de S. O **desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 269 p.

MONTEIRO, Maria Isabel Gomes. **Parceria especial Cabo Verde/União Europeia-UE:** uma mudança de paradigma nas relações entre Cabo Verde e UE?. 2011. Dissertação (mestrado) – Curso de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3421/1/Dissertação IM Documento Final.pdf>. Acesso em: 10/09/2014

MOREIRA, Daniel Augusto; QUEIROZ, Ana Carolina (Orgs.). **Inovação Organizacional e Tecnológica**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MOREIRA, José Manuel; ALVES, André Azevedo. Gestão Pública: entre a visão clássica da Administração Pública e o novo paradigma da Governação Pública. **Revista Enfoques**, v. 7, n. 11, p.11-36, 2009.

MOURÃO, D. E. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. Pro-Posições, Campinas,, v. 20, n. 1, p. 83-101, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n1/v20n1a06.pdf>. Acesso em: 14/08/2014.

MUÑOZ, Maria Antonia. Laclau: ordem y conflito. **Diecisiete: Teoría Crítica, Psicoanálisis, Acontecimiento**, Ano 1, n. 2, s/p, 2011.

_____. Political crisis and social conflict in Argentina: The extent and limits of a type of unconventional political participation. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 87, p.63-92, 2009.

MUSMANN, K.; KENNEDY, W. H. **Diffusion of innovations:** a select bibliography. New York: Greenwood Press, 1989. 250p.

NADIRI, M. I. **Innovations and technological spillovers**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1993. 45 p.

NASCIMENTO, A. R. D. Controle gerencial como prática social e organizacional: Análise crítica a partir dos paradigmas neofuncionalista, interpretativista e pós-estruturalista. 2011. 268 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Departamento de Contabilidadee Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NAVARRA, Diego; CORNFORD, Tony. ICT, innovation and public management: governance, models and alternatives for E-government infrastructures. In: EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS, 13., 2005, Regensburg. **Proceedings...** Regensburg: ECIS, 2005. p. 1573-1583.

NDOU, Valentina Dardha. E-government for developing countries: Opportunities and Challenges. **The Electronic Journal on Information Systems in Developing Countries,** v. 18, n. 1, p.1-24, 2004.

NELSON, R. (Ed.) **National Innovation Systems**: A Comparative Analysis. New York: Oxford University Press, 1993.

NETCHAEVA, Irina. E-government and e-democracy: A comparison in the North and South. **Gazette: The International Journal for Communication Studies,** v.64, n. 5, p.467-477, 2002.

NORVAL, A. J. Aversive Democracy: Inheritance and Originality in the Democratic Tradition. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. 238 p.

NORVAL, A. J. Aversive Democracy: Inheritance and Originality in the Democratic Tradition. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. 238 p.

NOSI. **Plano de Acção para a Governação Electrónica:** Uma Governação Mais Próxima dos Cidadãos. MINISTRO, G. D. P. Praia: Alfa-Comunicações, Lda**:** 147 p. 2005a.

_____. Programa Estratégico para a Sociedade de Informação: Novas Oportunidades de Desenvolvimento. Praia: Book RJ, Lda 225 p. 2005b.

NOUR, M.; ABDELRAHMAN, A.; FADLALLA, A.A context-based integrative framework for E-government initiatives. **Government Information Quarterly**, v.*25*, n.3, p.448–461, 2008.

OCHARA, N. M. Assessing irreversibility of an E-government project in Kenya: Implication for governance. **Government Information Quarterly,** v. 27, n. 1, p. 89-97, 2010.

OLIVEIRA, Ana de; LOPES, Alice Casimiro. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v.38, p.19-41, janeiro/abril 2011.

OLIVEIRA, G. G.; OLIVEIRA, A. M. D. Modernidade, (Des)secularização e Pós-secularismo nos debates atuais da sociologia da religião. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP,** v. 1, n. 1, p. 22, 2012.

OLIVEIRA, João Batista Ferri de. Governo Eletrônico: Uma Visão Sobre a Importância do Tema. **Informática Pública**, v. 11, n. 1, p. 7-13, 2009.

OLSON, Mancur. **The Rise and Decline of Nations**. New Haven, CT: Yale University Press, 1982. 62 p.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Technology and the economy:** the key relationships. Paris: OECD, 1992. 328 p.

_____. European Commission (Eurostat).**OSLO MANUAL**: The measurement of scientific and technological activities: proposed guidelines for collecting and interpreting technological innovation data. 3 ed. Paris: OECD, 2005.

_____. OECD E-government Task Force. The case for E-government: excerpts from the OECD report “the E-government imperative”. **OECD Journal on Budgeting**, v.3, n.1, p.61-131, 2003. Disponível em: <http://www.oecd.org/gov/budgeting/43496369.pdf>. Acesso em: 08/09/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU); SOCIEDADE AMERICANA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SAAP). **Benchmarking E-government**: A global perspective: Assessing the progress of the UN member States. New York: United Nations, 2001. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/18948-18949-1-PB.pdf>. Acesso em: 20/04/2014.

_____. Department of Economic and Social Affairs. **Global E-government readiness report 2005**: From *E-gov*ernment to E-Inclusion. New York: United Nations Publication,

2005. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan021888.pdf>. Acesso em: 02/03/2014.

_____. Department of Economic and social Affairs. **UN E-government survey 2008**: from *E-gov*ernment to connected governance. New York: United Nations Publication, 2008. p. 246. Disponível em: <http://unpan3.un.org/egovkb/portals/egovkb/Documents/un/2008-Survey/unpan028607.pdf>. Acesso em: 20/05/2014.

_____; Department of Economic and social Affairs. **UN global E-government survey 2003.** New York: UN Publication, 2003. Disponível em: <http://unpan3.un.org/egovkb/portals/egovkb/Documents/un/2003-Survey/unpan016066.pdf>. Acesso em: 30/03/2014.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventing government:** how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley Pub. Co., 1992. 405p.

PAIVA JR., F. G.; LEAO, A. L. M. S. ; MELLO, S. C. B. . Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. **Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC)**, v. 13, n.31, p. 190-209, set/dez 2011.

PARKER, I. Psicanálise lacaniana e marxismo revolucionário. **A peste,** São Paulo**,** v. 1, n. 1, p. 79-100, jan./jun. 2009.

PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. . **Lua Nova,** v. 45, p. 49-96, 1998.

PICKEL, Andreas. **Radical Transitions**: The Survival and Revival of Entrepreneurship in the GDR. Boulder: Westview Press, 1992.

PINA, L. D. C. D. O exercício da "ética profissional" na administração pública Cabo-verdiana: Um estudo de caso na câmara municipal da praia à luz da percepção dos seus funcionários. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Negócios e Governação, Universidade de Cabo Verde, Praia.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **RAP,** v.43, n.6, p.1343-1368, nov./dez. 2009.

POLLITT, Christopher; BOUCKAERT, Geert.Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional. **Revista do Serviço Público**, v.53, n.3, p.5-30, 2002.

PRADO, Edmir Parada Vasques et al. Iniciativas de governo eletrônico: análise das relações entre nível de governo e características dos projetos em casos de sucesso. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v.10, n.1, artigo 5, 2010.

PRZEWORSKI, Adam. *Reforma do Estado. Responsabilidade política e intervenção económica*. Conferência proferida durante o 19º. Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu, em Novembro de 1995.

QUINET, A. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais:** o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. 7ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____; FREY, Klaus; BETINI, Roberto Cesar. **Governança e democracia eletrônica na gestão urbana.** Curitiba: UFSC, 2011. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29555-29571-1-PB.pdf>. Acesso em: 14/02/2012.

RICHARDS, David; SMITH, Martin J. **Governance and public policy in the United Kingdom.** New York: Oxford University Press, 2002.

RICHARDS, Lyn. **Using NVivo in Qualitative Research**. London: Sage Publications, 1999.

RIZZI, K. A instabilidade contínua na Guiné-Bissau. . **Boletim Meridiano,** v. 47, n. 11, p. 23-26, 2010.

RODRIGUES, Maria João (ed.). **Europe, Globalization and the Lisbon Agenda.** Lisboa: Edward Elgar Publishing. 2009. 424 p.

RODRIGUES JUNIOR, Edson Beas; POLIDO, Fabrício. **Propriedade Intelectual**: Novos Paradigmas Internacionais, Conflitos e Desafios. Rio De Janeiro: Elsevier, 2007.

RODRIGUEZ, Carlos; DINIZ, Eduardo; FERRER, Florencia. Influência governamental e estratégias institucionais na difusão de inovações em economias emergentes. **Revista de Administração de Empresas**, v.47, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Apr. 2012.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. 5th. Ed. New York: Free Press, 2003. 551p.

ROY, Jeffrey. **E-government in Canada:** transformation for the digital age. Ottawa: University of Ottawa Press, 2007. 364 p. (Governance Series).

RUBIN, Herbert J.; RUBIN, Irene S. **Qualitative interviewing:** The art of hearing data. 3rd Ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2011.

SACHS, Jeffrey; VIAL, Joaquin. Can Latin America Compete?. In: VIAL, J.; CORNELIUS, P. (eds.). **The Latin American Competitiveness Report 2001-2002**. New York: Oxford University Press, 2002. pp.10-29.

SALOMON, J.-J.; SAGASTI, F.; SACHS-JEANTET, C. Da tradição à modernidade. **Estudos Avançados,** v. 7, n. 17, p. 7-33, 1993.

SAUKKO, Paula. **Doing Research in Cultural Studies**: An Introduction to Classical and New Methodological Approaches. London - Thousand Oaks - New Delhi: SAGE, 2003.

SCHEDLER, K.; SCHARF, M. C. Exploring the interrelations between electronic government and the New Public Management. In: SCHMID, B.; STANOEVSKA-SLABEVA, K., *et al* (Ed.). **Towards the E-Society: E-Commerce, E-Business, and E-government**. New York: KLUWER ACADEMIC PUBLISHERS, 2002. cap. 57, p.775-789.

SCHIENSTOCK, Gerd. Conflict and consensus formation in Knowledge Communities. **Science, Technology & Innovation Studies,** v.8, n.1, p.15-36, 2012.

SCHIFFRIN, D. Theory and method in discourse analysis: What context for what unit? **Language & Communication,** v.17, n.2, p.75-92, 1997.

_____; TANNEN , D.; HAMILTON, H. E. **The Handbook of Discourse Analysis**. Massachusetts, USA: Blackwell Publishers, 2001. 874 p.

SCHUPPNAN, Tino. E-government in developing countries: experiences from sub-Saharan Africa. **Government Information Quarterly,** v.26, n.1, p.118-127, 2009.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **RAP,** v.43, n.2, p.347-369, Mar./Abr., 2009.

SECCO, L. **A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciências**. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2004.

SHAPERO, A; The displaced, uncomfortable entrepreneur. **Psychology Today**, v.9, n.6, p.83-88, Nov, 1975.

SHRIVASTAVA, Paul. Technological Innovation in Developing Countries. **Columbia Journal of World Business,** v.19, n.4, p.23-29, 1984.

SIAU, K.; LONG, Y. Synthesizing E-government stage models: A meta-synthesis based on meta-ethnography approach. **Industrial Management & Data Systems**, v.105, n.4, p.443-458, 2005.

SILVA, J. P. **A reforma da estrutura agrária em Cabo Verde.** Praia: Departamento de Informação, Propaganda e Cultura do PAICV, 1981.

SILVEIRA, Onésimo. **A democracia em Cabo Verde**. Lisboa: Edições Colibri, 2005. 257 p.

SIRILLI, Giorgio. CONCEPTUALIZING AND MEASURING TECHNOLOGICAL INNOVATION. In: CONFERENCE ON TECHNOLOGY POLICY AND INNOVATION, 2., 1998, Lisboa. **Anais... .** Lisboa: CTPI, 1998. p. 1911 - 1917. Disponível em: <ftp://ftp.ige.unicamp.br/pub/CT010/aula5/Sirilli(1998a).pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

SOUSA, J. L.; PAIVA Jr., F. G. **Empreendendo no Setor Público**: A Dinâmica da Fundação Joaquim Nabuco. 1. ed. Recife: Massangana da Fundação Joaquim Nabuco., 2011. v.1. 130 p.

SOUTHWELL, M. Em torno da construção de hegemonia educativa: contribuições do pensamento de Ernesto Laclau ao problema da transição da cultura. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. (Ed.). **Pós-Estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. cap. 6, pp. 115-132.

STAKE, ROBERT E. **Investigación com estúdio de casos**. 2ª. Ed. Madrid: EdicionesMorata, S. L. 1999.

STAVRAKAKIS, Y. **Lacan and the Political**. London: Routledge, 1999. 188p.

SWEDBERG, Richard; AGEVALL, Ola. **The Max Weber Dictionary**: Key Words and

Central Concepts. Stanford University Press, 2005. P.344 (Stanford Social Sciences Series)

TABOADA, Carlos. **Gestão de tecnologia e inovação na logística**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

TAYLOR, Mark Zachary. Political decentralization and technological innovation: testing the innovative advantages of decentralized states. **Review of Policy Research,** v.24, n3, p. 231-257, 2007.

TEIXEIRA, C.; TAVARES, M. A. Guiné-Bissau: o presente lança luz sobre o passado.

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 17, n. 3, p. 869-908, 2013.

TEOFILOVIC, Nada. **The Reality of Innovation in Government**. Human Resource Development. Canada, 2002. Disponível em: <http://www.innovation.cc/peer-reviewed/reality.pdf>. Acesso em: 11/01/2013.

TIDD, Joe; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da inovação**. 3ª ed. Porto Alegre/RS: Bookman, 2005.

_____. **Gaining momentum:** managing the diffusion of innovations. London: Imperial College Press, 2010. 448 p. Vol. 15 (Series on technology management).

_____. **New theories of discourse**: Laclau, Mouffe, and Žižek. Oxford, Mass.: Blackwel, 1999.

TOHIDI, H. E-government and its different dimensions: Iran. **Procedia Computer Science**, v.3, p.1101-1105, 2011.

TORFING, Jacob. Discourse Theory: Achievements, Arguments, and Challenges, p.1-32. In: HOWARTH, David; TORFING, Jacob. **Discourse theory in European Politics**: Identity, policy and Governance. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

UNIÃO EUROPEIA. Centro de Informação Europeia Jacques Delors. **Conclusões da presidência:** Conselho Europeu de Lisboa. Lisboa: UE, 2000. 20 p. Disponível em: <https://infoeuropa.eurocid.pt/registo/000003888/documento/0001/>.Acesso em: 05/11/2012.

UNITED STATES OF AMERICA. House of Representatives. **Public Law 107-347, de 17 de dezembro de 2002**. E-government Act of 2002. HOUSE OF REPRESENTATIVES. Washington, D.C.: H.R./C.**:** 72 p. 2002.

VIGODA-GADOT, Eran. **Public Administration:** An Interdisciplinary Critical Analysis. New York: CRC Press, 2002. 416 p.

VILLALOBOS-RUMINOTT, S. **Hegemonía y Antagonismo:** El imposible fin de lo político. Conferencias de Ernesto Laclau en Chile, 1997. 1. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2002.

VISHWANATH, A.; BARNETT, G. **The diffusion of innovations:** a communication science perspective. New York: Peter Lang, 2011. 239p.

WEERAKKODY, V.; REDDICK, C. G. **Public sector transformation through E-government: experiences from Europe and North America**. New York: Routledge, 2013. 263p.

WESCOTT, Clay G.. **E-government in the Asia-Pacific region**. Manila, Phillipines: ADB Publishing, 2001. 31 p. (Relatório)

WEST, D. M. E-government and the Transformation of Service Delivery and Citizen Attitudes. **Public Administration Review,** v.64, n.1, p.15-27, 2004.

WESTEREN, K. I. **Foundations of the knowledge economy:** innovation, learning and clusters. Cheltenham: Edward Elgar, 2012. 283 p.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigaciones filosóficas**. Vol.15. São Paulo: Vozes, 2005. 350 p. (Coleção pensamento humano).

WODAK, Ruth; KRZYZANOWSKI, Michal. **Qualitative Discourse Analysis in the Social Sciences.** London: Palgrave MacMillan, 2008.

WORLDATLAS. **World Map:** Cape Verde. 2014. Disponível em: <http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/africa/cv.htm>. Acesso em: 14 out. 2014.

YILDIZ, Mete. E-government research: Reviewing the literature, limitations, and ways forward. **Government Information Quarterly,** v. 24, n. 3, p. 646-665, Jul 2007.

_____; KURBAN, Aysegül. Discourses of E-government: an inductive analyses. In: CONFERENCE OF THE EUROPEAN GROUP FOR PUBLIC ADMINISTRATION, 33., 2011, Bucharest. **Anais...** Bucharest: EGPA, 2011. p.1-28.

YIN, ROBERT K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed., Ed. Bookman, 2005.

ZHAO, F. Impact of national culture on E-government development: a global study. **Internet Research,** v.21, n.3, p.362-380, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. **O Mais Sublime dos Histéricos**: Hegel com Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com atores do NOSI

Quais são os eixos centrais do programa de E-gov (E-gov) implementado pelo NOSI em Cabo Verde?

Quais são os usos do E-gov na gestão pública em CV?

Que vantagens e desvantagens (ou dificuldades) o E-gov trouxe para a gestão pública em Cabo Verde?

Que melhorias concretas o E-gov trouxe para as organizações públicas cabo-verdianas?

Está satisfeito com o atual estágio de desenvolvimento do E-gov em Cabo Verde?

Como é a articulação do NOSI com outras organizações em torno do projeto do E-gov?

Existem divergências entre o NOSI e essas instituições relacionadas com a implementação do projeto do E-gov? Quais? Como são solucionadas?

Tem havido divergências entre o NOSI e as empresas privadas relativamente à implementação do E-gov no setor público?

Como essas divergências podem prejudicar a prestação de serviços públicos por meio do E-gov?

Como é a relação do NOSI e os usuários dos serviços públicos disponibilizados no âmbito do E-gov?

De modo geral, como se estabelece o relacionamento? Como se inicia? Como se desenvolve?

Quais têm sido as principais demandas das organizações públicas e/ou cidadãos relativamente aos serviços prestados no âmbito do E-gov?

De que modo essas demandas chegam ao NOSI, e como é o processo de atendimento às mesmas?

Quais são as dificuldades que o NOSI tem tido para atender essas demandas?

Quais são os principais desafios relacionados ao projeto do E-gov?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com atores do poder executivo Cabo-verdiano

Quais são os principais eventos, situações ou motivos que levaram o governo a apostar na implementação do *E-gov* em Cabo Verde?

Quais são os eixos centrais do projeto de *E-gov*?

Quem [ou que instituições] esteve [ou estiveram] envolvido(s) no processo de formatação e implementação do projeto de *E-gov* em Cabo Verde?

A sua instituição foi envolvida na implementação do projeto de *E-gov* em Cabo Verde?

As empresas privadas do segmento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nacionais também foram envolvidas na implementação do *E-gov*?

Tem havido divergências/disputas ou disputas entre o NOSI e as empresas privadas no âmbito do E-gov?

Houve alguma divergência/disputa entre a sua instituição e o NOSI no âmbito do E-gov? Se sim, por favor, descreva o(s) motivo(s).

Quais são, no seu entendimento, os usos do E-gov na gestão pública em Cabo Verde?

Na sua rotina diária de trabalho utiliza (ou já utilizou) algum serviço ou aplicação desenvolvidas pelo NOSI no âmbito do *E-gov*?

A implementação do E-gov trouxe benefícios para a sua instituição ? Quais ?

A implementação do E-gov trouxe desvantagens para a sua instituição? Quais?

Os serviços ou aplicações do E-gov facilitam o dia a dia da sua instituição? Como, ou de que forma?

Mudou alguma coisa na rotina de trabalho de sua instituição com o uso serviços/aplicações do *E-gov*?

O uso dos serviços ou aplicações do *E-gov* influencia (ou influenciou) na gestão da sua organização?

O Governo interviu (ou intervê) na formatação das configurações/gestão do E-gov?

Quais têm sido as principais demandas das instituições públicas e/ou privadas e dos cidadãos no âmbito do E-gov?

Tem havido dificuldades para atender a essas demandas? Por favor, aponte-as.

Quais são, na sua opinião, os maiores desafios para o desenvolvimento do E-gov em Cabo Verde?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com cidadãos Cabo-verdianos

No seu entendimento, quais são os eixos centrais do programa de governo eletrônico (E-gov) de Cabo verde que vem sendo implementado pelo NOSI?

Sabe quem, ou que instituições estiveram envolvidas no processo de formatação e implementação do projeto de E-gov em Cabo Verde?

Sabe se tem havido divergências ou disputas entre o NOSI e as empresas privadas relativamente à implementação do E-gov no setor público?

Utiliza serviços no âmbito do E-gov? Como? Em que situações? Ocasiões? Por quê?

O que acha do E-gov em Cabo Verde?

Na sua opinião, o E-gov trouxe benefícios para o dia-a-dia dos cidadãos? Quais?

O E-gov Trouxe desvantagens (ou dificuldades) para o dia-a-dia dos cidadãos?

Quais têm sido suas principais demandas para o governou ou o NOSI no âmbito do E-gov?

O que você mais procura em termos de serviços públicos disponibilizados no âmbito do E-gov.

O E-gov facilita o seu dia-a-dia? Em quê, ou de que forma?.

O uso de serviços do E-gov influencia na sua vida pessoal? Como?

Na sua visão, quais são os maiores desafios do governo ou do NOSI relacionados ao E-gov?

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista com funcionários públicos

No seu entendimento, quais são os eixos centrais do programa de governo eletrônico (E-gov) de Cabo verde que vem sendo implementado pelo NOSI?

Sabe quem, ou que instituições estiveram envolvidas no processo de formatação e implementação do projeto de E-gov em Cabo Verde?

A sua instituição foi envolvida de alguma forma na implementação do projeto de E-gov em Cabo Verde?

Sabe se as empresas privadas do segmento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nacionais também foram envolvidas na implementação do E-gov?

Tem havido divergências ou disputas entre o NOSI e as empresas privadas relativamente à implementação do E-gov no setor público?

Houve alguma divergência ou disputa entre a instituição onde trabalha e o NOSI relativamente a algum serviço ou aplicação no âmbito do E-gov no setor público?

Quais são, no seu entendimento, os usos do E-gov na gestão pública em Cabo Verde?

Na sua rotina diária de trabalho utiliza (ou já utilizou) algum serviço ou aplicação desenvolvidas pelo NOSI no âmbito do Governo Eletrônico (E-gov)?

Na sua opinião, o E-gov trouxe benefícios para a sua instituição?

Na sua opinião, a implementação do E-gov trouxe desvantagens/dificuldade para a instituição onde trabalha? De que forma, ou em quê dificultam o dia-a-dia da sua instituição?

Os serviços ou aplicações do E-gov facilitam o dia a dia da sua instituição? Como, ou de que forma?

Mudou alguma coisa na rotina de trabalho de sua instituição com o uso serviços/aplicações do E-gov?

O uso dos serviços ou aplicações do E-gov influencia (ou influenciou) na gestão da sua organização?

Esses serviços ou aplicações do E-gov influenciam (ou influenciaram) a sua vida pessoal?

Quais têm sido as principais demandas da sua instituição no âmbito do E-gov, e como são encaminhadas ao NOSI ou ao Governo?

Na sua visão, quais são os maiores desafios do governo relacionados ao E-gov?